



IACY MAIA MATA

**CONSPIRAÇÕES DA “RAÇA DE COR”:
ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E TENSÕES RACIAIS EM
SANTIAGO DE CUBA (1864-1881)**

**CAMPINAS
2012**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IACY MAIA MATA

**CONSPIRAÇÕES DA “RAÇA DE COR”:
ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E TENSÕES RACIAIS EM
SANTIAGO DE CUBA (1864-1881)**

Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social.

ERRATA:

Onde se lê “Doutor”,
Leia-se: “Doutora”.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA

PELA ALUNA IACY MAIA MATA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. SIDNEY CHALHOUB.

**CAMPINAS
2012**

Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174947

Unidade BCCL
T/UNICAMP
Cutter M41c
V. Ed.
Tombo BC 1000 11
Proc. 16-94-13
C D
Preço R\$ 1100
Data 18/06/13
Cód. tit. 905629

RR 1139 Rest.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M41c

Mata, Iacy Maia, 1973-
Conspirações da "raça de cor": escravidão, liberdade e
tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881) / Iacy
Maia Mata. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão. 2. Escravos – Emancipação – Santiago
de Cuba, 1864-1881. 3. Conspirações. 4. Raças.
I. Chalhoub, Sidney, 1957- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Conspiracies of "colored race": slavery, freedom and
racial tensions in Santiago de Cuba (1864-1881)

Palavras-chave em inglês:

Slavery

Slavery – Emancipation – Santiago de Cuba, 1864-1881

Conspiracies

Race

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Sidney Chalhoub [Orientador]

Antônio Sérgio Guimarães

João José Reis


Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Robert Wayne Andrew Slenes

Data da defesa: 18-12-2012

Programa de Pós-Graduação: História

ERRATA: Onde se lê "Antônio Sérgio Guimarães",
leia-se "Antônio Sérgio Alfredo Guimarães".


Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Laversa
Coordenadora do Curso de História
Pós-Graduação/IFCH - UNICAMP
Março 17 - 2013

IACY MAIA MATA

Conspirações da "raça de cor": escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)

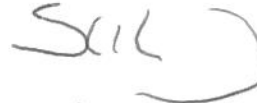
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 18/12/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (Orientador) (UNICAMP)



Prof. Dr. Robert Wayne Andrey Slenes (UNICAMP)



Prof. Dr. Antônio Sérgio Guimarães (USP)



Prof. Dr. João José Reis (UFBA)



Profa. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)



Suplentes:

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (UNICAMP)

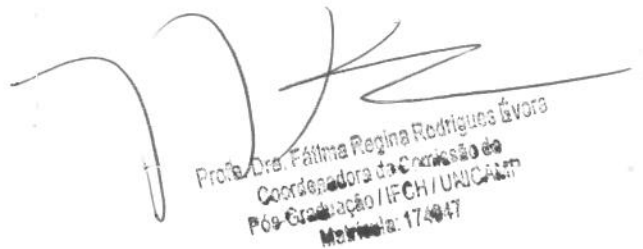
ERRATA:

Profa. Dra. Marial Iglesias (Universidade de La Habana)

Onde se lê: "Antônio Sérgio Guimarães",
leia-se: " Antônio Sérgio Alfredo Guimarães".

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)

Campinas
2012



Profa. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174047

V

201814522

Para Iraci, com amor.
Para Fábio e Inaê, porque “o mar sorriu em
Inaê”.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e financiamento de algumas instituições: o Programa de Doutorado com Estágio no Exterior da CAPES permitiu-me viver em Cuba durante os meses da pesquisa nos arquivos cubanos; a Bolsa de Mobilidade Internacional Santander, concedida aos alunos da Unicamp, possibilitou a minha estadia na Espanha, durante seis meses, para a pesquisa nos arquivos espanhóis; a Universidade do Estado da Bahia me brindou com a Bolsa do Programa de Capacitação Docente e com o afastamento das atividades docentes.

Ao meu orientador, Sidney Chalhoub, devo um agradecimento especial. Sempre saí das nossas reuniões com otimismo. Com um jeito bem-humorado e perspicaz, Sidney conduziu a orientação com generosidade e precisão e me impediu de cometer vários equívocos. Robert Slenes e Silvia Lara me ajudaram de diversas maneiras e em diferentes ocasiões: indicaram bibliografia e sugeriram importantes alterações no projeto de pesquisa e no exame de qualificação. Slenes, desde o primeiro momento, me emprestou livros e indicou contatos em Cuba; Silvia Lara me ajudou, ainda, com a documentação necessária para a realização da pesquisa nos arquivos de Cuba; muitas das suas sugestões na qualificação foram incorporadas ao texto final. Agradeço-lhes e, ainda, a Fernando Teixeira da Silva, Antônio Sérgio A. Guimarães, João José Reis, Marial Iglesias e Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, por aceitarem o convite para participar da banca de defesa da tese.

João José Reis, orientador do mestrado, através de suas aulas e obras, despertou o meu interesse pelos estudos sobre escravidão. As reuniões da Linha de Pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade”, da Universidade Federal da Bahia, têm sido um importante espaço de formação; lá, discuti parte do 2º e do 3º capítulos e agradeço aos seus membros pelos inúmeros comentários e sugestões. Alguns membros da Linha me ajudaram, também, com indicação e empréstimo de livros e na montagem do banco de dados.

Na Espanha, contei com a colaboração das Profas. Dras. Helena Hernández Sandoica e Consuelo Naranjo Orovio. Consuelo me brindou com vários livros sobre Cuba e a possibilidade de apresentar uma parte deste trabalho no *Grupo de Estudios del Caribe y del Mundo Atlántico*, do qual fazia parte a italiana Loredana Giolito, que compartilhou

comigo a sua experiência de pesquisa em Cuba. Joelma, Fábio e Thales me receberam carinhosamente em sua casa nos meus primeiros dias em Madri.

Em Cuba, há uma longa lista de pessoas a agradecer. Devo um agradecimento especial a Marial Iglesias, pelos encontros no Arquivo Nacional de Cuba, pelos livros, pelos diálogos em sua casa e pelas aulas sobre história e pesquisa que, tão generosamente, me concedeu. Agradeço, ainda, a Tomás Fernandez Robaina, da Biblioteca Nacional; aos funcionários do Arquivo Nacional de Cuba, em especial, a Julito, por sua presteza sempre tão gentil. Em Santiago de Cuba, a historiadora da cidade, Dra. Olga Portuondo, teve a gentileza de me receber. Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico Provincial de Santiago de Cuba e à pesquisadora Zoe Cremé Ramos. Em Havana, devo agradecimentos ao livreiro Sixto, por suas preciosas indicações. A Tato Quiñones e Norberto Mesa, pelas discussões em *La Ceiba* sobre a questão racial. Victoria, em Havana, e Mirtha, em Santiago de Cuba, me hospedaram no período da pesquisa; não tenho como agradecer a hospitalidade e a generosidade de vocês.

Este trabalho se beneficiou ainda dos encontros, em Cuba e no Brasil, com os amigos e pesquisadores cubanos Aisnara Perera Díaz, María de Los Ángeles, Pedro A. Hernández Cubas e Ileana de Las Mercedes Hodge. Em Cuba, Aisnara e María se tornaram boas amigas e me emprestaram trabalhos que ainda iriam publicar e que estão citados aqui; através de Pedrito, conheci o Instituto de Pesquisa Juan Marinello e lá participei de algumas atividades. Com Adriana Chira, partilhei, em Cuba, a experiência de pesquisadora estrangeira. Agradeço a gentileza da Profa. Dra. Rebecca Scott que, em duas ocasiões, interrompeu suas pesquisas no Arquivo Nacional de Cuba para me prestar valiosas informações.

Agradeço, ainda, a Luiz Bernardo Pericás, com quem entrei em contato através de João, que me auxiliou com os trâmites para a retirada do visto para Cuba; aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação do IFCH/Unicamp, Júnior e Ana Jaqueline, e Flávia, do CECULT, que me ajudaram a resolver problemas burocráticos em várias ocasiões; e a Vanda Bastos, que me ajudou na normalização.

Agradeço a Maurício Brito, Luiz Flávio Godinho, Jair Batista, Luciana Cristina, Isabel Cristina dos Reis, Osias dos Anjos, Iná Meireles, André Borges, Miguelina

Nogueira, Heloísa H. Nogueira, Aldrin Castellucci, Paulo Santos, Kátia Almeida, Silvana Jeha: alguns são amigos de longa data, outros mais recentes, mas todos, de diferentes maneiras, me ajudaram a pensar sobre o que está escrito aqui. No primeiro ano do doutorado na Unicamp, conheci dois baianos, Robério Souza e Luciana Brito, e o paulista Glaydson José da Silva, desde aí, não nos separamos mais. Maurício, Robério e Luiz Flávio me brindaram com o carinho, o apoio e a paciência que só os amigos-irmãos podem oferecer.

Agradeço a Deni, Pati e Júnior, irmãos amorosos com os quais sempre pude contar, e aos meus sobrinhos, Neto e Juan Pablo, sempre brincalhões. A Carol, sobrinha, afilhada e comadre, agradeço, sobretudo, o cuidado e carinho que tem por Inaê. A Iraci Maia, mãe, amiga, companheira de todas as horas, minha mais profunda gratidão. Fábio Nogueira, com quem divido a vida e a paixão pelos estudos sobre Cuba, me acompanhou na pesquisa em Cuba, leu as primeiras versões, e tem preenchido os meus dias com amor e poesia. Inaê me sorri (e me faz rir) todos os dias.

RESUMO

Entre 1864 e 1881, a jurisdição de Santiago de Cuba, situada na região oriental da ilha, foi palco de conspirações e insurreições antiescravistas e anticoloniais. Em 1867, foi descoberto um plano de sublevação envolvendo escravos e livres de cor com o objetivo de pôr fim à escravidão; nos anos seguintes, a região seria o cenário de duas guerras anticoloniais: a Guerra de Dez Anos (1868-1878) e a Guerra Pequena (1879-1880). Nos conflitos, houve grande mobilização de escravos e livres de cor e os insurretos lograram formar um Exército Libertador multirracial. Estas insurreições forçaram a Espanha a encaminhar a emancipação gradual da escravidão e foram marcadas pela emergência de líderes negros e mulatos que pautaram a luta contra o domínio colonial, a escravidão e as barreiras raciais. Em 1880-1881, após ser aprovado o Patronato (última lei de emancipação), as autoridades espanholas promoveram uma violenta repressão a uma suposta “conspiração da gente de cor” e a deportação de centenas de negros e mulatos para Fernando Pó, na Costa da Guiné. Através destes episódios, investigados a partir de uma vasta documentação, que inclui textos de viajantes, testamentos, censos, processos instaurados pela Comissão Militar, correspondências de autoridades coloniais e debates parlamentares, discuto como uma parte da população de cor passou a reivindicar a identidade racial. Para isto, analiso o complexo sistema de classificação racial em Cuba e as diversas clivagens internas à população de cor, as transformações no vocabulário político dos não brancos e a aproximação entre negros e mulatos para fins de mobilização política. Concluo argumentando que, entre 1864-1881, quando se fortaleceram as críticas à escravidão e foram aprovadas leis de emancipação gradual, houve o recrudescimento das linhas raciais em Santiago de Cuba, ao mesmo tempo em que, junto à formação da identidade nacional que se forjava nas lutas anticoloniais, negros e mulatos se unificavam reivindicando o pertencimento à “raça de cor”.

Palavras-chave: Escravos. Emancipação. Santiago de Cuba. Conspirações. Raças.

ABSTRACT

Between 1864 and 1881, the jurisdiction of Santiago de Cuba, located in the eastern region of the island was the scene of antislavery and anticolonial conspiracies and insurrections. In 1867, a plan was discovered for an uprising involving slaves and free people of color with the goal of putting an end to slavery; in the following years, the region would be the scene of two anticolonial wars: the Ten Years' War (1868-1878) and the Small War (1879-1880). In these conflicts, there was great mobilization of slaves and free people of color and the insurgents managed to form a multiracial Liberation Army. These insurrections forced Spain to move towards the gradual emancipation of slavery and were marked by the emergence of black and mulatto leaders who highlighted the struggle against colonial rule, slavery and racial barriers. In 1880-1881, after the approval of the Patronato (the last emancipation law), the Spanish authorities promoted a violent repression of an alleged "conspiracy of people of color" and the deportation of hundreds of blacks and mulattos to Fernando Po, on the Guinea Coast. Through these episodes, investigated from an extensive documentation, which includes texts of travelers, wills, censuses, military commission prosecutions, correspondence of colonial authorities and parliamentary debates, I discuss how a part of the population of people of color began to claim racial identity. To this, I discuss the complex system of racial classification in Cuba and the various internal divisions of the population of people of color, changes in the political vocabulary of nonwhites and rapprochement between blacks and mulattoes for purposes of political mobilization. I conclude by arguing that, between 1864-1881, when criticism of slavery was strengthened and laws of gradual emancipation were enacted, there was an upsurge in racial lines in Santiago de Cuba, at the same time that both the formation of the national identity was forged in the anti-colonial struggles and blacks and mulattos were unified affirming membership in the "colored race".

Keywords: Slaves. Emancipation. Santiago de Cuba. Conspiracies. Races

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de Cuba com jurisdições	36
Figura 2	Bohío	89
Figura 3	Mapa da Província de Santiago de Cuba	108
Figura 4	Mapa de Cuba com divisão provincial	190
Figura 5	Maceo na Jamaica (1878)	218
Figura 6	Maceo na Jamaica (1879)	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Arquivo Geral das Índias, Sevilha
AHN	Arquivo Histórico Nacional, Madri
AHPSC	Arquivo Histórico Provincial de Santiago de Cuba
ANC	Arquivo Nacional de Cuba, Havana
AP	Assuntos Políticos
BNJM	Biblioteca Nacional José Martí, Havana
BPEC	Biblioteca Pública Elvira Cape
CA	Conselho de Administração
CM	Comissão Militar
Doc.	Documento
GG	Governo Geral
GM	Governo Municipal
GP	Governo Provincial
GSC	Governo Superior Civil
ME	Miscelânea de Expedientes
PN	Protocolos Notariais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 LIVRES DE COR E TENSÕES RACIAIS EM SANTIAGO DE CUBA	35
1.1 A COMUNIDADE DE COR	36
2 AGITAÇÕES E NOTÍCIAS DE CONSPIRAÇÕES	63
2.1 1867: UMA NOVA CONSPIRAÇÃO NO COBRE	77
2.2 ESCRAVIDÃO NA REGIÃO ORIENTAL	83
3 LIVRES DE COR NA CONSPIRAÇÃO	99
3.1 CONSPIRADORES	107
3.2 RAÇA E COR NA CONSPIRAÇÃO	125
3.3 O MOTIM NA CADEIA REAL	138
4 INSURREIÇÃO, ESCRAVIDÃO E EMANCIPAÇÃO	143
4.1 ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E INSURREIÇÃO NA REGIÃO ORIENTAL	143
4.2 LIVRES DE COR NA PRIMEIRA INSURREIÇÃO	150
4.3 PÓS-GUERRA: FUGA E RESISTÊNCIA	156
4.4 A GUERRA PEQUENA	162
4.4.1 Acionando a Identidade Racial	167
4.4.2 Raça e Debates Parlamentares sobre a Emancipação	173
4.4.3 Desfecho	184
5 PATRONATO E CONSPIRAÇÃO EM SANTIAGO DE CUBA (1880-1881) ...	187
5.1 PATROCINADOS, LIBERTOS E LIVRES DE COR: O PERFIL DOS SUSPEITOS	191
5.2 OS CASINOS E A CONSPIRAÇÃO	199
5.3 POLÍTICA, RAÇA E REPRESSÃO	209
5.3.1 A Liga Antilhana	214
5.3.2 A Pena: deportação para Fernando Pó	224
5.3.3 Sobre os Objetivos da Operação	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
FONTES CONSULTADAS	245
REFERÊNCIAS	249

INTRODUÇÃO

Em 1876, Antonio Maceo, então Brigadeiro do Exército Libertador, escreveu uma carta ao Presidente da República em Armas, Tomás Estrada Palma. Maceo nasceu em 1845, em Santiago de Cuba, e pertencia a uma família de “livres de cor”. Em 1868, quando a primeira Guerra de Independência de Cuba começou, Maceo se incorporou às forças rebeldes e foi, pouco a pouco, graças a seu enorme talento militar, ascendendo a posições de comando no interior do Exército Libertador.¹ Na carta, Maceo afirmava que sabia, havia algum tempo,

[...] que existe um pequeno círculo que propalava ter manifestado ao Governo não querer servir sob as ordens deste que fala, por pertencer à classe, e mais tarde [soube] por diferente meio que acrescentaram não querer servir por lhes ser contrário e ter intenções de sobrepor os homens de cor aos homens brancos. [...] Tal é a questão que este círculo agita e é de crer que a lançaram para ferir com maior eficácia o que fala [...] tratando de arruinar, já que de outro modo não podem, ao homem que ingressou na Revolução sem outras intenções do que a de dar seu sangue para ver se sua pátria consegue ver-se livre e sem escravos. [...] E como o expositor precisamente pertence à classe de cor, sem que por isto se considere valer menos que os outros homens; [...] E protesta energicamente com todas as suas forças para que nem agora, nem em nenhum tempo, se lhe considere partidário desse sistema, nem menos se lhe tenha como autor de doutrinas tão funestas, sobretudo quando forme parte não desprezível desta República democrática, que estabeleceu como base principal a Liberdade e a Fraternidade, e que não reconhece hierarquias.²

Maceo respondia a alguns insurretos brancos que se recusavam a servir sob suas ordens e difundiam a ideia, muito utilizada pelos espanhóis, de que sua pretensão era transformar a guerra de independência em uma guerra racial. A carta era, ao mesmo tempo, uma denúncia da discriminação sofrida no interior das forças rebeldes e uma afirmação de

¹ FRANCO, José Luciano. *Antonio Maceo: apuntes para una historia de su vida*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, t. I, 1975. Neste trabalho, optei por utilizar a expressão “livres de cor” – que engloba negros e mulatos livres –, estranha aos leitores brasileiros, para respeitar o disposto na documentação e a bibliografia em espanhol.

² PICHARDO VIÑALS, Hortensia. *Documentos para la historia de Cuba*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 1973, t.I, p. 394-397. As traduções são todas de nossa autoria.

princípios em que, ao reforçar o seu pertencimento à “classe de cor”, condenava a escravidão e as hierarquias com base na cor da sociedade colonial.

Em Cuba, como no Brasil, operava um complexo sistema de classificação social baseado na cor e os termos negro, pardo, mulato, *moreno* (negro), *trigueño* (moreno), *chino* etc. se referiam aos distintos tons da pele e eram manipulados, às vezes, em função da condição social. Para Martinez-Alier, a existência destas diferentes categorias referentes a cor-*status* expressava a ausência de uma identidade comum da população de cor durante o século XIX.³ Os espanhóis, por sua vez, adotavam uma política colonial que reforçava estas divisões; um exemplo pode ser apontado na formação das milícias de cor nas quais pardos e *morenos* possuíam distintos soldos e condecorações.

Cerca de 30 anos antes de a carta ser escrita por Maceo, no entanto, alguns acontecimentos provocaram uma mudança na política racial implementada pelos administradores coloniais. Entre 1842 e 1843, uma série de conspirações envolvendo negros e mulatos (e alguns brancos), livres e escravos, foi descoberta na jurisdição de Matanzas, na região ocidental, desencadeando uma feroz repressão. Em 1844, a repressão *La Escalera* atingiu violentamente a gente de cor: milhares foram submetidos a julgamento militar e condenados a sentenças que variavam entre a pena de morte, prisão ou deportação. Após estes episódios, as autoridades coloniais adotaram inúmeras medidas segregacionistas que estreitaram as possibilidades de mobilidade social para os livres de cor. Aline Helg e Bernita Reid consideram que os eventos de *La Escalera* marcam um ponto de virada nas relações raciais na ilha e o recrudescimento das linhas de cor.⁴

Robert Paquette, Franklin Knight e Alejandro de La Fuente indicam que, antes de *La Escalera*, Cuba já vivenciava um intenso processo de “polarização racial”; o *boom* da produção açucareira e a introdução massiva de mão de obra escrava já vinham agudizando as tensões raciais. Entre 1820 e 1844, vários distúrbios, levantes e conspirações ocorreram e o aumento no número da população livre de cor “fortaleceu o espectro de um violento

³ MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, class and colour in Nineteenth-Century Cuba*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1974, p. 98.

⁴ HELG, Aline. *Lo que nos corresponde: la lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba – 1886-1912*. Havana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2000; REID, Michele Bernita. *Negotiating a slave regime: free people of color in Cuba, 1844-1868*. Tese (Doutorado) – University of Texas, 2004, p. 214.

confronto racial”⁵. Na primeira metade do século, uma mudança significativa ocorreu no tratamento dispensado à população de cor: apenas brancos podiam sentar nos vagões de primeira classe, portar armas e, quando estudantes, deviam estar separados dos de cor. Estas políticas segregacionistas marcavam o declínio das relações sociais paternalistas, a frustração das aspirações de ascensão social dos livres de cor e crescentes tensões raciais.⁶ Outro importante aspecto da política racial espanhola mudou. Com a descoberta do envolvimento de mulatos em conspirações e de suas redes de colaboração com negros e escravos, a administração colonial passou a agrupar indiscriminadamente negros e mulatos na condição de “gente de cor”, “classe de cor” e “raça de cor”.⁷

Após os eventos de *La Escalera* (1844), seguiram-se cerca de vinte anos de “relativa calma” e paralisação de sublevações e atividades conspirativas da população de cor; a violência da repressão encerrou um ciclo de agitações abolicionistas “que atuavam sobre o ânimo” dos negros e mulatos da colônia.⁸

* * *

⁵ KNIGHT, Franklin W. *Slave society in Cuba during the Nineteenth Century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970, p. 96; PAQUETTE, Robert L. *Sugar is made with blood: the conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*. Middletown: Connecticut Wesleyan University Press, 1988, p. 105; 113-114; 119-121; DE LA FUENTE, Alejandro. *Esclavitud, 1510-1886*. In: NARANJO OROVÍO, Consuelo (Coord.). *Historia de Cuba*. Madrid: CSIC/Ediciones Doce Calles, S. L., 2009, p. 63-64.

⁶ Em Cuba, desde 1805, existia um decreto proibindo os casamentos inter-raciais que, na década de 1840, se tornou amplamente conhecido (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 105, 113-114, 118-121).

⁷ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 4. Uma expressão disso pode ser percebida nos censos que, ao longo do século XIX, abandonaram as categorias pardos e *morenos*. A partir do censo de 1861, a população estava dividida entre brancos e gente de cor (KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 93).

⁸ PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 265; CEPERO BONILLA, Raúl. *Azúcar y abolición*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales/Instituto Cubano del Libro, 1971, p. 99. Sobre conspirações e revoltas envolvendo escravos e livres de cor na primeira metade do séc. XIX, ver: GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. *La Resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845*. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, M. Dolores; NARANJO OROVÍO, Consuelo; FERRER, Ada; GARCIA RODRIGUEZ, Gloria; OPATRNÝ, Josef. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p. 276-320; e GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. *Conspiraciones y revueltas: la actividad política de los negros en Cuba, 1790-1845*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003.

No início da década de 1860, novas agitações políticas sacudiriam a colônia espanhola. Entre 1864 e 1881, várias conspirações e insurreições, com participação de negros e mulatos, livres e escravos ocorreriam na região oriental de Cuba.⁹ Nesta época, a ilha estava dividida em dois departamentos: o Ocidental, com capital em Havana, e o Departamento Oriental, com capital em Santiago de Cuba.¹⁰ O Departamento Oriental abrigava 264.520 habitantes, o que correspondia a 18,9% da população da ilha, dos quais 126.339 eram brancos, 86.403 eram livres de cor e 51.778 escravos; a maioria dos habitantes (131.181) era não branca.¹¹

Apesar das medidas segregativas da primeira metade do século terem sido estendidas a toda a ilha, alguns pesquisadores da história de Cuba argumentam que, na região oriental, as barreiras raciais não eram tão fortes quanto na ocidental. Segundo o historiador norte-americano Franklin Knight, embora os brancos do Oriente tivessem escravos, estavam menos ligados à escravidão que seus pares do Departamento Ocidental, já que suas empresas eram geralmente menores e, por terem menos necessidade de escravos e um grupo proporcionalmente maior de pessoas de cor, “os fazendeiros brancos exibiram um menor nível de racismo nos difíceis anos próximos ao fim do século”¹².

Também Aline Helg defende que, em Cuba, “a barreira racial foi mais forte onde a escravidão durou mais e os latifúndios açucareiros foram dominantes, em particular em Matanzas e Santa Clara”. Para a autora, no Oriente, a existência de uma importante população de cor livre antes de 1880, junto com uma população escrava menor (só 738 em

⁹ No ano de 1861, Cuba possuía 793.484 brancos; 232.493 livres de cor; 370.553 escravos, totalizando 1.396.530 habitantes (KIPLE, Kenneth F. *Blacks in Colonial Cuba – 1774-1899*. Gainesville: University Presses of Florida, 1976, p. 63).

¹⁰ Cuba passou por várias mudanças nas divisões políticas e geográficas durante o século XIX. Em 1827, adicionou o Departamento Central, com capital em Trinidad, aos Departamentos Ocidental e Oriental, já existentes. Em 1850, voltou à organização inicial de dois departamentos. Em 1878, abandonou-se o sistema de departamentos e a Ilha foi dividida em seis províncias: Pinar del Río, Havana, Matanzas, Santa Clara, Puerto-Príncipe e Santiago de Cuba (KIPLE, *Blacks in Colonial Cuba...*, cit., p. 19).

¹¹ PÉREZ DE LA RIVA, Juan. *El barracón y otros ensayos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975, p. 383.

¹² KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 43.

1886), distribuída em engenhos pequenos, “tendia a atenuar a barreira racial”.¹³ Do mesmo modo, o historiador cubano Moreno Fragonals argumenta que, na região oriental, havia “uma certa dissipação do preconceito de cor”¹⁴.

Com a maior parte dos estudos sobre a escravidão voltados para a região de grandes *plantations* da Ilha, poucos autores estiveram atentos à diversidade das jurisdições que compunham o Departamento Oriental, que eram muito diferentes em extensão, produção agrícola e composição demográfica.¹⁵ A população por cor estava distribuída desigualmente pelas jurisdições do Oriente, tendo Holguín maioria esmagadora de brancos enquanto na jurisdição de Santiago de Cuba uma minoria branca convivía com uma grande população de cor.¹⁶ A economia de Santiago era baseada na produção de cana-de-açúcar e de café para exportação, com escravidão. É possível dizer que Santiago de Cuba, talvez diferentemente de outras jurisdições do Oriente, experimentou o “enegrecimento” e o “medo do negro” que caracterizaram a região ocidental no início do século¹⁷ e a “polarização racial” que, progressivamente, ia moldando a sociedade colonial.

Às vésperas da Grande Guerra (1868), Santiago de Cuba vivia um “clima de guerra em meio à paz”¹⁸, até que, finalmente, a insurreição começou. Em 1868, eclodiu, na região oriental de Cuba (e nos distritos rurais de Santiago), a Primeira Guerra de Independência a que me referi quando falei da carta de Antonio Maceo. A Grande Guerra duraria dez anos (1868-1878) e transformaria para sempre a escravidão e as relações raciais na ilha. No conflito, houve grande mobilização de escravos e livres de cor; os insurretos recrutavam escravos e lograram formar um Exército Libertador multirracial. Nos territórios

¹³ Para a autora, a Guerra de Dez Anos estremeceu a base de dominação branca do Oriente ao mesmo tempo em que reforçou a barreira racial no Ocidente (HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 44).

¹⁴ MORENO FRAGONALS, Manuel. *Cuba/España, España/Cuba: historia común*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 233.

¹⁵ No Departamento Oriental, estavam situadas as jurisdições de Baracoa, Bayamo, Cuba ou Santiago, Guantánamo, Holguín, Jiguaní, Manzanillo e Las Tunas (DE LA PEZUELA, Jacobo. *Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba*. Madrid: Impr. del establecimiento de Mellado, 1863, t. 1, p. 127).

¹⁶ Holguín possuía 41.392 brancos, 7.243 livres de cor e 4.391 escravos (KIPLE, *Blacks in Colonial Cuba...*, cit., apêndice).

¹⁷ GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *Guerra de los 10 años*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales; Instituto Cubano del Libro, 1972, p. 17-18.

¹⁸ MORENO FRAGONALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 228.

rebeldes, foi instituído o casamento civil (sem qualquer impedimento inter-racial) e abolida a escravidão.¹⁹

No exército rebelde, em tese, não havia distinções raciais e a ascensão era garantida por mérito, independentemente da cor, mas, como a carta de Maceo indica, o exército rebelde não estava livre de tensões raciais. Para enfrentar as discriminações no interior da insurreição, Maceo, considerado mulato por muitos contemporâneos, reivindicou o pertencimento à “classe de cor”, termo cunhado e utilizado por crioulos brancos e autoridades coloniais.²⁰ Aquela altura, já havia ocorrido uma grande transformação no vocabulário político dos ativistas de cor. À luta contra a escravidão e as hierarquias raciais, presentes em atividades conspirativas anteriores, somaram-se os ideais da Revolução Francesa, “Liberdade e Fraternidade”, partilhado por muitas lideranças brancas da insurreição (muitos deles maçons, como Maceo). Neste momento, não havia ainda uma noção de pertencimento racial.

No início de 1878, a liderança branca da insurreição fez um acordo de saída da guerra com os espanhóis, que ficou conhecido como Pacto de Zanjón. Com o acordo, os cubanos saíam da guerra sem a independência e sem a abolição. Maceo e outros livres de cor se comprometeram, então, a continuar a guerra até que a Espanha abolisse a escravidão. Junto a brancos descontentes com o Pacto de Zanjón, Maceo e outros líderes de cor deflagraram uma nova guerra na região oriental. No conflito que ficou conhecido como Guerra Pequena (1879-1880) negros e mulatos ganharam projeção não apenas como militares em postos de comando mas como lideranças políticas da nova insurreição.²¹ Estrategicamente, os espanhóis manipularam o medo do negro e caracterizaram a nova contenda como guerra racial. Em meio aos conflitos, a Espanha aprovou duas leis de emancipação gradual: a Lei Moret (1870) e o Patronato (1880). No curso destes acontecimentos, a terminologia “classe de cor” foi cedendo o passo à noção de raça: alguns

¹⁹ MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 39.

²⁰ Sobre as tensões raciais no interior das forças rebeldes, ver: HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 75-124.

²¹ SCOTT, Rebecca J. *Grados de libertad: Cuba y Lousiana después de la esclavitud*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006, p. 107-108. Ver capítulo sobre a Guerra Pequena em: FERRER, Ada. *Insurgent Cuba: race, nation and revolution, 1868-1898*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999, p. 70-92.

insurretos de cor e outros ativistas fora do teatro da guerra passaram a se autoidentificar como “raça” ou como “raça de cor”. Nesta formulação, dois elos ligavam negros e mulatos e ajudavam a diluir as tensões; os dois grupos estavam juntos na luta contra a escravidão e partilhavam um passado comum: a África.

Outros autores já apontaram que negros e mulatos se unificaram e que “raça de cor” passou a ser incorporada pelos de baixo na reivindicação de direitos por dentro da luta anticolonial. Rebecca Scott afirma que o racismo indiscriminado dos espanhóis levou à aproximação entre negros e mulatos.²² Ada Ferrer, por sua vez, indica que o termo “de cor” foi utilizado por ativistas negros e mulatos que buscavam construir uma unidade para fins de lutas civis e pela independência.²³ Aline Helg constatou que a “percepção dos negros e mulatos cubanos como raça de cor evoluiu totalmente devido a seu papel fundamental nas guerras anticoloniais”.²⁴ Mas como isto ocorreu, especificamente, na região oriental, e os significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos a esta identidade racial ainda estava por fazer.

Como afirma Antônio Sérgio Guimarães, falar de identidade racial “envolve riscos” porque os modos de se identificar racialmente podem ser múltiplos.²⁵ No contexto que estudo, estavam em disputa o lugar da raça e da nação na construção das identidades sociais. Um líder de cor independentista de Santiago de Cuba, ao responder às acusações de que, como Maceo, pretendia fazer da luta anticolonial uma guerra racial, reivindicou a autoidentificação de brancos e não brancos como “raça cubana”, em contraposição aos espanhóis.²⁶ Do meu ponto de vista, no entanto, as alianças inter-raciais que forjaram o sentimento de pertencimento nacional não subsumiram a identidade racial; ambos foram construídos paralelamente.

²² SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 273.

²³ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 11.

²⁴ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 19.

²⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, n. 30, p. 247-269, 2003.

²⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 87.

A formulação que mais se aproxima da minha abordagem é a de Aline Helg, que argumenta que durante as lutas de independência, os de cor atuaram como “negros e cubanos”. Helg inicia as suas investigações a partir de 1886, quando a escravidão em Cuba já havia sido abolida, já existia uma imprensa negra forte na ilha e estava em curso o processo de formação do Diretório Central da Raça de Cor, que será fundado em Havana em 1887. A autora não discute, no entanto, o processo de construção da identidade racial no contexto das duas primeiras lutas anticoloniais e no ativismo dos livres de cor na luta contra a escravidão. O meu objetivo, aqui, é discutir a forma particular com que negros e mulatos de Santiago de Cuba, entre 1864 e 1881, passaram a acionar uma identidade racial.²⁷

Em Santiago de Cuba, raça foi uma “categoria política necessária” na luta contra escravidão e as barreiras raciais da sociedade colonial.²⁸ Por isto, o interesse que orienta esta tese é analisar o modo particular como os homens de cor de Santiago de Cuba se abrigaram sob o signo da “raça de cor” e as transformações no seu vocabulário político no conturbado período que vai de 1864-1881, marcado por conspirações, guerras anticoloniais e o encaminhamento da emancipação gradual. No contexto específico de luta contra a escravidão e o domínio colonial, raça passou a compor a gramática política dos ativistas contra as discriminações raciais. Este é, também, o momento, em Cuba, da formação da nação e da construção de um discurso de identidade nacional. Negros e mulatos são partícipes na formação da nação, mas, antes de subsumir raça ao sentimento nacional, forjaram paralelamente identidade racial e nacional.

O primeiro capítulo desta tese traz a apresentação dos livres de cor de El Cobre, um distrito rural de Santiago de Cuba que, posteriormente, será palco de uma conspiração. A partir da análise qualitativa de alguns testamentos, busco fazer um retrato dos livres de

²⁷ Fundado na certeza de que raças biológicas não existem, este trabalho busca entender os sentidos sociais que lhe foram atribuídos pelos sujeitos (GUIMARÃES, *Notas sobre raça...*, cit., p. 249). Como afirma Ada Ferrer, apesar de raça não ser uma categoria biológica, os sujeitos históricos do século XIX agiram como se fosse (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 10). Quando os livres de cor reivindicaram o pertencimento à raça de cor em função da descendência comum africana, eles tinham como referência a ideia de raça biológica em voga no século XIX, mas estavam ressignificando-a, positivando-a na tentativa de superar as classificações (também biológicas) baseadas na cor.

²⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 50.

cor, enfocando dados como ocupação, posse de terra e escravos e possibilidades de mobilidade social. A ideia é mostrar como a jurisdição de Santiago de Cuba, no início da década de 1860, estava marcada por hierarquias raciais. Textos de viajantes e indícios colhidos na legislação municipal de Santiago de Cuba e em fontes policiais informam como as relações entre brancos e livres de cor estavam permeadas por barreiras e tensões raciais. Este capítulo é apenas uma preparação para o estudo das conspirações da raça de cor, que começará com a discussão sobre as agitações políticas e notícias de conspirações que serão tratados no Capítulo 2.

No Capítulo 2, começo discutindo um episódio, de 1864, em que alguns escravos e livres de cor da cidade de Santiago de Cuba foram presos porque pretendiam desfilar pelas ruas da cidade com uma bandeira semelhante à do Haiti. O sentido político deste ato e a descoberta de duas conspirações envolvendo escravos são o caminho para discutir os efeitos dos eventos internacionais (e das críticas à escravidão de setores brancos da ilha) sobre a população de cor e as diferentes formas pelas quais, neste momento, se fazia a contestação à escravidão. Entre outros fatores, a Guerra de Secessão e a abolição da escravidão nos Estados Unidos representaram um novo estímulo para a gente de cor. Como veremos neste capítulo, era comum nesta época ouvir-se nos campos de Cuba a canção “Avança, Lincoln, avança: tu és nossa esperança”.²⁹

Como os estudos mais conhecidos sobre a escravidão em Cuba se restringem à região ocidental, fazendo referências esparsas ao Oriente, aproveito para discutir um pouco como os cativos viviam nos distritos rurais em Santiago de Cuba e suas conexões com os livres de cor. As fontes aqui serão, sobretudo, documentos produzidos pelas autoridades coloniais. Neste capítulo, começo a utilizar uma das fontes mais importantes em Cuba para discutir as conspirações: os processos instaurados pela Comissão Militar, que tinha como objetivo apurar os crimes de natureza política contra a ordem social e o domínio colonial.

Para apurar um plano de sublevação descoberto em El Cobre, em 1867, a Comissão Militar produziu um processo de cerca de 1.200 folhas. No Capítulo 3, a partir deste documento, discuto a precariedade dos livres de cor nas áreas rurais de Santiago de Cuba e o estreitamento das avenidas de mobilidade social, tentando explicar a sua

²⁹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 30; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 51.

participação no projeto de sublevação. A conspiração foi concebida por livres de cor que viviam em condições econômicas difíceis e que pretendiam envolver os escravos em um grande levante cujo objetivo era pôr fim à escravidão. Nestas agitações políticas e novos projetos de conspiração, contaram, bastante, a precariedade em que viviam os livres de cor e a sua aproximação dos escravos no trabalho nos engenhos e cafezais. Alguns pardos foram presos por participação na conspiração, no entanto, ainda subsistiam as clivagens internas à população de cor e tensões continuavam a dividir negros e mulatos, apesar da iniciativa de alguns indivíduos para promover sua união.³⁰ Neste capítulo, abordo a complexidade das classificações raciais, a ambiguidade da condição de pardo e o seu envolvimento na conspiração. Busco, também, entender o mote sublevar a gente de cor contra a branca, que era o “idioma da resistência” destas conspirações.³¹

No Capítulo 4, discuto a participação de escravos e livres de cor de Santiago de Cuba nas guerras anticoloniais; as fugas e a “resistência ao trabalho” como expressão da insatisfação que a saída da guerra provocou em escravos e livres de cor da região; o protagonismo dos livres de cor na Guerra Pequena e o encaminhamento, pela Espanha, da emancipação gradual. A partir dos debates parlamentares, discuto os usos do medo da guerra racial nos debates parlamentares sobre a emancipação.

A tese se encerra com um capítulo pouco estudado na história de Cuba: a repressão, em 1880-81, a uma suposta conspiração da gente de cor e a deportação de centenas de negros e mulatos para Fernando Pó, na Costa da Guiné. A partir deste episódio, discuto a condição ambígua do patrocinado e o seu potencial envolvimento em conspirações anticoloniais; como os emigrados de cor acionaram a identidade racial, agora em nível transnacional, na luta contra a escravidão; a repressão dirigida, especialmente, à raça de cor, pelas autoridades espanholas, e os significados da deportação de homens de cor para a África, quando se encaminhava o processo de emancipação.

* * *

³⁰ Os mulatos tinham mais possibilidades de adquirir propriedades e de se moverem por dentro da cultura branca. Nas conspirações de *La Escalera* (1844), negros e mulatos teriam atuado separadamente e um agente seria designado para tentar “reconciliar as duas facções” (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 20, 241-242, 251-255, 263).

³¹ Tomei emprestada esta expressão, utilizada por Paquette ao discutir *La Escalera* (*Sugar is made with blood...*, cit., p. 76).

Esta pesquisa começou de trás para frente. Na visita ao Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, tive contato com uma documentação intitulada “Conspirações da Gente de Cor”, que reúne jornais e correspondências trocadas entre o Comandante de Santiago de Cuba e autoridades coloniais, cónsules espanhóis no Caribe e o Governador Geral de Cuba. Estas fontes tratavam de supostas conspirações da gente de cor em Santiago de Cuba entre 1880 e 1881. Como eu pretendia investigar a abolição da escravidão em Cuba e as conspirações coincidiam com o período da aprovação do Patronato (última lei de emancipação gradual), deixei estas fontes em *stand by*.

No Arquivo Histórico de Madri, fiz uma extensa pesquisa sobre a emancipação; consultei as correspondências entre o Governador Geral de Cuba e o Ministro de Ultramar, alguns jornais e revistas decenais (relatórios de governadores) e *expedientes* (processos administrativos) sobre questões de liberdade. Usei pouco desta documentação na tese. No Arquivo de Madri, o que mais me ajudou foram os “Documentos da Comissão criada por Real Decreto de 15 de Agosto de 1879 para informar ao Governo acerca dos projetos de lei que haverão de se submeter às Cortes sobre reformas na ilha de Cuba”. Estas fontes me ajudaram a entender a importância que a questão racial assumiu em Cuba nos debates parlamentares sobre a emancipação.

Até aí, como a maioria dos pesquisadores sobre escravidão em Cuba, eu ainda estava interessada em investigar Matanzas e Santa Clara. Já em Cuba, descobri que o Arquivo Histórico Provincial de Matanzas estava fechado para reformas, mas a obtenção desta informação coincidiu com o feliz encontro, no Arquivo Nacional de Cuba, de processos produzidos pela Comissão Militar (espécie de tribunal militar) para apurar conspirações envolvendo escravos e livres de cor. Como ocorreu em Sevilha, novamente, esta documentação tratava de conspirações de gente de cor em Santiago de Cuba. Um destes processos, o da conspiração de 1867, de El Cobre, me chamou bastante a atenção. Eram centenas de folhas com interrogatórios, depoimentos e declarações de escravos, senhores, livres de cor, administradores das fazendas, defesa, sentença etc.; havia até registros de batismos para comprovar a origem racial de alguns acusados na conspiração. Após consulta ao meu orientador e conversas com Marial Iglesias, decidimos estudar Santiago de Cuba. A escrita da tese começou aí, no que hoje são os Capítulos 2 e 3.

Um viajante inglês, Walter Goodman, visitou Santiago de Cuba em 1864 e o seu livro, *Un artista en Cuba*, forneceu-me valiosas informações. Preocupado em descrever os costumes, Goodman estava muito atento à inserção dos negros e mulatos na sociedade santiagueira e o seu olhar de estrangeiro registrou com estranheza, o que, para alguns dos seus contemporâneos que viviam em Cuba, parecia natural. James J. O’Kelly, autor de *La Tierra del Mambí*, e Samuel Hazard, que escreveu *Cuba a pluma y lápiz*, viajantes que passaram por Santiago de Cuba no período estudado, também forneceram algumas informações.

Em Santiago de Cuba, na Biblioteca Elvira Cape, consultei alguns números dos jornais *El Redactor* e *La Bandera Española*. No Arquivo Histórico Provincial de Santiago de Cuba, pesquisei documentos organizados nas matérias escravidão, cadeias, registro civil, delitos comuns, censos de população, associações, governo provincial e municipal. Os testamentos foram as últimas fontes consultadas e são usados, sobretudo, no primeiro capítulo, para falar um pouco como viviam os livres de cor da região. Por sua vez, os primeiros documentos encontrados em Sevilha foram utilizados para escrever o capítulo final. Como disse no início desta seção, esta pesquisa começou pelo fim.

1 LIVRES DE COR E TENSÕES RACIAIS EM SANTIAGO DE CUBA

Quando o pintor inglês Walter Goodman chegou a Santiago de Cuba no ano de 1864, a ilha atravessava um período de aparente paz e prosperidade.¹ Logo, logo, esta primeira impressão seria desfeita. O pintor traçou quadros da vida cotidiana, falou dos costumes e acompanhou de perto o início da guerra de independência. Em suas páginas, é recorrente a referência à escravidão. A população da cidade de Santiago de Cuba, em 1862, era composta por 13.377 brancos (36%), 15.339 pardos e negros livres (42%) e 7.775 (22%) pardos e negros escravos. A escravidão estava presente no cotidiano da cidade e, em 1861, em 41,1% dos domicílios, havia cativos. Na cidade, os escravos estavam distribuídos nos setores de artesanato, serviços de casa, transporte e agricultura – muitos trabalhavam por jornal ou diária – e seus ofícios não diferiam muito dos exercidos pelos livres de cor.²

Santiago era uma importante praça comercial.³ Armazéns e vendas de bairro conviviam com refinadas lojas que exibiam os lançamentos da moda parisiense; aos botequins e tabernas se somavam cafés e hotéis de inspiração europeia.⁴ As ladeiras da cidade abrigavam lojas, sapatarias, padarias, drogarias, confeitarias etc. Escravos e livres de cor ocupavam as ruas oferecendo mercadorias e serviços. Goodman fala da presença de gente de cor vendendo leite, doces, tortas e pastéis “franceses” e menciona as mulatas aguadeiras, responsáveis por trazer água das fontes públicas até as casas.⁵ Samuel Hazard, viajante norte-americano que esteve em Santiago no mesmo período, registrou a impressão de serem “quase todos os vendedores negros, e em sua maioria mulheres, que trazem todo tipo de frutos”.⁶ Nesta época, a ilha estava dividida em jurisdições.

¹ GOODMAN, Walter. *Un artista en Cuba*. Havana: Consejo Nacional de Cultura; Empresa Consolidada de Artes Gráficas, 1965, p. 13.

² MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles; PERERA DÍAZ, Aisnara. *Familias, agregados y esclavos: los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861)*. p. 36, 48, 82. No prelo.

³ HAZARD, Samuel. *Cuba a pluma y lápiz*. Havana: Cultural, 1928, t. III, p. 11.

⁴ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 50.

⁵ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 48-51.

⁶ HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., t. III, p. 2. Sobre a presença de mulheres entre os vendedores ambulantes na primeira metade do século XIX, ver: MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 141.

A cidade de Santiago de Cuba pertencia à jurisdição de mesmo nome, que também abrigava os distritos rurais de El Caney, El Cobre, Enramada, Jutinicú, Yaguas e Palma Soriano. Na jurisdição de Santiago de Cuba vivia uma vigorosa população de cor: 36.030 livres de cor e 32.255 escravos somavam 68.285 negros e mulatos contra 27.743 brancos.⁷ A gente de cor compreendia mais de 2/3 da população, distribuída na cidade, vilas e área rural.



Map 1.1. Map of Cuba showing jurisdictions, 1860. (Adapted from Franklin Knight, *Slave Society in Cuba* [Madison: University of Wisconsin Press, 1970])

Figura 1 – Mapa de Cuba com jurisdições

Fonte: FERRER, *Insurgent Cuba*, p. 20.

1.1 A COMUNIDADE DE COR

Diversas clivagens dividiam os não brancos que viviam na jurisdição de Santiago de Cuba. Uma primeira distinção estava baseada na cor. Em Cuba, como no

⁷ KIPLE, Kenneth F. *Blacks in Colonial Cuba – 1774-1899*. Gainesville: University Presses of Florida, 1976, apêndice. Sobre as demais jurisdições da região oriental, ver: GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *Guerra de los 10 Años*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales; Instituto Cubano del Libro, 1972, t. I, p. 16-33.

Brasil, circulavam várias qualificações baseadas no critério da cor. Para os brancos, independente de sua origem ou condição social, era obrigatório o uso do pronome *Don*.⁸ Para a população de cor, havia um amplo leque de variações: mestiço, *moreno* (negro), *trigueño* (moreno), pardo, *chino*, mulato...⁹ Essas categorias eram definidas *a priori*, a partir da cor, mas foram manipuladas às vezes em função da posição social. O termo negro, que em Cuba também operava como sinônimo de escravo, era usado para descrever os de pele mais escura. Um pardo, em uma sociedade racialmente hierarquizada, tinha mais vantagens que um africano e um negro e podia, em algumas situações, passar por branco. Entre eles existiam hierarquizações sociais determinadas pela posse ou não de bens, de escravos, de terra etc.; por maiores ou menores possibilidades de embranquecimento; e maior ou menor aproximação com autoridades coloniais.¹⁰ Diferenças de gênero também estavam presentes. A maioria dos escravos era formada por homens que trabalhavam nas plantações enquanto a maior parte dos livres de cor eram mulheres que viviam em vilas e cidades. Havia, ainda, diferenciações em relação ao domínio das letras, à maior ou menor proximidade com a cultura espanhola ou africana etc.¹¹

Uma diferença básica era estabelecida pela condição jurídica. O relativo controle sobre o próprio corpo, o tempo e o ritmo de trabalho, a mobilidade e a autonomia distinguiam os livres de cor dos escravos. Na sociedade cubana, existiam limitações civis e

⁸ PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 43; Meriño Fuentes e Perera Díaz chamam a atenção de que, nos registros de domicílio, o pronome *Don* se reservou às pessoas de “certo relevo” e não a todos os brancos (*Famílias, agregados e esclavos...*, cit., p. 111).

⁹ *Chino* é a qualificação dada ao filho de um(a) negro(a) com uma/um mulata(o). *Trigueño* refere-se à pessoa com a cor ligeiramente mais escura ou similar ao trigo (MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 21, 72).

¹⁰ Neste capítulo, com uma abordagem qualitativa, serão analisados 40 testamentos de moradores do Distrito de El Cobre. Foram consultados todos os testamentos de pessoas de cor registrados na Escribanía de El Cobre, no período de 1861-1868, no total de 41, mas dois testadores (Manuel Calderon e Josefina Duthil) fizeram dois testamentos em diferentes momentos; foram consultados ainda 23 testamentos da Escribanía Soler y Regueiferos (onde encontrei o testamento de um morador de El Cobre) e 33 do Juizado de 1ª Instância, da cidade de Santiago de Cuba. Para um estudo dos pardos e *morenos* livres através de testamentos em Havana, ver: DESCHAMPS CHAPEAUX, Pedro; PÉREZ DE LA RIVA, Juan. Testamentaria de pardos y morenos libres em La Habana del siglo XIX. In: _____. *Contribución a la historia de la gente sin historia*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974, p. 97-110. Sobre testamentos de brancos e negros de Santiago de Cuba, ver: PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. *Entre esclavos y libres de Cuba Colonial*. Santiago de Cuba: Oriente, 2003, p. 150-154, 242.

¹¹ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 42-43.

jurídicas para o cativo; os escravos “atuavam (e eram percebidos) como sujeitos jurídicos com uma capacidade legal limitada”¹². A livre de cor Josefina Duthil possuía um *colgadizo* (telhado saído de uma parede e sustentado só por madeira) que estava em nome de sua filha Florencia; quando o comprou, se “achava constituída em escravidão”, por isto, a operação teve de ser feita por sua filha, que já estava livre.¹³ É possível que alguns cativos, em Santiago de Cuba, como Josefina, tenham tido a posse de casas, talvez até escravos, ou algumas faixas de terra, mas nenhum caso foi encontrado na documentação, o que sugere que a estratégia adotada por Josefina de contar com livres para algumas transações pode ter sido comum.

Diversos elos ligavam os livres de cor aos escravos. Muitas famílias tinham uma parte de seus membros em condição de liberdade e outros que se encontravam em cativeiro. Miguel Barteley e Maria Caridad Golfoi, livres, eram casados e possuíam um escravo. Antes de se casar com Maria, porém, Miguel havia tido três filhos com a escrava Ernestina Barteley e dois deles permaneciam em cativeiro.¹⁴ Já a livre Josefina Duthil havia conseguido libertar quatro de seus filhos, mas quatro ainda eram cativos.¹⁵ Livres e escravos estavam ligados, às vezes, por transações comerciais; operações de empréstimos e compras e pagamento de serviços “al fiado” pareciam ser comuns.

Na lista de pessoas que deviam à *morena* livre Josefa Soler, estavam os escravos Francisco (52 pesos) e Genoveba (4p e 50c).¹⁶ O escravo Vicente emprestara à

¹² DE LA FUENTE, Alejandro. La esclavitud, la ley y la reclamación de derechos en Cuba: repensando el debate de Tannenbaum. *Debates y perspectivas*, Madri, n. 4, 2004, p. 40.

¹³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 200, ano 1867, fl. 45, Vila de El Cobre, 24/10/1867. Perera Díaz e Meriño Fuentes chamam atenção de que o escravo, mesmo não sendo pessoa jurídica, podia contar com a permissão do senhor para, só ou através de um intermediário, ir até a Escribania, como foi o caso do escravo Ventura Acosta, que comprou uma casinha de tábuas e telhas em Bejucal com a anuência do seu senhor (PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, Maria de los Ángeles. Yo, el notário: sobre el poder de la escritura. *Del Caribe*, Santiago de Cuba, n. 46, p. 82-97, 2005, p. 87). De qualquer forma, estes parecem ter sido casos raros.

¹⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-1862, fl. 05, Vila de El Cobre, 15/09/1862.

¹⁵ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-1862, fl. 200, Vila de El Cobre, 24/10/1867.

¹⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, 1865, fl. 61, Vila de El Cobre, 21/12/1865.

livre Josefina Duthil a quantia de 100 pesos.¹⁷ Assim, escravos e ex-escravos se movimentavam na economia do cotidiano, comprando e vendendo produtos e serviços no varejo, conseguindo acumular alguma soma em dinheiro. José Trinidad García tinha 200 pesos que mantinha escondidos, enterrados no aposento em que dormia em seu sítio;¹⁸ a ex-escrava Manuela Brooks não possuía nenhum bem, mas tinha um vale de 100 pesos que lhe devia Samuel Brooks, outro de 200 de Samuel Moya e 200 pesos guardados na *Casa de Ahorros de Cuba* (Casa de Economia).¹⁹ Estas relações econômicas podiam ser muito importantes para os cativos. Como informa Alejandro de La Fuente, ao participarem de atividades econômicas diversas, os cativos adquiriam certos conhecimentos sobre a economia de mercado, acerca de alguns direitos postulados pelas leis espanholas aos escravos e sobre a possibilidade de recorrer às autoridades para reclamá-los.²⁰

Entre os chamados livres de cor, em Cuba, estavam os nascidos livres ou os que, através da alforria, haviam conseguido a liberdade; em Cuba, não era comum, como no Brasil, o uso do termo *liberto*, que aparece raramente na documentação. Parece que Narciso Martinella e Josefina Duthil, cujos testamentos registram a condição de *moreno(a) liberto(a)*, haviam saído há pouco tempo do cativo. Josefina tinha quatro filhas ainda escravas, três delas pertencentes à família Duthil, à qual também pertencera.²¹ A referência explícita ao passado escravo do testador não era comum.²² Vários africanos que, por terem nascido na África, denunciavam seu passado escravo, aparecem nos testamentos como *morenos* livres. *Moreno* era um termo em geral reservado aos livres, e *negro*, aos escravos.²³

¹⁷ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-1862, fl. 200, Vila de El Cobre, 24/10/1867.

¹⁸ AHPSC, PN, Soler y Regueiferos, Livro 619, ano 1867, fl. 145, 1867.

¹⁹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 201, ano 1868, fl. 19, Vila de El Cobre, 08/07/1868.

²⁰ DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 50, 54.

²¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 63, Vila de El Cobre, 1º/11/1864; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 200, ano 1867, fl. 45, Vila de El Cobre, 24/10/1867.

²² Em muitos testamentos, o passado escravo constitui um “espaço de silêncio” (PERERA DÍAZ; MERIÑO FUENTES, *Yo, el notario...*, cit., p. 93).

²³ Os termos *liberto(a)* ou *moreno(a) livre* desaparecerão da documentação produzida pelos notários após a abolição, como informam Michael Zeuske e Orlando García Martínez (Estado, notarios y esclavos en Cuba: aspectos de una genealogía legal de la ciudadanía en sociedades esclavistas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 22 abr. 2008).

Em Cuba, alguns mecanismos permitiam ao escravo a conquista da liberdade. Um deles era a alforria pia. *Madame* Margarita Johns não incluiu na declaração de bens do seu testamento os “negritos” Alejandro, Venancio, Gregorio, Manuel, Adriano e Juan, filhos de alguns dos seus escravos “porque eles foram batizados como livres, [...] havendo sido minha intenção ao concedê-la [a liberdade] gratuitamente que permanecessem ao abrigo de minha herdeira até que cumpram 25 anos”²⁴. Era possível, também, a coartação, uma prática legal que permitia aos escravos acordar com os senhores um preço definitivo para a liberdade e o pagamento a prazo do valor estipulado.²⁵ Juan Sterling tinha sete escravos, sendo Rita coartada em 466 pesos e Maria, em 536 pesos.²⁶ Em geral, não era comum encontrar escravos coartados nas grandes fazendas, pois muitos proprietários interpretavam a coartação como um privilégio concedido pelo senhor e não como um direito do escravo protegido por lei.²⁷

As alforrias em testamento eram frequentes e estavam em geral condicionadas à morte do testador.²⁸ Serafina Dugué possuía quatro jovens escravos crioulos, de 10, 14, 15 e 18 anos, e sua vontade era que, após a sua morte, fossem livres de toda servidão e passassem ao abrigo dos seus pais. O próprio testamento, neste caso, servia como documento que atestava a liberdade quando o testador expressamente declarava “servindo esta de títulos em forma”²⁹. Dois anos antes, em outro testamento, os escravos de Serafina só estariam livres seis anos após o seu falecimento “devendo estar todo este tempo a serviço, como é natural, da minha herdeira”³⁰. Era comum que os escravos fossem herdados por um tempo determinado após o qual adquiririam a liberdade. *Madame* Margarita Johns

²⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 32, Vila de El Cobre, 05/07/1865.

²⁵ KLEIN, Herbert. *Slavery in the Americas: a comparative study of Virginia and Cuba*. Chicago: University of Chicago Press, 1967; DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 56.

²⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 27, Vila de El Cobre, 21/06/1865.

²⁷ PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 63-64.

²⁸ As alforrias em testamentos eram frequentes, sobretudo entre os livres de cor (PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 152). Dos quinze testamentos de livres de cor de El Cobre que declararam possuir escravos, apenas quatro os alforriaram, quase todos sob condição. As pesquisas sobre alforria no Brasil apontam que os pequenos proprietários alforriavam mais. (SLENES, Robert W. Brazil. In: PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 120).

²⁹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 07, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

³⁰ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-2, fl. 46, Vila de El Cobre, 27/08/1862.

condicionou a liberdade de nove de seus escravos à servidão, por seis anos, para a sua herdeira.³¹

Alguns proprietários, às vezes, adicionavam ainda mais condições para a alforria de seus cativos. Este foi o caso de *Madame* Maria Micaela, que condicionou a liberdade de seus escravos, Miguel e Juan, que deveriam ser livres após o seu falecimento “sob a precisa condição de que cada um deles terá que entregar 250 pesos [...] sem que por nenhum motivo deixem de fazê-lo pois por esse feito quedará sem efeito a graça”. O valor pago pelos escravos constituiria a herança de 500 pesos de um de seus afilhados.³²

A proprietária do mulato Francisco, que desejava que ele fosse livre depois do seu falecimento, mas não antes que completasse 25 anos de idade, registrou no testamento o seu desejo, advertindo que, até cumprir a idade exigida, ele deveria estar a serviço de sua neta, ainda criança, “encarregando-lhe o melhor comportamento para fazer-se merecedor desta graça”³³. A exigência de bom comportamento não era apenas retórica. Em alguns casos, houve a revogação da promessa de alforria. A branca *Madame* Clara Rosa Pujols já havia feito um testamento “legando liberdades” a alguns dos seus escravos. Em um segundo testamento, registrou “que as liberdades que leguei quando lavrei testamento a alguns de meus escravos, deixo-as revogadas pelo presente pelo mau comportamento que têm tido”³⁴.

O caso de Serafina Dugué, que possuía quatro jovens escravos crioulos, nos diz um pouco sobre a propriedade de escravos entre as pessoas de cor em Santiago de Cuba, na década de 1860.³⁵ Em geral, os livres de cor eram pequenos proprietários de escravos, com raríssimas exceções. O tráfico de escravos para Cuba, por esta época, já estava proibido, mas a última década havia assistido a um intenso fluxo de tráfico ilegal. No entanto, como se verá nos capítulos 2 e 3, a maior parte dos africanos que chegavam ilegalmente em Cuba neste período se dirigia à região das grandes *plantations*, na parte ocidental da Ilha. Os escravos pertencentes aos livres de cor de Santiago de Cuba, na parte oriental, eram, muitas

³¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 32, Vila de El Cobre, 05/07/1865.

³² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 07, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

³³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 50, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

³⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 58, Vila de El Cobre, 1864.

³⁵ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 06, Vila de El Cobre, 27/01/1864.

vezes, crioulos e filhos dos seus escravos. Simon Vinent possuía três escravos e quatro crianças, seus filhos.³⁶ Às vezes, a posse se reduzia a uma só família de cativos, como é o caso de Tomasa de los Dolores que tinha uma escrava africana de mais ou menos 30 anos e seus dois filhos, de 9 e 13 anos.³⁷ O número de escravos crioulos era superior ao de africanos, sugerindo que os livres de cor apostavam na reprodução natural dos cativos. O preço dos africanos, neste período, era alto. Mesmo para proprietários de africanos, o número de escravos crioulos era maior. *Madame Margarita* possuía sete negros africanos, cinco escravas crioulas e três filhos da escrava Quintina.³⁸ A posse de crianças escravas também era comum; Manuel Cuebas e Luisa Demeré tinham um único escravo, uma “negrita” crioula com idade de nove a dez anos.³⁹

Outra distinção entre os livres de cor se dava quanto ao local de nascimento. O termo crioulo, usado em geral para os descendentes de europeus nascidos na América Espanhola, era usado também para os negros e mulatos, escravos ou livres, nascidos em Cuba. Outro grupo era constituído pelos africanos. Os negros, em geral os naturais da África, se dividiam também em nações. Nos testamentos da região de El Cobre, em Santiago de Cuba, o grupo mais presente eram os carbalí (ou carabalí). O *moreno* liberto Narciso Martinella e a *morena* livre Ramona Savon, africanos, pertenciam à casta carabalí.⁴⁰ Outras “nações” apareciam em menor proporção. Alguns eram de nação vivi, como Cesar Chandean e Florencia Ybar.⁴¹ Manuel Cuebas declarou ser da nação boré e

³⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 196, ano 1864, fl. 63, Vila de El Cobre, 31/10/1863.

³⁷ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 02, Vila de El Cobre, 19/01/1864.

³⁸ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 32, Vila de El Cobre, 05/07/1865.

³⁹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 35, Vila de El Cobre, 05/08/1866.

⁴⁰ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 63, Vila de El Cobre, 1º/11/1864; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 63, Vila de El Cobre, 25/03/1864. Entre os livres de cor de Havana em meados do séc. XIX que declararam a nação nos testamentos, Deschamps Chapeaux e Pérez de La Riva identificaram carabalís, lucumí, congo, arará ou mandinga, entre outros. (*Contribución a la historia de la gente...*, cit., p. 99). Em Cuba, os grupos étnicos mais comuns e as correspondentes regiões de origem eram: mandingas (Serra Leoa); minas (Costa do Ouro); lucumís (falantes Iorubá do Golfo de Benin); carabalís (Golfo de Biafra); congos (Angola) e Macuá (Moçambique). Cf. PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 37.

⁴¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 05, Vila de El Cobre, 14/02/1866; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 51, Vila de El Cobre, 27/10/1866.

Tomasa de los Dolores registrou entre seus bens uma escrava de casta conga.⁴² Todos os que declararam a nação nos testamentos eram nascidos na África.

Havia ainda outras divisões: os livres de cor procedentes da parte francesa da Ilha de Santo Domingo formavam um grupo que compartilhava origem e história de imigração comum e laços de parentesco e negócios.⁴³ Como Ti-Noel, personagem de *O Reino deste mundo*, de Alejo Carpentier, muitos escravos (boçais, ladinos e crioulos) desembarcaram em Santiago de Cuba trazidos por seus senhores brancos, que fugiam da revolução começada em Santo Domingo a partir de 1791.⁴⁴ Chegavam também mulatos livres, sobretudo após a derrota do mulato Rigaud: alguns eram proprietários de escravos e traziam algum capital que investiriam em cafezais na região.⁴⁵ Integrados à sociedade santiagueira, mantinham-se, às vezes, como um grupo distinto dos mulatos nascidos em Santiago de Cuba.⁴⁶ Na documentação, são, em geral precedidos pelos pronomes *Madame*, *Mademoiselle* e *Monsieur* e, às vezes, indicados como de origem francesa.⁴⁷ Alguns destes pardos e mulatos, em Cuba, foram proprietários e, abrigados sob a nacionalidade francesa, lograram passar por brancos.

Para Pérez de La Riva, os negros e mulatos “franceses” se cubanizaram rapidamente, integrando-se às suas respectivas castas, porque “não haviam em verdade assimilado a cultura francesa”. Ainda segundo o autor, a maior parte dos cafeicultores da região oriental se fundiu na população de cor, considerada em geral pelos censos como

⁴² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 35, Vila de El Cobre, 05/08/1866.

⁴³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 02, Vila de El Cobre, 19/01/1864.

⁴⁴ Sobre a imigração negra proveniente do Haiti em Santiago de Cuba, ver: PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 58-97.

⁴⁵ CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Sobre a Revolução do Haiti, ver: JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000; BLACKBURN, Robin. O emancipacionismo revolucionário e o nascimento do Haiti. In: _____. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 179-284; TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

⁴⁶ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 63, 233-234.

⁴⁷ Para um estudo sobre a imigração de franceses em Cuba, ver: CRUZ RÍOS, Laura. *Flujos inmigratorios franceses a Santiago de Cuba (1800-1868)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2006; e PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 375; ver capítulo sobre franceses.

⁴⁸ Cruz Ríos indica que muitos imigrantes franceses se faziam nomear por *monsieur*, *madame* ou *mademoiselle*, “como elemento probatório de sua identidade de origem” (*Flujos inmigratorios franceses...*, cit., p. 105).

crioula. Já Portuondo Zúñiga considera que os mestiços vindos do Haiti não costumavam se misturar com os mulatos livres crioulos, pois se consideravam de estirpe superior, por sua fortuna ou pela maior possibilidade de ascender socialmente.⁴⁸ O fato é que documentos da década de 1860 fazem referência à origem “francesa” de muitos negros e mulatos e ainda recorrem aos pronomes *Madame*, *Mademoiselle* e *Monsieur*, indicando que mesmo após décadas de moradia em Cuba permanecia ainda algum tipo de distinção quanto aos outros livres de cor. Alguns descendentes destes “franceses”, mesmo tendo nascido em Santiago de Cuba, ostentavam muitas vezes o pronome *Monsieur* e eram tratados como “franceses”.⁴⁹

Além disso, os não brancos podiam compartilhar com os brancos do seu grupo social dificuldades, interesses e privilégios, o que permitia e estimulava os contatos inter-raciais. É possível verificar, através da documentação, a união consensual entre brancos pobres e mulatas e negras livres.⁵⁰ Há também exemplos de matrimônios como o da livre de cor *Madame* Maria Micaela Verdri, que foi “legitimamente” casada com o branco pobre *Don* Pablo Sterling, ambos nascidos em S. Marcos, na parte francesa da ilha de Santo Domingo.⁵¹

Nos protocolos notariais, há registro de diversas transações de compra e venda de casas, terrenos e escravos entre brancos e negros e mulatos, assim como, em alguns testamentos de pessoas de cor, constam brancos como testamenteiros, credores ou devedores.⁵² É no testamento de Francisca Chandean, maior proprietária de escravos entre os livres de cor, como veremos adiante, que brancos aparecem com mais projeção. O branco *Don* José Dumas foi beneficiado com uma parte significativa da herança (a casa da Rua Enramadas) “por reconhecimento dos infinitos favores”. Dumas foi nomeado ainda primeiro testamenteiro; o segundo era *Don* Carlos, também branco. As relações entre

⁴⁸ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 385; PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 235.

⁴⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Estevan Donatien*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 106; e *Declaración de Estevan Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 108.

⁵⁰ Verena Martinez-Alier afirma que a união consensual era mais comum entre um homem branco (dos estratos inferiores) e uma mulher parda livre (*Marriage, class and colour...*, cit., p. 26); ver, também: PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 241-242.

⁵¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 48, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

⁵² PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 242.

Francisca e Dumas estavam bem fundadas em redes de parentesco – Dumas, ao que parece, era esposo de uma de suas filhas. Os “infinitos favores” e a sua nomeação como testamenteiro sugerem que ele se encarregava dos negócios da família, já que a própria Francisca não sabia assinar o nome.⁵³

Outro exemplo de relação inter-racial é o que parecia ser a união “consensual” não declarada entre a livre de cor Luisa Maria Guilbert, solteira, e o branco *Don Pablo Crombet*, também solteiro, ambos sem filhos. Luisa declarou como bem, entre outros, a metade de uma fazenda de café; a outra metade pertencia a *Don Pablo Crombet*, que foi declarado seu testamenteiro e herdeiro único e universal e que, por sua vez, também a nomeou como sua herdeira única e universal.⁵⁴

Mas as hierarquias raciais em Santiago de Cuba pareciam bem definidas. A maioria dos proprietários dos grandes engenhos e cafezais era formada por brancos. Os grandes proprietários de escravos, também. No distrito de El Cobre, em 1863, Pezuela registrou a existência de sete engenhos: nenhum deles pertencia a alguém de cor.⁵⁵ Na região oriental de Cuba, alguns livres de cor lograram possuir terras e escravos. Na jurisdição de Santiago de Cuba, em 1863, dos 880 proprietários listados pelo *Resúmen Estadístico*, 743 eram brancos e 137 de cor; dos 707 *hacendados*, 612 eram brancos e 95 de cor.⁵⁶ No distrito de El Cobre, foram listados 108 *hacendados* brancos e 31 de cor. No entanto, como já dito, entre os proprietários dos sete engenhos existentes, quatro deles movidos a vapor, não havia ninguém de cor.⁵⁷

⁵³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 50, Vila de El Cobre, 21/09/1864. Dumas é uma presença constante nos testamentos dos livres de cor do distrito de El Cobre; aparece em inúmeros testamentos na condição de testamenteiro. Talvez tenha feito uso das redes de relação da esposa, já que era casado com uma mulher de cor.

⁵⁴ Os pais de ambos eram procedentes de colônias francesas. AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-62, fl. 45, Vila de El Cobre, 27/08/1862. AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-62, fl. 43, Vila de El Cobre, 27/08/1862.

⁵⁵ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., p. 9.

⁵⁶ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resúmen Estadístico de la población, riqueza urbana, agrícola e industrial, comercio y rentas de la expresada en 1861, 1863. Hacendado*, aqui, não pode ser traduzido como fazendeiro, que no Brasil tem o sentido de grande proprietário de terras, de latifundiário que, em espanhol, corresponderia mais ao *terratiente*.

⁵⁷ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 2, p. 5-14.

Nos distritos rurais de Santiago de Cuba, era possível encontrar livres de cor na condição de proprietários de cafezais. De quarenta testamentos de livres de cor da região de El Cobre, entre os anos de 1861-1868, apenas quatro registraram a posse de cafezais. Em geral, quando os livres de cor possuíam cafezais, estes eram pequenos e com poucos escravos, como é o caso de Mr. Juan Henrique que, graças ao terreno que a segunda esposa somou ao casamento, conseguiu construir um pequeno cafezal e cacauzal e contava com apenas três escravos e alguns animais.⁵⁸ Para Guerra y Sánchez, os livres de cor que residiam no campo em condições análogas aos camponeses brancos tinham “um nível de vida mais baixo e um *status* social mais baixo também”.⁵⁹

O casal de africanos Miguel Bartelemy e Maria Caridad Golfoi possuía “um pequeno cafezal adquirido durante o matrimônio, composto de três *caballerías* de terra própria” e um único escravo, além de quatro cavalos, aves e pequenos animais.⁶⁰ Muitos dos bens dos livres de cor haviam sido adquiridos após o matrimônio, o que indica que a constituição de família, muitas vezes, pode ter contribuído para a mobilidade social. José Dolores Creagh adicionou ao matrimônio 239 pesos; sua esposa, 110; com o dinheiro, conseguiram comprar o *colgadizo* em que viviam, em terreno próprio, na Rua S. Pedro, n. 3, único bem do casal.⁶¹ Juan Sterling legou para a esposa “todos os móveis da casa para recompensá-la de algum modo o trabalho que há tido para o assunto de nossos bens”. Ao matrimônio, a esposa trouxe 800 pesos e o testador, 500. Com essa quantia, adquiriram o *colgadizo* em que viviam e sete escravos (sendo duas coartadas), que eram todos os bens do casal.⁶² O pardo livre Francisco Garcia, morador de Jutinicú, deixou metade de todos os seus bens para a sua legítima consorte “posto que com a ajuda dela chegou a obtê-los”⁶³. Inúmeros consortes não adicionaram nada ao matrimônio e, ao morrer, possuíam algum bem, a seu ver, valioso e herdável.

⁵⁸ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 34, Vila de El Cobre, 13/07/1864.

⁵⁹ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., t. I, p. 2.

⁶⁰ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1864, fl. 05, Vila de El Cobre, 15/09/1862. *Caballería* era a principal medida agrária de Cuba e equivalia a 184.412 metros quadrados e a 33 acres norte-americanos (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 4, p. 197).

⁶¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 44, Vila de El Cobre, 16/08/1864.

⁶² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 27, Vila de El Cobre, 21/06/1865.

⁶³ AHPSC, Juzgado de 1ª Instancia, Maço 700, Doc. 1, 1862.

Antonio Lafaurie legou para seu irmão apenas metade da casa do testamento de *Dona Juana Josefa Lafaurie*, provavelmente sua ex-senhora.⁶⁴ O pardo livre José Domingo Bulgar vivia no *colgadizo* que a esposa adicionou ao matrimônio e legou para os filhos “naturais” (que teve antes de se casar) um relógio de ouro, um facão, no valor de 3 *onzas* e meia, que estava em poder do branco *Don Francisco Ramos*, prateiro, e 17 *onzas* espanholas para a esposa.⁶⁵ Felipe Aniceto tinha como únicos bens o que lhe correspondia do intestado da esposa.⁶⁶ Muitos não tinham nada além do *colgadizo* em que moravam. Alguns possuíam, além do *colgadizo*, apenas alguns móveis, que legaram aos herdeiros, como foi o caso de Maria Francisca Cannet, que deixou para as irmãs uma cama de mogno e quatro cabeceiras de couro curtido, e de Genoveba Thomas, que legou os curtos móveis e efeitos dentro da casa.⁶⁷ Como afirmam Zeusque e García Martínez, “apesar de sua pobreza e das poucas heranças que tinham, muitos ex-escravos, fazendo uso do direito de dispor e contratar, se moviam estritamente dentro do terreno legal”.⁶⁸

Alguns livres de cor possuíam *estancias*, que eram fazendas pequenas onde se cultivavam unicamente raízes alimentícias, hortaliças, frutas etc.⁶⁹ Manuel Benito Medina y Calderon tinha uma pequena *estancia* situada nas imediações da Vila de El Cobre, estabelecida em $\frac{3}{4}$ de *caballería* de terra de sua propriedade. Antes, Manuel possuía uma *caballería*, mas precisou vender $\frac{1}{4}$ a Tomasa de Zayas.⁷⁰ Já Tatiana Maria de los Dolores Ortiz possuía, com o marido, uma *estancia*, na parte central de El Cobre, em 5 e $\frac{3}{4}$ *caballerías* de terra que compraram de *Monsieur Pedro Compré*, ainda sem escritura, onde criavam dez bois, três bestas e uma potranca.⁷¹ De oito *estancias* registradas em nomes de livres de cor, quatro estavam estabelecidas em terreno alugado, em geral, de pessoas

⁶⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 44, Vila de El Cobre, 11/08/1864.

⁶⁵ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-2, fl. 60, Vila de El Cobre, 20/10/1862.

⁶⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 42, Vila de El Cobre, 11/08/1865.

⁶⁷ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 25, Vila de El Cobre, 11/06/1866;

AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 50, Vila de El Cobre, 26/10/1866.

⁶⁸ ZEUSKE; GARCÍA MARTÍNEZ, *Estado, notarios y esclavos en Cuba...*, cit.

⁶⁹ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 215.

⁷⁰ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 196, ano 1861-62, fl. 03, Vila de El Cobre, 12/06/1862; AHPSC, PN, Livro 197, ano 1864, fl. 44, Vila de El Cobre, 02/09/1864.

⁷¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-2, fl. 11, Vila de El Cobre, 16/07/1861.

brancas. O liberto Narciso Martinella tinha uma *estancia* no terreno do branco *Don Roque Nuñez*.⁷² O casal Manuel Cuebas e Luisa Demenré tinha uma *estancia* no ponto de Rio Abajo, alugada ao branco *Don Marcelino Lopes*.⁷³

A propriedade de terra não era algo excepcional entre os livres de cor. Cerca de ¼ dos que registraram testamentos de El Cobre, na década de 1860, declararam posse de terra. A média de posse de terra dos livres de cor variava entre 3,5 e 7 *caballerías*. Alguns tinham pequenas faixas, como José Maria García, que possuía 3 novenas partes de uma *caballería* de terra, e o já citado Manuel Calderon, que tinha ¾ de uma *caballería*.⁷⁴ Neste mesmo período, os maiores proprietários de engenho de El Cobre possuíam 54 e 50 *caballerías*.⁷⁵ O livre de cor que registrou a maior propriedade nos testamentos registrados em El Cobre, na década de 1860, foi o pardo livre Elias Rodriguez, que possuía uma *estancia* estabelecida em 15 *caballerías* e 171.062 *cordeles* no distrito de Palma Soriano; cinco destas *caballerías* de terra, embora estivessem registradas em seu nome, pertenciam a seus filhos e genro.⁷⁶ Assim, mais uma vez, a família se destaca como importante suporte para a mobilidade e ascensão social.

Apesar de a posse de terra não ser excepcional entre os livres de cor, no Distrito de El Cobre, entre 1861-68, em quase metade dos testamentos (15), os livres de cor registraram apenas a casa ou *colgadizo* em que moravam; algumas habitações eram de *guano*, a maior parte era de telha e madeira.⁷⁷ Era muito importante registrar que a casa fora construída em terreno próprio. Alguns conseguiram adquirir mais de uma casa ou *colgadizo*, que alugavam. Os animais também aparecem com alguma frequência entre as propriedades dos livres de cor: porcos, éguas, cavalos, bois, potrancos e vacas foram registrados como bens. O liberto Narciso Martinella possuía uma *estancia* no terreno do

⁷² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1863, fl. 63, Vila de El Cobre, 1º/11/1864.

⁷³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 35, Vila de El Cobre, 05/08/1866.

⁷⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 200, ano 1867, fl. 02, Vila de El Cobre, 16/01/1867; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 196, ano 1861-62, fl. 03, Vila de El Cobre, 12/06/1862; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 44, Vila de El Cobre, 02/09/1864.

⁷⁵ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., p. 9.

⁷⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 201, ano 1868, fl. 37, Vila de El Cobre, 11/1868.

⁷⁷ *Guano*: ramos secos das diferentes espécies de palmas que existem em Cuba (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 215).

branco *Don Roque Nuñez* e nela uma vaca com dois filhos, quatro cavalos e três éguas.⁷⁸ Estes eram instrumentos importantes não só de trabalho, mas, também, de transporte. Rebecca Scott ressalta a importância da posse de um animal neste período através de um litígio promovido por uma ex-escrava no pós-abolição.⁷⁹

A posse de escravos, após a compra da casa ou *colgadizo*, parecia ser a primeira aquisição no processo de ascensão e mobilidade social dos livres de cor. Em 16 dos 40 testamentos de El Cobre há referência à propriedade escrava. A grande maioria era composta por pequenos proprietários, que possuíam entre um e quatro cativos; dois deles declararam possuir sete escravos. Neste mesmo período, o número médio de escravos nos cafezais na região oriental era de 40 cativos; os grandes cafezais possuíam 100 ou mais.⁸⁰ Como afirma Robert Slenes para o Brasil, a presença significativa de não brancos entre os proprietários de escravos é expressão do seu peso demográfico na população e revela a existência de possibilidades de mobilidade social em Santiago de Cuba.⁸¹ Entre os livres de cor, os maiores escravistas eram Luisa Maria Guilbert, *Madame* Margarita Johns e Francisca Chandean, com 11, 15 e 27 cativos, respectivamente. Não por acaso, *Madame* Margarita Johns era natural da parte francesa da ilha de Santo Domingo e Luisa Maria Guilbert e Francisca Chandean, filhas de “franceses”.

Francisca Chandean, a maior proprietária de cor, era solteira, moradora de El Cobre e, em 1864, possuía 27 cativos “de diferentes castas, sexos e idades”. Era, para a população de cor, uma grande proprietária de escravos. Possuía uma fazenda de café e cacau, estabelecida em cinco *caballerías* de terra. Francisca possuía, ainda, uma casa na

⁷⁸ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 50, Vila de El Cobre, 1º/11/1864.

⁷⁹ SCOTT, Rebecca J. Reclamando la mula de Gregoria Quesada: el significado de la libertad en los valles del Arimao y del Caunao, Cienfuegos, Cuba (1880-1899). In: MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando; SCOTT, Rebecca J.; GARCÍA MARTÍNEZ, Orlando F. (Coord.). *Espacios, silencios y los sentidos de la libertad: Cuba entre 1878 y 1912*. La Habana: Unión, 2001. p. 23-52.

⁸⁰ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 386.

⁸¹ Slenes chama a atenção de que, no Brasil, negros e mulatos enfrentavam mais dificuldades para se tornar proprietários de cativos do que os brancos, que, em geral, descendiam de senhores de escravos (*Brazil...*, cit., p. 118).

Rua Enramadas e outra na Rua del Puente, ambas na cidade de Santiago de Cuba e em terreno próprio; outra na Rua de La Habana, nº 25, em terreno de *Don Pedro*, branco.⁸²

No cotidiano, as categorias raciais podiam ser ou não acionadas, mas elas acabavam sendo estruturantes na organização política, econômica e social da Cuba colonial. Estas estruturas não eram impermeáveis e por isto é possível encontrar gente de cor ocupando papel destacado, mas estes estavam sempre sub-representados em relação à sua presença na população total. Como afirma Martinez-Alier, “havia mobilidade social, mas em seu caráter excepcional”⁸³. Segundo Knight, não parece ter havido grande mobilidade social em Cuba no século XIX; além disto, as avenidas de mobilidade estavam mais abertas àqueles capazes de “*pass as white*”⁸⁴. No caso de Santiago de Cuba, os franco-haitianos (e seus descendentes) que migraram para a região tinham mais possibilidades de aproveitar as oportunidades de ascensão social.⁸⁵ Alguns já haviam trazido algum cabedal, outros acionaram as redes de relações construídas pela história de migração comum. Não por acaso, os maiores proprietários de escravos entre os livres de cor eram “franceses” ou filhos destes. Mas mesmo estes proprietários não tinham fortunas comparáveis à dos brancos desta região. A mobilidade, mesmo excepcional, estava limitada dentro das linhas raciais.⁸⁶

Apesar de serem maioria em Santiago de Cuba, os não brancos estavam sub-representados nos setores de governo, educação e comércio.⁸⁷ Entre os *alcaldes mayores* [juízes e governadores] e municipais, advogados, agrimensores, *armeros* (fabricantes/vendedores/responsáveis pelas armas), arquitetos, *bachilleros* (licenciados/estudantes), *consules* (magistrados), *cigarreros* (pessoa que faz ou vende cigarro), empregados do governo, da Fazenda, Marinha, Polícia, Correios, Minas, caminhos de ferro, eclesiásticos, escrivães, farmacêuticos, fiscais, impressores, *horganistas* (músico que toca órgão),

⁸² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 50, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

⁸³ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 99.

⁸⁴ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 98.

⁸⁵ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit.

⁸⁶ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 98.

⁸⁷ HOWARD, Philip A. *Changing history: afro-cuban cabildos and societies of color in the Nineteenth Century*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1998, p. 16.

impressores, litógrafos, relojoeiros, retratistas e *regidores* (regente), não havia ninguém de cor.⁸⁸

Nos testamentos, emerge uma comunidade de pessoas de cor ligadas por laços afetivos, de parentesco e comerciais que propiciava também a construção de redes de solidariedade. Josefina Duthil, para adquirir a liberdade de algumas de suas filhas, contou com o apoio e a solidariedade de outros de cor. A *morena* livre Camila Bartaillé, o escravo Vicente e o negro emancipado Gabriel (consignado à empresa Carrilera de El Cobre) lhe emprestaram 100 pesos, cada um. Até o momento do registro do seu testamento, quando se encontrava “com alguns achaques”, Josefina não havia conseguido quitar as dívidas e esperava que quatro de suas filhas, já livres, “com o que ganhem procurem cumprir estes compromissos já que os contraí para a liberdade das mesmas”⁸⁹. Outro exemplo é o de Manuel Benito Medina y Calderon, proprietário de uma pequena *estancia*, que devia a Julian Gonzalez, marido de sua filha Paula, 200 pesos, “que me facilitou faz mais de oito anos para meus negócios particulares, sem haver podido ainda satisfazê-los”⁹⁰.

Josefina e Manuel são só alguns exemplos de como algumas trajetórias de mobilidade social acionavam as possibilidades de crédito. Para adquirir uma escrava, Florencia Ybar tinha 450 pesos e contou com 150 pesos que lhe emprestou Maria de la Cruz Mestre, 50 pesos, Luisa Hardy, e 150 pesos, Esperanza Rosell, cujas dívidas pagou com suas “agências e economias”⁹¹. Às vezes, quitar as dívidas era difícil e os exemplos de Josefina e Manuel demonstram como os livres de cor enfrentavam muitas vezes um processo de endividamento irreversível, arrastando dívidas por anos. Estas podiam ser contraídas dentro da comunidade de cor, com os brancos e com estabelecimentos comerciais, em geral, de propriedade dos brancos. Victoria Mustelier devia a *Don Bernardo Ortiz* 12 pesos; devia, ainda, ao estabelecimento *Baratino Villa de Madrid* e à Botica da Vila de El Cobre.⁹²

⁸⁸ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863.

⁸⁹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 200, ano 1867, fl. 45, Vila de El Cobre, 24/10/1867.

⁹⁰ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-62, fl. 03, Vila de El Cobre, 12/06/1862.

⁹¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 199, ano 1866, fl. 51, Vila de El Cobre, 27/01/1866.

⁹² AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 30, Vila de El Cobre, 24/06/1865.

Em geral, os livres de cor, como Victoria Mustelier, aparecem nos testamentos em débito com pessoas brancas. Por outro lado, os devedores dos livres de cor eram, em geral, também de cor. Próximo ao momento da morte, *Monsieur* Juan Henrique, que possuía um pequeno cafezal e três escravos, estava bastante endividado. Devia a *Don* Antonio Puente (que também foi nomeado seu testamenteiro) a quantia de 939 pesos e a *Dona* Mariana Soria, 400 pesos, ambos brancos; em compensação, era credor de pequenas quantias a pessoas de cor. A mulata Florentina, que havia sido sua escrava, lhe devia a quantia de 68 pesos; outro de cor, Félix Diner, 59 pesos.⁹³

Raros foram os casos de brancos em débito com os livres de cor. Um caso foi o de Josefa Soler, que tinha vários credores de pequenas quantias, dentre eles, *Dona* Josefa, que lhe devia 9 pesos, *Dona* Tomasa Zayas, 17, e *Don* Francisco Figueras, 37. Também deviam a Josefa os escravos Francisco, 52 pesos, e Genoveba, 4 pesos e 50 cents.⁹⁴ O grande número de pessoas e os pequenos valores devidos a Josefa sugerem que estas dívidas podiam ser resultado de algum serviço prestado, como de costureira, por exemplo. Embora os testamentos não informem a ocupação, o censo de 1846 registrou que, em cidades como Havana, Trinidad, Cienfuegos e Santiago de Cuba, os descendentes de africanos dominavam determinadas ocupações, como as de pedreiro, carroceiro, cozinheiro, açougueiro, músico, trabalhador por jornal, confeitiro/pasteleiro, sapateiro, costureira...⁹⁵

Redes de relações comerciais, de amizade e parentesco ligavam escravos e livres, africanos e crioulos, “franceses” e cubanos de cor: 30 livres de cor, que registraram testamento em El Cobre, declararam ter contraído matrimônio “legítimo” e quase todos tinham como consortes pessoas de cor. A única exceção foi *Madame* Micaela Verdri, que foi legitimamente casada com o branco pobre *Don* Pablo Sterling. Nenhum dos dois trouxe bens ao matrimônio. O casamento, no entanto, não a inseriu numa rede de relações de brancos. No seu testamento, emerge uma extensa rede de relações com a população de cor: possuía quatro escravos; legou para suas primas, também de cor, a casa em que vivia; deixou outra casa que possuía para Efigenia e Maria Josefa Pascual Verdri, que haviam

⁹³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 34, Vila de El Cobre, 13/07/1864.

⁹⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 198, ano 1865, fl. 61, Vila de El Cobre, 21/12/1865.

⁹⁵ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 16.

sido suas escravas e às quais havia dado liberdade como suas afilhadas. Tinha, ainda, um terceiro afilhado, Pablo Dulue, que morava em Burdeos, que não traz o pronome *Don*, o que sugere que também era de cor. Legou 300 pesos a Juan, conhecido como Sterling, também de cor. Seus únicos e universais herdeiros foram os escravos Miguel, Juan, Esperanza e Maria Antonia. O testamenteiro nomeado foi o branco José Dumas que, como visto acima, era casado com uma livre de cor e serviu como testamenteiro de inúmeras pessoas de cor.⁹⁶

Muitos solteiros e/ou casados sem filhos deixaram herança para afilhados ou pessoas com quem estabeleceram em vida relações de amizade e afetividade. Raros destes herdeiros eram brancos; a maioria esmagadora destes beneficiários era de cor. Este foi o caso de Serafina Dugué, que não tinha filhos e legou para Luisa Emilia Guilbert, também de cor, todos os seus bens.⁹⁷ Na grande maioria dos testamentos das pessoas de cor, a presença de brancos é residual. No testamento de Tomasa de los Dolores também aparecem relações com os brancos. Antes de se casar, em razão da “fragilidade humana”, teve dois filhos naturais. A primeira foi batizada como *expósita* (abandonada), na casa de *Don* Francisco Castilla, branco; o segundo, na casa de seu próprio pai. O testamenteiro nomeado era branco, o Licenciado *Don* Carlos Bolta. Além disso, Tomasa devia à branca *Dona* Colonia Vidal 50 onzas de ouro espanhola.⁹⁸

Alejandro de La Fuente afirma que, na Cuba pré-plantacionista, antes do *boom* açucareiro do século XIX, era frequente, nos batismos e matrimônios dos escravos, a presença de brancos como padrinhos, o que indica “a existência de redes sociais inter-raciais”⁹⁹. A presença de brancos nos testamentos, na segunda metade do século XIX, reforça este argumento. No entanto, a presença mais constante de brancos nos testamentos dos livres de cor se dava na condição de testamenteiro e/ou credor. Segundo Deschamps Chapeaux e Pérez de La Riva, os testamentos revelam redes de relações sociais “que se

⁹⁶ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 48, Vila de El Cobre, 21/09/1864. Outro branco que aparece às vezes como testamenteiro é *Don* Carlos Garay, que atuava às vezes como intérprete, pois dominava o francês. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Hilario de la hacienda Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 653.

⁹⁷ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 50, Vila de El Cobre, 27/01/1864.

⁹⁸ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 02, Vila de El Cobre, 19/01/1864.

⁹⁹ DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 55.

manifestam nas designações dos testamenteiros, que em muitas ocasiões, correspondiam a pessoas destacadas na sociedade escravista por suas atividades sócio-econômicas”¹⁰⁰. Entre os livres de cor de El Cobre, o testamenteiro, muitas vezes, era o licenciado, como foi o caso de Tomasa. Em outros casos, os livres de cor preferiram nomear como testamenteiros familiares e amigos, também de cor, como foi o caso dos *morenos* livres Simon Vinent e sua esposa que indicaram o também *moreno* livre Antonio Mustelier.¹⁰¹

A “comunidade” de cor se estruturava, também, a partir do lugar de moradia. Em Santiago de Cuba, existiam bairros conhecidos como de pessoas de cor, como Tivoly e Santo Tomás.¹⁰² No distrito de El Cobre, vários livres de cor moravam nas Ruas S. Pedro, S. Juan, R. del Puente, R. del Ángel e S. German. Serafina Dongué morava na Rua del Puente, número 16, e Luisa Maria Guilbert, no número 14. Serafina não teve filhos e nomeou sua vizinha Luisa Maria Guilbert como sua herdeira única e universal. Serafina era natural da parte francesa de Santo Domingo; Luisa era natural de Santiago de Cuba, mas sua mãe, já defunta, também havia nascido em Santo Domingo. Ambas necessitaram de intérpretes para registrar o testamento.¹⁰³ *Madame* Maria Micaela, como muitos outros de cor neste período, era procedente da parte francesa de Santo Domingo. Em seu testamento, também foi necessária a presença de dois intérpretes, *Don* Franco Dufour e *Monsieur* Nicolas Saintrivier.¹⁰⁴

Em Santiago de Cuba, neste período, muitos negros e mulatos costumavam falar uma mistura de francês com espanhol. Goodman se refere a um grupo de “mulatinhas francesas” que se divertiam no carnaval de Santiago e que, em determinado momento, se comunicaram em “francês crioulo”¹⁰⁵. Um viajante que chegou à cidade, na década de

¹⁰⁰ DESCHAMPS CHAPEAUX; PÉREZ DE LA RIVA, *Contribución a la historia de la gente...*, cit., p. 100.

¹⁰¹ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 196, ano 1863, fl. 63, Vila de El Cobre, 31/10/1863.

¹⁰² MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit.

¹⁰³ Ambas registraram os testamentos no mesmo dia e indicaram como testamenteiro *Don* Pablo Crombet, com quem Luisa parecia manter relações, já que o nomeou também seu único herdeiro. AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-2, fl. 45, Vila de El Cobre, 27/08/1862; AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, ano 1861-2, fl. 46, Vila de El Cobre, 27/08/1862.

¹⁰⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, ano 1864, fl. 48, Vila de El Cobre, 21/09/1864.

¹⁰⁵ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 134-135.

1840, se surpreendeu ao perceber que todos os que o rodeavam falavam francês¹⁰⁶. Knight informa que os escravos ladinos podiam falar espanhol ou português e, em alguns casos, francês¹⁰⁷. Em Guantánamo, o anfitrião de Hazard, um francês que chegou a Cuba depois dos eventos do Haiti, além de falar francês, inglês e espanhol, possuía “uma espécie de *jerga* [língua crioula] que falavam os crioulos, uma mescla de corrompido francês com algo de espanhol, que [era] a linguagem usual dos negros das plantações”.¹⁰⁸ Alguns africanos também. Em 1867, ainda havia escravos que só falavam francês.¹⁰⁹

A educação, em Santiago de Cuba, se dirigiu primeiro aos homens brancos e, em seguida, às mulheres de igual cor. Para os pardos e negros, havia poucas possibilidades de alcançar a instrução. Na população maior de 10 anos, somente 6% de pessoas brancas não sabiam ler e escrever, ao passo que este número subia para 69% entre os pardos e negros, apesar de estes serem a maioria em idade escolar.¹¹⁰ Um projeto de mobilidade social através da instrução enfrentaria fortes barreiras raciais. Em 40 testamentos de livres de cor registrados na Vila de El Cobre, cerca de 30 livres declararam não saber assinar.

Na cidade de Santiago de Cuba, enquanto muitas mulheres pardas e negras exerciam atividades fora do lar, as brancas, mesmo pobres, costumavam se empregar no cuidado de enfermos ou servindo de criadas, evitando o contato com o mundo exterior.¹¹¹ No distrito de El Cobre, as mulheres brancas trabalhavam como enfermeiras, lavadeiras, camponesas e, em maior número, como costureiras e dedicadas aos afazeres domésticos. As mulheres de cor, além destas atividades, exerciam as funções de cozinheiras, fazedoras de chapéus, trabalhadoras por jornal e vendedoras, nas quais não havia nenhuma mulher branca.¹¹²

Os dados levantados por Meriño Fuentes e Perera Díaz para Santiago de Cuba demonstram que 67,4% dos domicílios chefiados por mulheres pardas e negras foram qualificados como pobres, enquanto que, dentre os dirigidos por brancas, apenas 37,7%

¹⁰⁶ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 92-93.

¹⁰⁷ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 63.

¹⁰⁸ HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., p. 44.

¹⁰⁹ AHN, CM, maço 125, doc. 1.

¹¹⁰ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 172-173; 180.

¹¹¹ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 141.

¹¹² DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 2, p. 8.

estariam na mesma condição. Salientam, ainda, que os recenseadores, ao definirem quem era rico, eram influenciados pelas noções de qualidade, procedência, profissão e não apenas pela condição econômica; um comerciante branco tinha mais chances de ser considerado rico do que um carpinteiro de cor. Portanto, para os livres de cor, possuir escravos e imóveis não era condição suficiente para obter a qualificação de rico e a “consideração social”, o que mostra a dificuldade que tiveram pardos e negros não só para ter acesso à propriedade, mas, também, para adquirir o reconhecimento social quando logravam ascender socialmente.¹¹³

Em momentos de conflito, mesmo em relações aparentemente simétricas envolvendo vínculos familiares, podia ser percebida a desvantagem da cor. Justo Calaro se queixou de que estava em sua casa na fazenda *La Retreta*, em El Cobre, quando seu vizinho e parente chegou ameaçando-o com um pau e “qualificando-o com epítetos desonestos, tais como negro desavergonhado e outras palavras sujas [...] sendo isto motivo de desprestígio [...] ante sua negrada que chega ao grau de perder o respeito que se deve”¹¹⁴. Neste caso, o fato de possuir terra e escravo não foi suficiente para livrá-lo do estigma da cor. A mobilidade e a posição social não livravam os negros e mulatos da sua condição de cor e, em momentos de conflito, esta condição podia ser acionada. Mesmo para os livres de cor que tinham algumas posses, “a barreira de cor os impedia de freqüentar os salões dos brancos, de ocupar os postos públicos e de fazer parte do exército colonial”.¹¹⁵

Na cidade de Santiago de Cuba, parecia haver espaços cuidadosamente organizados para assegurar a distância e a hierarquia entre os brancos e os não brancos. Em uma rifa organizada pela Casa de Beneficência para a arrecadação de fundos, havia pessoas encarregadas de fazer chegar os bilhetes à gente de cor à qual não era permitido se reunir com os brancos em público. Nas festas oferecidas pelo violonista e compositor branco

¹¹³ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 155, 160-163, 168-169.

¹¹⁴ AHPSC, Juzgado de 1ª Instancia, maço 329, doc. 2, *Demanda de Justo Calaro contra D. Franco. Antonio Avaro em reclamo de injúrias*, Vila de El Cobre, 23/06/1868.

¹¹⁵ DUHARTE JIMÉNEZ, *Dos aproximaciones a la historia de Cuba*. Santiago de Cuba: Casa del Caribe/Imprenta de la Dirección Provincial de Cultura de Santiago de Cuba, 1984, p. 44-45, 53-54. Sobre livres de cor em Havana, ver: DESCHAMPS CHAPEAUX; PÉREZ DE LA RIVA, *Contribución a la historia de la gente...*, cit., p. 1-110.

Laureano Fuentes, negros e mulatos, exceto alguns poucos músicos, observavam da rua, pois não se permitia a entrada de negros.¹¹⁶

Nos carnavais, Goodman observou a presença de distintas *comparsas* (grupos de pessoas vestidas da mesma maneira) formadas por africanos boçais, mulatos e brancos, que saíam às ruas separadamente, embora os músicos contratados pelos diferentes grupos fossem todos negros. Nas noites de concertos oferecidos pela banda militar, as pessoas de cor se concentravam na entrada da catedral, já que não lhes era permitido juntar-se aos demais no passeio. Nas peças teatrais, os personagens negros eram representados por mulatos pintados de negro porque estes eram proibidos de atuar no teatro cubano; na plateia, havia lugares reservados para a gente de cor em bancos no fundo.¹¹⁷

Os bailes também eram cuidadosamente organizados por brancos, mulatos e negros, separadamente. É bem verdade que nos bailes de brancos havia sempre negros por perto tocando instrumentos musicais, servindo ou observando das janelas; nos bailes dos negros e mulatos, sempre se aventuravam alguns brancos bem relacionados com a classe de cor. Também nos *cabildos* negros – sociedades de ajuda mútua, protetoras, educativas, que ofereciam aos seus membros auxílio na doença, no falecimento, na obtenção de alforria etc. – havia, às vezes, a presença de “brancos instruídos como padrinhos”.¹¹⁸ Mas esta era uma sociedade organizada em linhas raciais.

Em fins de maio de 1854, o Capitão Geral de Cuba resolveu que “todos os matrimônios entre pessoas brancas e de cor tinham de esperar pela licença da autoridade superior da Ilha, ainda que não houvesse oposição dos familiares e sua condição fosse a mais ínfima do povo”.¹¹⁹ O Governador do Departamento Oriental, cuja sede era Santiago

¹¹⁶ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 59, 125-126.

¹¹⁷ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 134-138, 147, 152, 167, 171.

¹¹⁸ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 194. Nas peças teatrais e mesmo nos bailes dos brancos, Goodman faz referência à presença de músicos negros (*Un artista en Cuba...*, cit., p. 145, 172).

¹¹⁹ Uma Ordem Real deixou sem efeito essa resolução em função de contrariar o propósito da Igreja de promover o matrimônio para combater a prática do concubinato. Muitas destas uniões consensuais eram inter-raciais, “pois quase sempre eram brancos com mulatas ou negras os casais amancebados que não queriam legitimar sua união” (PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 247-249, 253-254). Martinez-Alier informa que houve rumores de que o Capitão Geral, em 1854, fez um novo decreto interpretando o de 1805 de forma mais

de Cuba, emitiu circular aos seus subordinados informando sobre o Decreto e recomendando seu pronto cumprimento, pelo “perigo desta tendência de misturar a classe branca com a de cor sob considerações religiosas”¹²⁰. Em 1855, novamente, o Governador Civil do Oriente alertou para os perigos do casamento inter-racial. Para ele, a “disseminação de ideias de igualdade da classe branca com a raça de cor coloca em perigo a tranquilidade da ilha”; ao autorizar o casamento entre as raças, os laços de “subordinação da gente de cor para com os brancos tendem a ser subvertidos e enfraquecidos”. Ainda segundo o Governador, o casamento inter-racial levaria os de cor a aspirar uma posição que a sociedade lhes negava e, como consequência, a ordem pública poderia ser perturbada.¹²¹

Ainda em meados de 1850 (entre 1852 e 1856, quando Claret y Clarà era Arcebispo de Santiago de Cuba), uma campanha da Igreja, na província oriental, pelo casamento formal de todas as pessoas que viviam em concubinato, incluindo pessoas de cor e relações inter-raciais, foi duramente criticada. Nesta campanha, cerca de nove mil casais “de todas as cores” sacralizaram a união. A campanha foi alvo de muitas críticas. Os ataques partiram de moradores e autoridades coloniais de várias partes da região oriental e tinham como alvo o Arcebispo de Santiago de Cuba e um padre envolvido na campanha, que eram acusados de agir em contradição com os seus predecessores.¹²²

Dos dados demonstrados por Martínez-Alier sobre a resistência de familiares a matrimônios inter-raciais, alguns foram apresentados em Santiago de Cuba, como foi o caso do branco José Sánchez Griñan, que se opôs ao casamento do seu irmão com uma parda, argumentando que temia pela sua própria reputação. Também na região oriental, na época da campanha pelo casamento formal, dois homens brancos que viviam em

liberal: apenas os reconhecidos como nobres seriam obrigados a obter licença oficial para se casar com uma pessoa de cor. Não há, no entanto, confirmação de que este novo decreto tenha existido. De qualquer forma, ainda em 1854, um Decreto Real determinou que o suposto novo decreto ficasse em suspenso enquanto o governo se debruçaria sobre a legislação sobre a questão (*Marriage, class and colour...*, cit., p. 28-29).

¹²⁰ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 30-31.

¹²¹ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 46.

¹²² MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 50-51.

concubinato com mulheres de cor se recusaram a casar-se com elas. O argumento de um deles é que existia uma grande diferença entre eles: ele era branco e ela, parda.¹²³

Entre as ordenanças municipais de Santiago de Cuba, de 1856, na seção Ordem Pública, se estabelecia que “quando se encontrem dois indivíduos na rua, cederá a calçada o que estiver à esquerda, a menos que sejam de distintas castas, em cujo caso cederá sempre a de cor à branca”. A multa para o descumprimento desta disposição era de um a três pesos. Aquele que usasse traje distinto a seu sexo, classe (cor) ou categoria que não fosse a sua pagaria multa de cinco a dez pesos.¹²⁴ Além disso, estava permitido, a toda pessoa branca, o porte de espada e facão, quando fosse aos povoados e vilas a cavalo, sem necessidade de licença, enquanto o *Bando de Gobernación y Policía de la isla de Cuba*, de 1842, proibia aos livres de cor “o porte de armas permitidas às pessoas brancas”¹²⁵.

Na década de 1860, apesar de estar quase em desuso, ainda era possível encontrar solicitações de atestados de pureza de sangue em Santiago de Cuba. Em junho de 1869, *Don* Santiago del Castillo y Hechavarria se dirigiu ao *Alcalde Mayor* solicitando atestado de limpeza de sangue de sua legítima filha *Dona* Maria de los Dolores Julia, argumentando ser esta

[...] filha legítima, de legítimo matrimônio, minha e de *Dona* Maria Concepcion Colás, naturais e moradores desta cidade, e que tanto nós como nossos ascendentes têm sido pessoas brancas, limpas de toda má raça, cristãs, e que nunca exerceram ofícios vis, nem desonrosos na cidade e fora dela.¹²⁶

Além disso, *Don* Santiago informou que tanto ele quanto sua legítima consorte e os ascendentes de ambos tinham sempre observado uma conduta irrepreensível “no

¹²³ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour*, cit., p. 20, 64.

¹²⁴ AHPSC, GM, livro 486, *Ordenanzas Municipales de la Ciudad de Santiago de Cuba*, Santiago de Cuba, 1856.

¹²⁵ AHPSC, GP, maço 695, doc. 8, *Sobre la licencia solicitada por D. Francisco Parra y Ramos para portar un machete*, Santiago de Cuba, 18/03/1863. Sobre a proibição do *Bando de gobernación y policía*, ver: KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 97.

¹²⁶ AHPSC, Juzgado de 1ª Instancia, maço 485, doc. 8, *Materia Registro Civil, Información promovida por Santiago del Castillo y Hechavarria para acreditar la legitimidad y limpieza de sangre de su legma. hija Da. Maria Dolores Julia del Castillo y Colás*, Santiago de Cuba, 21/06/69.

moral, no político e civil”, sendo merecedores, portanto, de toda consideração. A má raça, no contexto cubano colonial, significava origem africana e status escravo¹²⁷. Ao invés de diluir as linhas raciais, a maior presença de pardos e negros em Santiago de Cuba pode ter agudizado “o ressentimento da elite branca e sua obsessão pela pureza de sangue”.¹²⁸

Há indícios de que o cotidiano da jurisdição de Santiago de Cuba era permeado por tensões raciais. Um conflito entre a branca Joaquina Del Río y Reyes e o *moreno* Nicolás Donseré resultou em uma queixa policial. O *moreno* Nicolás foi à casa de Joaquina, que lhe devia vários aluguéis atrasados, com o objetivo de cobrar o aluguel vencido. Como Joaquina lhe pediu mais alguns dias para efetuar o pagamento, Nicolás ameaçou agredi-la e dirigiu-lhe vários xingamentos, dentre os quais “branca de *cascarilla*”¹²⁹. Na queixa apresentada à polícia, Joaquina ressaltou que as ofensas foram feitas “sem consideração de [seu] sexo e diferente classe [cor]”. A polícia concluiu as averiguações, chamando a atenção “sobre a oportunidade de impor um corretivo ao citado negro para que sirva de exemplo e não sofra detrimento o respeito que deve a classe de cor à branca e cujo particular está tão recomendado pela superioridade em recente disposição”. Nicolás foi penalizado com a multa de dez escudos.¹³⁰ Este episódio demonstra que, em uma sociedade cujas estruturas socioeconômicas se fundam em linhas raciais, mesmo um branco pobre das classes mais baixas guarda um *status* superior aos não brancos.¹³¹

O livre de cor Felix Rebollar, em 1867, teve um conflito com o administrador branco do engenho *La Cruz*; Rebollar teria soltado alguns animais que foram parar na fazenda e Mancebo os reivindicou ao Tenente. Quando voltou à fazenda, no dia seguinte,

¹²⁷ Estes atestados repetem os argumentos utilizados por pais que se opunham a casamentos interraciais de seus filhos. Apesar de este documento datar de 1869, Martinez-Alier informa que, a partir da década de 1860, a noção de pureza de sangue deixou de ser uma questão; a discriminação operaria agora em outros termos. As últimas referências a testes de pureza de sangue teriam desaparecido em 1865 (*Marriage, class and colour...*, cit., p. 16-18). Sobre pureza de sangue, ver: PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 112.

¹²⁸ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 189.

¹²⁹ *Cascarilla* era um cosmético muito usado pelas damas cubanas, feito de casca de ovo moída com água, usado no rosto e pescoço para limpar e branquear a pele (HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., t. III, p. 142); GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 49; PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 34.

¹³⁰ AHPSC, GP, Delitos Comuns, maço 425, doc. 24, *Queixa produzida por Dona Joaquina del Rio y Reyes contra Nicolas Donseré e multa imposta a este*, Santiago de Cuba, 1º/07/1867.

¹³¹ Para KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 98.

para cortar umas palmas, o livre de cor levou uma bofetada do administrador e foi colocado no *cepo*, um instrumento típico para o castigo dos escravos, ao que contestou: “que se o que lhe dava a bofetada fosse um de sua cor, lhe teria custado caro”¹³². Gloria García Rodríguez chama a atenção de que em uma zona de *plantarions*, havia “queixas de pessoas livres, em especial negros e mulatos, contra a tendência a serem assimilados no trato social aos escravos”, inclusive sendo submetidos a castigo físico.¹³³ A escravidão moldava a vida e as relações sociais dos livres de cor e informava as relações raciais.

O negro livre Nicolas Garbey, pedreiro, foi preso, acusado de golpear o Tenente branco Juan Herrero na cabeça. O agente policial afirmou que, segundo informações recebidas, Garbey era “desordeiro e amigo de faltar às pessoas brancas”¹³⁴. Já o branco Luis Gonzalez se queixou à polícia de que foi ofendido e agredido fisicamente pelo pardo livre Miguel, “vangloriando-se [este] de que gostava de bater nos brancos”¹³⁵. O negro livre Julian Hechavarría estava preso e respondia a procedimento judicial, tendo sido acusado de escândalo e ameaças contra *Don Perfecto Rizo*. O ofendido declarou que Julian era “de qualquer modo contrário aos brancos porque não é esta a primeira vez que falta e arremete contra eles”. Julian Hechavarría já havia, entre outros brancos a quem ofendera, atingido a *Don José Alvarez* com golpes de facão (*machetazos*). Para *Don Perfecto Rizo*, Julian era “capaz de qualquer coisa contra os brancos porque não perdia ocasião de faltar-lhes”¹³⁶.

O santiagoense Hippolyte Piron registrou sua impressão sobre as relações entre brancos, negros e mulatos em Santiago de Cuba:

Em Cuba há os brancos, há os que podem passar por eles, há os *cuarterones* [nascidos na América, de mestiço(a) e espanhol(a)], há os mulatos, há os *grifos* [mestiços] e, enfim, os negros. O preconceito

¹³² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Felix Rebolgar*, fl. 248. O *cepo* consistia em um enorme pedaço de madeira com orifícios onde se prendiam a cabeça, a mão e os pés, separadamente ou em combinação (KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 77).

¹³³ GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. *Conspiraciones y revueltas...*, cit., p. 235.

¹³⁴ AHPSC, GP, Polícia, maço 1806, doc. 16, *Partes de inicio de sumarios del mes de setembro*, Santiago de Cuba, 29/09/1867.

¹³⁵ AHPSC, GP, Polícia, maço 1807, doc. 5, *Partes de inicio de sumarios del mes de abril*, Santiago de Cuba, 29/04/1869.

¹³⁶ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración de Dn Perfecto Rizo en lo pertinente*, Palma Soriano, 03/09/1867.

espanhol é tão poderoso, que empurra as desgraçadas vítimas a se sentir envergonhadas de si mesmas e a se desprezar uns aos outros. Os que têm a pele branca tratam de fazer-se passar por tais, adulam aos brancos, fazem causa comum com eles e desprezam a seus irmãos de pele mais escura. Os brancos aceitam sua adulação; mas à primeira dificuldade que surja entre eles, lhes põem em seu lugar com uma só palavra – mulato! – a cor castanha ou negra é um estigma ignominioso que levam em seu corpo.¹³⁷

No início da década de 1860, as tensões raciais estavam latentes em Santiago de Cuba e de diferentes formas recomeçavam os protestos contra a escravidão. Notícias de conspirações da gente de cor contra os brancos e a escravidão, aliadas às informações sobre os últimos acontecimentos do Caribe e dos Estados Unidos, colocariam em alerta as autoridades coloniais. Este é o tema do Capítulo 2.

¹³⁷ PIRON, Hippolyte. *La isla de Cuba*, Santiago de Cuba: Oriente, 1995 p. 30, apud PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 246.

2 AGITAÇÕES E NOTÍCIAS DE CONSPIRAÇÕES

Os milhares de livres de cor que viviam na cidade de Santiago de Cuba estavam ligados aos escravos por laços familiares, de amizade e por associação em *comparsas* e *cabildos*.¹ No ano de 1864, cerca de 30 a 40 pessoas de cor, entre livres e escravos, costumavam se reunir à noite na casa de número 38 da Rua *San Mateo* para ensaiar uma *tumba*.² A *tumba* – ou baile “francês”, folguedo, brincadeira, festa ruidosa – havia sido trazida pelos escravos que vieram acompanhando os proprietários franceses fugidos da Revolução do Haiti e que se instalaram na região oriental.³ O grupo pretendia formar um *cabildo* para se divertir nas festas de São João e São Pedro e informou que tencionava formar um *cabildo carabalí*.⁴ Na véspera da festa, os livres de cor Justo Peñalves e Alejandro Castillo foram presos, junto com o escravo Severiano Rizo, e acusados de possuírem uma bandeira haitiana com a inscrição: “Viva a Esperança”.⁵ A bandeira fazendo referência ao Haiti e o lema “Viva a Esperança” eram uma crítica direta à escravidão em Cuba.

Como informa Portuondo Zúñiga, nas *comparsas* e *cabildos*, às vezes, o que menos importava era a condição jurídica; neste caso, a liderança do grupo era o escravo Severiano que, para a realização dos ensaios, já havia conseguido a autorização do Fiscal.⁶ Por este tempo, os eclesiásticos criticavam a formação dos *cabildos*, acusando-os de se

¹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 28. As *comparsas* seriam equivalentes aos nossos cordões carnavalescos. Os *cabildos* de recreio fizeram parte das festas e carnavais de Santiago de Cuba durante muitas gerações (ARRECHEA, Carmen V. Montejo. *Sociedades negras en Cuba, 1878-1960*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004, p. 43).

² ANC, CM, maço 124, doc. 3, *Sumario instruido en aberiguacion del obgeto con que tenían una bandera Meclém burguesa con el lema la Esperanza los acusados Severiano alias Molivan y consortes*, Santiago de Cuba, junho 1864. Agradeço a Marial Iglesias a indicação desta fonte. A Rua San Mateo era caminho da procissão do *cabildo carabalí osese* (PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 189).

³ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 42-43.

⁴ Para um estudo aprofundado sobre um *cabildo carabalí vivi* em Santiago de Cuba, ver: PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, Maria de los Ángeles. *El cabildo Carabalí Viví*. No prelo.

⁵ Cada *cabildo* possuía a sua bandeira (ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 40).

⁶ PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. *La Virgen de La Caridad del Cobre: símbolo de cubanía*. Santiago de Cuba: Oriente, 2008, p. 215.

preocuparem apenas com a diversão, esquecendo-se do aspecto religioso, e os padres passaram a delegar às autoridades civis a tarefa de expedir a licença competente para as festas.⁷ Ana Rizo, a senhora de Severiano, inicialmente colaborou com o grupo e, atendendo ao pedido do escravo, costurou a bandeira; porém, quando soube da intenção de colocar a inscrição “Viva a Esperança”, ordenou ao cativo que não fizesse isto. Ela percebera, de imediato, o que uma frase como esta poderia significar para os escravos em uma cidade com grande população de negros e mulatos livres e tão próxima ao Haiti.

Num ato de desobediência e convencido por seus companheiros de que não haveria mal em pôr a frase, Severiano levou a bandeira para que o pardo José Caridad escrevesse e pintasse uma borboleta verde, também conhecida em Cuba como esperança. Além da frase desafiadora, a disposição das cores escolhidas para a bandeira era idêntica à bandeira do Haiti, no período de 1859 a 1864: a faixa horizontal superior azul, a inferior *rosada* e a do centro, branca, preenchida com o lema e o desenho da borboleta.

Havia uma longa história de medo do Haiti na ilha de Cuba. A revolução dos negros que pusera fim à escravidão e, “de quebra”, ao domínio colonial francês, sempre foi vista pelas autoridades coloniais espanholas e pelos fazendeiros cubanos com temor e como exemplo do que poderia vir a ocorrer em Cuba.⁸ Por sua vez, alguns escravos e livres de cor da colônia pareciam ter tomado a experiência haitiana como inspiração. Escravos envolvidos em conspirações na primeira metade do século XIX fizeram referência direta à Revolução do Haiti.⁹ Ada Ferrer informa que, no início do século XIX, circulavam artefatos do Haiti e imagens de Toussaint L’ Overture e Dessalines entre a gente de cor de Havana.¹⁰ Mais de meio século após a Revolução Haitiana, em Santiago de Cuba, entre as músicas cantadas por negros e mulatos em suas reuniões noturnas, estava: “Por um espanhol dou

⁷ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 192, 248.

⁸ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 23.

⁹ FERRER, Ada. Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad, y esclavitud. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, M. Dolores; NARANJO OROVÍO, Consuelo; FERRER, Ada; GARCIA RODRIGUEZ, Gloria; OPATRNY, Josef. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p. 179-231; e GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 284-294. Para um estudo sobre o haitianismo no Brasil, ver: REIS, João José. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 15-39, dez./fev. 1995-96, p. 15-39.

¹⁰ FERRER, *Cuba en la sombra de Haití...*, cit., p. 228-229.

meio; por um cubano, um *doblón* [moeda de ouro]; e por um dominicano dou vida e coração!”. A canção expressava o amor que inspirava a vizinha Santo Domingo (Haiti e República Dominicana).¹¹ Em 1863, o Governador do Departamento Oriental informava que, na região, os negros frequentemente falavam o francês do Haiti, o que os fazia simpatizar com aquela república e, além disto, “muitos mulatos e negros iam e vinham como por cabotagem entre Haiti e Santiago de Cuba”¹². É significativo, portanto, que, na década de 1860, a bandeira haitiana fosse evocada como símbolo contra a escravidão.

Ao final, as investigações inocentaram Severiano, José Caridad, Justo Peñalves e Alejandro Castillo, que foram postos em liberdade. Concluiu-se que não havia nenhum objetivo político, apenas o desejo inofensivo de se divertirem nas festas de São Pedro. Ana Rizo, uma pequena proprietária de escravos branca, havia percebido imediatamente a mensagem política da bandeira.

O “sentido político” desse tipo de divertimento pode ser percebido em outro episódio. Nos carnavais, o livre de cor Guillermo Moncada costumava participar de uma *comparsa* chamada *Brujos de Limones*, em homenagem a um grupo de escravos fugidos que, no início do século XIX, haviam libertado escravos nas fazendas da região. Convidado para ser presidente da *comparsa*, declinou da oferta, preferindo ocupar o cargo de *bastonero*, que tinha a prerrogativa de usar o bastão contra quem desejasse. Moncada teria dito, então, que o bastão seria usado contra os soldados espanhóis, fazendo uma crítica direta ao domínio colonial. Anos depois, ele se tornaria um dos principais líderes de cor da luta anticolonial.¹³

O “sentido político” do evento ocorrido com a bandeira haitiana pode ser percebido, também, através dos discursos da administração colonial. Algumas autoridades argumentavam que a participação em *cabildos* e a celebração de *tumbas* eram atividades permitidas apenas aos negros de nação e proibidas aos crioulos e vaticinavam: se não estavam proibidas,

¹¹ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 129-131.

¹² PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 93, 257.

¹³ No ataque à fazenda *Limones*, nas proximidades de El Cobre, várias crianças foram mortas. As autoridades espanholas, então, usaram o evento para argumentar que os escravos fugidos eram bruxos e que mataram as crianças para rituais selvagens (FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 82).

[...] deviam estar porque o que é inocente e inofensivo e nada mais que uma recordação de sua nação pode acarretar graves conseqüências, pode ser pretexto para distúrbios e comoções nos que não têm o pretexto plausível da recordação de sua nação posto que a sua é a espanhola.¹⁴

Na conclusão do inquérito, sugeriu-se, como medida preventiva, que se opinasse ao Governador Superior Civil sobre “a necessidade e conveniência de que fosse proibido que os negros e pardos de cor crioulos tivessem *cabildos* e celebrassem *comparsas* e outras demonstrações”¹⁵. *Cabildos* e *comparsas* podiam se tornar, para os negros, ferramentas importantes de resistência e contestação ao domínio colonial.

O episódio da bandeira haitiana, apesar de não ter provocado maiores conseqüências (já que a Comissão Militar concluiu que os negros queriam apenas se divertir), revela que havia uma tensão crescente no ar. A bandeira do Haiti havia despertado suspeita, dentre outros motivos, porque, dias antes, perto dali, em algumas fazendas de Brazo de Cauto, em El Cobre, fora descoberto um plano de sublevação de escravos. O dono do cafezal *La Guadalupe* avisou ao Tenente de Brazo de Cauto que quatro negros de fazendas vizinhas haviam induzido um dos seus *contramayorales* a se unir a eles para insurreccionar os escravos de outras propriedades com o fim de “se excluïrem da escravidão”¹⁶.

¹⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 3, *Dictamen del Auditor de Guerra en Sumario instruido en averiguación...*, Havana, 20/07/1864.

¹⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 3, *Dictamen del Auditor de Guerra en Sumario instruido en averiguación...*, Havana, 20/07/1864. Segundo García Rodríguez, sempre havia sido proibido aos crioulos o ingresso em *cabildos*; além disso, em Santiago de Cuba, desde o início da década de 1860, a igreja já havia começado a negar a autorização para a formação de *cabildos* (*La resistencia...*, cit., p. 305); PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 191. Posteriormente, em 1868, uma circular do governo colonial proibiu a participação de negros crioulos em *cabildos* africanos; em 1877, uma nova circular ratificou a medida (ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 44).

¹⁶ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício de Casimiro de la Muela y Chacon ao Governador Civil e Comandante Geral do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión de esclavos en la jurisdicción de El Cobre – Comisión Militar establecida, con tal motivo, en Cuba*, Santiago de Cuba, 17/06/1864. Em alguns processos instaurados para apurar supostas conspirações na Ilha emergiram alianças entre livres de cor e brancos na luta contra a escravidão. Os brancos Miguel Perez e Pedro Betancourt Viamonte foram presos em Porto Príncipe, na região central da Ilha, junto com os escravizados Apolo e Luis, em novembro de

A hierarquia das propriedades escravistas, segundo García Rodríguez, era composta pelo administrador (quando a fazenda era importante); pelo *mayoral* (feitor) que, às vezes, acumulava a função de feitor e administrador e era responsável pelas atividades produtivas e pelo manejo da escravaria – reservando-se a ele as funções de direção; e o *boyero*, que substituía o *mayoral* em caso de necessidade. O *contramayoral* (capataz) tinha a responsabilidade de supervisionar a rotina diária da fazenda, inclusive de aplicar castigos e evitar fugas dos escravos, costumando haver vários *contramayorales* em uma mesma fazenda. Muitos *contramayorales* eram escolhidos entre os escravos e tiveram participação em algumas das revoltas e conspirações escravas.¹⁷

Após a denúncia, foi instaurada uma Comissão Militar para apurar a sublevação. O Governador Civil do Departamento Oriental comunicou ao Governador Superior Civil da Ilha a descoberta de uma conspiração de escravos em El Cobre e solicitou a nomeação de um Fiscal Militar que ampliasse o inquérito e o instrísse sobre o que fosse descobrindo.¹⁸ O principal acusado da rebelião era o escravo Nelson, da fazenda *La*

1864, acusados de *conato* de sublevação de escravos em demanda por sua liberdade. ANC, CM, maço 124, doc. 7, *Contra los negros esclavos Manuel, de Don Agustin Velazco, Luis, de Don José Antonio Rodriguez, Apolo, de Don Rafael Wilson, y paisanos Don Betancourt Viamonte e Don José Miguel, acusados de conato de sublevación de esclavos, en demanda de su libertad*, Porto-Príncipe, 20/11/1864. Ao final, concluiu-se que o projeto de conspiração se reduzia a conversas de três negros escravos que “trataram de seduzir a seus companheiros para se levantarem [no] Natal proclamando a emancipação da escravidão. Os três escravos foram condenados a cem, cinquenta e vinte e cinco açoites, com dois anos, um e seis meses de *cadena* e *grillete* na propriedade de seus donos, respectivamente, de acordo com a culpabilidade de cada um. ANC, CM, maço 124, doc. 4, *Expediente sobre el proyecto de conspiración en Puerto Principe entre la raza de color. Comisión Militar establecida para entender en la causa*, Havana, 27/03/1865.

¹⁷ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 240-244; KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 71. Entre os 91 *contramayorales* registrados no *Resúmen Estadístico* da jurisdição, 51 eram brancos e 40 eram de cor. ANC, Governo Geral, maço 344, doc. 16.691, *Resúmen Estadístico de la población...*, 1863.

¹⁸ A Real Ordem de 5 de janeiro de 1856 autorizava o Governador Superior da Ilha a restabelecer a Comissão Militar em casos extraordinários. ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Telegrama do Governador Civil do Departamento Oriental ao Governador Superior civil de Cuba en Expediente sobre el conato de rebelión...*, Santiago de Cuba, 18/06/1864. A Comissão Militar Executiva e Permanente foi criada em março de 1825 para lutar contra as sublevações das escravarias (TARDIEU, Jean-Pierre. *Morir o dominar: en torno al reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866)*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert Verlag, 2003, p. 117). A criação da Comissão Militar, um tribunal militar especial, foi uma resposta da Espanha aos movimentos separatistas nas colônias e visava punir crimes contra a ordem social e a

Guadalupe. O Fiscal Militar percorreu as fazendas *Guadalupe, Pilon de Cauto, Esperanza, Prosperidad, Diamante, Eliseo e Armonia* e concluiu que as escravarias apresentavam subordinação e bom espírito.¹⁹

É difícil descobrir o nível de agitação no interior das fazendas. Os donos de escravos, em geral temerosos de que um procedimento judicial levasse à condenação e consequente perda dos escravos, costumavam ocultar das autoridades tudo o que pudesse levar à prisão dos cativos. Este informe de que a escravaria se encontrava obediente e subordinada foi relativizado pelas autoridades coloniais:

[...] a Seção que não duvida da boa fé do conteúdo destas partes, não pode menos de chamar a superior atenção de V. E. sobre uma circunstância que sucede em casos desta natureza nas propriedades onde há escravos: é esta que os donos delas temerosos de que um procedimento judicial lhes faça perder seus escravos [...] e ocultar à autoridade tudo aquilo que pode dar origem à prisão dos delinquentes, e não por que pretendam ser cúmplices deles, senão p[ar]a evitar-se perdas [...]. Crê, portanto, a Seção que convém fazer-lhe esta indicação ao Com[andan]te G[e]ral do Dep[artamen]to Oriental, não com outro objetivo que com o de que se dobre sua vigilância p[ar]a evitar todo engano que mais tarde possa trazer funestas consequências.²⁰

Muitos amos preferiam ocultar as agitações no interior dos engenhos e cafezais, não só por medo de perder os escravos, como também para não ter que arcar com as custas dos processos. Além disto, temiam os “excessos da repressão” que lhes podiam trazer mais prejuízos que os distúrbios provocados pelos escravos.²¹

O responsável pelas investigações concluiu que havia se inteirado “da classe e número de empregados das mencionadas fazendas e em todas há [número] de suficientes pessoas de [sic] brancos para sua administração, desfrutando de uma completa confiança

tranquilidade pública, independente da cor dos acusados. Ela atuava na apuração de crimes de natureza política e foi um importante instrumento contra atividades conspirativas anticoloniais e antiescravistas (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 49, 125-126).

¹⁹ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício do Fiscal da Comissão Militar ao Comandante Geral do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión...*, con tal motivo, en Cuba, Santiago de Cuba, 04/07/1864.

²⁰ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Nota no ofício do Comandante Geral do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión...*, Havana, 19/07/1864.

²¹ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 16, 117.

dos chefes”²². O Fiscal disse, ainda, que fora informado pelos amos “que o motivo de não ter havido tanta subordinação como se devia nas fazendas *Pilon de Cauto* e *Esperanza*, há sido pelo demasiado carinho com que as donas das mesmas têm tratado seus escravos, havendo criado a maior parte deles”; dos cinco réus presos, quatro pertenciam às referidas fazendas. O Fiscal informou que nestas propriedades não havia visto nenhum homem branco e que tanto as donas como os administradores e os *mayorales* eram gente de cor.²³ Como veremos no Capítulo 3, estas fazendas pertenciam a livres de cor “franceses”, provenientes de São Domingos, que, dentro da população de cor, possuíam melhor condição social.

A presença de negros e mulatos ocupando o papel de feitores feria a rígida hierarquia social que se tentava impor e afligia os moradores e as autoridades coloniais. Uma carta anônima de um morador de Santiago de Cuba redigida em 1842 lamentou o fato de muitos proprietários de escravos terem *mayorales* de cor, sobretudo em Guantánamo.²⁴ Muitos fazendeiros, com o objetivo de diminuir despesas, “confiavam a vigilância da escravaria a um negro ou mulato livres”, um costume que era visto como ameaça à paz social pelo governo Superior que, havia algum tempo, tentava eliminá-lo. Dez anos antes, em agosto de 1832, o Capitão Geral concedeu um mês aos donos de engenho para que contratassem *mayorales* brancos, sob pena de multa de cem pesos. Este decreto foi publicado, por três vezes, no *Diario de La Habana* e uma circular foi enviada a todos os capitães dos distritos. Segundo Tardieu, até 1839, o Decreto não era cumprido. Em 1842, a situação seguia igual. Uma das razões para isto se devia ao fato de que os donos das pequenas fazendas, que possuíam poucos escravos, não podiam arcar com os custos de contratar um trabalhador branco.²⁵

²² ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício de Victor Tarasena ao Governador Civil do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión...*, Braço de Cauto, 18/06/1864.

²³ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício do Fiscal da Comissão Militar ao Comandante Geral do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión...*, Santiago de Cuba, 04/07/1864.

²⁴ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 114.

²⁵ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 119. Dois anos depois da repressão *La Escalera*, quando milhares de livres de cor tinham saído da ilha, cerca de 7% dos feitores e 12% dos administradores das fazendas eram livres de cor (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 40).

Concluiu-se que este projeto de insurreição não tinha grandes proporções e se reduzia a alguns cativos de diferentes fazendas sem seguidores; quatro escravos foram presos. Ao final, deduziu-se que a conspiração descoberta era “um feito isolado e sem ramificações”²⁶. Os donos das fazendas reconheceram o “papel pedagógico” que a presença da Comissão Militar representava nos campos e agradeceram “infinitamente a visita desta comissão [pela] saudável pressão moral que sua presença havia de exercer sobre suas negradas fazendo-lhes conhecer a proteção instantânea que o governo concedia a seus donos”. A notícia do projeto de sublevação de El Cobre se espalhou rapidamente na jurisdição de Las Tunas e também na região oriental, sobretudo entre a gente de cor, que “não cessa de repetir que a escravidão está para terminar para sempre”²⁷.

Nesse mesmo período, a prisão do pintor inglês Walter Goodman, um seu amigo e um criado negro foi, também, resultado da apreensão em que se encontravam as autoridades coloniais quanto a uma possível insurreição. Os três faziam uma visita ao Castelo do Morro quando foram surpreendidos pelos guardas e levados à prisão como suspeitos de serem espiões e de portarem planos topográficos das fortificações do Castelo.²⁸ A prisão de Goodman revela, mais uma vez, a tensão existente, pois se obtinha “geralmente

²⁶ As fazendas envolvidas foram: *Guadalupe, Pilon de Cauto, Esperanza, Prosperidad, Diamante, Eliseo e Armonía*. ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício de Victor Tarasena ao Governador Civil do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión...*, Braço de Cauto, 18/06/1864.

²⁷ As suspeitas sobre a celeridade com que se espalharam pela vila informações sobre a conspiração recaíram sobre a família Agüero e Don Serapio Arteada, residentes em El Cobre e em Las Tunas, desafetos ao governo e à Espanha. AHPSC, GP, maço 48, doc. 7, *Ofício do Tenente Governador Político e Militar de Las Tunas, Frederico María, ao Governador Civil do Departamento Oriental*, Las Tunas, 26/06/1864.

²⁸ Na tarde do dia 25 de junho, Walter Goodman, seu amigo Joaquín Cuadras e o negro Julian visitavam o Castelo e solicitaram permissão para passar à cantina, que se encontrava no interior deste; negada a solicitação, retiraram-se tomando um caminho diferente do da chegada, o que despertou a atenção do Comandante que enviou um subordinado para observá-los. Ao ser informado que os visitantes faziam prolixas observações sobre o forte e suas atividades, o Comandante determinou, preventivamente, a prisão (*Un artista en Cuba...*, cit., p. 73-86); ANC, CM, maço 124, doc. 6, *Ofício do Comandante do Castelo do Morro ao Governador Geral e Comandante Geral Interino do Departamento oriental em Sumario instruído en averiguación de la conducta observada por los paisanos Don Joaquin Cuadras, Don Walter Goodman y el negro Julian en la tarde 25 del corriente en la Fortaleza del Castillo del Morro de Cuba*, Santiago de Cuba, 26/06/1864. Portuondo Zúñiga faz referência ao episódio com a bandeira haitiana, ao projeto de sublevação em Braço de Cauto e à prisão de Walter Goodman (*Entre esclavos y libres...*, cit., p. 263).

permissão de visitar o Castelo, solicitando-a do oficial de guarda, em especial se se apresenta alguém como um estrangeiro”²⁹. A suspeita em relação ao inglês podia estar ligada à forte pressão que a Inglaterra fazia contra o tráfico ilegal de escravos e a escravidão.³⁰

Esses episódios aparentemente isolados ocorreram em um contexto explosivo. O medo do Haiti, muito presente no período pós-revolução, era agora realimentado pelos últimos acontecimentos no Caribe e na América do Norte. A Guerra de Restauração, em Santo Domingo, e a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, pairavam sobre a Ilha.³¹ Como afirma Moreno Friginals, entre 1860-1865, Cuba viveu “uma atmosfera de guerra em meio à paz”³².

Para Gloria García Rodríguez, na primeira metade do século, “a atividade conspirativa e rebeliões dos negros, livres ou escravos, pouco deviam à influência da propaganda estrangeira”. A rebeldia e a resistência seriam geradas pelo próprio sistema, como produto da realidade da Ilha.³³ As condições de vida e trabalho, sem dúvida, levaram muitos negros a conspirar³⁴ e muitos dos levantes eram motivados pelos abusos cometidos pelos *mayorales*.³⁵ No entanto, além destes fatores, os eventos ocorridos em Santiago de Cuba, na década de 1860, parecem ter sido inspirados, também, por experiências vividas fora da Ilha.

A Guerra de Secessão dividia os Estados Unidos e colocava a questão da escravidão na ordem do dia. Em 1º de janeiro de 1863, a Proclamação da Emancipação nos Estados Unidos retirou um forte argumento para a defesa da escravidão na Ilha.³⁶ Através do *El Redactor*, jornal pertencente à *Sociedad Amigos del País*³⁷, os santiagueiros ficavam sabendo das últimas notícias sobre a guerra. As informações sobre as sublevações na

²⁹ HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., t. III, p. 6.

³⁰ Em 1844, a participação do cônsul inglês nas conspirações de *La Escalera* já havia sido apontada pelas autoridades coloniais espanholas. PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit.; KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit.

³¹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 27-28, 30-31.

³² MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 228.

³³ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 305.

³⁴ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 9.

³⁵ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 140.

³⁶ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 56.

³⁷ CRUZ RÍOS, *Flujos inmigratorios franceses...*, cit., p. 16.

Jamaica, sobre as guerras nos Estados Unidos e em Santo Domingo haviam deixado a população de cor agitada. A vizinha Santo Domingo estava em guerra contra a Espanha, que tentava reaver o domínio colonial na parte espanhola da ilha; em 1865, os espanhóis foram derrotados. A metrópole havia feito de Santiago de Cuba o seu centro logístico nesta guerra e a derrota espanhola foi vista de perto pelos habitantes da cidade.³⁸ Soldados espanhóis, feridos e derrotados, se hospedaram em Santiago.³⁹

As percepções sobre a Guerra de Restauração de Santo Domingo eram permeadas por imagens raciais. Os espanhóis descreveram-na como uma guerra de raças, devido à grande presença de mulatos na luta contra a anexação de Santo Domingo à Espanha.⁴⁰ É que os negros e mulatos de Santo Domingo sabiam que as tropas espanholas vinham de Cuba, onde a escravidão era legal, e acreditavam que se os espanhóis vencessem, a escravidão seria restabelecida. Santo Domingo tinha uma população mestiça e o medo da reescravização acabou por unir muitos negros e mulatos aos brancos contra a Espanha. Nas Cortes espanholas, houve manifestações acerca do exemplo negativo que seria para Cuba a derrota do exército espanhol para hordas de “negros esfarrapados”⁴¹.

Em 1865, a vizinha Jamaica assistiu à sangrenta rebelião de Morant Bay, “quando uma multidão de negros atacou um tribunal de justiça para protestar contra as sentenças cruéis emitidas contra posseiros por magistrados locais, que eram também fazendeiros proeminentes”.⁴² Da Espanha, chegavam notícias da Sociedade Abolicionista

³⁸ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 262-263. A derrota espanhola em Santo Domingo mostrou aos cubanos como podiam se libertar da metrópole (O’KELLY, James J. *La tierra del mambi*. Havana: Instituto del Libro, 1968, p. 123).

³⁹ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 81. Esta não foi a primeira vez que acontecimentos internacionais ajudaram a construir em Santiago de Cuba um clima de agitação política; antes, Haiti e Jamaica já haviam estimulado a discussão de assuntos públicos e contribuído para uma série de conspirações (GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 277).

⁴⁰ Sobre Santo Domingo, ver: BUSCAGLIA-SALGADO, José F. *Undoing empire: race and nation in the mulatto Caribbean*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

⁴¹ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 228.

⁴² Sobre emancipação no Caribe inglês e a rebelião de Morant Bay, ver: FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro; Brasília: Paz e Terra; CNPq, 1988, p. 52 e todo o Capítulo I; HOLT, Thomas C. A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 123-126; HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 7.

Espanhola, criada em 1865.⁴³ Ainda neste ano, foram convocadas eleições para representantes na Junta de Informação que se reuniria em Madri para subsidiar o governo com informações sobre Cuba e Porto Rico, com vistas à proposição de reformas nas colônias. Em Santiago de Cuba, as eleições foram animadas, embora os eleitores se reduzissem a um pequeno número de contribuintes.

É difícil acreditar que a agitação reformista “só alcançava a população branca”, como argumenta José Luciano Franco.⁴⁴ Para Philip Foner, os negros cubanos, em especial os livres, sabiam do relatório em favor da abolição gradual dos comissionados cubanos e da Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico.⁴⁵ Em março de 1866, em Matanzas, no Departamento Ocidental, escravos de algumas fazendas se recusaram a trabalhar, reivindicando que deviam ser declarados livres pelas Cortes na Espanha. Knight atribui o fato à excitação geral dos brancos da ilha quanto à eleição de representantes para as Cortes em Madri.⁴⁶

O porto de Santiago de Cuba garantia uma intensa comunicação com o Caribe e os Estados Unidos. Vapores para a Jamaica e Santo Domingo saíam duas vezes ao mês; ocasionalmente, também saíam embarcações diretamente para Nova Iorque.⁴⁷ As embarcações partiam levando açúcar, tabaco, madeira, mel, café e cobre e voltavam trazendo mercadorias (vinhos, panos, vestidos...) e notícias.⁴⁸ Marinheiros e migrantes chegavam e circulavam pela cidade comentando os últimos acontecimentos das Antilhas; Haiti, Santo Domingo (atual República Dominicana), Jamaica e Porto Rico estavam muito próximos. Nas cidades portuárias, os livres de cor tinham boas condições de entrar em contato com pessoas e ideias revolucionárias.⁴⁹

Em Santiago de Cuba, as notícias se espalhavam rapidamente e é bem possível que os livres de cor estivessem a par do que estava acontecendo no Caribe e nos Estados

⁴³ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 79.

⁴⁴ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 33.

⁴⁵ FONER, Philip S. *A History of Cuba and its relations with the United States*. Nova Iorque: International Publishers, 1963, v. II, p. 165.

⁴⁶ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 82.

⁴⁷ HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., p. 11.

⁴⁸ CRUZ RÍOS, *Flujos inmigratorios franceses...*, cit., p. 89-92.

⁴⁹ PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 116.

Unidos. A população de cor da jurisdição parecia acompanhar de perto os últimos acontecimentos no estrangeiro. O jornal *El Redactor*, de grande circulação na região oriental, narrava, diariamente, feitos da Guerra de Secessão. Apesar da desigualdade entre pardos/negros e brancos no acesso à alfabetização, Meriño Fuentes e Perera Díaz informam que, em 16% dos domicílios de pardos e morenos analfabetos da cidade de Santiago de Cuba, na década de 1860, pelo menos uma pessoa era letrada e esta podia servir como mediadora entre os não letrados e o mundo das letras.⁵⁰

Em 7 de junho de 1866, o Governador Superior Político da ilha emitiu uma circular determinando a dissolução, tanto nas vilas quanto no campo, de toda reunião para leitura e comentários de livros e periódicos políticos. O Governador Civil do Departamento Oriental mandou publicá-la no Jornal *El Redactor* para que tivesse mais publicidade. O objetivo era impedir as discussões em torno de notícias políticas que pudessem desestabilizar o poder colonial.⁵¹ A medida tentava evitar comportamentos como o do professor de instrução primária, Domingos Suárez del Río que, em 1867, foi preso na vila de Sagua La Grande em Las Villas (posteriormente, província de Santa Clara). O professor, que era branco, foi acusado de, sob o pretexto de ensinar as primeiras letras a domicílio, “propalar doutrinas perniciosas e alarmantes contra as autoridades e o governo”, e foi preso porque, entre outras coisas,

[...] havia feito conceber a muitos escravos a necessidade de um levantamento, para que mais pronto conseguissem a qualquer custo sua liberdade e ultimamente seu exaltado espírito contra toda instituição monárquica constitucional lhe fazia censurar seus atos de um modo impróprio, comparando-os odiosamente com os da União do Norte e outras repúblicas da América.⁵²

⁵⁰ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Famílias, agregados y esclavos...*, cit., p. 173.

⁵¹ ANC, AP, maço 54, doc. 28, *Ofício do Governador Civil do Departamento Oriental ao Governador Superior Político da ilha em Expediente promovido por la circular de 8 de Junio para que no se permita en las poblaciones ni en las fincas de campo las reuniones para la lectura de libros ni periódicos*, Havana, 09/06/1866.

⁵² ANC, AP, maço 55, doc. 11, *Criminales contra Dn. Domingo Suárez y Río por propalar doctrinas contrarias a las instituciones políticas que rigen los domínios de Espanha*. Sagua la Grande, 23/07/1867, Havana, 14/03/1868.

Além disso, Suárez era acusado de, com o pretexto de ensinar aos meninos, frequentar casas de gente de cor onde se reunia com outros indivíduos do casario lendo periódicos e tratando de assuntos políticos, reuniões estas em que se tratava sobre a liberdade. Ouvia-se dizer, ainda, que o professor “não tomava café com açúcar p[or]q[ue] estava elaborado com sangue humano”⁵³. Esta fonte, apesar de se referir a outra jurisdição, revela um dos mecanismos pelos quais as notícias e ideias circulavam entre a gente de cor. Anos mais tarde, um santiagueiro que nasceu em 1840 afirmaria:

Há entre nós quem esteve em Cuba, quem teve engenhos, ou que os tenha visto, e quem creia a essa massa de negros tão ignorante para não se dar conta do que passa em seu entorno, para não saber essas coisas que o vento leva, e que não se adivinha como nem por onde vêm, mas que se sabe sempre e que lhes interessa muito o saber?⁵⁴

Com a abolição da escravidão nos Estados Unidos, as autoridades coloniais, imediatamente, passaram a temer os seus efeitos em Cuba⁵⁵, um temor que parece não ter sido infundado. José Luciano Franco menciona que se cantava nos campos de Cuba o seguinte refrão: “Avança, Lincoln, avança: tu és nossa esperança”⁵⁶.

O desfecho da Guerra de Secessão empurrou intelectuais, e até fazendeiros, por diversas razões, para um abolicionismo conservador e para a defesa da emancipação gradual e indenizada.⁵⁷ O mesmo evento ajudou a fomentar, em Cuba, um abolicionismo mais radical, com a defesa da abolição imediata e incondicional. O pintor Walter Goodman, ao narrar a sua prisão e condução à Cadeia Municipal, mencionou o contato que teve com

⁵³ ANC, AP, maço 55, doc. 11, *Criminales contra Dn. Domingo Suárez y Río...*, Sagua la Grande, 23/07/1867, Havana, 14/03/1868.

⁵⁴ Discurso de deputado Bernardo Portuondo y Barceló, eleito para as Cortes por Santiago de Cuba em 1879. AHN (Madrid), Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 36.

⁵⁵ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 31; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 51.

⁵⁶ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 30; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 51. Knight faz referência a esta canção e informa que o assassinato de Lincoln chocou tanto os escravos em Cuba que os senhores tentaram impedir qualquer manifestação pública de pesar (*Slave society in Cuba...*, cit., p. 148). Foner chama a atenção de que as notícias sobre a morte de Lincoln não faziam menção à abolição nos Estados Unidos (*A history of Cuba and its relations with the United States*. Nova Iorque: International Publishers, 1963, v. II, p. 134).

⁵⁷ CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 111-112, citando Ramiro Guerra y Sánchez, *Manual de Historia de Cuba*, p. 564; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 52.

um patriota: seu companheiro de cela, a quem descreveu como índio, por “seu cabelo muito liso e muito negro, o nariz afinado e a pele de cor *agitanada*” (semelhante à dos ciganos), que falava calorosamente sobre os temas da escravidão e do mau governo da Espanha, contou-lhe que, naquela mesma prisão, havia dois maquinistas norte-americanos acusados de envolvimento em uma conspiração da gente de cor.⁵⁸ É uma lástima que não se saiba a cor nem tenhamos mais pistas sobre estes indivíduos, mas o episódio revela o mau exemplo que os Estados Unidos podiam também representar para os negros e mulatos da região oriental de Cuba.

Neste período, havia ainda temores de que houvesse uma insurreição geral de negros no sul dos Estados Unidos. O cônsul espanhol naquele país achava os temores exagerados, já que a população branca do sul estava armada para reprimir qualquer movimento, mas considerava a situação crítica e escreveu ao Superior Governador de Cuba para tratar de uma circunstância que chamou a sua atenção. Nos Estados Unidos, havia se espalhado o rumor de que o dia de Natal havia sido assinalado para um grande levantamento de negros e, segundo o cônsul, de fato, naquele dia, ocorreram alguns conflitos parciais provocados pelos negros, na Virgínia e nas duas Carolinas, aumentando os temores da população branca do sul.

A apreensão do cônsul aumentou porque cartas do Encarregado dos Negócios da Espanha no Haiti informavam que o dia de Natal também havia sido designado no Haiti para uma insurreição geral nos países que possuíam escravos. Para o cônsul espanhol, esta e outras circunstâncias provavam não só o espírito hostil das populações negras, mas, também, a espécie de cumplicidade que ia se estendendo entre elas, cumplicidade criada e sustentada pela conspiração incessante das sociedades abolicionistas dos Estados Unidos e que, em circunstâncias dadas, poderia dar lugar a revoluções semelhantes à que acabava de se verificar na Jamaica.⁵⁹ Neste clima de instabilidade e de temor do negro, um novo

⁵⁸ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 78-81. Os maquinistas empregados nos engenhos geralmente vinham da Europa ou dos Estados Unidos (KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 70).

⁵⁹ ANC, AP, maço 227, doc. 19, *Ofício do Ministro da Espanha em Washington ao Governador Capitão Geral da Ilha de Cuba em Expediente instruído sobre temores de una insurrección de negros en el Sur de los Estados Unidos*, Washington, 29/12/1865. No Brasil, várias revoltas e

projeto de conspiração foi descoberto na região de El Cobre, desta vez envolvendo escravos, mas tendo à frente homens de cor livres.

2.1 1867: UMA NOVA CONSPIRAÇÃO EM EL COBRE

Em meados de 1867, uma nova conspiração foi descoberta na região oriental. Desta vez, os revoltosos estavam se organizando “para sair juntos no dia de São Pedro em uma *comparsa* e começar desta maneira”⁶⁰. Nas festividades de São João e São Pedro, com grande presença popular, a “alegria, as músicas, os tangos, os trajes, as gozações [...] ponches e demais coisas anexas” eram presença obrigatória.⁶¹ Todos estes ingredientes faziam sempre aumentar o temor da desordem e, com a proximidade dos dias festivos, o Governador Civil do Departamento Oriental, geralmente, ordenava que se publicasse no jornal *El Redactor* as ordenanças municipais recomendando à Polícia que vigiasse o seu cumprimento. Entre as ordenanças, expressava-se, sempre, a preocupação com o porte de armas e com o uso dos disfarces⁶², afinal, as festas de São João e São Pedro eram “ocasião de grandes reuniões de negros” e, segundo a avaliação das autoridades coloniais, sempre razão “de bulício para a gente de cor”⁶³.

A estratégia dos conspiradores era arriscada. Os rebeldes saíam do ponto conhecido como San Narciso de El Cobre, com muita gente armada, para atacar os de Enramadas, passando por Palma Soriano onde pretendiam arregimentar gente para a luta.

conspirações escravas aconteceram ou estavam previstas para acontecer no natal (REIS, *Nos achamos em campo...*, cit., p. 31-32).

⁶⁰ Portuondo Zúñiga faz uma breve descrição dos acontecimentos em El Cobre, mas estudos que discutam com mais detalhe esta conspiração parecem não existir (*Entre esclavos y libres...*, cit., p. 264-270). ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do cabo del cuartón de San Narciso al Capitan del Partido de Cuba*, 03/07/1867, fl. 37.

⁶¹ BPEC, *El Redactor*, 18/06/1864.

⁶² BPEC, *El Redactor*, 19/06/1864.

⁶³ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Expediente sobre el conato de rebelión de esclavos en la jurisdicción de El Cobre – Comisión Militar establecida, con tal objetivo en Cuba*, Santiago de Cuba, 18/06/1864. Muitas revoltas escravas no Brasil eram planejadas para dias festivos; na festa, “identidade e solidariedade coletiva eram potencializadas através de rituais que afirmavam os valores e exorcizavam as dores do grupo” (REIS, *Nos achamos em campo...*, cit., p. 31).

Nestes distritos, os negros e mulatos livres eram maioria.⁶⁴ O livre de cor Marcelino Velazquez acreditava que “atacando de surpresa não necessitava avisá-los [aos de Enramadas] pois depois de estar no burro não tinham mais remédio que aguentar os duzentos” e afirmou que já contava com quatro fazendas; Marcelino pediu à irmã que não se assustasse quando ouvisse um “grandíssimo tiroteiro”⁶⁵. No plano da sublevação, o fator surpresa era fundamental. Ao que parece, muitos daqueles que os conspiradores pretendiam arregimentar para a luta seriam comunicados no momento mesmo da revolta. Pretendia-se, também, surpreender as autoridades coloniais.

Na véspera de São João, o Governador Civil do Departamento Oriental recebeu a notícia do novo projeto de sublevação que, desta vez, envolvia escravarias de várias fazendas e gente de Santiago de Cuba. Um bilhete anônimo com a denúncia foi encontrado na casa de Arcilio Borgella e, depois de passar pelo *mayoral* do engenho *Vega Grande* e pelo Capitão do Distrito de Palma Soriano, foi enviado ao Governador. No dia 26, o Governador foi informado de que os conspiradores tentariam fazer uma reunião no ponto chamado San Narciso, em El Cobre, e que se pretendia assaltar o distrito de Enramadas naqueles dias. No dia 27, chegou a informação de que os que tentavam fazer a revolução eram Agustin Dá e Manuel Betancourt, que se encontravam no ponto San Narciso, na casa de Marcelino Velasquez, onde estavam fazendo balas e munições, e que o assalto se daria no dia de São Pedro.

A partir das denúncias, as autoridades iniciaram uma intensa perseguição. O Capitão do Distrito de El Cobre, já no dia 27 de junho, se dirigiu a San Narciso, acompanhado de dois tenentes e de uma seção da guarda municipal, e começou as investigações. Tenentes governadores do Departamento, capitães dos distritos de El Caney, Las Yaguas e Jutinicú e o Chefe de Polícia da cidade de Santiago de Cuba foram colocados

⁶⁴ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos*, p. 33. Em Palma Soriano, viviam 2.864 brancos, 2.383 escravos e 4.078 livres de cor; em Enramadas, apenas 1.090 brancos, 2.270 escravos e 3.285 livres de cor. ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863. O ponto San Narciso era referência aos terrenos da demolida fazenda San Narciso, situada no *cuarton* de Rio Frio, no distrito de El Cobre. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/02/1867.

⁶⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Caridad Velazquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

em alerta e receberam a descrição de Manuel Betancourt, Agustín Dá, Marcelino Velasquez e Carlos Rengifo, todos livres de cor, com ordem de sua prisão imediata e remissão à cadeia municipal.⁶⁶ Aos proprietários das fazendas e aos *mayorales* da região, recomendou-se maior vigilância e atenção.⁶⁷

No início de julho, uma prisão deu o golpe fatal no projeto de sublevação: sabendo que estavam à sua procura, no dia 2 de julho, Cayetano Martínez se apresentou ao Capitão do Distrito de El Cobre, foi preso e começou a falar.⁶⁸ Sendo ele enteado do principal líder da conspiração, disse às autoridades coloniais tudo o que precisavam saber: apontou Agustín Dá, de quem era enteado, Manuel Betancourt, Marcelino Velasquez, Antonio Boza e um negro chamado Rengifo, morador da cidade de Santiago de Cuba, como mentores da conspiração. O seu depoimento dá indícios de como os revoltosos pretendiam agir. Em primeiro lugar, ficou evidente que os conspiradores não possuíam muitas armas para levar a cabo a insurreição. O plano era assaltar os armazéns de Solís e Dos Caminos e as fazendas da região em busca de armas e munição. Outra descoberta é que os revoltosos apostavam na participação dos escravos para o sucesso da sublevação. O líder Agustín Dá teria dito que já contava com escravarias de engenhos de Palma Soriano.

Entre os conspiradores, havia a expectativa de que, na cidade de Santiago de Cuba, também houvesse gente se mobilizando para a insurreição. Não estava claro se a cidade também seria palco das ações; havia apenas a informação de que Carlos Rengifo contava com vários moradores da cidade de Santiago de Cuba, embora Manuel Betancourt, morador da cidade, não acreditasse muito na participação dos moradores da cidade na revolta e tivesse declarado que falou para Agustín Dá que se ele contava com os negros e mulatos de Cuba, se equivocava, porque estes eram mais “a propósito para bailes e

⁶⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Capitão de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867; *Ofício do Governador Civil do Departamento Oriental aos tenentes governadores...*, Santiago de Cuba, 1º/07/1867.

⁶⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Capitão do distrito de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, Vila de El Cobre, 07/07/1867.

⁶⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de D. Cayetano Martinez*, El Cobre, 02/07/1867.

diversões” do que para sublevações; Dá respondeu que os obrigaria à força.⁶⁹ O objetivo da ação era sublevar a população de cor contra os brancos.

Rapidamente, os revoltosos perceberam que as autoridades coloniais haviam descoberto a conspiração. Manuel Betancourt afirmou que estava na cidade de Santiago de Cuba, quando, no dia de Corpus, soube que o “assunto tomava mal aspecto” porque o Governador havia descoberto a trama e, por este motivo, marchou para o campo, para não se comprometer.⁷⁰ Cayetano Martínez informou que estava prevista uma reunião na antevéspera de São Pedro, na casa de Marcelino Velasquez, e que Dá lhe dissera “que haviam se frustrado porque parece que alguém os denunciou, mas que mesmo assim ele ia a Solis para ver se estava preparada a gente com quem contava”⁷¹.

Assim que a conspiração foi descoberta pelas autoridades coloniais, os principais acusados iniciaram uma fuga desordenada. Agustín Dá já estava fora da Vila de El Cobre desde o dia 10 de junho quando passou a viver escondido em uma fazenda abandonada (*La Agustina*), no distrito de Palma Soriano, de onde pretendia liderar a insurreição. Sabendo que estava sendo procurado, tentou enviar mensagens a outros conspiradores e levar a cabo o plano de sublevação. Seu enteado, Cayetano Martínez, havia sido um importante contato. Encontraram-se no dia 26 de junho, quando Dá lhe pediu que cobrasse dívidas em seu nome e que, com o dinheiro, adquirisse armas em um armazém. Cayetano seria também o portador de um recado para Manuel Betancourt, mas como não o encontrou, deixou um bilhete na casa do pardo Pantaleón Rodríguez (que, por este motivo, também foi implicado na conspiração). O bilhete comprometia Antonio Boza, um músico conhecido na vila, e solicitava quatro “homens bons” para irem o El Cobre trazer o *cimarrón*. O objetivo do bilhete era que fossem retirar Dá da fazenda *La Agustina* para conduzi-lo a Solis, ponto onde seria feita a reunião.⁷²

⁶⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 12/07/1867.

⁷⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 12/07/1867.

⁷¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de D. Cayetano Martínez*, El Cobre, 02/07/1867.

⁷² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Bilhete*, fl. 25. É significativo que os rebeldes tenham recorrido ao termo *cimarrón* que, em Cuba, designava o escravo fugido e cuja presença era frequente na região.

A revolta, na verdade, nunca chegou a acontecer. Tentativas desordenadas e individuais de começar o levante foram frustradas. Na madrugada de 12 de julho, nove negros fugiram do engenho *Santa Rita do Rio Grande Abajo*, de propriedade de *Don Octaviano Duany*. As autoridades foram informadas sobre notícias que circulavam de que os escravos fugidos pretendiam se reunir com os cativos dos engenhos *Burenes* e *San Felipe* para a sublevação e que havia 100 homens, entre escravos e livres, nas imediações, com o objetivo de “armar uma conspiração”. Dizia-se, também, que a escravaria da fazenda *Sitio*, em Palma Soriano, pretendia se unir à do engenho *Rio Grande*.⁷³

Dois dias antes desses eventos, Agustín Dá já estava fora de circulação. No dia 10 de julho, um grupo formado pelo Capitão do Distrito de El Cobre com o objetivo de perseguir “os perturbadores da ordem pública” o encontrou escondido na fazenda abandonada *Simpatia* e lhe deu voz de prisão. Dá teria respondido com dois tiros e, como resistiu à prisão, foi morto no local. Morria, assim, o mentor, o principal líder da conspiração e o elo entre os diversos acusados. Descrito como um homem forte – algumas testemunhas o viam como altivo e velhaco – era considerado a “alma do insensato projeto”. O encarregado de um armazém frequentado por Dá informou que ele “tinha fama de encenqueiro e parecia um negro esperto”, que inclusive sabia escrever.⁷⁴ Manuel Betancourt declarou que o temia porque soube, em El Cobre, que ele era um homem que tinha a “alma atrás”. Ele era considerado temível porque sempre andava buscando encenecas.⁷⁵ Para um pardo livre que testemunhou no processo, Dá “era um homem altivo”.⁷⁶

⁷³ Neste mesmo dia, à noite, quatro homens vestidos de branco dispararam três tiros contra *Don Felix Mancebo* (que não o atingiram), administrador da fazenda *La Cruz*. No dia seguinte, descobriu-se que fios de telégrafo haviam sido cortados no mesmo ponto em que houve os disparos. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Felix Mancebo*, Enramadas, 13/07/1867, fl. 241.

⁷⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Marin Mariné*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

⁷⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Careo: Dn. Cayetano Martínez y Anto. Boza*, Santiago de Cuba, 08/07/1867.

⁷⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Rafael Hechavarria*, Santiago de Cuba, 07/08/1867.

Após a morte de Dá, os envolvidos na conspiração foram caindo, um a um: Manuel Betancourt se apresentou na fazenda *El Mazo*, no ponto de Sevilla, em busca de trabalho, e o *mayoral*, que estava inteirado de que o estavam perseguindo, levou-o ao Tenente, que o prendeu⁷⁷; Fernando Guillet, fugido e faminto, entrou na fazenda *Madre Vieja* para comer umas mangas e foi preso pelo *mayoral*⁷⁸; e Marcelino Velasquez, outro líder da conspiração, foi morto em uma vereda próxima ao engenho *La Cruz*.⁷⁹

Alguns líderes mortos, armas apreendidas e estava debelado o projeto de insurreição. Durante as investigações, foram feitas quase quarenta prisões, mas a verdadeira dimensão da conspiração, a quantidade de pessoas envolvidas, as conexões com a cidade de Santiago de Cuba nunca foram conhecidas. De acordo com o juiz que proferiu a sentença, como o caso tocava os interesses dos proprietários ou, ainda, por um mal entendido temor destes, “não foi possível descobrir, apesar dos esforços feitos, toda a extensão do projeto dos conspiradores”.⁸⁰ As autoridades reclamavam que os moradores do campo temiam dizer tudo o que sabiam, o que dificultava as investigações e, assim, a “justiça deixa de obrar seus efeitos por falta de veracidade”⁸¹. Peças chaves da conspiração, como os líderes Agustín Dá e Marcelino Velasquez, foram mortos sem sequer serem presos. Carlos

⁷⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 12/07/2012.

⁷⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del moreno Fernando Guillet*, Santiago de Cuba, 02/08/1867.

⁷⁹ O cabo de ronda de Enramadas informou que estava de serviço na noite de 15 de julho, no caminho que ligava o engenho *San Felipe* ao *Santa Rita*, quando viu um homem de cor vindo pela linha telegráfica e gritou “quem vive”, ao que o homem respondeu com um tiro que, “por fortuna não saiu”; no ato, o cabo disparou um tiro de escopeta que atingiu Marcelino no peito. Quando morreu, Marcelino trazia armas, bala e pólvora. A morte de Marcelino Velasquez evidencia a fragilidade do projeto de conspiração. O tiro disparado por ele não saiu. As armas e pólvoras encontradas com os acusados eram de qualidade inferior. Quando morreu, Dá portava uma pistola cuja chave do canhão da direita estava inutilizada; com ele foram encontrados pólvora de mina de má qualidade. Os peritos concluíram que a má qualidade dos materiais e a antiguidade das pistolas não ofereciam segurança nos disparos. A escopeta encontrada na casa de um dos conspiradores era das comuns de caça, inteiramente inútil por seu mau estado em consequência de sua antiguidade e de seu muito uso. Foram encontrados com os conspiradores, facas e facões, comumente usados pelos trabalhadores do campo (ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1238).

⁸⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1244.

⁸¹ ANC, CM, Leg. 124, Exp. 8, *Ofício do Capitão do Distrito de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867.

Rengifo, que seria o elo com a cidade de Santiago de Cuba, fugiu sem deixar pistas e nunca foi ouvido no processo. Zacarias, um dos escravos acusados, se suicidou na prisão.

Eclipsada pela Grande Guerra anticolonial que cerca de um ano depois eclodiria na região e mudaria o curso da história de Cuba, a conspiração de El Cobre de 1867 caiu no esquecimento. Não foi investigada a fundo pelos historiadores e quase não é mencionada quando se pretende falar da história de luta e resistência da região oriental. No entanto, a conspiração deu lugar à instauração de uma Comissão Militar que gerou cerca de 1.263 folhas, incluindo interrogatórios, declarações, defesa e sentença. Como afirma Emília Viotti da Costa, “em julgamentos como esses, a acusação, a inquirição e a sentença expõem os fundamentos da ‘ordem social’ e oferecem indícios importantes para a compreensão da natureza dos conflitos sociais”⁸².

2.2 ESCRAVIDÃO NA REGIÃO ORIENTAL

Santiago era a mais importante jurisdição e a sede política do Departamento Oriental e, no ano de 1861, possuía 32.255 escravos.⁸³ A conspiração estava sendo gestada no distrito de El Cobre.⁸⁴ Os distritos de El Cobre, Enramadas e Jutinicú abrigavam engenhos e grandes e produtivos cafezais.⁸⁵ Segundo o Resumo Estatístico de 1863, El Cobre era o terceiro em número de escravos (6.257) na jurisdição, perdendo apenas para Jutinicú (7.890) e Cuba (7.775).⁸⁶ No distrito, viviam 2.277 brancos, 372 asiáticos e 11.005 negros e mulatos, incluindo livres, escravos e emancipados, ou seja, quase quatro vezes mais pessoas de cor do que brancas; destes, mais da metade (6.257) eram escravos.⁸⁷

⁸² COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 292.

⁸³ KIPLE, *Blacks in Colonial Cuba...*, cit., apêndice.

⁸⁴ O território de El Cobre, neste período, compreendia as antigas capitânicas de Caimanes-Horro, Nimanima, Aserradores, Rio-seco, Brazo de Cauto, Hongolosongo e Rio-Frio (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., t. II, p. 5).

⁸⁵ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 410-411, nota 124. Em El Cobre também estavam localizadas as minas.

⁸⁶ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863.

⁸⁷ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, cit. Esta fonte apresenta uma pequena discrepância com os

O primeiro objetivo da conspiração de 1867 era pôr fim à escravidão. Segundo uma testemunha, o líder Marcelino Velazquez havia dito que já contavam com quatro fazendas, duas em Brazo de Cauto e as outras duas em Palma Soriano.⁸⁸ Os engenhos *San Felipe*, *La Cruz*, *Burenas* e *Santa Rita*, ao que parece, eram os principais alvos dos conspiradores e se pretendia, ainda, sublevar a escravaria do engenho *Las Chivas*.⁸⁹ O líder Manuel Betancourt foi ferido na fazenda de café *Macucho*, também conhecida como *La Esperanza*, situada em Brazo de Cauto, onde fora com o objetivo de concitar os escravos para a sublevação⁹⁰ e, posteriormente, foi preso na fazenda *Pilon de Cauto*.⁹¹ No processo, há referências a outras fazendas da região, tendo sido ouvidas testemunhas dos engenhos *Vega Grande*, *San Felipe*, *La Caridad*, *San Juan* e da fazenda *Tempi* e citados os engenhos *La Union*, *San Luis*, *San José*, *Sagua*, além do cafezal *La Matilde* e da fazenda *Abundancia*.

Dos escravos existentes na jurisdição de Santiago de Cuba, pouco menos de 1/3 (8,979) estavam alocados nos engenhos.⁹² A região oriental da ilha possuía, relativamente, poucos engenhos; a grande produção de açúcar – que colocou Cuba como um dos seus maiores fornecedores para o mercado mundial – se desenvolvera, sobretudo, na região ocidental.⁹³ Na região oriental, em 1862, existiam 239 engenhos, com 14.181 escravos, sendo a média de 59 escravos por engenho, enquanto Matanzas, na região ocidental, possuía, neste período, 456 engenhos, com 72.689 cativos. A produção açucareira na região

números apresentados por Jacobo de La Pezuela (*Diccionario Geográfico...*, cit.). No entanto, a fonte é importante para dar uma ideia mais pormenorizada da situação dos livres de cor. O relativo alto número de emancipados (66) e asiáticos (372) em relação aos outros distritos sugere que eles estavam sendo utilizado no trabalho nas minas.

⁸⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Caridad Velazquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

⁸⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Don Juan Vega mayoral del Ingo. Sta. Rita*, Enramada, 21/07/1867, fl. 399.

⁹⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del moreno libre Antonio Betancourt*, Santiago de Cuba, 1º/07/1867.

⁹¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. José Alcides Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 104.

⁹² ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863.

⁹³ Em 1868, Cuba produziu mais de 40% do açúcar de cana que chegou ao mercado mundial. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 23.

oriental costumava se concentrar na área em torno da cidade de Santiago de Cuba.⁹⁴ Os engenhos citados na investigação da conspiração possuíam médias e grandes escravarias: ao engenho *La Cruz* pertenciam cerca de 50 negros⁹⁵; o engenho *Rio Grande Arriba*, de propriedade do Conde Duany, tinha 149 escravos, o que equivalia à média de escravos por engenho de Matanzas, jurisdição que tinha, na época, a maior produção de açúcar e o maior número de escravos por propriedade açucareira.⁹⁶

Pérez de La Riva, Portuondo Zúñiga e Cruz Ríos falam sobre o crescimento econômico da região oriental com a chegada dos franceses e a introdução de plantações de café.⁹⁷ A primeira metade do século XIX assistiu ao auge da economia cafeeira no Oriente, aos altos números de exportação do produto, ao intenso movimento dos portos e ao incremento da população escrava (por tráfico legal e ilegal). O Oriente viu o café florescer nas montanhas de Santiago de Cuba e Guantánamo e, além dos cafezais, o cultivo do tabaco era forte na região.⁹⁸ Como visto no Capítulo 1, a unidade típica do cafezal francês comportava cerca de 40 escravos, havendo unidades com mais cativos, enquanto os grandes cafezais possuíam 100 ou mais escravos.⁹⁹ O cafezal *La Esperanza* possuía mais ou menos 55 escravos;¹⁰⁰ o *La Matilde*, cerca de 30 negros.¹⁰¹

Entre os cativos ouvidos no processo estavam crioulos, africanos e alguns cativos provenientes (ou descendentes) da colônia francesa de Santo Domingo.¹⁰² Para ouvir alguns escravos, foi necessária a presença de intérpretes da língua francesa. O escravo Hilario, da fazenda de café *Pilon de Cauto*, crioulo, com cerca de 40 anos, foi ouvido através de dois intérpretes nomeados, “inteligentes nos idiomas espanhol e francês.” O

⁹⁴ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 36-40.

⁹⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de José del Carmen Ramos*, f. 270.

⁹⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn Julian Rizo*, Santiago de Cuba, 30/07/1867, fl. 479. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 36-40.

⁹⁷ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 367-419; PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 128; CRUZ RÍOS, *Flujos inmigratorios franceses...*, cit., p. 51-65.

⁹⁸ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 40, 65.

⁹⁹ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 386.

¹⁰⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. Eugenio Donatien*, Brazo de Cauto, 05/07/1867, fl. 102.

¹⁰¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Mauricio contramayoral de La Matilde*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

¹⁰² Sobre os imigrantes de cor provenientes de Santo Domingo em Santiago de Cuba, ver: PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 58-97.

mesmo ocorreu com outros escravos da fazenda: Pablo, de 45 anos; Timoteo, de 40 anos; Agustin, de 45 anos, todos crioulos.¹⁰³ A fazenda *Pilon de Cauto* pertencia a *Monsieur Estevan Donatien*.¹⁰⁴ Provavelmente, a família de livres de cor de origem “francesa” trouxera escravos do Haiti e preservara traços da cultura da ex-colônia francesa no interior das fazendas. O mesmo parecia ocorrer no cafezal *La Esperanza*, de propriedade de *Madame Brigida Desideria Ventura*, cujos escravos também necessitaram de intérpretes ao prestar depoimento.¹⁰⁵

A proporção de africanos entre os escravos em Cuba era alta.¹⁰⁶ A proibição do comércio de escravos data do início do século, mas, apesar dos acordos com a Inglaterra, o tráfico ilegal só teve fim, de fato, em meados da década de 1860.¹⁰⁷ Segundo Knight, o comércio ilegal de escravos para Cuba só foi realmente abalado com a abolição da escravidão nos EUA e a retirada dos norte-americanos do tráfico, depois do tratado anglo-americano de 1862. Em julho de 1866, as cortes espanholas aprovariam a última lei de supressão ao tráfico¹⁰⁸ e, mesmo assim, a apreensão do último carregamento de escravos em Cuba data de 1873.¹⁰⁹ O destino principal dos novos escravos trazidos ilegalmente era, em geral, a zona de *plantation* da região ocidental. Na região oriental, os escravos africanos

¹⁰³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Hilario de la hacienda Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 653; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Pablo de la hacienda Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 653; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Gil del cafetal Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 655; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Timoteo del cafetal Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 655; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Agustin del cafetal Pilon*, El Cobre, 10/08/1867, fl. 655.

¹⁰⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de José Alcides Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 104.

¹⁰⁵ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Felipe del cafetal Esperanza*, El Cobre, 12/08/1867, fl. 656; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro José del cafetal Esperanza*, El Cobre, 12/08/1867, fl. 657; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Alison del cafetal Esperanza*, El Cobre, 12/08/1867, fl. 658.

¹⁰⁶ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 82.

¹⁰⁷ Um tratado entre ingleses e espanhóis em 1817 estabeleceu a data de 30 de junho de 1820 como prazo limite para a introdução de escravos africanos nas colônias espanholas. (MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho*. São Paulo: Hucitec, 1989. v. II, p. 346). KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 50; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 28-19.

¹⁰⁸ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 56-57.

¹⁰⁹ BALBOA NAVARRO, Imilcy. *Los brazos necesarios: inmigración, colonización y trabajo libre en Cuba, 1878-1898*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia: Fundación Instituto Historia Social, 2000, p. 119.

eram mais “velhos” e, provavelmente, estavam na região há décadas. Entre os escravos do engenho *Santa Rita*, Marcos era natural da África e tinha cerca de 60 anos.¹¹⁰ Antonio, também africano, pertencia ao engenho *San Felipe*, tinha mais de sessenta anos e um filho maior de idade, natural de Santiago de Cuba.¹¹¹

Às vezes, os africanos eram qualificados com designação étnica, outras não. Benjamin, casta congo, aparentava ter sessenta anos de idade e pertencia à Fazenda *Pilon de Cauto*. No inquérito, Benjamin também foi ouvido através de intérpretes.¹¹² O escravo Limbano, do engenho *Santa Rita*, de casta congo, foi o mais jovem entre os africanos que prestaram depoimento: tinha 40 anos.¹¹³

Apesar de a região oriental não ser uma área importante de produção açucareira, existiam enclaves em Santiago de Cuba e Guantánamo com engenhos significativos.¹¹⁴ Os proprietários destes engenhos eram, muitas vezes, absenteístas, tendo optado por residir na cidade de Santiago de Cuba (ou Havana) e visitar os engenhos poucas vezes ao ano.¹¹⁵ O proprietário do engenho *La Caridad* informou que estivera no engenho 15 dias antes de 5 de agosto e que não havia notado novidade alguma entre seus escravos nem tivera notícia de que no referido engenho tivesse havido reunião de negros ou de outras pessoas.¹¹⁶ O coproprietário e responsável pelo engenho *Santa Rita* também estava fora quando ocorreu a fuga dos escravos. Os cativos, que haviam fugido desde a sexta-feira, informaram que, na segunda-feira à tarde, ao verem chegar seu senhor, *Don Calixto Duany*, resolveram se apresentar a ele.¹¹⁷

¹¹⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Marcos de la dotación del Ingo. Sta. Rita*, Enramada, 14/07/1867, fl. 307.

¹¹¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Antonio*, Enramada, 25/07/1867. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Diego*, Enramada, 25/07/1867.

¹¹² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Benjamin*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 110.

¹¹³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Limbano del ingenio Santa Rita*, Santiago de Cuba, 31/07/1867, fl. 504.

¹¹⁴ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 70.

¹¹⁵ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., t. I, p. 14.

¹¹⁶ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1228.

¹¹⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1229.

Embora os barracões fossem quase inexistentes na região oriental¹¹⁸, alguns depoimentos revelam a existência de engenhos na região que pretendiam seguir o modelo clássico da *plantation* da região ocidental. No Regulamento de 1842, estabelecia-se que “os servos deviam concentrar-se em um local ou edifício que permitisse ‘ficar todos à noite debaixo de chave’”¹¹⁹. No engenho *Rio Grande Arriba*, os escravos eram encerrados no barracão quando concluíam os trabalhos à noite, recolhendo-se suas ferramentas.¹²⁰ No Engenho *El Sítio*, o administrador garantiu que ninguém havia entrado para seduzir a escravaria, pela vigilância que empregava com os escravos e porque eram recolhidos à noite no barracão apropriado para este fim.¹²¹

Já no engenho *San Felipe*, os escravos dormiam em seus *bohíos* (cabanas), em geral com seus facões.¹²² Também no engenho *La Guadalupe*, vizinho ao *San Felipe*, os escravos dormiam nos *bohíos* com suas armas de trabalho, “razão pela qual não [se] sabia o que faziam à noite”¹²³. No cafezal *La Matilde*, os negros dormiam cada um em seu *bohío*, sem que estivessem “debaixo de chave”¹²⁴. Porém, a não existência de barracões não

¹¹⁸ O barracão foi “a etapa final da evolução da moradia escrava”, típico dos engenhos da região Havana-Matanzas. Friginals afirma que os barracões proliferaram em Havana-Matanzas, onde as manufaturas açucareiras conheceram seu apogeu; poucos foram erguidos em Las Villas, “onde os costumes escravistas eram mais frouxos”, e nenhum era conhecido em Camaguey e Oriente. MORENO FRAGINALS, *O engenho...*, cit., v. II, p. 87-88, 96. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 34. Sobre barracão, ver também DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 15-74.

¹¹⁹ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 251.

¹²⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Julian Rizo*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹²¹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración de Dn. Marcelino de las Cuebas*, f. 750.

¹²² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaracn. de Dn. Luis Mena mayoral del Ingenio San Felipe*, Santiago de Cuba, 1º/08/1867. *Bohío* inicialmente era uma construção rústica, de madeira e folha de palmeira; com o tempo, o termo passou a nomear a casa do escravo, “independentemente do material de construção” e também podia ser cada uma das moradias em que se dividia o barracão. MORENO FRAGINALS, Manuel. *O Engenho*. São Paulo: Hucitec, 1989. v. II, p. 89. O *bohío* era uma choça de palhas e servia geralmente de alojamento aos escravos no campo e propriedades rurais (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., t. I, p. 213). Também Gloria García Rodríguez define os *Bohíos* como vivendas independentes dos escravos (*La resistencia...*, cit., p. 247); SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 56, nota 40, utiliza o termo *bohío* como sinônimo de cabanas.

¹²³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, fl. 531.

¹²⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Mauricio contramayoral de La Matilde*, Santiago de Cuba, 10/08/1867. De acordo com a legislação espanhola, escravos podiam comparecer como testemunhas nos tribunais (DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 61).

significava, necessariamente, maior liberdade de movimento para os escravos. O escravo Limbano, do engenho *Santa Rita*, informou que “aos negros do engenho não é fácil se comunicar com gente de fora porque de dia têm os *contramayorales* e os *mayorales* ao pé, de noite não só [havia] guardiães nos *bohíos* mas também que dormem baixo uma chave que guarda o *mayoral*”.¹²⁵



Figura 1-4. Bohío de negros libertos. (*La Ilustración Cubana*, 30 de mayo de 1887.)
Cortesia Biblioteca Nacional José Martí.

Figura 2 – Bohío

Fonte: Aline Helg, *Lo que nos Corresponde...*, p. 47.

A escravidão, no departamento oriental, guardava práticas características do regime nas Américas. Os escravos interrogados no processo afirmaram que os senhores garantiam roupas, horas de descanso e alimentação. Em algumas fazendas, podiam plantar em suas próprias roças, criar galinhas e porcos, prática conhecida em Cuba como *conuco*.¹²⁶ No engenho *Santa Rita*, os escravos plantavam mandioca. O negro livre Manuel Betancourt, um dos líderes da conspiração, entrara no cafezal *Macucho*, também conhecido

¹²⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva del negro Limbano*, fl. 504.

¹²⁶ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 33.

como *La Esperanza*, sob pretexto de comprar mandioca do escravo que aí estava e este “lhe contestou que não tinha, mas que indagaria com seus companheiros”¹²⁷.

A prática do *conuco* era um direito reconhecido pela legislação espanhola desde o século XVI e tinha a função não só de fornecer alimentação complementar aos escravos, mas, também, de permitir ao escravo acumular pecúlio para a obtenção da liberdade, como ficou garantido no Regulamento de 1842.¹²⁸ Como demonstra o exemplo de Manuel Betancourt, as transações comerciais entre escravos e livres não eram incomuns.¹²⁹ O escravo Pastor informou que, três ou quatro semanas antes da fuga dos escravos do engenho *Santa Rita*, havia visto o livre de cor José del Carmen Ramos (um dos implicados na conspiração) no Engenho e que este lhe pedira para que fizesse um baú; como José não retornou, o cativo vendeu o baú a uma escrava.¹³⁰

As fugas eram muito frequentes nesta região e os principais quilombos negros se situavam nas montanhas do Oriente.¹³¹ No dia planejado para a conspiração, nove escravos do engenho *Santa Rita* empreenderam fuga. Um dos escravos desta fazenda afirmou que os cativos Pastor e José Trinidad Primero “algumas vezes incitam aos demais para que fujam quando se lhes dá dois ou três golpes porque não cumprem com seu dever”¹³². Um implicado no processo afirmou não ter dado muita importância à notícia de estarem os escravos sublevados “porque a cada passo fogem negros dos engenhos”¹³³. Um contemporâneo se referiu à fuga como um “feito tão comum entre nós” que, muito facilmente, ocorria nos engenhos.¹³⁴ Considerava-se como causas principais para as fugas a crueldade excessiva e a não observância das necessidades vitais dos escravos.¹³⁵ Mas as

¹²⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Manuel Betancourt*, f. 155.

¹²⁸ Para Esteban Montejo, ex-escravo da região de Las Villas, “o *conuco* foi que salvou a muitos escravos”; no *conuco*, se plantava de tudo: batata-doce, quiabo, milho, feijão, aimpim etc. (BARNET, Miguel. *Biografía de un cimarrón*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 2006, p. 33).

¹²⁹ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 255-256.

¹³⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1230.

¹³¹ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 80.

¹³² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Marcos de la dotación del Ingenio Sta. Rita*, fl. 307.

¹³³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Inquisitiva de Joaquín Bravo*, Santiago de Cuba, fl. 753.

¹³⁴ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Dn. Epifanio Rabell y de los esclavos del ingenio Santa Rita*, Havana, 09/04/1868.

¹³⁵ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 259, 275.

fugas também visavam, às vezes, testar os limites do poder senhorial, como afirmou um contemporâneo:

[...] sabido é que todos os escravos do campo costumam fugir das fazendas a que correspondem sempre que se introduz nelas qualquer mudança ou alteração na administração; isto não tem tanto por objetivo subtrair-se, sequer por curto tempo, ao trabalho a que estão dedicados como experimentar por meio de tal manifestação a atividade e energia de que dispõe o novo administrador.¹³⁶

Era como se cada administrador representasse um novo começo, um novo tempo na vida dos escravos em que as regras e normas poderiam ser redefinidas.¹³⁷ No engenho *Santa Rita*, sempre que houve mudança na administração, ocorreram fugas.¹³⁸ A justificativa do defensor dos escravos para a fuga em data próxima à conspiração era a ausência do proprietário *Don Octaviano Duany* que, havia algum tempo, era administrador do engenho e estava em viagem pela Europa, e a sua substituição pelo seu irmão, *Don Calixto*, estranho aos escravos.¹³⁹ Este era um bom argumento, mas deve ser relativizado porque este já havia assumido a administração do engenho havia cerca de dois meses e, além disto, o *contramayoral* da fazenda informou que não lhe constava que os escravos tivessem algum desgosto com *Don Calixto Duany* nem que levassem a mal que este os governasse.¹⁴⁰

Os escravos fugidos do engenho *Santa Rita* foram presos, mas nenhum deles confessou a participação na conspiração. Um deles, o escravo Zacarias, foi encontrado morto, no dia 22 de agosto, em uma cela que ocupava sozinho na Cadeia de Santiago de Cuba. Segundo as investigações, Zacarias se enforcara.¹⁴¹ Assim como a fuga, o suicídio

¹³⁶ ANC, CM, *Defensa de los negros procesados del Ingo. Santa Rita Santa Rita*, f. 1163.

¹³⁷ GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Brasília, DF, CNPq, 1988.

¹³⁸ ANC, CM, *Defensa de los negros procesados del Ingo. Santa Rita Santa Rita*, f. 1163.

¹³⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Descargos de los negros del Ingenio Santa Rita*, fl. 1163.

¹⁴⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1232.

¹⁴¹ Na noite de 22 de agosto de 1867, Zacarias foi encontrado enforcado em sua cela. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Parte del suicídio del negro Zacarias*, Santiago de Cuba, 22/08/1867, e ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del Segundo Alcalde Dn. Franco. Casals*, Santiago de Cuba, 22/08/1867.

entre os escravos também era comum e foi objeto de preocupações das autoridades em Madri em, pelo menos, duas ocasiões: 1847 e 1855.¹⁴²

Alguns escravos, quando interrogados, argumentaram ter fugido por medo de represálias por não terem cumprido uma tarefa que lhes fora determinada pelo *mayoral*. Segundo os depoimentos, o *mayoral* havia ordenado que cortassem ervas e, como não haviam cumprido a ordem, fugiram, por medo de punição.¹⁴³ O escravo Pastor, natural de Santiago de Cuba, de 45 anos, informou que fugiu porque havia faltado à obrigação e temia que o castigassem.¹⁴⁴ O mesmo disse o escravo José Trinidad Primero, de 28 anos, também natural de Santiago de Cuba.¹⁴⁵

As autoridades coloniais não acreditaram muito nesta versão, pois as declarações dos cativos apresentavam contradições. Era evidente que os livres de cor contavam com os escravos para a sublevação. O pardo Juan Sanchez ó Norate e os *morenos* livres, Apolonio Hechavarría, Justo Rodriguez e José Valentin Velasquez, foram acusados de, em diferentes ocasiões, terem ido ao engenho *San Felipe* com o objetivo de “seduzir a escravaria”¹⁴⁶. Um escravo do *San Felipe* afirmou que um dos conspiradores estivera no Engenho e lhe dissera que trouxesse os negros fortes da casa para fazer um levantamento e que fosse também sublevar os negros do engenho *Las Chivas*, ao que respondeu “que não entrava nisso”¹⁴⁷. Outro escravo do *San Felipe* informou que, entre os dias de São João, um dos revoltosos foi até a sua cabana e o convidou a levar a gente ao engenho *La Cruz* onde estavam os demais para levantar-se no dia seguinte de São Pedro contra os brancos e mulatos, ao que respondeu que “fosse por onde viera porque da fazenda não saía

¹⁴² KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 78.

¹⁴³ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Dn. Epifanio Rabelo y de los esclavos del ingenio Santa Rita*, Havana, 09/04/1869.

¹⁴⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Pastor*, Enramada, 17/07/1867, fl. 323.

¹⁴⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de José Trinidad 1o*, Enramada, 17/07/1867, fl. 323.

¹⁴⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Valentin*, Enramada, 21/07/1867; ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Diego del ingenio San Felipe*, Enramada, 21/07/1867; ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio do teniente do cuarton Guaninicum Lleonart, cuarton de Guaninicum Lleonart*, 24/07/1867; ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Diego*, Enramada, 25/07/1867. Na repressão *La Escalera*, trabalhadores rurais sazonais foram acusados de ser agentes da conspiração e de recrutar os escravos mais influentes das fazendas (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 242).

¹⁴⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1219.

ninguém”¹⁴⁸. Os escravos declararam, ainda, que os livres de cor informaram que já tinham os cativos do engenho *Santa Rita* escondidos esperando-os.¹⁴⁹

A declaração de um dos acusados ajuda a entender a posição dos escravos na conspiração. *Don Perez* esteve no engenho *Santa Rita* na noite em que os escravos fugiram; era capataz de uma turma de trabalhadores de cor e, como faltara carne para alimentar os peões, foi tentar comprá-la dos escravos. Ao chegar, percebeu um murmúrio: cerca de doze negros iam e vinham, alguns determinando que deveriam marchar porque já se aproximava o dia e os companheiros os aguardavam; outros se opunham a segui-los. Foi mencionada a fazenda *Burenes*, como se escravos dali os esperassem. O acusado informou ainda que ouviu os escravos dizerem que iam “romper o hospital para sacar os companheiros”¹⁵⁰. A esta altura dos acontecimentos, o plano de conspiração já havia sido descoberto, Agustín Dá já estava morto e já se evidenciava, para muitos cativos, a fragilidade da sublevação. A precipitação dos fatos, a ausência de uma liderança mais coesa e a insegurança do projeto levaram muitos escravos à vacilação.

Mas não é difícil concluir que os escravos fugidos estavam diretamente envolvidos na conspiração e é possível imaginar, ainda, que outros também estivessem. Pode-se falar que, havia já algum tempo, ventos abolicionistas agitavam a região. Portuondo Zúñiga informa que “as tendências abolicionistas, como a da religião metodista, fizeram das minas de El Cobre ponto central de sua atenção”, que a prédica metodista falava sobre princípios de igualdade aos livres de cor e, sobre liberdade aos escravos e que houve pregadores metodistas que chegaram a conviver com escravos das minas de El Cobre.¹⁵¹ Também Tardieu informa que, em 1842, o intendente da província do Oriente recebeu ordens para averiguar as companhias inglesas que atuavam na exploração das

¹⁴⁸ ANC, CM, maço 125, dos. 1, *Sentencia*, fl. 1225.

¹⁴⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Diego*, Enramada, 25/07/1867; ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Antonio*, Enramada, 25/07/1867.

¹⁵⁰ *Don Perez* foi preso sem haver muitos indícios de sua participação no projeto de conspiração; ao que parece, foi preso por sua relação com os livres de cor, afinal, era o capataz, e por falar demais. Morreu, vítima de uma enfermidade, no Hospital Civil de Santiago de Cuba no dia 09 de novembro de 1867. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1236-1237, 1240.

¹⁵¹ PORTUONDO ZÚÑIGA, *La Virgen de la Caridad...*, cit., p. 201; e *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 256. Na década de 1830, já há notícia de que um inglês, chamado James Thompson, fora surpreendido distribuindo bíblias metodistas, consideradas subversivas, ver: GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 303-304.

minas de El Cobre a respeito de rumores de que andavam instruindo escravos para a emancipação, com base no conteúdo de uma Bíblia escrita por metodistas.¹⁵²

Como já dito, em 1865, havia sido fundada a Sociedade Abolicionista Espanhola e notícias de sua fundação chegavam através dos jornais.¹⁵³ Além disso, exilados cubanos nos Estados Unidos defendiam a abolição imediata da escravidão em Cuba. A sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico, fundada em Nova Iorque, em 7 de abril de 1866, além da independência das Antilhas espanholas, lutava pela “liberdade absoluta de todos os seus habitantes sem distinção de raça ou cor”¹⁵⁴. Alguns anos antes (1864), como vimos, na mesma região de El Cobre outra conspiração liderada por escravos fora abortada: quatro escravos foram punidos com dez anos de prisão na África.¹⁵⁵

Outra fonte revela que boatos de que a escravidão estava para acabar circulavam na região: ainda em 1867, quando do episódio da conspiração de El Cobre, uma testemunha afirmou que um dos acusados lhe “manifestou que os cavalheiros de [Santiago de] Cuba estavam em dar liberdade a seus escravos menos *Don Andres Duany*” e que, ademais, os conspiradores “contavam com um navio que estava na boca do Morro e que se costeava em Cuba [...] para favorecer aos revolucionários e que havia um mês estava ancorado”¹⁵⁶. De acordo com Moreno Friginals, em 1867, o governo metropolitano ordenou que fosse feito um censo dos escravos de Cuba e Porto-Rico, o que “foi visto por todos como um antecedente da preparação da abolição”¹⁵⁷. Por outro lado, segundo o proprietário *Don Andres Duany*, “jamais se falou por pessoa alguma em dar liberdade aos

¹⁵² TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 113.

¹⁵³ Sobre a fundação da Sociedade Abolicionista Espanhola e suas tentativas de estabelecer um centro abolicionista em Cuba, ver: BALBOA NAVARRO, Imilcy. *La protesta rural en Cuba: resistencia cotidiana, bandolerismo y revolución (1878-1902)*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003, p. 38.

¹⁵⁴ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 151; CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 102-103.

¹⁵⁵ ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ditame em Expediente sobre el conato de rebelión de esclavos en la jurisdicción de El Cobre – Comisión Militar establecida, con tal motivo, en Cuba*, Santiago de Cuba, 24/09/1864.

¹⁵⁶ Em verdade, foi constatado que nenhum navio havia ficado ancorado no mês de junho na boca do porto. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, Santiago de Cuba, 28/12/1867, fl. 1020.

¹⁵⁷ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 228.

escravos” e também não ouviu isto de nenhum proprietário, o que demonstra que havia expectativas muito diferentes quanto ao futuro da escravidão.¹⁵⁸

De qualquer modo, neste período, um sentimento abolicionista circulava entre setores médios da Ilha. Um abolicionismo “popular”, cotidiano, dos anônimos, dos que buscavam, mais do que teorizar sobre a solução do problema da escravidão, ajudar escravos (conhecidos ou não) a adquirirem a liberdade. Não é possível determinar a dimensão deste movimento, mas algumas pistas indicam o mal-estar de alguns setores com a escravidão. Em Santiago de Cuba, o branco Luis Tejada foi acusado de instar os escravos a requererem liberdade. O escravo José Leon se apresentou ao Síndico reivindicando a liberdade, argumentando que seu antigo e defunto senhor, Ramon Granda, lhe havia dito que era livre. Segundo o escravo, “D. Luis Tejada foi quem lhe fez compreender q[ue] existia um testamento pelo que se dispunha a [sua] liberdade. [...] Que foi pessoalmente e só ao Síndico, o qual não quis dar ouvido ao que solicitava [...]”¹⁵⁹. O Regulamento de 1842 estipulou a “designação de um funcionário protetor dos escravos, o síndico procurador, que devia representá-los nos litígios legais e em outras diligências oficiais”. Segundo La Fuente, em teoria, os síndicos deviam dar prosseguimento a todo pedido de liberdade. No entanto, em Santiago de Cuba, havia queixas de que os síndicos não cumpriam suas funções.¹⁶⁰

Como não foi atendido pelo síndico, José Leon se apresentou novamente a *Don* Luis Tejada e este o enviou a um Licenciado a quem contou “as suspeitas q[ue] tinha de ser livre e que o Síndico não lhe havia querido fazer caso, pelo que este S[enho]r lhe disse que iria falar com o referido Síndico”; o Licenciado escreveu os documentos que este

¹⁵⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1227. Neste mesmo período, é possível encontrar senhores libertando seus escravos com a condição de servi-los por mais 25 anos, o que sugere que, apesar do duro golpe sofrido com a abolição nos Estados Unidos, alguns ainda apostavam na longevidade da escravidão em Cuba.

¹⁵⁹ AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Declaración del esclavo José Leon em Para averiguar quién instó a los negros José Leon y Tranquilino, de propiedad de D. Gustavo Giror, pa. pedir su libertad fundada en un testamento*, Santiago de Cuba, 12/12/1864.

¹⁶⁰ DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 66. No Capítulo 3, veremos o exemplo de um escravo que criticava abertamente o síndico de Santiago de Cuba, a quem recorreu e de quem não obteve determinação alguma que lhe favorecesse. Pelo menos um abolicionista inglês apontou que os síndicos eram indicados por *regidores* que, em geral, eram proprietários de escravos (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 63).

apresentou. José Leon declarou que voltou ao campo com esperanças de obter sua liberdade, já que o Licenciado Arteaga assim o fez acreditar e que, enquanto estivesse no campo, Luis Tejada prometera deixá-lo a par do que ocorresse sobre sua liberdade.¹⁶¹ Da mesma forma, agiu Tejada com o escravo Tranquilino.¹⁶²

Luis Tejada era viúvo, morador da Rua Alta da Providência (onde viveu a família Maceo e outros livres de cor), não possuía antecedentes criminais e se empregava no corte e ofício de serrar madeira¹⁶³. A rua em que morava e sua ocupação revelam uma proximidade com o modo de vida de muitos livres de cor da cidade. Tejada talvez seja um exemplo de como a “crioulização” teve consequências políticas em Cuba, levando alguns brancos a tentarem ajudar gente de cor na busca de se livrar da escravidão na década de 1860, como afirma Howard.¹⁶⁴ Tejada era visto constantemente na sede da administração

¹⁶¹ AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Declaración del esclavo José Leon em Para averiguar quién instó a los negros José Leon y Tranquilino, de propiedad de D. Gustavo Giror, pa. pedir su libertad fundada en un testamento*, Santiago de Cuba, 12/12/1864.

¹⁶² AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Declaración del esclavo Tranquilino em Para averiguar quién instó a los negros...*, Santiago de Cuba, 12/12/1864. Em verdade, quem fez com que os escravos acreditassem que eram livres foi a negra livre Quintina Granda porque “à morte do seu antigo senhor Ramon Granda o cabildo *carabalí vivi* leu um papel no qual se determinava a liberdade dela e dos negros mencionados”. Quintina Granda revelou ainda que como o Síndico não lhes fez caso e aconselhou aos escravizados que seguissem com o senhor, ela os conduziu até a casa de Luis Tejada e este os enviou ao licenciado Leopoldo Augusto Arteaga. Que Luis Tejada não lhes cobrou absolutamente nada e o licenciado lhes disse que depois que fossem livres, os alugaria e com seu trabalho pagariam o valor pelo serviço. AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Declaración de la negra Quintina Granda em Para averiguar quién instó a los negros...*, Santiago de Cuba, 26/12/1864.

¹⁶³ AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Ofício ao Comissário de Polícia do 2º Distrito de Santiago de Cuba, em Para averiguar quién instó a los negros...*, Santiago de Cuba, 14/12/1864; e *Ofício ao Comissário de Polícia do 2º Distrito de Santiago de Cuba, em Para averiguar quién instó a los negros...*, Santiago de Cuba, 15/12/1864. Na Rua da Providência moravam muitos negros livres; aí viveu Antonio Maceo (PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 215-218).

¹⁶⁴ Analisando os *cabildos* em Cuba, Howard cita o historiador Edward Brathwaite, *The Development of Creole Society in Jamaica, 1770-1820*, Oxford, 1971, p. XIII, 297-299, 301-303, que discute o processo de crioulização na Jamaica, e conclui que a crioulização, como concebida por Brathwaite, pode ter tido em Cuba consequências políticas e cita como exemplo alguns brancos que na década de 1860 ajudavam afrocubanos a tentar abolir a escravidão (*Changing history...*, cit., p. 70).

colonial, servindo de homem bom nos juízos de demanda e “propalava diariamente suas ideias filantrópicas a respeito do pobre contra o rico”¹⁶⁵.

Neste mesmo período, o *alcalde mayor* (juiz), ao se referir ao caso de um escravo que reclamava a liberdade, comentou:

[...] o negro Mauricio carece de direito para as reclamações que intenta: está mal aconselhado por *pica-pleitos* [advogado em busca de pleito] que abusando da torpeza dos escravos os precipitam e distraem fazendo-lhes conceber ilusões que afrouxam os laços de subordinação para com seus donos, sobre o que tem esta Sindicatura uma multidão de exemplos.¹⁶⁶

Estas fontes atestam a agência escrava na luta pela liberdade no espaço jurídico e a existência de uma rede de colaboração e de informação que facilitava o acesso dos escravos, mesmo do campo, às batalhas legais. Goodman afirma que seu companheiro de Santiago de Cuba, Tunicú, “como muitos cubanos liberais, advogam pela equiparação das raças e suspiram para que chegue o dia em que a escravidão seja abolida”.¹⁶⁷ Alguns livres de cor de Santiago de Cuba estavam conspirando contra a escravidão. No Capítulo 3, buscaremos entender por quê.

¹⁶⁵ AHPSC, GP, maço 560, doc. 28, *Despacho do Comissário de Polícia do 1º Distrito ao Governador Civil do Departamento Ofício ao Comissário de Polícia do 2º Distrito de Santiago de Cuba, em Para averiguar quién instó a los negros...*, Santiago de Cuba, 26/12/1864.

¹⁶⁶ O escravo solicitava ainda a entrega de uma quantia, com os devidos juros, que estava em poder do senhor e fora deixada pela mãe também escrava, AHPSC, GP, maço 561, doc. 5, *Ofício do Alcalde Mayor Manuel Solozomo ao Governador em Trata de la reclamación que hace Mariano Meza de 200 pesos con sus intereses que dice se allan en poder de D. Franco. Castillo*, Santiago de Cuba, 28/04/1865.

¹⁶⁷ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 152.

3 LIVRES DE COR NA CONSPIRAÇÃO

A segunda metade do século XIX assistiu a uma intensa diversificação da força de trabalho em Cuba. Nos engenhos e cafezais, além dos escravos, brancos e chineses contratados, trabalhadores livres de cor eram empregados para atender às demandas frequentes de mão de obra.¹ Na jurisdição de Santiago de Cuba, no entanto, em 1861, de 10.078 pessoas que viviam nos engenhos, 8.979 eram escravos, o que demonstra que a presença fixa de trabalhadores livres era ainda pequena e que a utilização de trabalhador livre nos engenhos era, sobretudo, sazonal. Os colonos asiáticos ou *coolies* tampouco estavam sendo uma alternativa viável para a substituição do trabalho escravo nos engenhos, já que somavam apenas 621 em toda a jurisdição, dentre os quais 372 se encontravam no distrito de El Cobre, provavelmente empregados no trabalho das minas.² O cultivo do tabaco era uma atividade de brancos e pessoas de cor livres, com pouca presença do trabalho escravo e tinha como principais áreas de cultivo, no Oriente, as regiões de Manzanillo, Bayamo, Jiguaní, Santiago de Cuba e Guantánamo.³ Nas *vegas* (plantações de tabaco), a presença escrava era ínfima (738)⁴; este setor era dominado pelos livres de cor que totalizavam 8.623, entre homens e mulheres (5.203 homens e 3.420 mulheres); 3.058 eram brancos.⁵

A política de imigração branca que estava se operando em Cuba com o objetivo de alterar o peso demográfico da população de cor, até aquele momento, não havia tido grande impacto na principal jurisdição da região oriental. Entre os brancos, foram listados 2.869 de diferentes nacionalidades. Os grupos mais representativos foram: da península

¹ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 69; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., cap. 1; FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 130.

² Entre 1847 e 1874 chegaram cerca de 125.000 trabalhadores asiáticos em Cuba (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 44); BALBOA NAVARRO, *Los brazos necesarios...*, cit., p. 28. Sobre a presença dos chineses em Cuba, ver: PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 469-507.

³ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 65.

⁴ A média era menos de um escravo por *vega* na região oriental (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 29).

⁵ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 29.

espanhola, 1.621; das Ilhas Canárias, 168; da França, 394; da Inglaterra, 166; dos Estados Unidos, 117, e dos Estados Unidos “que pertenciam à Espanha”, 175.⁶

Nas principais vilas de Cuba, os livres de cor predominavam entre os trabalhadores de ofícios manuais. No campo, muitos deles cultivavam a terra em pequenos sítios ou arrendavam fazendas; outros competiam com os escravos nos ofícios de sapateiro, pedreiro, alfaiate, cozinheiro etc.⁷ Na jurisdição de Santiago de Cuba, a gente de cor era a maioria esmagadora entre os pedreiros, serralheiros, braceiros, barbeiros, açougueiros, carpinteiros, construtores e condutores de carruagem, cozinheiros, *fundidores* (metalúrgicos), vaqueiros, ferreiros, trabalhadores por jornal, cabeleireiros, vendedores ambulantes, costureiros e sapateiros.⁸ Os principais líderes da conspiração de El Cobre eram um vendedor de roupas, dois serralheiros e um carpinteiro.⁹ Entre os demais envolvidos estavam um músico, muitos classificados como trabalhadores do campo, que trabalhavam por jornal nos engenhos, e muitos *vegueros* (trabalhadores das plantações de tabaco).

Palma Soriano, a região escolhida pelos conspiradores, concentrava o maior número de *vegas* (plantações de tabaco). No início da década de 1860, foram registradas, para Palma Soriano, 872 *vegas*.¹⁰ Muitos dos *vegueros*, como já dito, eram negros ou mulatos livres e, segundo Portuondo Zúñiga, levavam uma vida miserável, com poucas exceções; em geral viviam à espera de serem expulsos, a qualquer momento, pelo proprietário da terra.¹¹ Ao mesmo tempo, os *vegueros* desfrutavam de uma dose de

⁶ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863. Em 1861, cerca de 116.000 espanhóis viviam em Cuba. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 222.

⁷ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 250.

⁸ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863.

⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Governador do Departamento Oriental aos Tenentes Governadores do Departamento, aos Capitães de distrito de El Caney, Jaguas e Jutinicú e ao Chefe de Polícia de Santiago de Cuba*, fls. 18, e *Despacho*, fl. 130.

¹⁰ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 4, p. 180.

¹¹ *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 132-133. PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 411. De 1862 a 1877, observa-se uma diminuição no número total de *vegas* na Ilha que, de 5.099, passaram a 2.354 unidades. Além de resultado direto dos efeitos da Guerra de Dez Anos, Balboa Navarro aponta como hipóteses para a explicação a concentração crescente que experienciava o setor de tabaco ou a transferência de fábricas para o sul da Flórida em

autonomia e podiam gozar de certa mobilidade geográfica, o que incomodava as autoridades coloniais. A dedicação ao trabalho em uma *vega*, em alguma medida, livrava de maior controle e vigilância.

José Castillo, *moreno* livre, implicado na conspiração de El Cobre, declarou que, dois anos antes, havia trabalhado no corte de cana no engenho *San Felipe* durante seis meses, e estava, desde fevereiro, ocupado no cultivo de sua *vega*.¹² Para as autoridades coloniais, era difícil conferir esta última informação. Durante as investigações, sempre que inquiridos, os livres de cor tiveram de informar no que tinham se ocupado no período anterior à descoberta da conspiração e indicar, deste modo, empregadores brancos que pudessem confirmar a sua versão. Quando chamados, os empregadores, em geral proprietários de fazendas, declaravam se o acusado desempenhara bem as suas funções, quanto ganhara pelo serviço, se tinha aptidão para o trabalho ou não etc. As autoridades e testemunhas eram instadas a falar sobre a relação dos acusados com o trabalho: o Tenente de Guaninicum declarou que José Castillo era bastante desafeto ao trabalho¹³; o juiz de Palma Soriano afirmou que, enquanto o acusado Juan Bautista Navarro era laborioso e trabalhava continuamente, Joaquín Bravo era inconstante no trabalho até o extremo de não possuir *vega* nem *estancia* de nenhum gênero.¹⁴

Alguns livres de cor alternavam o trabalho de campo nos engenhos com o trabalho nas suas próprias roças, em geral, em terras arrendadas. Os irmãos Justo e José del Carmen, que já estavam trabalhando no corte de lenha no engenho *Santa Rita do Rio Grande*, ao serem acusados de participar da conspiração, fugiram, deixando em abandono suas colheitas e animais.¹⁵ O *moreno* livre Apolonio Hechavarría, de fevereiro a março, trabalhou na *vega* que cultivava; de março a abril, cortou cana no engenho *San Felipe*; no mês de junho, trabalhou, durante nove dias, limpando um bananal velho para plantar cana

consequência da proibição dos Estados Unidos de importar cigarros e tabacos torcidos (*Los brazos necesarios...*, cit., p. 41).

¹² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de José Castillo*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls.1221.

¹⁴ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls. 1235.

¹⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício del Alcalde Mayor del Distrito Sur Isidro de Palacios al Juzgado de Paz de la Enramada*, 17/07/1867, fl. 180.

no engenho *Santa Rita*, e, em seguida, voltou a trabalhar em sua *vega*.¹⁶ José Valentin Velazquez havia trabalhado dois anos antes no engenho *La Cruz* cortando cana; desde o mês de fevereiro trabalhava no cultivo de sua *vega*, com exceção dos vinte e três dias de fevereiro em que esteve em uma grande limpeza de ervas e matagal que se fez no engenho *La Union*.¹⁷

A maioria dos livres de cor envolvidos na conspiração tinha dupla ocupação: ora trabalhava no campo, em pequenas faixas de terras arrendadas ou de sua propriedade, ora desempenhava ofícios de carpinteiro, serralheiro etc. Meriño Fuentes e Perera Díaz informam que era comum um mesmo indivíduo, ao longo da vida, exercer diferentes ocupações para garantir o seu sustento e da família¹⁸, como é o caso de um dos líderes da conspiração, o serralheiro Marcelino Velazquez, que havia se mudado, havia cerca de três anos, de San Felipe de Enramadas para San Narciso com o objetivo de “comprar um pedaço de terreno que lhe arrendaram com condição de vender”¹⁹. Nisto estava o projeto de mobilidade social de muitos livres de cor que trabalhavam no campo: passar de peão agrícola a arrendatário e daí a proprietário de um pedaço de terra para cultivo de alimento ou tabaco era um dos caminhos de ascensão no setor agrícola.²⁰

Muitos livres de cor trabalhavam “por jornal” e passavam os meses, de fazenda em fazenda, desempenhando serviços diversos, o que propiciava a proximidade com a experiência de centenas de cativos. Na condição de trabalhadores por jornal, os livres de cor trabalhavam lado a lado com os escravos nos engenhos e cafezais. O trabalho de corte de lenha do engenho *Santa Rita* estava a cargo de trabalhadores livres contratados pelo branco *Don José Agustin Lopez*, que era responsável por eles; o administrador da fazenda informou que os livres estavam a cargo do contratado *Don José Agustin*, sem que o administrador tivesse nada que intervir.²¹ No seu depoimento, *Don José Agustin Lopez*

¹⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Apolonio Hechavarría*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de José Valentin Velazquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹⁸ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 27.

¹⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Fortunata Carrion*, f. 546.

²⁰ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 136.

²¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Juan Vega*, f. 303.

disse que havia contratado para o corte de lenha do engenho *Santa Rita* onze homens, dez de cor e um branco.²² Nos engenhos, os trabalhadores contratados desta forma, em geral, só tratavam com o capitão da turma de livres ou com o senhor.²³

Havia uma política de gestão nas grandes propriedades, talvez mais nos engenhos, no sentido de evitar deliberadamente o contato entre livres e escravos. O escravo Juan, do engenho *Santa Rita*, informou que tinha “pouco ou nenhum trato ou contato com gente livre porque nesta fazenda ninguém entra porque não se permite”²⁴. Verifica-se, assim, a tentativa de manter os escravos num certo isolamento. Ainda no engenho *Santa Rita*, “sempre havia guarda na porteira e esta se fechava ao anoitecer, guardando a chave o *mayoral*”. No engenho havia “guardas” que impediam que entrasse alguém para falar com os escravos.²⁵ No engenho *San Juan*, não se permitia que os cativos saíssem ou que houvesse visitas.²⁶ No engenho *La Caridad*, segundo o *mayoral*, “os escravos que governa não tinham se comunicado com ninguém, como que não saem fora dele”²⁷.

Já no engenho *La Cruz*, o *mayoral* não podia garantir que os escravos não haviam tido contato com nenhum dos revoltosos durante a noite, já que dormia cada um em seu *bohío*.²⁸ No engenho *San Felipe*, o administrador também observou que os escravos podiam ter conversado com os conspiradores à noite, pois dormiam em seus *bohios*.²⁹ De fato, o escravo Diego, do engenho *San Felipe*, afirmou que estava em seu *bohío* por volta das oito horas da noite, na véspera de São Pedro, quando o livre de cor Juan Sanchez Norate o chamou; foram, então, até uma cerca próxima onde estava o livre de cor Valentin

²² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. José Agustin Lopez*, fl. 311.

²³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de José del Carmen Ramos*, Santiago de Cuba, 22/07/1867.

²⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Juan de la dotación del Ingenio Sta. Rita*, fl. 309.

²⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación del negro Atanacio*, Santiago de Cuba, 31/07/1867, fl. 974.

²⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Francisco Pol*, fl. 342.

²⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Don Leandro Cos mayoral del Ingo. La Caridad*, fl. 170.

²⁸ ANC, Comissão Militar, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Felix Mancebo*, Santiago de Cuba, 25/07/1867, fl. 419.

²⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaracn. de Dn. Luis Mena mayoral del Ingenio San Felipe*, Santiago de Cuba, 1º/08/1867.

Velazquez e ambos lhe perguntaram “se não podia sair aquela noite com a gente para os montes do engenho *Santa Rita* onde iam se reunir para levantar-se”³⁰.

O Regulamento de 1842 encarregava os donos e administradores da vigilância para impedir a introdução, nas diversões, de escravos de outras propriedades e de livres de cor.³¹ As reiteradas disposições a respeito são testemunhos da dificuldade em fazer da *plantation* um corpo totalmente isolado da comunidade que estava em seu entorno e da impossibilidade de manter o afastamento entre livres de cor e escravos. Na região ocidental da Ilha, há notícias de livres de cor que mantinham “estreitos e frequentes vínculos com as escravarias através de uma prática religiosa comum”, por exemplo. Como afirma García Rodríguez, as fazendas não conseguiram permanecer isoladas e os escravos, por vias diferentes, mantinham relações com cativos de outras fazendas e com setores tanto da população de cor livre, quanto de brancos³².

A presença de livres de cor nas fazendas ameaçava o modelo de isolamento pretendido pelo sistema de *plantation*, pois estes podiam se tornar fontes de informações, fornecer exemplos de liberdade, acenar com possibilidades de alianças, seja na busca individual pela alforria seja na atuação em ações de contestação coletiva como fuga e sublevação.³³ Embora negassem participação na conspiração, alguns escravos admitiram ter contato com os livres de cor acusados. O escravo Atanacio, do mesmo engenho, admitiu conhecer José del Carmen Ramos que, dois anos antes, havia estado cortando cana no engenho.³⁴ O escravo José Trinidad Primero, do engenho *Santa Rita*, informou que

[...] no corte de lenha do engenho havia vários livres entre os quais conhecia aos Ramos [Justo e José del Carmen] e a Apolonio Hechavarría por terem estado cortando cana no engenho na última safra e fazer como

³⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Diego*, Santiago de Cuba, 1º/08/1867. *Montes* eram terrenos despovoados e cheio de árvores (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 215). Em Cuba, os escravos fugidos costumavam seguir para os *montes*.

³¹ BARCÍA PAZ, Manuel. *Con el látigo de la ira*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000, p. 99; KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 130.

³² GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 245, 253.

³³ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 120-121.

³⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación del negro Atanacio*, Santiago de Cuba, 31/07/1867.

três ou quatro anos que trabalham no mesmo de modo que conhecem a todos os negros [escravos].³⁵

Na divisão de trabalho interna às fazendas, livres e escravos desempenhavam, às vezes, as mesmas funções. O acusado José del Carmen Ramos trabalhou cortando cana durante dois meses no engenho *La Cruz*, saindo deste para o engenho *San Felipe*, de Don Diego Duany; daí, passou a trabalhar em sua casa e, posteriormente, foi para o engenho *Santa Rita do Rio Grande*, empregado no corte de matas.³⁶ Dois anos antes, José del Carmen havia trabalhado no corte de lenha do engenho *Burenes*³⁷; no engenho *Santa Rita*, havia vários livres de cor trabalhando no corte de canas.³⁸

Scott considera que, na década de 1860, poucos homens livres trabalhavam voluntariamente na produção de cana ou se submetiam às exigências das fazendas escravistas durante a safra.³⁹ Parecia não haver muitas alternativas para os livres de cor da jurisdição de Santiago de Cuba. Segundo o dono do engenho *Santa Rita*, Calixto Duany, “no engenho Santa Rita se empregam livres de cor nos trabalhos de corte de canas, arar a terra e cortar lenha; que os ajustes os faziam o *mayoral* e todos se alojam nos ranchos a propósito que existem na casa de víveres” e havia muita vigilância para que não se comunicassem com os escravos.⁴⁰ Aqui, o proprietário estava respondendo de acordo com as *Ordenanzas para el gobierno de los esclavos*, de 1844, em que se determinava que era de responsabilidade dos empregados das fazendas vigiar a “conduta das pessoas livres de cor que se estime conveniente e necessário que entrem a trabalhar nelas”⁴¹.

O controle sobre os livres de cor era resultado do temor que tinham os proprietários e as autoridades coloniais quanto à ação destes junto aos escravos e à sua

³⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declacn. del negro José Trinidad Primero del Ingo. Santa Rita*, Santiago de Cuba, 31/07/1867.

³⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de José del Carmen Ramos*, Santiago de Cuba, 20/07/1867, fl. 270.

³⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de José del Carmen Ramos*, Santiago de Cuba, 22/07/1867, fl. 364.

³⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro José Trinidad Primero del Ingenio Santa Rita*, fl. 325.

³⁹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 41-42.

⁴⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración de Dn. Calixto Duany*, fl. 764.

⁴¹ BARCÍA PAZ, *Con el látigo de la ira...*, cit., p. 106.

participação em sublevações. A conspiração de José Aponte, em 1812, já havia sinalizado para as autoridades coloniais a possibilidade de colaboração e ação conjunta dos escravos e dos livres de cor e a repressão *La Escalera*, de 1844, envolveu não somente escravos, mas também muitos negros e mulatos livres.⁴² Havia receio quanto aos escravos das fazendas, mas havia um temor muito maior quanto aos mulatos e negros livres, segundo Portuondo Zúñiga, “por seu grau de consciência e seu lugar particular na produção rural e urbana”⁴³. Em 1839, um informe para o governador interino de Santiago de Cuba revelava a preocupação com a população de cor livre: “Não é a escravaria a que mais temível se apresenta, essa prodigiosa quantidade de libertos e descendentes deles, muitos deles ricos e todos mais ou menos ressentidos contra os brancos, essa classe [...] é a que oferece temores mais fundados”⁴⁴.

Em 1841, o Governador interino Antonio Garcia Oña propôs ao Governo Superior um projeto de Regulamento de Escravos (que foi aprovado pelo Capitão Geral). Este Regulamento, logo no primeiro artigo, enfatizava a necessidade de estabelecer total incomunicabilidade entre as comunidades escravas das propriedades rurais, afastando delas qualquer pessoa branca ou de cor que não tivesse relação com as fazendas. Não deveriam ser admitidos, para o trabalho nas propriedades, livres de cor nem os procedentes do estrangeiro nem os nacionais que não tivessem licença e não se permitiria, também, que se introduzissem nos alojamentos dos escravos nem nos lugares onde estes estivessem.⁴⁵ No

⁴² DE LA FUENTE, *Esclavitud...*, cit., p. 146. García Rodríguez considera que na conspiração de Aponte, pela primeira vez, negros e mulatos livres haviam se articulado com os escravos das fazendas em um movimento comum e ressalta o perigo que isso representava para as autoridades coloniais (*La resistencia...*, cit., p. 294-298); PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 242.

⁴³ *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 243.

⁴⁴ ANC, AP, maço 135, doc. 15 apud GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 307.

⁴⁵ Este Regulamento se baseou no anteriormente aplicado pelo Governador de Matanzas, Cecilio Ayllón, em 1825 (TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 126-128). A preocupação em evitar o contato com estrangeiros de cor revela a percepção de que estes eram potenciais agentes de difusão de ideias contra a escravidão. Em 1837, foi proibida a entrada de gente de cor nos portos da ilha. No final da década, as autoridades cubanas confiscaram um panfleto abolicionista circulado por tripulantes de cor das Bahamas (REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 114-115; PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 120).

Regulamento de 1842, proibiu-se a saída de trabalhadores das propriedades sem permissão.⁴⁶

O Capitão Geral O'Donnell, responsável pela repressão *La Escalera* de 1844, acreditava que a conspiração não teria ocorrido sem a influência dos negros emancipados e a falta de vigilância adequada. Segundo o Capitão Geral, foram indicadas “várias causas como origem daquele mal, enumerando-se como as principais o contato dos escravos com os livres, as restrições postas à autoridade dos senhores, o exemplo que oferecia a classe de negros emancipados [...]”⁴⁷.

Apesar da vigilância, o contato entre livres e escravos era inevitável e, na experiência compartilhada do trabalho nos engenhos, começou a se gestar a conspiração de 1867, que tinha como um dos objetivos extinguir a escravidão. Como afirma Aline Helg, uma maior restrição aos direitos dos livres de cor após a repressão *La Escalera* os teria aproximado dos escravos.⁴⁸ Com o avançar do século XIX, como argumenta Knight, o problema da escravidão minou a relação relativamente amigável entre os brancos e os livres de cor, anteriormente existente na Ilha.⁴⁹ Para muitos livres de cor, o incômodo com a escravidão foi um dos principais motivos para o seu envolvimento na conspiração de El Cobre.

3.1 CONSPIRADORES

Os presos por participar da conspiração eram, em sua maioria, moradores do campo, mas havia a expectativa de que vários moradores da cidade de Santiago de Cuba se envolvessem na revolta.⁵⁰ Existia uma estreita conexão entre o distrito de El Cobre e a cidade de Santiago de Cuba: o trajeto, neste período, podia ser feito por linha férrea, por mar ou a cavalo, que era a forma tradicional. Como afirmou um viajante: “a Vila de El Cobre estava situada em um vale, a doze milhas de Santiago, podendo-se chegar a ela em

⁴⁶ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 179.

⁴⁷ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 195, citando O'Donnell.

⁴⁸ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 2-4.

⁴⁹ *Slave Society in Cuba...*, cit., p. 95-96.

⁵⁰ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Criminales por conspiración para cometer el delito de rebelión*, Santiago de Cuba, 17/07/1867.

bote, trem, a cavalo ou em *bolanta* [coche puxado por cavalos]”; com bons cavalos, não se gastava mais que duas horas.⁵¹ O acesso podia ser feito até a pé, embora levasse muito mais tempo. O administrador do engenho *Santa Rita* informou que não deu parte da fuga dos escravos a nenhuma das autoridades do distrito porque acreditou que os fugitivos estavam nas imediações da fazenda ou que haviam ido à cidade de Santiago de Cuba apresentar-se ao senhor.⁵²

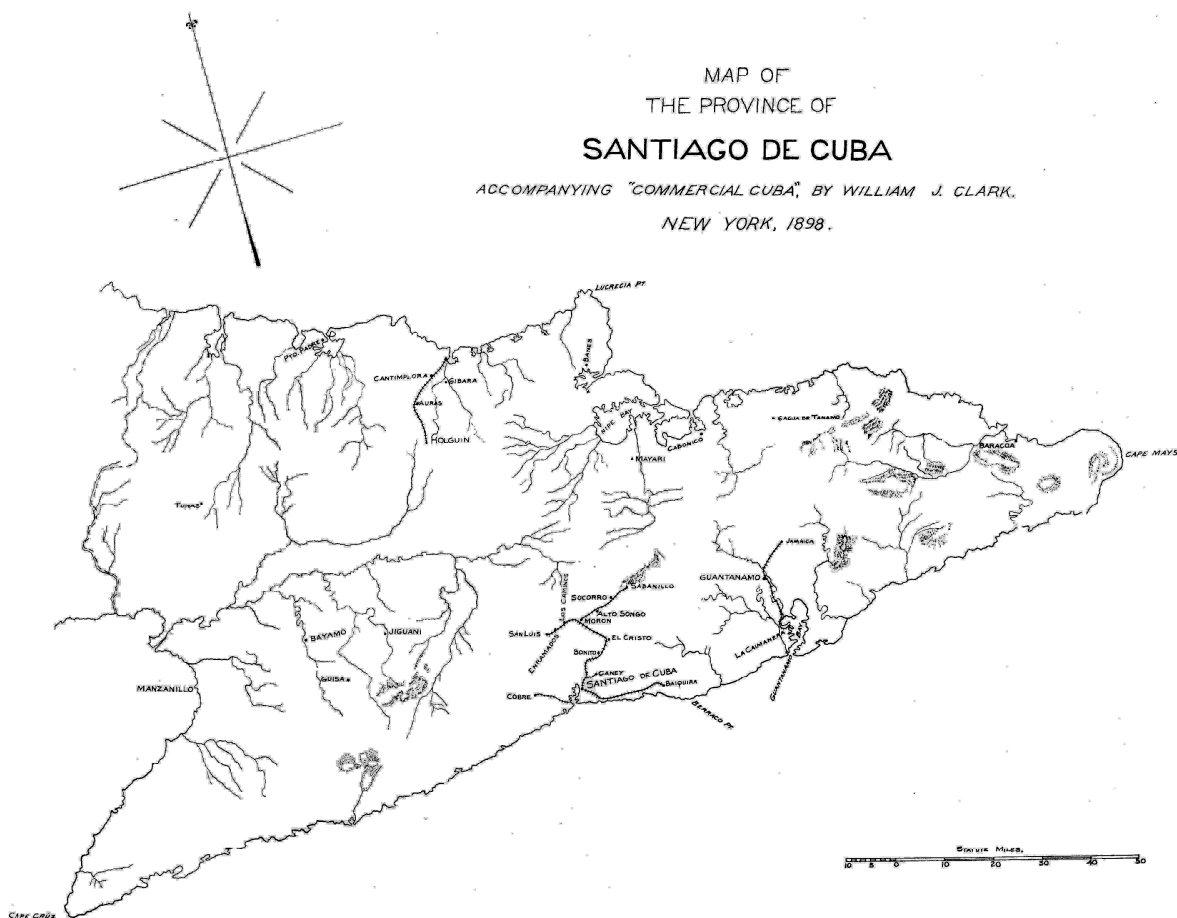


Figura 3 – Mapa da província de Santiago de Cuba
 Fonte: Cedido por Marial Iglesias

⁵¹ HAZARD, *Cuba a pluma y lápiz...*, cit., p. 18-19.

⁵² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Don Juan Vega*, Enramada, 14/07/1867.

O carpinteiro Carlos Rengifo, personagem curioso que parecia ser o principal elo entre os conspiradores de El Cobre e os da cidade de Santiago, foi condenado pelo Tribunal Militar, mas nunca foi encontrado; a mulher com quem vivia, a *morena* livre Jacoba Chandean, revelou que ele se “ocupava por seu ofício de carpinteiro umas vezes em [Santiago de] Cuba e outras no campo”.⁵³ Consta, ainda, que vivia em Jutinicú e costumava ir à cidade de Santiago de Cuba para fazer cobranças.⁵⁴ Rengifo havia trabalhado durante um tempo no engenho *San Luis*, vizinho à fazenda *San Filipe*, onde Marcelino Velazquez (outro líder da conspiração) havia vivido como *veguero* - o contato entre eles pode ter ocorrido aí.⁵⁵ Rengifo já havia trabalhado também nos engenhos *Sítio* e *Vega Grande*.⁵⁶

O líder Manuel Betancourt, morador da cidade de Santiago de Cuba, por sua vez, trabalhou durante três meses serrando madeira em uma fazenda, depois foi para a casa de seu irmão Antonio onde esteve ajudando-o por um mês e meio, passando para a cidade de Santiago de Cuba, até que resolveu voltar a buscar trabalho em uma fazenda.⁵⁷ Também Fernando Guillet, carpinteiro e líder da conspiração, morava em Santiago de Cuba e trabalhou em várias fazendas dos distritos rurais; o pardo livre Manuel Salas lhe ofereceu um pedaço de terra para trabalhar no ponto San Narciso, em El Cobre, onde permaneceu por dois meses limpando a terra das ervas e cortando árvores.⁵⁸ Aí, manteve contato com Marcelino Velasquez, vizinho de Manuel Salas.⁵⁹ Os moradores do campo, por sua vez, mantinham vínculos estreitos com a cidade de Santiago que incluíam relações comerciais, de trabalho e parentesco. Esta circulação dos livres de cor foi o que permitiu a articulação para o projeto de conspiração.

No entanto, a liberdade de movimento para a maioria dos livres de cor era relativamente limitada. Autores como Sidney Chalhoub já vêm discutindo a precariedade

⁵³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración de Jacoba Chandean*, fl. 706. Carlos Rengifo era pedreiro, de idade entre 20 a 24 anos, filho de Benito e Dolores Sánchez, e foi descrito como de “cor muito negra”. ANC, CM, maço 124, doc. 8, fl. 17.

⁵⁴ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, fl. 1020.

⁵⁵ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del negro Marcial del Ingenio San Luis*, fl. 702.

⁵⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Manuel Agüero admor. del ingo. Las Chivas*, fl. 685.

⁵⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 12/07/1867.

⁵⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Fernando Guillet*, Santiago de Cuba, 02/08/1867.

⁵⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Longino Velasquez*, Santiago de Cuba, 04/08/1867.

da liberdade para os negros nas sociedades escravistas.⁶⁰ O mesmo argumento é também válido para Santiago de Cuba. Portuondo Zúñiga chama a atenção para o fato de que muitos negros livres foram parar no Depósito de Negros Fugidos da Cadeia Real acusados de vadiagem ou por não portarem documentos que comprovassem sua condição de liberdade; alguns teriam sido vendidos como escravos.⁶¹ Os livres de cor deveriam portar uma licença: em uma ocasião, Manuel Betancourt foi apreendido em uma fazenda e para a sua libertação contou o fato de ter apresentado uma licença, que tirou do bolso.⁶² O carpinteiro *Don* José Rey informou que havia empregado Manuel Betancourt por três meses em corte de madeira e que este se apresentou com sua correspondente licença⁶³ e um fazendeiro declarou que não admitia nenhum trabalhador sem documento.⁶⁴ Patrício Borrero, outro implicado na conspiração, havia sido preso por quinze dias por falta da licença de trânsito.⁶⁵

Alguns livres de cor acusados na conspiração já haviam sido presos por vadiagem e suspeitas de roubo e furto, o que também demonstra sua precária condição de liberdade: o pardo Justo Ramos fora preso por roubo de uma porca, em janeiro de 1865⁶⁶; José Castillo havia sido sentenciado, anteriormente, a dois anos de prisão por furto de uma junta de bois⁶⁷; Nicolás Peña ou Dá, mineiro, de 35 anos, irmão do principal líder da conspiração, já havia sido preso e respondido a julgamento sumário por vadiagem, tendo sido absolvido⁶⁸; e o *moreno* livre Justo Rodriguez, trabalhador do campo, respondera, em 1856, a uma causa criminal por vadiagem da qual foi absolvido.⁶⁹

⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (Org.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 23-62; e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶¹ PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 251; ver, também: KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 99.

⁶² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. Estevan Donatien, Cuarton de Brazo de Cauto*, 06/07/1867.

⁶³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. José Rey, El Cobre*, 22/07/1867.

⁶⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Lorenzo Bou, Palma Soriano*, 22/07/1867.

⁶⁵ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, fl. 1067.

⁶⁶ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, fl. 1057.

⁶⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, fl. 1059.

⁶⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración Interrogatória de Nicolas Peña ó Da*, fl. 29.

⁶⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Certificado*, fl. 426.

Agustin Dá, o principal acusado de liderar a conspiração, exercia uma atividade curiosa: era vendedor de roupas. Gloria García Rodríguez fala da presença dos vendedores ambulantes no interior das fazendas, comercializando, inclusive, diretamente com os escravos, sendo uma parte significativa deles composta por livres de cor. Proibições reiteradas tentavam impedir o contato destes vendedores (sobretudo se eram mulatos ou negros livres) com os escravos, mas eram cotidianamente ignoradas.⁷⁰

Agustin Dá passava os dias, de engenho em engenho, de cafezal em cafezal, oferecendo roupas para outros trabalhadores livres e para os senhores e a escravaria. Nesta profissão, ele desfrutava de relativa autonomia e liberdade de movimento para visitar propriedades, manter contato com os escravos e podia ter uma visão das condições de vida dos escravos e livres de cor de El Cobre. Dias antes da descoberta da conspiração, Agustin Dá estivera na fazenda *Matilde* vendendo roupas, como já havia feito em outras fazendas da região.⁷¹ Manuel Betancourt, outro líder da conspiração, havia conhecido Agustin Dá quando este vendia roupas na casa de um *moreno* chamado Zayans, em Brazo de Cauto.⁷²

Agustín Dá parece ser o exemplo da precarização da vida dos livres de cor na região e de um certo processo de “desclassificação social”. Nasceu, ao que parece, livre. Seu pai, Luis Slasey Peña era natural de Miambalé, província francesa, e filho de *Monsieur* Etienne Slasey Peña e de *Madame* Oliver Dorvini. Luis Slasey Peña nunca foi casado e teve seis filhos com Maria Felipa Salas, chamados Jose Gregorio, Zacarias, Josefina, Santiago, Nicolas e Agustin. No testamento, declarou possuir um *cafetalito* (cafezal pequeno) estabelecido em Hongolosongo, em 1 e 3/4 *caballerías* de terra própria, com seu estabelecimento, fábricas e animais. Legou, para sua mãe, 300 pesos, com a condição de que quando esta falecesse o dinheiro fosse dividido entre os seus seis filhos. Deixou, para a esposa, um escravo em retribuição de seus serviços e por seu bom comportamento. A escrava Alejandra foi deixada para as duas filhas da *Madame* Collot. Várias pessoas deviam a Luis Slasey; as dívidas somavam mais ou menos 400 pesos. Ele devia a um catalão do comércio da cidade de Santiago de Cuba 100 pesos relativos aos suplementos que adquiriu

⁷⁰ GARCÍA RODRÍGUEZ, *La Resistencia...*, cit., p. 233-320, p. 254.

⁷¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Estevan Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 108.

⁷² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Manuel Betancourt*, fl. 155.

para a provisão da fazenda, e devia, ainda, 30 pesos aos senhores Dufouré e Casamayor, provenientes de víveres tomados em sua fazenda. Deixou como sua testamenteira Maria Felipa Salas e nomeou como únicos herdeiros os seis filhos, e como estes estavam todos ainda em menor idade, sua mãe foi nomeada tutora, curadora e administradora de suas pessoas e bens. O testamento foi feito em 23 de dezembro de 1843, na vila de El Cobre.⁷³

Enquanto muitas famílias de livres de cor de ascendência francesa (e de províncias francesas) se identificavam e recebiam tratamento como “franceses”, a família de Agustín Dá experimentou um rápido processo de cubanização.⁷⁴ O seu pai era proveniente de uma província francesa. Agustín Dá era da primeira geração nascida em Cuba, não era reconhecido como “francês” e não era tratado com o pronome *Monsieur*. Este, talvez, também seja um indício da sua desclassificação social. Situação diferente era a de outros descendentes de “franceses”: *Monsieur* Eugenio Donatien, proprietário da fazenda *La Esperanza*, nascido em Santiago de Cuba, de 50 anos de idade; *Monsieur* José Alcides Gersenil, de cor *trigueño* escuro, nascido em Santiago de Cuba, *mayoral* da fazenda de seu pai, de 23 anos de idade; *Monsieur* Estevan Donatien, natural de Santiago de Cuba, encarregado do governo da fazenda *Pilon de Cauto*, de 45 anos, e proprietário da fazenda *La Matilde*; e *Monsieur* Estevan Gersenil, proprietário da fazenda *La Matilde*, também natural de Cuba, maior de 40 anos de idade. Todos, apesar de terem nascido em Santiago de Cuba, eram tratados pelo pronome *Monsieur*.⁷⁵ Eram proprietários de terras e escravos. Luis Slasey Peña, o pai de Agustín Dá possuía um pequeno cafezal e, pelo menos, dois escravos; seu outro filho, Nicolás Peña, irmão um pouco mais velho de Agustín Dá, era mineiro, não possuía terras nem escravos e já havia sido preso acusado de vadiagem.⁷⁶ O próprio Agustín Dá não tinha posses. Nenhum dos acusados da conspiração era

⁷³ Luis Slasey não sabia assinar. AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 194, fl. 42. Agustín tem um irmão chamado Luis, de mais ou menos 60 anos, que foi descrito como pardo; pode ter sido de uma primeira união de um dos seus pais.

⁷⁴ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 375.

⁷⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. Eugenio Donatien*, Brazo de Cauto, 05/07/1867; *Declaración de Mr. José Alcides*, Brazo de Cauto, 06/07/1867; *Declaración de Mr. Estevan Donatien*, Brazo de Cauto, 06/07/1867; *Declaración de Estevan Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867.

⁷⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Nicolás Peña ó Dá*, Vila de El Cobre, 02/07/1867.

proprietário de um pequeno cafezal e apenas um dos acusados desfrutava dos serviços de uma escrava, mas esta era alugada.

Na década de 1860, os preços dos escravos se elevaram, o que deixava a possibilidade do autorresgate ainda mais distante para a grande maioria dos escravos.⁷⁷ Philip Foner informa que o preço de um boçal, até 1845, era de 300 pesos e que no período entre 1855-60 este valor subiu para 1.250 ou 1.550 pesos.⁷⁸ Para os livres de cor da região oriental, a compra de escravos se tornava mais difícil. Com a proibição do tráfico de escravos africanos para Cuba e o incremento na venda de cativos do Oriente para a região ocidental, a posse de escravos e a possibilidade de mobilidade social dos livres de cor da geração de Agustin Dá se tornavam cada vez mais escassas.⁷⁹

Após 1848, os Estados Unidos reduziram a importação do café cubano em retaliação aos altos impostos espanhóis relativos a produtos norte-americanos.⁸⁰ No final da década de 1850, o cultivo do café na região oriental entrava em decadência. Em 1841, na região cafeeira francesa do Oriente, existiam 604 cafezais, com uma população de 27.456 pessoas; em 1846, contabilizava-se 510 cafezais com 18.962 pessoas. Em 1861, em plena decadência, só restavam 426 cafezais. Na jurisdição de Santiago de Cuba, existiam neste período 306 cafezais e 91 engenhos.⁸¹

Com o fim do tráfico de escravos e o conseqüente aumento no preço dos cativos, a região assistiu a uma, cada vez maior, concentração da propriedade cafeeira; a tendência era que os cafezais menores e pior equipados vendessem seus escravos aos maiores. Pequenos cafezais como o de Luís Slasey Peña e de outros livres de cor, deixados como herança para vários filhos, com o tempo, iam sendo desativados. Só os grandes e médios cafezais, com capacidade para empregar um número razoável de cativos, sobreviveriam. E o pior: a possibilidade de livres de cor, como Agustin Dá, começarem do zero e constituírem um pequeno patrimônio, como fez seu pai, parecia cada vez mais difícil.

⁷⁷ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 31.

⁷⁸ FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 129.

⁷⁹ Slenes aponta um processo semelhante para o Brasil. (*Brazil...*, cit., p. 119).

⁸⁰ FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 128-129.

⁸¹ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 381, 409.

Um contemporâneo de Agustín Dá, também de cor, neste momento ainda desconhecido, podia estar na iminência de vivenciar o processo de desclassificação social que atingiu aos de cor da sua geração: Antonio Maceo, futuro general e líder nas guerras anticoloniais. Seu pai, Marcos Maceo, soldado do *Batallón de Leales Corianos*, proveniente de Santo Domingo, chegou à cidade de Santiago de Cuba, em 1825, com razoável posição econômica e se instalou em uma modesta casa na Rua da Providência. Dedicou-se a trabalhos agrícolas e ao “comércio em pequena escala”. Em 1836, além da casa da Rua da Providencia, Marcos Maceo possuía uma *estancia* chamada *Granada*. Em 1862, vivia na fazenda *Granada*, posteriormente chamada *La Delicia*, no distrito de San Luis, com a segunda esposa, Mariana Grajales, e treze filhos. Com 9 *caballerías* de terra, a fazenda produzia café, tabaco, banana, entre outros produtos, e possuía gados e cavalos. Os filhos trabalhavam na fazenda e Antonio Maceo, com seu irmão Justo Regüeyferos, se encarregou de administrar as vendas das colheitas no comércio de Santiago de Cuba. Quando se casou, em 1866, Antonio Maceo se instalou na fazenda *La Esperanza*, de propriedade de seu pai. Como não havia ainda construído seu próprio patrimônio, com a morte dos pais, ele teria de dividir a herança com os doze irmãos.⁸²

Retomemos o exemplo de Marcelino Velasquez, que viera para El Cobre na condição de arrendatário e sonhava, como muitos livres de cor da região, em ser um pequeno proprietário de terra. Três anos depois de sua chegada a El Cobre, ele se tornaria um dos líderes da conspiração. O que teria feito Marcelino desistir de sua pretensão inicial de possuir terra e ser levado a arriscar a vida, ao lado de escravos, em uma sublevação? Marcelino morava em uma habitação que “vulgarmente se chama casa de tabaco aberta por todos os lados e tão próxima ao caminho que conduz a Solis que todos que passam pela sua frente podem com facilidade registrá-la até o interior”⁸³. No tempo da conspiração, contava já 40 anos de idade⁸⁴ e ainda não tinha conseguido realizar o projeto de aquisição de terra e garantir uma certa mobilidade social.

⁸² FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 16-18, 28-29, 33.

⁸³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Capitão de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867.

⁸⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Governador Civil do Departamento Oriental aos tenentes governadores do Departamento*, Santiago de Cuba, 1º/07/1867.

As dificuldades enfrentadas na condição de arrendatário, a aspiração não realizada de aquisição da terra e a frustração deste projeto de se tornar proprietário podem ter levado Marcelino a pensar que nada mudaria em sua condição, a não ser que houvesse uma insurreição, daí a sua participação ativa na conspiração. A casa em que vivia se tornou, então, o quartel-general da conspiração. Manuel Betancourt, quando trabalhou serrando madeira em uma fazenda imediata à casa de Marcelino, costumava deixar a serra ali.⁸⁵ A casa também era frequentada por Fernando Guillet, que trabalhou algum tempo em terrenos de Manuel Salas, vizinho dali.⁸⁶ Ao convocar um indivíduo para a insurreição, Dá havia dito que as reuniões seriam feitas na casa de Marcelino Velasquez, onde havia balas e outras coisas que poderiam necessitar.⁸⁷ As balas estavam sendo feitas lá.⁸⁸ A frustração das aspirações de mobilidade social e, para os que tinham algumas posses, a iminência de precarização das condições de vida são alguns dos fatores que podem ajudar a compreender o grande envolvimento dos livres de cor da região na futura e próxima guerra anticolonial.

Sobre alguns acusados recaíra a pecha de não gostar de trabalhar, como foi o caso de José Castillo sobre quem o tenente de Guaninicum Leonart disse ser “bastante desafeto ao trabalho”⁸⁹. O *moreno* livre Eugenio Heredia declarou que Fernando Guillet “lhe merece o conceito de um negro, já que, pouco afeito ao trabalho porque com ninguém cumpria com o que se comprometia”, como sucedeu com ele, pois fez um trato de carpintaria de uma casa com Guillet e este, depois de um dia e meio foi embora, deixando o trabalho sem fazer.⁹⁰

⁸⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Rafael Hechavarría*, Santiago de Cuba, 07/08/1867; *Declaracion de Fortunata Carrion*, Santiago de Cuba, 04/08/1867.

⁸⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Longino Velasquez*, Santiago de Cuba, 04/08/1867.

⁸⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de Antonio Betancourt*, Santiago de Cuba, 06/08/1867.

⁸⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Caridad Velasquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

⁸⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. José Ramon Rodriguez*, Enramada, 25/07/1867.

⁹⁰ Eugenio Heredia declarou ainda ter vendido um terreno para Guillet, mas Guillet declarou não possuir nenhum bem. É possível que já o tivesse vendido. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Eugenio Heredia*, Santiago de Cuba, 07/08/1867.

Mas os acusados, em sua maioria, e os principais líderes da conspiração eram considerados trabalhadores. José Carmen Ramos declarou que ele, seu irmão e o pardo Porfírio haviam saído do engenho *Santa Rita* porque estavam cansados, pois “levavam trinta e três dias de estar dando *hacha*” (trabalhando com o machado).⁹¹ Manuel Betancourt era serrador, mas não se dedicava apenas ao trabalho com a madeira. Em uma ocasião, trabalhou durante um mês na colheita do café. Um carpinteiro que o empregara por duas ocasiões declarou que ele sempre havia observado boa conduta, não estando mais que dedicado ao seu trabalho.⁹² Outro proprietário declarou que sabia que ele era serrador, que trabalhava em algumas fazendas da região e que a família dele gozava de boa reputação.⁹³ Um fazendeiro informou que o conhecia muito, que ele tinha trabalhado em sua fazenda por mais de um ano e sua conduta durante este tempo tinha sido exemplar, não só pela sua constância no trabalho, mas, também, por ser “respeitoso e cordial”⁹⁴. Várias declarações informam sobre diversos trabalhos que Betancourt realizou e, no entanto, aos 39 anos de idade, ele não possuía nenhum bem. Vivia na Rua Alta do Paraíso, nº 6, na cidade de Santiago de Cuba, com esposa e uma filha, e declarou que não tinha mais bens que seu trabalho.⁹⁵

Fernando Guillet também não tinha bens; com vinte e sete anos, era casado, tinha três filhos e possuía apenas uma terça parte de uma casa situada na Rua de Pozo del Rey, que fora herdada de sua mãe e era administrada por seu irmão. A sua parte da renda, conseguida com o aluguel da casa, cerca de dois pesos e centavos, não era cobrada há um ano porque estavam pagando dívidas da mãe defunta.⁹⁶ O pardo livre Manuel Salas declarou que, no início de março, ele chegara com a sua família suplicando-lhe que lhe cedesse um pedaço de terreno para cultivar, com o que concordou, e que este começou a trabalhar, mas, passados alguns dias, vendo que Guillet saía sem saber para onde, lhe disse

⁹¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de José del Carmen Ramos*, Santiago de Cuba, 20/07/1867.

⁹² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. José Rey*, El Cobre, 22/07/1867.

⁹³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. José Alcides Gersenil*, cuarton de Brazo de Cauto, 06/07/1867.

⁹⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Lorenzo Bou*, Palma Soriano, 22/07/1867.

⁹⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Inquisitiva de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 12/07/1867.

⁹⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Fernando Guillet*, Santiago de Cuba, 02/08/1867.

que não lhe convinha alguém que não trabalhasse a terra que havia cedido; como, apesar da conversa, Guillet continuou a sair deixando em abandono o terreno, três ou quatro dias antes de São João, decidiu despedi-lo.⁹⁷ É evidente que, a esta altura, Guillet já estava bastante envolvido com os afazeres da conspiração e não estava muito preocupado com a terra que conseguira para cultivar. Esta declaração evidencia, mais uma vez, a precariedade em que viviam os livres de cor. Guillet chegara com toda a família a suplicar um pedaço de terra para plantar, mas o proprietário da terra mantinha controle e vigilância sobre o trabalho do arrendatário e detinha a prerrogativa de “despedir”, ou melhor, expulsar aqueles que considerava que não queriam trabalhar.

Outros arrendatários estavam envolvidos na conspiração: José Castillo e Apolonio Hechavarría trabalhavam no cultivo de suas *vegas*, em terreno alugado; José Valentin Velasquez também era *veguero*⁹⁸. Castillo informou que era casado e tinha sete filhos e que, para sustentá-los, contava apenas com o seu trabalho⁹⁹; Hechavarría tinha mulher e cinco filhos e também só contava com seu trabalho para mantê-los.¹⁰⁰

Agustin Dá também vivia em uma condição precária: morava em uma casa de *guano* com Rita Armand, que a herdara de seu falecido marido.¹⁰¹ Na condição de vendedor de roupa, comprava e vendia fiado e dependia do pagamento ulterior dos compradores. *Monsieur* Estevan Gersenil informou que, dias antes do início de julho, Dá e Cayetano Martínez estiveram em sua propriedade *La Matilde* vendendo roupa, como faziam em outras fazendas da região e que, enquanto Dá estava foragido, Cayetano se apresentou em sua fazenda, acompanhado de outro indivíduo, para cobrar à *morena* livre Trinidad vinte e cinco reales que lhe devia de roupa, e que esta, com efeito, lhe pagou; que, aproveitando a sua presença ali, pagou também a Cayetano um valor de alguma roupa que lhe havia comprado e que o fez voluntariamente, para que Martínez não voltasse a pôr os pés em sua

⁹⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Manuel Salas*, Santiago de Cuba, 07/08/1867.

⁹⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de José Valentin Velasquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

⁹⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de José Castillo*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹⁰⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Apolonio Hechavarría*, Santiago de Cuba, 30/07/1867.

¹⁰¹ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 215. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Reconocimto. de la casa de Ma. Rita Armand*, El Cobre, 02/07/1867.

casa.¹⁰² As dificuldades enfrentadas pelos vendedores ambulantes podem ser ilustradas pelo exemplo de Josefa Antonia, também moradora de El Cobre, que se dedicou algum tempo à venda de roupas “tomando al fiado” nos estabelecimentos de *Don José Mariné* e *Don Felix Giró* e acumulou uma dívida que só pôde ser paga pelo seu marido, em testamento.¹⁰³

O pai de Agustin Dá conseguiu acumular trezentos pesos, que deixou como herança para a mãe e várias pessoas lhe deviam a soma de quatrocentos pesos. Para Agustin Dá, no entanto, a falta de dinheiro parecia ser um problema constante. Em uma ocasião, estava sem dinheiro até para comprar uma bebida e se aborreceu porque o dono do armazém se recusou a lhe vender fiado, como veremos abaixo. Em 1862, devia ao pardo livre José Domingo Bulgar a quantia de 10 *onzas*.¹⁰⁴ Uma das acusadas na conspiração era Rita Armand, mãe de Cayetano Martínez, que vivia maritalmente com Dá. Em um dos interrogatórios, Rita Armand declarou que estava separada dele. Perguntada sobre o motivo da separação, respondeu: “que se separou de Dá porque [este] não lhe facilitava coisa alguma para manter-se”¹⁰⁵.

Além das restrições impostas aos livres de cor pela repressão *La Escalera*, a crise econômica por que passava a colônia deve ter contribuído para a precarização da vida dos livres de cor da geração de Agustin Dá. Dificuldades econômicas atingiram Cuba em 1857 e foi imposta uma taxa de 10% sobre a propriedade urbana ou rural. Os efeitos da crise e da taxação atingiram, sobretudo, a região oriental.¹⁰⁶ Como se não bastasse a crise,

¹⁰² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Nicolas Peña ó Dá*, cuarton de Brazo de Cauto, 06/07/1867.

¹⁰³ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 197, Ano 1864, fls. 44, Vila de El Cobre, 16/08/1864.

¹⁰⁴ AHPSC, PN, Escribanía de El Cobre, Livro 195, Ano 1861-2, Fls. 60, Vila de El Cobre, 20/10/1862.

¹⁰⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de Nicolas Peña ó Dá*, Santiago de Cuba, 08/07/1867.

¹⁰⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 17; ROBERT, Karen. Slavery and freedom in the Ten Years' War, Cuba, 1868-1878. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 13, n. 3, p. 181-200, Dec. 1992, p. 184. A tentativa da Espanha de garantir o domínio colonial sobre a República Dominicana durante quatro anos de guerra (1861-1865) e o seu fracasso resultaram em aumento de impostos para os proprietários cubanos, atingindo sobretudo os da região oriental da ilha (REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 205-206; FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 34).

em fevereiro de 1867, alguns meses antes da conspiração, um Decreto Real estabeleceu um novo imposto de 10% sobre a renda, que provocou protestos na Ilha.¹⁰⁷

A situação dos camponeses de cor de El Cobre parecia ainda mais difícil nos meses que antecederam a conspiração, pois uma grande seca assolava a região. O acusado Joaquín Bravo, entre maio e junho, trabalhou por cerca de um mês na *estancia* que cultivava, no distrito de Palma Soriano e daí, como em consequência da grande seca não podia semear, passou ao corte de lenha no engenho *Santa Rita* onde permaneceu 19 dias ganhando 15 pesos por mês. Logo, voltou a sua *estancia* e, vendo que a seca continuava, seguiu para o corte de *fustete* (um tipo de arbusto) de *Don Domingo Guillen* e ali esteve uns dias ganhando 21 pesos.¹⁰⁸ Outro acusado, Juan Bautista Navarro, informou que vivia na *estancia* de *Don Juan de Mate Mattos* e que, como na seca não se podia empreender o plantio, lhe pediu permissão para trabalhar no corte de lenha do engenho *Santa Rita*, onde ganhou 8 pesos e meio pelos dias em que esteve trabalhando.¹⁰⁹ A situação de Navarro é também ilustrativa da precariedade em que viviam muitos livres de cor. Ele e o irmão viviam “ao abrigo” de *Don Juan de Mate Mattos*, trabalhando sob suas ordens em sua *estancia*; *Don Mattos* os mantinha e facilitava o que eles necessitavam; foi necessária a sua permissão para que os irmãos saíssem, temporariamente, para trabalhar em outra fazenda.¹¹⁰

Uma trajetória singular entre os conspiradores é a de Antonio Boza, negro, também preso e acusado de participar da conspiração. Apesar de viver em uma situação razoavelmente confortável, na condição de músico, o acusado também não gozava dos mesmos privilégios de seu pai, que havia sido “capitão de uma das companhias de milícias de morenos que existiam na cidade em tempos passados, como prêmio de seus bons serviços e da imaculada lealdade que soube demonstrar em outra conspiração mais séria, que houve em Cuba, h[avia] cinquenta anos”¹¹¹.

¹⁰⁷ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 34-35.

¹⁰⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1234.

¹⁰⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 8, *Sentencia*, fl. 1235.

¹¹⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1235.

¹¹¹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Defensa*, fl. 1138.

As milícias foram criadas em Santiago de Cuba no final do século XVIII: existiam seis companhias de brancos e quatro de pardos e morenos.¹¹² As de pardos e morenos haviam sido uma importante via de mobilidade social e representavam status, privilégio e prestígio para a população livre de cor¹¹³, pois a participação na milícia atribuía uma identidade corporativa que favorecia a mobilidade socioeconômica e conferia a seus membros distinção, prestígio e respeito entre brancos e não brancos.¹¹⁴ Seus membros ocupavam o “cume da hierarquia social da gente de cor”¹¹⁵. Mas, à época de Antonio Boza, as milícias de pardos e morenos, extintas após *La Escalera* e retomadas posteriormente, haviam perdido a projeção e o prestígio do tempo do seu pai¹¹⁶ e ele teve, então, que buscar outra via de mobilidade social.

Segundo a defesa, Boza havia crescido entre a “gente branca e a gente boa” da cidade; havia passado a infância e a juventude na sacristia do templo de Santa Lucia e ali aprendeu tudo que sabia na arte de músico.¹¹⁷ Ser músico era uma das possibilidades para a

¹¹² PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 231.

¹¹³ KLEIN, *Slavery in the Americas...*, p. 211-221; GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 262; REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 171.

¹¹⁴ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 30-31; REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., cap. 5; DE LA FUENTE, *La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 62.

¹¹⁵ MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 98.

¹¹⁶ GARCÍA RODRIGUEZ, *La resistencia...*, cit., p. 262-264. Em junho de 1844, em razão de *La Escalera*, a administração colonial aboliu as milícias de pardos e *morenos* (KLEIN, *Slavery in the Americas...*, p. 221). Quando as milícias de pardos e *morenos* voltaram a funcionar em 1853-1854 tinham perdido as prerrogativas que atribuía a seus membros papel destacado na sociedade colonial e tiveram dificuldades para atrair os livres de cor. Em 1859, diante das dificuldades para preencher os postos das milícias de cor, o recrutamento passou a ser compulsório, através do sistema de sorteio. Quando as autoridades resolveram forçar o alistamento, muitos recrutas e seus familiares solicitaram dispensa. (REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 171-172, 180-182, 196; KLEIN, *Slavery in the Americas...*, p. 222). Para Paquette, os batalhões de cor já vinham sendo desprestigiados desde 1812, quando um comandante do batalhão dos *morenos* (José Antonio Aponte) organizou uma conspiração envolvendo escravos e livres de cor (*Sugar is made with blood...*, cit., p. 123).

¹¹⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Defensa*, f. 1138. Antonio Boza era natural de Santiago de Cuba e vivia na Vila de El Cobre, filho de Pedro Nolasco Boza. Nos protocolos notariais consta que em 29 de maio de 1863, Antonio Boza deu poder para pleito a seu legítimo irmão Matias Boza para que o representasse em tudo relativo ao testamento do seu pai. Boza assinou o documento com uma linda caligrafia. Foram testemunhas Don Francisco Dominguez, Don Carlos Garay e Don Andrés Chacón. AHPSC, Protocolos Notariais, Escribania de El Cobre, maço 196, fls. 34. No livro *Familias, agregados y esclavos*, Meriño Fuentes e Perera Díaz, p. 183-184, reconstituem, a partir dos padrões de domicílio e do testamento, a história da família do africano Gregorio

população de cor da colônia. Escravos dedicados à música tinham mais chances de conseguir o dinheiro necessário para adquirir a liberdade.¹¹⁸ Os brancos, em geral predispostos a buscar ocupação em postos da burocracia estatal ou no exercício de profissões liberais, comércio e igreja, não viam na música um meio de ascensão social. Para os livres de cor, a dedicação a um ofício ou à música oferecia mais possibilidade de prosperar. Assim, era muito forte a presença de negros e mulatos na música em Cuba, visto que, estando-lhes vedadas carreiras como as de médico, advogado, padre, a de músico apresentava alguma possibilidade de mobilidade social; além disso, os livres de cor costumavam aliar a condição de músico a um ofício manual.¹¹⁹ Boza era músico e sapateiro. Walter Goodman comenta a abundância de trovadores negros na ilha e fala de Lino Boza, que tocava clarinete e compunha música cubana para baile em Santiago de Cuba.¹²⁰ Entre os acusados, Antonio Boza era o que parecia ter mais prestígio; era bem relacionado com muitos brancos da localidade e conhecido de quase todos os depoentes.

Antonio Boza foi preso no dia 30 de junho, às 20:30h, quando tocava nas ruas da Vila de El Cobre com a orquestra que dirigia. Músico, sapateiro e diretor de orquestra, na época da conspiração, tinha 33 anos e vivia com a esposa, Donata Candean, Maria

Antonio Boza, que em 1810 já aparecia casado com Gabriela Boza, com a qual tinha dois filhos: Pedro Manuel e María del Rosario. Gregório Boza se dedicou ao cultivo do tabaco em uma pequena *vega* em Jutinicú; vivia na cidade e trabalhava no campo. Gregorio Boza, apesar de não saber ler e escrever, facilitou instrução aos filhos. Por isso Pedro Manuel Boza constaria nas cédulas de domicílio de 1861 como um dos três pardos e negros em Cuba, chefes de domicílio que sabiam ler e escrever. Em 1861, Pedro Manuel Boza, de 71 anos, solteiro, livre, lavrador e militar, aparece como chefe de domicílio da casa de número 16 da Rua Baixa de San Agustín, com os seguintes filhos: Lina Boza (costureira), Aniceta Boza (costureira), Pablo Ruiz (alfaiate), María Dolores Martí (costureira) – todos sabiam ler e escrever – e Petronila Martí, de nove anos, que não sabia ler nem escrever, mas estava na escola. Sabemos que o pai de Antonio Boza se chamava Pedro Nolasco Boza e tinha sido membro da milícia de pardos e *morenos*. A hipótese aqui é de que o pai deste Boza seja Pedro Manuel Boza.

¹¹⁸ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 12.

¹¹⁹ CARPENTIER, Alejo. *La música en Cuba*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 2004, p. 93. Esteban Montejo, ex-escravo, informa que na região de Las Villas, “os curas e os advogados eram sagrados naquela época. Se respeitavam muito pelo título. Até um bacharel era algo muito sério. Os negros não eram nada disso; padres, menos. Isso era mais para os brancos e descendentes de espanhóis. Até para ser guarda-noturno tinha que ser espanhol” (BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 80).

¹²⁰ GOODMAN, *Un artista en Cuba...*, cit., p. 59, 127-128;

Manuela Candean, quatro filhos pequenos, um agregado (Francisco Hesean) e uma escrava alugada.¹²¹

Os agregados eram, em geral, familiares dos filhos ou parentes do chefe da casa; às vezes, eram *expósitos*, conterrâneos, libertos, recém-emancipados etc. Possuir agregados como “mostra de distinção social e poder econômico” não era exclusivo dos brancos; “a pobreza e a adversidade podiam ativar a solidariedade entre amigos e parentes, e manifestar-se através da hospitalidade” aos agregados. Além disto, muitos dos agregados em domicílios de pardos e negros eram livres que colaboravam, com seu trabalho, para a manutenção da unidade doméstica.¹²² Quanto à cativa, desde 1844, o Governador do Departamento Oriental informava sobre a prática de adquirir escravos para alugá-los ganhando jornais em algum gênero de indústria ou ao serviço de outras casas.¹²³ A escrava Camila Grenot, de treze anos, de ofício doméstico, estava alugada a Boza havia um ano e informou que neste período não havia visto nenhuma pessoa de cor visitando a casa.¹²⁴ Donata e Manuela também afirmaram que nenhuma pessoa de cor frequentava a casa de Boza, exceto alguns músicos da cidade e de El Cobre.¹²⁵

Boza sabia ler e escrever: como aprendeu a tocar na Igreja, talvez daí venha também seu contato com as letras. Dos que foram acusados de participar da conspiração, poucos sabiam ler e assinar o nome. Segundo uma testemunha, o principal líder, Agustín Dá, sabia escrever.¹²⁶ Outro líder, Marcelino Velasquez, foi descrito como “um negro esperto que sabia até escrever”¹²⁷. Em El Cobre, existiam apenas duas escolas, uma para meninos e uma para meninas; 54 alunos eram brancos e, apesar da imensa maioria da população de cor, apenas 52 de cor.¹²⁸

Boza era muito conhecido e respeitado na vila e várias testemunhas atestaram seu “bom comportamento”. O pároco da vila, *Don Juan Pujares*, depôs a seu favor e

¹²¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Antonio Boza*, fl. 36.

¹²² MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 24, 79, 83.

¹²³ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 49.

¹²⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Camila Grenot*, fl. 47.

¹²⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, fl.

¹²⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. José Mariné*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

¹²⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Eugenio Heredia*, Santiago de Cuba, 07/08/1867.

¹²⁸ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resumen Estadístico de la población...*, 1863.

afirmou que o conhecia desde 1858, que Boza atendia como músico do santuário e observava boa conduta e “muito respeito com os brancos”¹²⁹. A seu favor, testemunhou também o barbeiro *Don José Lafaurie*, que frequentava sua casa quando havia algum enfermo e que atestou que o considerava um homem tranquilo, dedicado exclusivamente aos deveres da Igreja.¹³⁰ Não parecia, portanto, ter muitos motivos para estar na conspiração e não foram encontradas provas que atestassem a sua participação.¹³¹ Para ser considerado suspeito, contou a referência a seu nome em um bilhete escrito por Agustin Dá e “a estima e declarações de amizade que leva com Dá”¹³². Ele mantinha relações estreitas com o principal e considerado mais perigoso líder da conspiração e, além disto, uma testemunha afirmou que ouvira dizer que Carlos Rengifo, acusado que morava na cidade de Santiago de Cuba, vinha à vila de El Cobre e “se entrevistava com Boza”¹³³.

Apesar das declarações de que Boza não costumava receber visitas de gente de cor, quatro depoentes declararam ter visto Rengifo (o morador da cidade que nunca foi encontrado), dias antes de São João, visitando-o.¹³⁴ Se nada disto é suficiente para considerá-lo ao menos cúmplice da conspiração, o seu envolvimento posterior na Guerra de Independência deixa pouca dúvida sobre o seu desconforto com o poder colonial (ver capítulo 4). Por outro lado, se Boza realmente era inocente, a sua prisão sem provas demonstra que, apesar de ter uma certa projeção e das redes de relação construídas com os brancos, para as autoridades coloniais, ele não passava de um livre de cor.

É difícil precisar a participação das mulheres na conspiração. Caridad Velasquez, irmã de um dos líderes, foi uma das pessoas que denunciou o projeto de sublevação; em encontro reservado com o juiz de paz de Enramadas, informou que seu irmão Marcelino Velasquez havia estado naquele dia em sua casa a buscar seu marido “com objetivo de comprometê-lo para fazê-lo entrar na conspiração que tinha preparado” e que

¹²⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1210.

¹³⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Don José Lafaurie*, Santiago de Cuba, 12 ou 13/07/2012.

¹³¹ O curioso é que Antonio Boza aparece logo nas primeiras listas de conspiradores da Guerra de 1868, como veremos no capítulo 4. AHPSC, GP, maço 734, doc. 37, *Relación de los individuos del partido del Cobre que tomaron parte directa en la insurrección*, 22/07/1869.

¹³² ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Auto de Proceder en el Cobre*, El Cobre, 02/07/1867.

¹³³ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Auto de Proceder en el Cobre*, El Cobre, 02/07/1867.

¹³⁴ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1186.

por mais que lhe suplicasse que “não entrasse nisso e que deixasse a seu marido tranquilo”, não conseguiu convencê-lo, pois este lhe respondeu que já estava determinado a “vencer ou morrer”¹³⁵. Uma testemunha informou que, posteriormente, Marcelino lhe disse que não sentia morrer e sim o fato de sua irmã Caridad tê-lo denunciado à justiça.

Juana Felipa Rodriguez, esposa do acusado José Castillo, declarou que estava em sua casa, na véspera de São Pedro, quando ouviu Aniceto Infante dizer que amanhã era o dia e que ela devia se esconder no *monte* com todos os seus filhinhos porque, esta noite “rebetava em [Santiago de] Cuba, El Cobre, Dois Caminos e em toda a ilha” e que nesta mesma noite passaria Justo Rodriguez com homens para o engenho *San Felipe*. Quando perguntou o que Justo Rodriguez ia fazer no engenho *San Felipe*, Aniceto respondeu que não devia lhe fazer esta pergunta e que por isso não gostava “de dar a saber” seus segredos às mulheres.¹³⁶ Segundo um dos acusados, Juana Felipa Rodriguez chorava pela morte de Marcelino Velasquez.¹³⁷

As poucas mulheres acusadas tinham relações familiares ou de parentesco com os conspiradores: Eusebia Nuñez era mãe do acusado Hermenegildo Nuñez e tia de José e Justo del Cármen Ramos e foi presa porque abrigou Justo Ramos quando este estava ferido, em decorrência de troca de tiros contra *Don Felix Mancebo*¹³⁸; outra acusada e presa foi Rita Armand, que vivia maritalmente com Agustin Dá, embora não fossem casados: em sua casa, foram encontrados balas e apetrechos de guerra, embora Rita não tivesse participação direta no projeto¹³⁹. Dias antes do previsto para a rebelião, Dá a havia levado para a casa de Jacinto Zayans, em Brazo de Cauto, onde esta permaneceu durante dias e, de vez em quando, ia visitá-la.¹⁴⁰

¹³⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Caridad Velasquez*, Santiago de Cuba, 30/07/1867. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Eusebio Badell*, Santiago de Cuba, 02/07/1867; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1206.

¹³⁶ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1.224.

¹³⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1.227.

¹³⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1.200.

¹³⁹ A casa de Rita estava situada na Vila de El Cobre, na Rua Santo Antonio, número 16, e foi herdada do seu falecido marido, *Don Juan Martínez*, pai do seu filho e também acusado Cayetano Martínez. ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Reconocimto. de la casa de Ma. Rita Armand*, El Cobre, 02/07/1867.

¹⁴⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1216.

Pelo visto, a intenção de Dá era protegê-la, deixando-a em um lugar seguro e insuspeito, no momento da batalha. Nos depoimentos, Rita se manteve fiel a Dá, contradizendo, inclusive, as declarações do seu filho, Cayetano Martínez. Durante o processo, ela se declarou branca, o que levou as autoridades a requererem do pároco o seu registro de batismo, e como Rita não aparecia registrada no livro de batismo dos brancos da paróquia, recebeu o mesmo tratamento dispensado aos “de cor”, o que nos leva a outro importante aspecto da conspiração.

3.2 RAÇA E COR NA CONSPIRAÇÃO

Segundo os discursos das testemunhas e dos implicados na conspiração de El Cobre de 1867, o segundo objetivo era promover a igualdade dos negros. Os livres de cor desta região, além de conviver com o exemplo próximo do Haiti, já haviam tido contato de perto com discursos igualitários. Como já dito no Capítulo 2, em meados da década de 1850, uma campanha da Igreja incentivava a formalização das uniões consensuais, inclusive as inter-raciais. Autoridades coloniais muitas vezes se posicionaram contra casamentos inter-raciais sob a justificativa de que deles poderia resultar a igualdade, e alguns decretos foram publicados com a proibição.¹⁴¹ Contrariando esta política, o padre responsável pela campanha foi acusado de costumar dizer nos sermões e nas conversas privadas que “diante de Deus, todo mundo é igual” e foi criticado por difundir doutrinas de igualdade entre brancos e negros.¹⁴²

Os líderes Justo e José del Carmen Ramos foram considerados suspeitos, entre outras coisas, por terem fama de “encrenqueiros e atrevidos com os brancos”¹⁴³. Alguns dos conspiradores eram acusados de fazer reuniões e falar, em termos insolentes, de igualdade dos negros.¹⁴⁴ Uma testemunha afirmou que foi convidada a participar da conspiração para

¹⁴¹ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 36-38.

¹⁴² MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 43-45, 50-52.

¹⁴³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio de Isidro Palacios ao Alcalde Mayor do Distro Sur*, 19/07/1867.

¹⁴⁴ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Criminales por Conspiración para cometer el delito de rebelión*, 17/07/1867.

“sublevar a gente de cor contra a branca e proclamar a República”¹⁴⁵. A palavra República já havia estado presente em outros protestos da gente de cor em Cuba e constava no “idioma da resistência” dos envolvidos de cor nas conspirações de 1842-1843, que resultou na repressão *La Escalera*. Naquela ocasião, um carpinteiro havia dito que havia sido seduzido para participar da conspiração por um mulato livre que “estava disposto a sacrificar sua riqueza para a liberdade dos escravos e para constituir esta ilha em uma República igual a de Santo Domingo”¹⁴⁶. É provável que, ao falarem em República, os conspiradores de El Cobre também tivessem em mente a vizinha Haiti.

As autoridades coloniais viam a conspiração como uma investida da gente de cor contra os brancos. Paralelamente às investigações de El Cobre, o Capitão do Distrito de Palma Soriano, de acordo com o artigo 44 do Regulamento de Escravos, impôs uma multa de 40 *escudos* ao *mayoral* do engenho *Esperanza* pelo castigo excessivo que impôs ao escravo Miguel. No entanto, o Negociado achou por bem que, em vez de aplicar a multa, o Capitão deveria apenas chamar o *mayoral* e preveni-lo para que não mais se excedesse nos castigos impostos aos cativos sob o argumento de que:

[...] se bem é verdade que a citada multa está bem posta, a mesa é de parecer que não se aprove, atendendo a que se castigaria em caso contrário a um homem branco p[or] haver se excedido no castigo dado a um negro, o que não conviria dar a conhecer a este último em virtude das circunstâncias que atravessamos.¹⁴⁷

Na conspiração de El Cobre de 1867, houve presença de pardos no projeto de sublevação, embora os principais líderes tenham sido descritos como: *moreno* – Agustin Dá, com aproximadamente 30 anos; *negro achinado* – Marcelino Velazquez, de 40 anos; *negro* – Manuel Betancourt, natural e morador de Santiago de Cuba, de 39 anos; *negro achinado tirando a prieto* – Fernando Guillet, de 26 anos; e de cor muito negra – Carlos

¹⁴⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *De la causa contra Agustin Da y otros para cometer el delito de rebelión, 2ª pieza*, 17/07/1867. ANC, CM, maço 124, doc. 8, fl. 586.

¹⁴⁶ Negros e mulatos envolvidos nas conspirações de 1842-1843 falavam em liberdade, “direitos que a natureza concede”, cidadão, nação e república (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 255).

¹⁴⁷ AHPSC, GP, maço 561, doc. 32, *Sobre la amonestación hecha a D. Juan Frechon por el castigo que impuso a un negro llamado Miguel*, Santiago de Cuba, 09/07/1867.

Rengifo, de 20 a 24 anos¹⁴⁸. Pantaleon Rodriguez, trabalhador do campo e cabo de ronda, foi acusado de participar da conspiração porque em sua casa havia sido encontrado um bilhete comprometedor a ele endereçado¹⁴⁹; Paulino Parada, trabalhador do campo, de 33 anos, também foi acusado¹⁵⁰: um bilhete anônimo informara que ele e Fernando Guillet haviam estado na casa de *Don Luis Tejada* para convidar o pardo Arcadio, que ali vivia como serrador da fazenda, para a rebelião, e que fora ainda à casa de Marcelino Velasquez “para sair juntos no dia de São Pedro em uma comparsa e começar desta maneira”¹⁵¹; também foram implicados Porfirio Fernandez¹⁵² e Juan Sanchez ó Norate - este porque esteve na fazenda *San Felipe* “seduzindo os escravos”¹⁵³; e Apolonio Hechavarría foi condenado à morte pela participação no posterior motim na Cadeia Municipal e foi fuzilado¹⁵⁴. Todos eram pardos.

No entanto, as tensões entre os negros e mulatos ainda eram muito fortes. O bilhete anônimo com a denúncia de uma rebelião dos negros do engenho *Vega Grande* foi escrito pelo pardo Juan Agüero e entregue a *Don Buenaventura Almirall*, *mayoral* do engenho¹⁵⁵; Joaquin Portuondo, também pardo, carpinteiro, natural de Santiago de Cuba, declarou que Manuel Bettancourt estivera em frente à sua casa no dia de São João, instando-o a que o acompanhasse aos cafezais para fazer um “levantamento de negros”, ao que respondeu que não se metia nisso. Joaquin não o seguiu e declarou que foi à casa do

¹⁴⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Governador do Departamento Oriental aos Tenentes Governadores do Departamento, aos Capitães de distrito de El Caney, Yaguas e Jutinicú e ao Chefe de Polícia de Santiago de Cuba*, fl. 18, e *Despacho*, fl. 130.

¹⁴⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Pantalion Rodriguez*, El Cobre, 02/07/1867, fl. 37.

¹⁵⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Paulino Parada*, El Cobre, 03/07/1867, fl. 52.

¹⁵¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do cabo do Cuartón de San Narciso ao Capitan do Partido de Cuba*, 03/07/1867, fl. 37.

¹⁵² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Alcalde Mayor del Distrito Sur de Santiago de Cuba ao Gobierno Civil del Departamento Oriental*, Santiago de Cuba, 21/07/1867, fl. 334.

¹⁵³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Tenente de Guananicum ao Capitão de La Enramada, Guananicum*, 24/07/1867.

¹⁵⁴ No dia 23/10/1867 foi cumprida a sentença. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Constancia de la pena capital impuesta á vários procesado por la comisión militar*, Santiago de Cuba, fl. 884.

¹⁵⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ofício do Governador Civil do Departamento Oriental ao Capitão do Partido de Palma Soriano*, Santiago de Cuba, 25/06/1867.

cabo do *cuarton*, e só não informou o ocorrido porque não o encontrou¹⁵⁶. Juan Alvarez, pardo, informou que um pardo livre chamado Justo, pedreiro, que estava trabalhando no engenho *San Felipe*, lhe havia dito “sabe que estamos mal”, pois havia tido notícias de que um negro estivera no engenho concitando os escravos para se levantarem contra os brancos e pardos¹⁵⁷; ele também difundiu a notícia de que os escravos do engenho *San Felipe* estavam sendo convocados para se reunir com os do *Las Chivas* e ir para o ponto San Narciso, em El Cobre, onde teria lugar uma conspiração contra brancos e mulatos.¹⁵⁸ O escravo Antonio informou que o acusado Apolonio lhe disse para levar os escravos para o engenho La Cruz “onde estavam os demais para levantar-se no seguinte dia de *San Pedro* contra os brancos e os mulatos”.¹⁵⁹

A cor era um meio de acessar o status do indivíduo e a sua relação com a escravidão, segundo Martinez-Alier, que afirma que os pardos ocupavam posições melhores que os negros, não só pela proximidade fenotípica com os brancos, mas porque a cor os colocava mais distantes da escravidão. O censo de 1846 revelou uma predominância de mulatos entre os livres de cor e de negros entre os escravos.¹⁶⁰ Os dados para a jurisdição de Santiago de Cuba em 1861 confirmam esta tendência: foram registrados, no *Resúmen Estadístico*, 5.076 pardos escravos e 26.006 negros escravos; entre os livres, verificaram-se 18.346 pardos e 18.016 negros.¹⁶¹

Na década de 1820, os pardos pareciam ser percebidos pelas autoridades coloniais como “aliados mais dóceis e inofensivos que os negros”; as denúncias de atividades subversivas, neste período, envolveram sempre negros e nunca pardos livres.¹⁶² Pardos e negros tinham uma história de antagonismo e distanciamento estimulados e promovidos pela administração colonial. Nas milícias de cor, havia diferenças nos

¹⁵⁶ O cabo estava em Bayamo e o Capitão do distrito, muito irritado, pediu seu afastamento do posto (ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio do Capitão do Partido de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867).

¹⁵⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Juan Alvarez pardo libre*, Santiago de Cuba, 07/08/1867.

¹⁵⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1219.

¹⁵⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación del negro Antonio*, Santiago de Cuba, 02/08/1867.

¹⁶⁰ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 96.

¹⁶¹ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdicción de Cuba, Resúmen Estadístico de la población...*, 1863.

¹⁶² MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 127.

uniformes, condecorações e pagamentos entre pardos e *morenos*.¹⁶³ Segundo Howard, quando as vias de mobilidade social acionadas pelos mulatos (como a ocupação de espaços na burocracia e na universidade) foram negadas aos mais escuros da gente de cor livre, estes se ressentiram e apostaram na rebelião contra o governo colonial.¹⁶⁴ Para Martínez-Alier, os mulatos constituíam um grupo intermediário e sua solidariedade com a causa dos negros frequentemente era mínima; os negros estiveram mais envolvidos em sublevações.¹⁶⁵

Por isso, no período pós-*La Escalera*, para algumas autoridades coloniais, a “classe verdadeiramente perigosa” era a dos mulatos em função da participação de mulatos livres nas conspirações para abolir a escravidão e derrubar o governo colonial.¹⁶⁶ Diferenças na cor estimulavam a desunião entre a gente de cor, segundo Howard que, confirmando o argumento de Knight, afirma que mulatos educados podiam ter a oportunidade de ocupar espaços dentro da burocracia, da universidade e em algumas profissões. Para Klein, “negros e mais especialmente os mulatos poderiam ser encontrados em qualquer posição, classe e ocupação na ilha”¹⁶⁷. Em Santiago de Cuba, no entanto, segundo o *Resúmen Estadístico*, isso só se deu se houve alteração no registro da cor. A presença de algum pardo ou mulato exercendo estas atividades só foi possível se este logrou passar por branco, contornando, com a estratégia do embranquecimento, as barreiras raciais. De todo modo, dificilmente seria possível encontrar um negro retinto desempenhando estas funções.

Até 1860, os mulatos eram registrados como um grupo separado dos negros tanto nos censos quanto nos livros paroquiais.¹⁶⁸ No entanto, a combinação dos critérios de atributos físicos, “pureza de sangue” e origem familiar (ou cor legal) atuavam para

¹⁶³ PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 107, 251.

¹⁶⁴ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 30.

¹⁶⁵ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 39. As conspirações de *La Escalera*, no entanto, tiveram grande envolvimento de pardos (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 233-266).

¹⁶⁶ Documento datado de 1852, citado por MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 32.

¹⁶⁷ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 30; Klein defende ainda que a medicina, as artes e as profissões liberais estavam abertas para “homens com habilidade, independente de sua cor”. KLEIN, *Slavery in the Americas...*, p. 225-226.

¹⁶⁸ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 25.

denunciar a sua origem africana e passado escravo, lançando-os na categoria dos “de cor”. A partir do censo de 1861, negros e mulatos passaram a ser indiscriminadamente registrados como pertencentes à gente de cor¹⁶⁹: as classificações pardo e *moreno* (negro) foram substituídas pelo termo abrangente *gente de cor*. Para Knight, isto pode ser um indício “da deterioração das relações raciais e sociais” na Ilha.¹⁷⁰

Há pistas de que os conspiradores tentavam superar as clivagens de cor e pretendiam organizar a sublevação promovendo a união entre pardos e negros. Manuel Betancourt, segundo depoimentos dos pardos Dolores Serrano e Zacarias Perera, esteve na casa do último, no dia de São João, “em termos muito insolentes e atrevidos, tratando sobre a igualdade de todas as pessoas de cor”¹⁷¹ e, ao falar para estes pardos, insistia em afirmar que todos os negros eram iguais, sem fazer qualquer menção aos brancos. De acordo com Dolores Serrano, ele se dirigiu ao pardo Pereira como se pertencessem à mesma classe, o que lhe dava o direito de entrar na sua casa e falar naqueles termos.¹⁷² Aqui, a ênfase era de que pardos e negros eram iguais.¹⁷³ O que Manuel Betancourt queria dizer é que não havia distinção entre pardos e negros e que todos os de cor deviam se unir, o que indica que estava em curso um processo de politização de alguns livres de cor, que tentavam se mobilizar politicamente superando suas clivagens internas e acionando a construção de um sentimento de pertencimento em oposição aos brancos.

A aproximação entre pardos e negros estava se materializando em outras iniciativas também. Em maio de 1867, um grupo composto por pardos e *morenos* solicitou autorização para fundar uma associação de ajuda mútua denominada São Francisco de Assis cujo objetivo era o auxílio entre os sócios, em caso de enfermidade ou morte.¹⁷⁴ As autoridades coloniais consideraram que mesmo que a Associação fosse “puramente de socorros e estes [fossem] muito dignos e ainda que neles se expressem só sentimentos de

¹⁶⁹ MERIÑO FUENTES; PERERA DÍAZ, *Familias, agregados y esclavos...*, cit., p. 171.

¹⁷⁰ KNIGHT, *Slave Society in Cuba...*, cit., p. 93.

¹⁷¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio do Capitão do Partido de El Cobre ao Governador Civil do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867.

¹⁷² ANC, CM, maço 124, doc.8, *Declaración de Dolores Serrano*, fl. 175.

¹⁷³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, Santiago de Cuba, 10/02/1867, fl. 1208.

¹⁷⁴ AHPSC, GP, Sociedades Mutualistas, maço 2577, doc. 1, *Sobre una asociación denominada “S. Franco. de Asis” pretenden formar varios morenos libres*, Santiago de Cuba, 10/05/1867.

uma mútua caridade; como esta associação [era] de indivíduos de cor, cujas reuniões podem dar um fim distinto ao que se apresenta”, opinaram que se levasse a solicitação e o regulamento ao Diretor de Administração para que este resolvesse.¹⁷⁵ O temor era de que negros e pardos estivessem se unindo para fins políticos.

Voltemos à conspiração. Algumas testemunhas confirmaram que o objetivo da conspiração era “sublevar a gente de cor contra a branca”. O *moreno* livre Antonio Betancourt, lavrador, de 38 anos, irmão do líder Manuel Betancourt, declarou que Agustin Dá havia se apresentado em sua *vega*, propondo-lhe tomar parte na conspiração que “tramava com o objetivo de sublevar a gente de cor contra a branca”¹⁷⁶. Também o implicado Manuel Bettancourt confirmou que Agustin Dá o “havia ameaçado com arruiná-lo se no dia não o via na liderança da gente q[ue] tinha pronta para sublevar-se contra os brancos”.¹⁷⁷

Não é surpreendente que o alvo da conspiração fosse os brancos. Este era um mundo dominado por eles. No Regulamento de Escravos de 1842, o maior dever do escravo era o respeito às autoridades e aos brancos, de um modo geral.¹⁷⁸ Proprietários e administradores das fazendas eram brancos, comerciantes e comerciários, também. Na jurisdição de Santiago de Cuba, os 1.321 comerciantes e os 1.045 funcionários do comércio eram todos brancos.¹⁷⁹ No *Resúmen Estadístico* na jurisdição de Santiago de Cuba, 33 administradores de fazendas foram registrados e nenhum deles era de cor.¹⁸⁰

As informações sobre as fazendas citadas no processo de conspiração confirmam os dados quanto à composição racial dos administradores: o administrador da fazenda *La Cruz*, *Don Felix Mancebo*, era branco; o *mayoral* do engenho *Santa Rita*, *Don*

¹⁷⁵ AHPSC, GP, Sociedades Mutualistas, maço 2577, doc. 1, *Sobre una asociación denominada “S. Franco. de Asis”...*, Santiago de Cuba, 09/05/1867.

¹⁷⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del moreno libre Antonio Bettancourt*, Santiago de Cuba, 1º/07/1867, fl. 98.

¹⁷⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de Manuel Betancourt*, Santiago de Cuba, 15/07/1867, fl. 180.

¹⁷⁸ TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 182.

¹⁷⁹ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdiccion de Cuba, Resúmen Estadístico de la población...*, 1863.

¹⁸⁰ ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Departamento Oriental, Jurisdiccion de Cuba, Resúmen Estadístico de la población...*, 1863.

Juan Vega, era branco, natural de Canárias¹⁸¹; o *mayoral* do engenho *Sn. Juan, Don Franco*. Pol também era branco¹⁸²; o *mayoral* do engenho *Rio Grande Arriba, Don Julian Rizo*, era branco, natural de Santiago de Cuba¹⁸³, assim como o *mayoral* do engenho *San Felipe, Don Luis Mena*¹⁸⁴; o administrador da fazenda *Madre Vieja, Don Paulino Alvarez*, era branco¹⁸⁵; o administrador do engenho *Las Chivas, Don Manuel Agüero*, também era branco e já tinha administrado os engenhos *Sítio e Vega*¹⁸⁶; *Don Marcelino de Las Cuebas*, administrador do engenho *El Sítio*, natural de Cuba, também era branco.¹⁸⁷ Os proprietários que prestaram depoimento eram brancos também.

As únicas exceções seriam as fazendas: *La Matilde*, de propriedade de *Monsieur Estevan Gersenil*, cujo *mayoral* era seu filho, *Monsieur José Alcides Gersenil*, natural de Santiago de Cuba, descrito como de cor *trigueño oscuro*¹⁸⁸; *Macucho/La Esperanza*, pertencente a *Madame Brigida Desideria Ventura*, que foi representada também por seu filho *Monsieur Eugenio Donatien*¹⁸⁹; e *Pilon de Cauto*, governada por *Monsieur Estevan Donatien*.¹⁹⁰ O *contramayoral* da fazenda *La Matilde* também era de cor: o *moreno livre Mauricio*.¹⁹¹ Estas eram famílias de livres de cor de provenientes da Santo Domingo francesa. Como visto no Capítulo 2, anos antes, na investigação de uma conspiração

¹⁸¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Don Juan Vega mayoral del Ingo. Sta. Rita*, Enramada, 14/07/1867, fl. 303.

¹⁸² ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Franco. Pol.*, Villa de El Cobre, 18/07/1867, fl. 342.

¹⁸³ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Julian Rizo*, Santiago de Cuba, 30/07/1867, fl. 479.

¹⁸⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaracn. de Dn. Luis Mena mayoral del Ingenio San Felipe*, Santiago de Cuba, 1º/08/1867.

¹⁸⁵ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio do Gobierno Civil ao Jefe Gral.*, Santiago de Cuba, 1º/08/1867.

¹⁸⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Manuel Agüero admor. del ingo. Las Chivas*, fl. 685.

¹⁸⁷ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaracion de Dn. Marcelino de las Cuebas*, Santiago de Cuba, 31/08/1867, fl. 750.

¹⁸⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. José Alcides Gersenil*, Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 104.

¹⁸⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. Eugenio Donatien*, Cuarton Brazo de Cauto, 05/07/1867, fl. 102.

¹⁹⁰ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Mr. Estevan Donatien*, Cuarton de Brazo de Cauto, 06/07/1867, fl. 106.

¹⁹¹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración del negro Mauricio contramayoral de la La Matilde*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

envolvendo escravos destes cafezais, concluiu-se que o motivo de não ter havido tanta subordinação entre os escravos era a ausência de brancos – tanto os donos quanto os administradores pertenciam à classe de cor.¹⁹² Esta era uma situação peculiar.

Os estabelecimentos comerciais também eram propriedade de brancos: o armazém de El Cobre, onde Cayetano Martínez comprou fulminantes e balas para Agustín Dá, pertencia ao branco *Don* José Carreras; seu funcionário, *Don* Juan de Estrada, era branco também¹⁹³; o armazém em que Fernando Guillet havia trabalhado algum tempo como oficial de carpintaria em Dos Palmas, no *cuarton* de Rio Frio, pertencia a *Don* Osbaldo, também branco¹⁹⁴. Alguns dos livres de cor acusados na conspiração costumavam frequentar dois armazéns situados no *cuarton* de Solis. Agustín Dá, Nicolás Dá, Manuel Betancourt, Pantaleón Rodríguez e Fernando Guillet já haviam sido vistos algumas vezes reunidos bailando e bebendo nos armazéns de Solis.¹⁹⁵ Um dos armazéns pertencia a *Don* Antonio Ferret e tinha um encarregado branco, natural de Cataluña¹⁹⁶; o segundo armazém era de propriedade de outro catalão, *Don* Magin Mariné, que declarou que, em março, Agustín Dá estivera na venda pedindo-lhe um trago de rum fiado e como ele se recusou a aceder ao pedido, Dá lhe respondeu em tom de ameaça: “dentro de três meses não terão os senhores estes armazéns”¹⁹⁷. Uma testemunha declarou que vira, algumas vezes, Dá e Guillet, que “viviam juntos”, reunidos no estabelecimento de *Don* José Mariné, também branco¹⁹⁸ - este na verdade era o encarregado do estabelecimento de propriedade de *Don* Antonio Ferret, que residia na cidade de Santiago de Cuba e raramente ia ao armazém, como explicou em seu depoimento.¹⁹⁹

¹⁹² ANC, AP, maço 226, doc. 13, *Ofício do Fiscal da Comissão Militar ao Comandante Geral do Departamento Oriental em Expediente sobre el conato de rebelión de esclavos en la jurisdicción de El Cobre – Comision Militar establecida, com tal motivo, en Cuba*, Santiago de Cuba, 04/07/1864.

¹⁹³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls. 1183, 1186.

¹⁹⁴ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Fernando Guillet*, Santiago de Cuba, 02/08/1867.

¹⁹⁵ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Declaración del moreno libre Zacarias Zayans*, Santiago de Cuba, 31/08/1867.

¹⁹⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn José Marine*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

¹⁹⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Dn. Magin Marine*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

¹⁹⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1218.

¹⁹⁹ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaracion de Dn. José Mariné*, Santiago de Cuba, 10/08/1867.

A conspiração pretendia atingir não só aos senhores de escravos, mas aos brancos em geral que ocupavam lugar de prestígio e dominavam espaços de poder na sociedade colonial. O vocabulário político disponível para estes conspiradores condensava no mote “levantar-se contra os brancos” a luta contra a escravidão, contra a opressão econômica, contra o poder colonial e contra as barreiras raciais.

É interessante notar a composição do grupo que se formou com o objetivo de prender o líder Agustín Dá e que acabou por lhe dar morte. O grupo era comandado por *Don* Francisco March, proprietário e Alferes de Voluntários de Cavalaria de El Cobre, que era natural da Cataluña.²⁰⁰ Compunham o grupo: *Don* Natalicio Salas, alfaiate, natural de Maracaibo²⁰¹; *Don* Antonio Rodríguez, ferreiro, natural de Galícia²⁰²; e José Domingo Bulgar, pardo livre, trabalhador do campo, natural da cidade de Baracoa, a quem Dá devia, em 1862, algumas *onzas*.²⁰³ Havia, ainda, outro pardo livre chamado Pedro Ramos, natural e morador de El Cobre, de ofício cozinheiro²⁰⁴, e um carpinteiro, também de El Cobre, para o qual não há classificação por cor.²⁰⁵ Dos seis membros, pelo menos três eram reconhecidamente brancos e dois, espanhóis. Os pardos livres do grupo possuíam fenótipo branco e, em alguns momentos do processo, chegaram a receber o designativo *Don*.

De qualquer modo, a repressão e o poder de polícia eram, em geral, exercidos por autoridades coloniais ou por brancos designados por estas. As autoridades máximas locais eram todas brancas. Os capitães de distrito eram brancos; os tenentes *Don* Manuel Bondet e *Don* José Roman Rodríguez eram brancos²⁰⁶; o tenente central do distrito de El Cobre, *Don* Joaquín Carbonell, era branco também²⁰⁷; o cabo do *cuarton* de Rio Frio, *Don*

²⁰⁰ ANC, CM, *Declaración de D. Franco. March*, Vila de El Cobre, 04/07/1867.

²⁰¹ ANC, CM, *Declaración de D. Natalicio Sales*, Vila de El Cobre, 04/07/1867.

²⁰² ANC, CM, *Declaración de D. Antonio Rodríguez*, Vila de El Cobre, 04/07/1867.

²⁰³ ANC, CM, *Declaración de José Domingo Bulgar*, Vila de El Cobre, 04/07/1867. Em 1862, José Domingo Bulgar havia feito um testamento em que declarou que Agustín Peña (Dá) lhe devia 10 *onzas*, segundo demanda apresentada na Alcaldía Municipal; o irmão de Dá, Zacarías Peña, também lhe devia um pequeno valor. AHPSC, Protocolos Notariales, Escribanía de El Cobre, Livro 195, Ano 1861-2, fl. 60, Vila de El Cobre, 20/10/1862.

²⁰⁴ ANC, CM, *Declaración de Pedro Ramos*, Vila de El Cobre, 04/07/1867.

²⁰⁵ ANC, CM, *Declaración de Oscar de Dien*, Vila de El Cobre, 04/07/1867.

²⁰⁶ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls. 1196-1197.

²⁰⁷ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Declaración de Nicolas Peña ó Dá*, El Cobre, 02/07/1867.

José Durran, também era branco²⁰⁸; o juiz de paz de Enramadas, *Don Eusebio Badelll*, e seu suplente, *Don Isidro Palacios*, eram brancos também.²⁰⁹

Entre os funcionários da polícia de El Cobre listados por Pezuela, na década de 1860, nenhum era de cor.²¹⁰ Isto parecia ser tão natural que a defesa de um dos acusados fez questão de ressaltar que o pardo Pantaleon Rodriguez, “apesar da sua classe e cor”, desempenhava o destino de cabo de ronda do seu *cuarton*²¹¹, o que leva a crer que se existiam pardos ocupando estes postos, estes eram exceções. E não por acaso, os escravos do engenho *Santa Rita* fugiram uma segunda vez quando se apresentou o “Juiz de Paz com outros brancos, porque como eles levavam armas acreditaram que os iam matar já que se lhes mandavam colocar-se em fila”²¹². Neste engenho era muito evidente a hierarquia racial: o *mayoral*, *Don Juan Vega*, o *mayoral* da estância de víveres, *Don Francisco Perez*, e o *contramayoral*, *Don Gavino Arias*, eram brancos.²¹³ No processo, além dos comerciantes, dos fazendeiros e dos membros das forças policiais, aparecem também dois professores de instrução primária, chamados a verificar se a letra do bilhete encontrado na casa de Pantaleon Rodriguez pertencia a Cayetano Martínez, dois peritos do arsenal, para fazer o reconhecimento das armas encontradas em poder dos revoltosos e na casa de Rita Armand, e um médico, para fazer a perícia em Justo Ramos, que se encontrava ferido: todos eram brancos.²¹⁴

Mas se a sublevação tinha como objetivo derrotar os brancos, como explicar a presença de três brancos na condição de acusados de participar da conspiração? Inicialmente, três brancos foram indiciados: *Don José Estanislao Perez* foi preso, mesmo sem haver muitos indícios de sua participação no projeto de conspiração, ao que parece, por falar demais e por sua relação com os livres de cor, afinal, era o capataz de uma turma de

²⁰⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Oficio do Capitão do Partido de El Cobre ao Governador do Departamento Oriental*, El Cobre, 30/06/1867.

²⁰⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls. 1198, 1243.

²¹⁰ DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 8.

²¹¹ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Pantaleon Rodriguez*, Havana, 07/07/1868.

²¹² ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación Fiscal*, Santiago de Cuba, 28/12/1867, fl. 1020.

²¹³ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1202-1203.

²¹⁴ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Reconocimiento*, Santiago de Cuba, 10/07/1867; ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Otro Recoto.*, Santiago de Cuba, 17/07/1867 e ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Reconocimiento*, Santiago de Cuba, 20/07/1867.

trabalhadores de cor empregada nos trabalhos dos engenhos e esteve no engenho *Santa Rita* no dia em que os escravos resolveram fugir. Quando estava preso, foi encaminhado ao Hospital Civil de Caridade onde morreu com inflamação aguda no fígado.²¹⁵ Sobre ele, não temos muitas informações.

Os “brancos” Cayetano Martínez e José Epifanio Rabelo se apresentaram como tal e portaram, durante as investigações, o pronome *Don*, designativo da cor branca. A mãe de Cayetano Martínez, Rita Armand, ao ser interrogada pela segunda vez, foi descrita como uma “mulher de cor” e declarou que se chamava Rita Armand, branca, “como consta em seu registro de batismo assentado na paróquia de Santo Tomás”. Perguntada se seu filho Cayetano também “correspondia à classe dos brancos”, respondeu que sim, e que ele foi batizado na paróquia de El Cobre.²¹⁶

Até 1861, havia em Cuba um livro de batismos específico para brancos e outro para pardos e negros. A ascendência e origem familiar ocupavam um papel central na classificação racial, daí a importância dos registros de batismo. Quando o fenótipo não era suficiente para definir o lugar racial (em termos de maior ou menor proximidade com a África e com a escravidão), era acionada a “cor legal”, ou seja, a cor registrada nos livros paroquiais.²¹⁷ De fato, consta no processo o registro de batismo como branco de Cayetano Martínez. O cura da paróquia de Santo Tomás, no entanto, informou que fez uma busca nos livros batismais desde o ano de 1817 até 1846 e não encontrou registro algum do batismo de Rita Armand, o que deixava em suspeição a sua condição de branca; logo, a do seu filho também.²¹⁸ Quanto a José Epifanio Rabell, não havia dúvida alguma; apesar de se declarar

²¹⁵ Epifanio Rabell morreu no dia 09 de novembro de 1867. ANC, CM, maço 125, doc. 1, fl. 928; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fls. 1236-1237, 1240.

²¹⁶ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Ampliación de Da. Rita Arman*, Santiago de Cuba, 08/07/1867.

²¹⁷ MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 5-6, 16. Sobre a cor real e a “cor legal”, ver p. 71-76.

²¹⁸ ANC, CM, maço 124, doc. 8, *Certificación*, Santiago de Cuba, 15/07/1867. Provalmente Rita Armand, parda de cor mais clara, conseguiu “embranquecer” quando se casou com um branco e por isso conseguiu registrar como branco o seu filho, Cayetano Martínez; quando ficou viúva, voltou à sua condição de livre de cor. Apesar das repetidas instruções para que os padres verificassem a origem racial da criança antes do batismo, falsos registros podiam ocorrer, em função dos esforços da gente de cor para embranquecer seus descendentes. Outro recurso era omitir o nome da mãe de cor da criança, garantindo que esta fosse registrada no livro dos brancos. (MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 74).

como branco, ele fora batizado no livro de batismos da população de cor. Por isto, na acusação fiscal, se diz que, em verdade, estes “pertencem à classe de pardos”²¹⁹. Eles eram “ao parecer, brancos”²²⁰, o que, em Cuba, era diferente de *ser* branco.

Ocorre que a cor, em Cuba, no século XIX, operava junto à noção mais ampla de origem, de raça. Para os pardos de cor branca, em algumas circunstâncias, não era possível passar por branco; era preciso provar que era branco, daí a existência de uma dupla classificação: a da cor real e a da cor legal e o recurso ao livro de batismos para comprovação da origem racial.²²¹ Um descendente de negros, mesmo que possuísse fenótipo branco, podia não escapar ao exame da cor legal em algumas situações. Martínez-Alier relata um caso em que uma jovem branca desistiu do casamento ao descobrir que o noivo, apesar de passar por branco, estava registrado no livro de pardos, o que denunciava a sua origem familiar mestiça.²²² Obviamente, isto valia apenas em algumas circunstâncias. No dia a dia, a cor, como primeiro símbolo de classificação social, operava largamente. A cor legal era acionada quando a aparência/a cor real era ambígua.²²³

A ambiguidade da condição de pardo se apresenta no argumento de um dos acusados. O pardo Joaquín Bravo passava por branco e argumentou na defesa:

[...] sendo eu tido como branco em vez do pardo que sou, tenta-se envolver-me em um assunto de tão graves consequências no judicial e extrajudicial, tratando-se nada menos que de uma conspiração de negros e escravos, e sabendo que sendo questão de raça como necessariamente tinha que ser, o natural era [que] eu morresse em suas mãos, como um de seus antagonistas que haviam de pressupor-me.²²⁴

Apesar da sua “branquitude”, no processo Joaquín Bravo foi tratado como pardo e também foi condenado pela conspiração. Rita Armand se considerava branca, mas foi tratada durante todo o tempo da investigação como “de cor” pelas autoridades da Comissão Militar (CM). Se os pardos livres tendiam a tentar se afastar dos negros,

²¹⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Acusación fiscal*, Santiago de Cuba, 28/12/1867, fl. 1020.

²²⁰ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Pantaleon Rodriguez*, Havana, 07/07/1868.

²²¹ MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 71.

²²² MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 72-73.

²²³ MARTÍNEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 73.

²²⁴ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Descargo del procesado Joaquín Bravo*, fl. 1160.

beneficiando-se da gradação da cor²²⁵, de certa forma, o recurso à cor legal e à origem familiar para determinar o lugar social e racial do indivíduo pode ter aproximado os pardos e mulatos dos negros. A situação dos mulatos e pardos “quase brancos” era delicada. Aspiravam ser brancos, mas esbarravam no critério de classificação racial a partir da origem familiar. Como afirma Scott, o preconceito dirigido a negros e mulatos sem distinção contribuiu para a unidade da gente de cor.²²⁶

A conspiração de El Cobre demonstra que, apesar das tensões existentes entre os dois grupos, a atividade política dos livres de cor tentava orquestrar uma ação comum: este era o objetivo de Manuel Betancourt ao dizer que “todos os de cor são iguais”. Já na década de 1860, buscava-se acionar uma categoria mais abrangente, diminuindo as diferenças internas da população de cor para que se mobilizasse contra os brancos, ou melhor, contra as hierarquias raciais existentes na ilha. Como afirma Howard, em relação às experiências dos *cabildos* e associações de cor, estava em curso a gestação de uma *consciousness of kind* entre os membros da população de cor.²²⁷ A aproximação entre pardos e negros e a construção da unidade entre eles para fins de mobilização política será tema do Capítulo 4. Antes, é importante falar um pouco do desfecho da conspiração.

3.3 O MOTIM NA CADEIA REAL

Os escravos do engenho *Santa Rita* foram postos em liberdade, a pedido do proprietário, *Don Calixto Duany*.²²⁸ Antonio Boza pagou fiança e foi libertado em 30 de dezembro de 1867.²²⁹ Cayetano Martínez, Valentin Velasquez, Justo Rodriguez, Juan

²²⁵ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 28.

²²⁶ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 273.

²²⁷ Em várias ocasiões, as sociedades de ajuda mútua dos negros foram espaços para conspirações. Para Howard, as ações dos membros destas organizações expressaram e promoveram uma forte *consciousness of kind*. Howard fala ainda que estas ações “foram expressões do nacionalismo Pan-afro-cubano, um sentimento que transcendeu as diferenças de cor, classe e culturais que prevaleciam entre as pessoas de cor” (*Changing history...*, cit., p. 83, 89).

²²⁸ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Descargos de los negros del Ingenio Santa Rita*, fls. 1165. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Soltura*, fl. 1100. Antonio Boza pagou fiança e foi libertado em 30 de dezembro de 1867. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Fianza de Antonio Boza*, fl. 1086.

²²⁹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Fianza de Antonio Boza*, fls. 1086. Entre dezembro de 1867 e janeiro de 1868, alguns dos implicados na conspiração, como Antonio Boza, José Epifanio

Sanchez Norate, Manuel Betancourt, Justo e José del Carmen Ramos foram condenados a oito anos de prisão, com a observação de que os sentenciados deveriam cumprir suas penas em um dos presídios de Ultramar.²³⁰ Juan Norate e Manuel Betancourt, fugidos, foram condenados à revelia. Apenas Marmeto Rengifo, irmão de Carlos Rengifo, e Luis e Nicolas Dá, irmãos de Agustin Dá, cuja principal causa para estarem presos era a relação próxima de parentesco com os líderes da conspiração, foram absolvidos livremente.²³¹ Os escravos do *Santa Rita*, assim como os demais processados pela conspiração, não puderam “destruir as suspeitas que contra eles” existiam e, embora não fosse possível impor-lhes “uma pena com consciência de sua criminalidade, tampouco deveriam ser credores de uma livre absolvição”, sendo absolvidos somente da instância.²³² A sentença foi ditada em fevereiro de 1868. Antes disto, no entanto, os conspiradores de El Cobre protagonizariam outra rebelião.

Muitos acusados da conspiração de El Cobre estavam presos na Real Cadeia Municipal de Santiago de Cuba em 9 de outubro de 1867, quando estourou um motim. Por volta das 19:30h, quando formavam para o ato da revista no pátio, muitos presos, armados com pedaços de madeira, tentaram empreender fuga. Houve confronto e um cabo, três soldados e três chaveiros ficaram gravemente feridos. Os presos, ameaçados, apontaram 32 pessoas como promovedoras da rebelião. O Comandante do Departamento Oriental, no entanto, estava preocupado em saber “até que número podem ser executados para que infunda castigo na gente de cor que são os principais”²³³. Entre os principais, estavam os conspiradores de El Cobre Apolonio Hechavarría, Manuel Betancourt e Fernando Guillet que foram condenados a fuzilamento pelo crime de sedição, agressão à força armada e

Rabell, Feliciano Jimenez, Eusebia Nuñez, Hermenegildo Nuñez, sob fiança, conseguiram sair da prisão; Patricio Borrero também conseguiu sair.

²³⁰ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1247.

²³¹ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1245.

²³² ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Sentencia*, Santiago de Cuba, 10/02/1868, fl. 1247.

²³³ AHPSC, Juizado de 1ª Instância, Cadeias, maço 232, doc. 7, *Ofício do Comandante Geral do Departamento ao Capitão Geral de Cuba em Cartas, comunicaciones y circulares manuscritas que tratan sobre la sublevación habida en la na Cárcel de esta ciudad y la fuga de cuatro penados*, Santiago de Cuba, outubro/1867 (PORTUONDO ZÚÑIGA, *Entre esclavos y libres...*, cit., p. 270-272).

atropelo de sentinelas.²³⁴ Pela mesma acusação, foram condenados a dez anos de prisão, Pantaleon Rodríguez, Nicolas Dá, Paulino Parada, Juan Bta. Navarro, Justo Ramos, Porfírio Fernandez, Joaquín Bravo, Juan Luciano Garvey e José del Carmen Ramos.²³⁵ Fernandez, Bravo, Garvey e José del Carmen Ramos tiveram adicionada à pena a cláusula de retenção, que significava que, mesmo após cumprida a pena, poderiam ser mantidos retidos de acordo com a conveniência das autoridades coloniais. Naquele mesmo ano, Apolonio Hechavarría sofreu a pena capital.

No motim, apenas quatro presos haviam conseguido fugir e dentre eles estavam Manuel Betancourt e Fernando Guillet, dois dos principais líderes da conspiração. As autoridades coloniais foram colocadas em alerta. Tenentes governadores, capitães de distrito e o Chefe de Polícia foram advertidos sobre a importância e urgência da imediata captura não só porque eram “réus de consideração” como porque “empregarão sua mal adquirida liberdade em conspirar contra a gente branca”²³⁶. E nisto estavam certos. Os fugitivos tentariam, mais uma vez, levar adiante o plano de sublevação.

Quando capturado, um dos presos fugitivos que não havia participado da conspiração de El Cobre, o negro Martin Hernandez Salazar, informou que, durante a fuga, foi informado por Fernando Guillet e outro fugitivo que possuíam quinhentas balas em um *bohío* (cabana de madeira e palha) do engenho vizinho ao *Sabanilla* e uma porção mais de balas e escopetas em um monte perto dali, “que se destinavam a armar a gente de cor p[ar]a continuar até seu melhor termo a conspiração descoberta em junho últ[im]o, da que é 1º chefe Carlos Rengifo, e 2º o citado Guillet”. Lembramos que Rengifo nunca foi encontrado e podia estar de fato, às ocultas, trabalhando para realizar o plano de insurreição. Martin informou ainda que os fugitivos, unidos a Rengifo, se encaminhavam a “sublevar as escravarias das fazendas dos distritos de Palma Soriano e El Cobre”. Porém, mais uma vez,

²³⁴ ANC, CM, doc. 1, *Sentencia*, fl. 1240; ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Constancia de la pena capital impuesta á varios individuos por la comisión militar*, fl. 884.

²³⁵ ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Certificación de los procesados sentenciados pr. La comisión militar*, Santiago de Cuba, 28/10/1867, fl. 871, e *Sentencia*, fl. 1240.

²³⁶ AHPSC, Juizado de 1ª Instância, Cadeias, maço 232, doc. 7, *Circular em Cartas, comunicaciones y circulares manuscritas que tratan sobre la sublevación ocurrida en la cárcel de Santiago de Cuba*, Santiago de Cuba, 1º/10/1867.

a tentativa dos conspiradores foi frustrada.²³⁷ Fernando Guillet foi morto no início de novembro em terrenos da fazenda *Abundancia*, no partido de Jutinicú, quando tentava fugir. Manuel Betancourt sumiu sem deixar pistas e jamais foi encontrado.²³⁸

Apesar de todos os indícios das atividades conspirativas dos negros, um dos defensores legais argumentou que “o delito [era] inverossímil”, faltavam-lhe atributos indispensáveis para “certificá-lo com o título pomposo de conspiração. São uns negros ignorantes, sem recursos, sem combinação e sem valor”. Os líderes que foram mortos seriam uns “vagabundos e até revoltosos”, mas não conspiradores.²³⁹ Em outro texto de defesa, se concluiu que “a intentona, por outra parte, era descabelada e irrealizável: germinou no cérebro dos homens de cor, sem inteligência, sem coração, sem costumes nem crédito [...]”²⁴⁰. Estas declarações, ao tempo em que revelam o medo do negro e o exagero que pode ter havido em torno da conspiração, expressam também o racismo e a subestimação do negro enquanto sujeito político. Que surpresa teriam estes contemporâneos alguns meses depois! Como veremos no Capítulo 4, a guerra de independência arrastou escravos e livres de cor para a luta contra a escravidão e o domínio colonial e alçou negros e mulatos à condição de generais.

Quase dois anos depois de iniciada a investigação e já em plena guerra de independência, em 31 de maio de 1869, Pantaleon Rodriguez, Nicolas Peña, Juan Elias Navarro, Paulino Parada, Joaquin Bravo, Porfírio Fernandez e Juan Luciano Garvey peticionaram ao *Alcalde Mayor* do Distrito Sul de Santiago de Cuba, informando que, apesar de haverem sido absolvidos, permaneciam em prisão, quando todos os outros corréus que foram absolvidos livremente já estavam em liberdade. Os presos apelaram,

²³⁷ AHPSC, Juzgado de 1ª Instância, Cadeias, maço 232, doc. 7, *Ofício do Comandante Geral do Departamento ao Capitão do distrito de Jutinicú em Cartas, comunicaciones y circulares manuscritas que tratan sobre la sublevación habida en la na Cárcel de esta ciudad y la fuga de cuatro penados*, Santiago de Cuba, 30/10/1867.

²³⁸ Guillet e Betancourt, junto ao pardo Apolonio Hechavarría, já haviam sido condenados pela Comissão Militar à pena capital pelos delitos de sedição, agressão à força armada e atropelo de sentinela. ANC, CM, maço 125, doc. 1, *Constancia de la pena capital impuesta á varios individuos por la comisión militar*, fl. 884.

²³⁹ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Justo y José del Cármen Ramos*, Havana, 30/09/1868.

²⁴⁰ ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Defensa de Pantaleon Rodriguez*, Havana, 07/07/1868. ANC, Assuntos Políticos, maço 55, doc. 10, *Ditame do Ministério Fiscal em Criminales por conspiración para cometer el delito de rebelión*, Habana, 15/09/1869.

ainda, para o indulto de toda pena aos presos políticos concedido pelo Governador Superior Civil da Ilha, em decreto de 1º de janeiro de 1869.²⁴¹ Em resposta a esta petição, o inquérito que apurou a conspiração de El Cobre concluiu que se “trat[ou] de uma conspiração para se rebelar contra a ordem pública e social existente na Ilha e acabar com os brancos”, portanto, “um delito essencialmente político”. Como tal, foi compreendido no Decreto de 12 de janeiro de 1869 que concedia anistia a todos aqueles que, por causas políticas, se achassem sofrendo condenação ou estivessem processados e em prisão, os quais deveriam ser postos imediatamente em liberdade.

²⁴¹ Assinou o documento Pantaleon Rodriguez, “por seus companheiros”. ANC, AP, maço 55, doc. 10, *Carta de Pantaleon Rodriguez ao Sr. Alcalde Mayor del Sur*, Santiago de Cuba, 31/05/1869.

4 INSURREIÇÃO, ESCRAVIDÃO E EMANCIPAÇÃO

Ocidente tem paz [...] Oriente é o germe da guerra. Eu ponho na balança estas duas coisas: por uma parte grande riqueza, grande potência, grande número de escravos; por outra parte poucos escravos, pobreza, desgraça; mas na primeira parte paz assegurada, paz existente, paz que tem desafiado todas as insurreições, e na segunda, guerra latente, e centro e foco de perturbações, de futuras lutas de raças.¹

4.1 ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E INSURREIÇÃO NA REGIÃO ORIENTAL

No ano em que a conspiração de El Cobre foi descoberta (1867), a preparação para a guerra de independência já estava em curso. Na jurisdição de Manzanillo, próxima a Santiago de Cuba, duas cartas anônimas foram dirigidas às autoridades coloniais denunciando uma conspiração contra o governo espanhol prevista para o dia oito de dezembro ou para a véspera do Natal; os dois anônimos insistiam em que os conspiradores contavam com os escravos e que lhes dariam a liberdade, um facão e um punhal; informavam, ainda, que a conspiração estava sendo gestada há mais de três meses, que rifles haviam sido introduzidos por Guantánamo e que várias reuniões haviam sido feitas em engenhos.² Em algumas destas reuniões, haviam participado várias “classes” de pessoas, algumas reconhecidamente desafetas ao governo.³

De fato, a organização para a guerra anticolonial, na região oriental, começou no ano de 1867, liderada por setores médios crioulos, pequenos proprietários de escravos e pela população negra urbana livre em Bayamo, Jiguaní, Manzanillo, Las Tunas e Santiago

¹ AHN (Madri), Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, 1879, p. 51.

² AHPSC, GP, Guerra de 1868, maço 734, doc. 54, *Expediente manuscrito referente a la insurrección de Carlos Manuel de Céspedes en Manzanillo*, Bayamo, 04/12/1867.

³ AHPSC, GP, Guerra de 1868, maço 734, doc. 54, *Ofício do Tenente Governador de Manzanillo ao Governador do Departamento Oriental em Expediente manuscrito referente à insurreição de Carlos Manuel de Céspedes en Manzanillo*, Bayamo, 30/11/1867. Os orientais e camagueianos haviam tido reuniões conspirativas em 3 de agosto de 1867, em San Miguel de Rompe, e outra na fazenda *Muñoz*, também na jurisdição de Tunas em 3 de setembro de 1867, em que se acordou adiar o levantamento até depois da safra de 1869 (CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 157).

de Cuba.⁴ A Guerra de Dez Anos começou em 10 de outubro de 1868 como uma revolta nacionalista contra a Espanha.⁵ A escravidão não estava entre as primeiras preocupações dos rebeldes, mas, uma vez que a guerra estourou, assumiu grande importância.⁶ No Oriente, os primeiros insurretos eram fazendeiros, profissionais liberais e intelectuais, que “tinham sido influenciados pelo liberalismo Europeu”. Em breve, o movimento incluiria um grande número de camponeses brancos e livres de cor.⁷

Nas regiões de Guantánamo e Santiago de Cuba cujas populações eram predominantemente não brancas, a insurreição assumiria um caráter peculiar.⁸ Em 1862, a população de cor livre de Santiago de Cuba alcançava 39,8%, enquanto em Guantánamo era de 28%; já a população escrava de Santiago de Cuba correspondia a 34% e a de Guantánamo a 44,5%. Nestas regiões, a escravidão ainda se constituía a espinha dorsal da economia local⁹ e, para alguns escravos, a revolução que começava representava já a possibilidade de liberdade.

No dia 18 de outubro de 1868, o Conde de Duany se queixou ao Chefe de Polícia de que, na noite de 16, as suas escravas Estela, Barbara e Josefa estavam sentadas na porta, quando a negra Merced Garzon, escrava de Rosa Portuondo de Alberny, se aproximou e disse a Josefa “por que se havia vendido nesta casa, que se havia metido no inferno e que já estava morto *Don Etrotenio Vicente*”, que, em reunião com o Conde de Duany, “havam dado um barril de *onzas* de ouro para que não se desse a liberdade aos negros, mas que agora se molestariam, pois logo seriam livres”. O Conde de Duany considerou que este feito, “ademais da falta de respeito de uma negra, envolve também ideias de natureza prejudicial à subordinação e consideração que todo escravo deve ter às pessoas brancas”.¹⁰ Os escravos ouviam que uma rebelião havia começado e que se os

⁴ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 160.

⁵ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 158.

⁶ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 162.

⁷ ROBERT, *Slavery and freedom...*, cit., p. 185-186. Céspedes teve contato com diversos tipos de liberalismos na Europa (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 63).

⁸ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 54.

⁹ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 54-55.

¹⁰ ANC, CM, maço 126, doc. 14, *Ofício do Chefe de Polícia ao Governador do Departamento Oriental em Criminal contra la negra Merced esclava de la Sra. Doña Rosa Portuondo de Alberny por sospechas en la intentona revolucionaria*, Santiago de Cuba, 22/10/1868. O ofício

rebeldes fossem vitoriosos, eles seriam livres.¹¹ De certo modo, eles tinham razão. Em 1869, os insurretos declararam a abolição da escravidão nos territórios rebeldes. Assim, a guerra de independência teve um profundo impacto na escravidão na região oriental.

No distrito de El Cobre, palco da insurreição de 1867, a guerra anticolonial produziu uma massiva fuga de escravos. Em 1862, o distrito contabilizava 6.257 escravos distribuídos em engenhos, minas e cafezais.¹² No final da contenda, restavam apenas 594 cativos.¹³ Na região, cerca de 366 fazendas haviam sido abandonadas desde o começo do conflito.¹⁴

Um episódio, em Guantánamo, demonstra sob que outras formas a guerra impactou a escravidão na região. O escravo Nelson, do engenho *Santa Rosa*, sofrera a pena de 200 açoites, *cepo* e ferros e sua mãe reclamou sua liberdade com base na nova lei de emancipação. Na petição, dizia-se que o administrador do engenho *Santa Rosa* era um homem “cruel e sem consciência”, que não respeitava “as soberanas disposições vigentes sobre o bom trato que se deve dar aos escravos, particularmente nas escravarias numerosas, até para q[u]e exasperados não se lancem a engrossar as fileiras insurretas [...]”. A mãe do cativo reivindicava que ele fosse libertado com base no artigo 17 da Lei Moret, que libertava o escravo que sofresse castigo excessivo.¹⁵

do conde é de 18/10/1868. Merced foi presa, mas a Comissão Militar concluiu que as suas palavras desrespeitosas não envolviam atos que tendiam a turbar a ordem pública, de acordo com o que previa o Bando de guerra do Departamento. ANC, CM, maço 126, doc. 14, *Ofício do Assessor do Presidente da Comissão Militar em Criminal contra la negra Merced ...*, Santiago de Cuba, 29/10/1868. Sobre o escravista conde de Duany, ao que parece, pairava a pecha de inimigo da liberdade. Em um episódio descrito no capítulo 2, segundo uma testemunha, um dos acusados da conspiração teria dito que os “cavalheiros de Cuba estavam em dar liberdade a seus escravos, menos *Don Andres Duany*”. Ver Capítulo 2.

¹¹ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 24.

¹² ANC, GG, maço 344, doc. 16.691, *Resúmen Estadístico de la Población...*, 1863.

¹³ AHPSC, GP, maço 293, doc. 22, matéria *Censos de Población, Estado demonstrativo de la población existente en este Distrito, clasificada por razas y condicion*, abril/1878.

¹⁴ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 74.

¹⁵ ANC, Audiencia de Santiago de Cuba (siglo XX), maço 46, doc. 7, *Causa seguida por el delito de “Lesiones graves” al mulato esclavo Nelson, de la dotación del Ingenio “Santa Rosa”, de la Jurisdicción de Guantánamo, hecho denunciado por la morena libre Caridad Durán, madre del esclavo, contra Víctor Consirat, Administrador y Juan Arras, Mayoral de dicho Ingenio*, Santiago de Cuba, 14/01/1878.

A Lei Moret, de 1870, foi aprovada pela Espanha em meio à guerra e libertava o ventre escravo (todas as crianças nascidas a partir de setembro de 1868) e os sexagenários e instituía as Juntas Protetoras dos Libertos para garantir o cumprimento da lei e sua fiscalização; os escravos não registrados no censo seriam considerados livres.¹⁶ Em Santiago de Cuba, segundo depoimento de um contemporâneo, todos os dias escravos africanos se apresentavam à Junta de Libertos dizendo: “Meu senhor disse que não tenho 60 anos e eu tenho sim”¹⁷.

Não se sabe ainda o impacto da lei Moret no número de escravos em Santiago de Cuba¹⁸, mas há pistas de como os escravos da jurisdição, durante a guerra, usaram-na a seu favor. Em 1875, o pardo Alfredo Navarro, escravo do engenho *Pombo*, alegou ter sofrido açoites e recorreu à justiça, apelando, também, para a Lei Moret. Novamente, o artigo 17, que rezava que o delito de sevícia seria punido com a liberdade do escravo, era acionado como arma contra o senhor.¹⁹ Navarro era pedreiro e, obrigado a trabalhar no campo, não conseguiu “andar com a prontidão e inteligência que os outros peões que estão acostumados a estes trabalhos” e este teria sido o motivo para a punição. Ele se vangloriava de haver formulado queixa do castigo “por sua própria pessoa” o que, mais uma vez, demonstra o papel da agência escrava nas batalhas legais²⁰ e apontou como testemunhas do

¹⁶ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 79-98.

¹⁷ Em um dos casos, foi chamado um médico para verificar a idade do escravo. AHN (Madrid), Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 39.

¹⁸ O número total de escravos na Ilha diminuiu no período de 1862 e 1877 – de 368.550, em 1862, para 199.094 em 1877. A região oriental, que em 1862 possuía cerca de 50.863 escravos, em 1877, tinha 13.061 (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 100-101). Segundo dados da administração colonial, em 1875, cerca de 50.046 escravos haviam sido libertados em Cuba desde a promulgação da Lei Moret, em 1870 (CORWIN, Arthur F. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin: University of Texas Press, 1967, p. 294).

¹⁹ ORTIZ, Fernando. *Los negros esclavos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975, p. 454.

²⁰ Aisnara Perera Díaz, María de los Ángeles Meriño Fuentes e Camillia Cowling destacam o conhecimento das leis pelos escravos e a agência destes na obtenção da liberdade. PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. *Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos: apuntes sobre la manumisión en Cuba*. Santiago de Cuba: Oriente, 2009; COWLING, Camillia. *Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888*. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Ed.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 152-175. De La Fuente ressalta o papel que os escravos tiveram, ainda antes do século XIX, na luta jurídica e na reclamação de direitos, para dar

castigo um negro e um pardo, livres, que trabalhavam no engenho como carpinteiros.²¹ Mais uma vez, como na conspiração de El Cobre, a proximidade entre escravos e livres de cor no trabalho dos engenhos produzia redes de solidariedade contra a escravidão.

A situação de Navarro, um cativo com habilidade de pedreiro levado a trabalhar no eito, reflete a falta de escravos na região. O Oriente, além da perda dos cativos que se envolveram na guerra, perdia uma parte dos seus escravos através do tráfico entre as jurisdições. O comércio interno de escravos, da zona cafeeira da região oriental às açucareiras do Ocidente, existia desde meados do século XIX. Zeuske e García Martínez afirmam que durante o *boom* açucareiro de Cienfuegos, entre 1830 e 1886, muitos escravos saíram pelos portos de Santiago de Cuba, Manzanillo, Trinidad, por meio de cabotagem, pela costa sul, para alimentar a demanda de mão de obra.²² Com a Guerra de Dez Anos, no entanto, o comércio interno de escravos assumiu tais proporções que as autoridades de Santiago de Cuba propuseram sua proibição.²³ A insurreição na região oriental incrementou o tráfico entre as jurisdições e, pelos portos de Santiago de Cuba, saíam para o porto de Havana milhares de escravos para alimentar as plantações de Matanzas, Cardenas e Cienfuegos.²⁴ O *Ayuntamiento* de Santiago (espécie de junta de administração local) informou que, no ano de 1870, foram “exportados” para o Porto de Havana cerca de 3.915 escravos.²⁵ Em razão da guerra, vários engenhos estavam encerrando suas atividades na região oriental e vendendo suas escravarias para o Ocidente.

O tráfico interno durante a guerra tornava mais instável e precária a condição do escravo da região oriental. O mulato escravo Eduardo Chaduque, açougueiro, fugiu, ao

significado às leis e tentar usá-las a seu favor (*La esclavitud, la ley y la reclamación...*, cit., p. 40-44). Rebecca Scott destaca o papel que os escravos e, posteriormente, os patrocinados desempenharam na aceleração do fim da escravidão – uma das frentes de luta foi exatamente a disputa judicial. A autora defende ainda que as lutas legais pela obtenção da liberdade introduziram os escravos e os patrocinados em uma certa “cultura jurídica” – os cativos atuavam através de queixas, apelações e auto-resgates -, que seria mobilizada mesmo depois da extinção da escravidão (*Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 18, 282).

²¹ ANC, Audiencia de Santiago de Cuba, maço 14, doc. 11, *Causa seguida por el delito de “Lesiones” contra Rafael León*, Santiago de Cuba, 25/12/1875.

²² ZEUSKE; GARCÍA MARTÍNEZ, *Estado, notarios y esclavos en Cuba...*, cit., p. 12.

²³ PÉREZ DE LA RIVA, *El barracón...*, cit., p. 411-412.

²⁴ ANC, ME, maço 3598, doc. A1.

²⁵ ANC, ME, maço 3598, doc. A1.

saber que o seu novo dono pretendia embarcá-lo²⁶: ele fora vendido pelo seu senhor, o livre de cor Pablo Chaduque, para José Echavarría, que pretendia levá-lo para fora da cidade.²⁷ José Echavarría, residente em Sagua La Grande, chegou a Santiago de Cuba com o objetivo de comprar escravos para levá-los ao Departamento Ocidental; no mês de julho havia feito várias compras de cativos de distintos donos e já havia obtido o passe para a condução de todos eles.²⁸

Com a guerra e o aumento do envio de escravos para o Ocidente, a instabilidade e a possibilidade de venda para outra região se tornaram mais presentes. A mãe do escravo Nelson, que havia reclamado sua liberdade com base na Lei Moret, durante o processo, se queixou de que seu filho havia sido “consignado aos Sres. Brooks & Cia. deste comércio, que, com o embuste de mandá-lo levar oculto ao vapor *Trinidad*, que saiu daqui na última quarta-feira, o transferiram para fora sem que se saiba para onde”²⁹. Ao final, descobriu que, através dos Sres. Brooks, Nelson havia sido vendido para Havana.³⁰

Uma das grandes faltas do escravo Nelson fora, após os castigos, ter fugido da fazenda em direção a Santiago de Cuba. Uma autoridade colonial argumentou que o escravo havia fugido para se incorporar ao inimigo, “deduzindo-se isto do fato de haver marchado com essa direção a oito léguas do Engenho *Santa Rosa* quando devia havê-lo feito com direção a Guantánamo para produzir sua queixa se alguma tinha que expor ante a autoridade administrativa daquela localidade.” O escravo havia se dirigido para Santiago de Cuba para se encontrar com sua mãe, Caridad Duran, mas, para as autoridades, o seu simples distanciamento da fazenda era indício de participação na insurreição.³¹

²⁶ AHPSC, GP, maço 564, doc. 3, *Declaración de Eduardo Chaduque em Diligencias en averiguación de quien sea el dueño del mulato Eduardo Chaduque*, Santiago de Cuba, 23/08/1872.

²⁷ AHPSC, GP, maço 564, doc. 3, *Declaración de Pablo Chaduque em Diligencias en averiguación...*, Santiago de Cuba, 24/08/1872.

²⁸ AHPSC, GP, maço 564, doc. 3, *de Jose Echavarría ao Governador Civil do Departamento Oriental em Diligencias en averiguación...*, Santiago de Cuba, 22/08/1872.

²⁹ ANC, Audiencia de Santiago de Cuba (siglo XX), maço 46, doc. 7, *Causa seguida por el delito de “Lesiones graves” al mulato esclavo Nelson...*, Santiago de Cuba, 14/01/1878.

³⁰ AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 43.

³¹ AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 3, *Trata de la averiguación de la venta del esclavo Nelson del Ingenio Santa Rosa em Guantánamo*, Santiago de Cuba, 15/05/1878.

A mobilidade por parte dos escravos foi talvez um dos fatores mais ameaçadores da insurreição.³² Mover-se sem portar autorização do senhor ou *mayoral* era motivo certo de suspeição. Logo no começo da guerra, o escravo Benito Robles, africano natural de Guínea, pertencente ao cafezal *Cedron*, em Palma Soriano, foi preso por suspeita de ser espião dos insurretos. A justificativa para a prisão foi de que o escravo estava “montando uma mula com um facão e sem licença alguma de seu senhor ou *mayoral*”; nesta circunstância, considerou-se ser mais prudente prendê-lo, pois “pode ser este negro algum espião do inimigo”³³.

Para os escravos, as mensagens de liberdade de espanhóis e insurretos podiam ser dúbias e a guerra podia aumentar os níveis de insegurança e instabilidade de suas já precárias vidas. A insurreição podia representar promessa de liberdade, mas também possibilidade de prisão, exílio e execução.³⁴ Por isto, embora a confusão da guerra tenha sido um momento propício para muitos escravos fugirem do domínio dos senhores, as fugas não se davam sempre no sentido de incorporação à insurreição.³⁵ Às vezes, ao contrário, o temor ao desconhecido, à instabilidade e à insegurança representados pela insurreição motivava a fuga do engenho e a apresentação imediata ao senhor.

No dia 14 de dezembro de 1869, vinte e cinco escravos que haviam fugido do *tejar Amable Union del Pozo*, no distrito de El Caney, se apresentaram ao seu senhor, manifestando que, no dia anterior, estivera na fazenda um grupo de homens armados que pretendia levá-los à força para a insurreição. Amedrontados, fugiram para a cidade com o objetivo de se apresentar ao senhor. No dia seguinte, outros três escravos fugidos se apresentaram com o mesmo argumento e informaram que outros cativos se encontravam no *monte* esperando uma oportunidade para sair.³⁶ Em 1870, um viajante norte-americano,

³² ROBERT, *Slavery and freedom...*, cit., p. 195.

³³ ANC, CM, maço 126, doc. 21, *Criminal contra el negro Benito Robles acusado de sospechas de ser espía de los insurrectos*, Palma Soriano, 24/10/1868.

³⁴ Outra possibilidade era ser confiscado ou oferecido para um dos dois exércitos por seus senhores (ROBERT, *Slavery and freedom...*, cit., p. 192-193).

³⁵ Segundo Balboa Navarro, para os escravos, sobretudo da região centro-oriental, “a revolução seguiu sendo a via mais factível para alcançar a emancipação” (BALBOA NAVARRO, *La protesta rural en Cuba...*, cit., p. 26).

³⁶ AHPSC, GP, maço 562, doc. 22, *Partes dados por D. Antonio Giró sobre la presentación de sus esclavos*, 14, 15 e 20/12/1869. *Monte* podia se referir a terrenos despovoados cobertos de

James O’Kelly, notou que muitos escravos desencorajados estavam retornando às fazendas de onde tinham fugido.³⁷ Apesar disso, embora não seja possível saber a exata participação de escravos do lado insurgente na guerra, documentos reservados de autoridades espanholas calcularam que eram “numerosos” no final da insurreição.³⁸ A escravidão não seria a mesma na região oriental após a primeira guerra anticolonial.

4.2 LIVRES DE COR NA PRIMEIRA INSURREIÇÃO

Em 24 de outubro de 1868, apenas a 14 dias do início da insurreição, o Capitão Geral escreveu para o Ministro da Guerra informando que, apesar do conflito ser de pouca importância, “a declaração da abolição por parte dos rebeldes” já estava “tornando a população negra um tanto arrogante”³⁹. No entanto, há dúvidas sobre a participação dos livres de cor nas forças insurretas no começo da sublevação. Para Knight, as forças revolucionárias não teriam sido compostas por chineses e afro-cubanos; a “maioria dos rebeldes eram pessoas brancas, que eram geralmente pequenos proprietários de terra ou camponeses”⁴⁰. Outros autores concordam que a insurreição no Oriente foi “um levante de gente livre, branca, mestiça e negra, em uma grande maioria, da população rural” e que escravos foram sendo “arrastados”, progressivamente, no curso da guerra.⁴¹ Como afirma Rebecca Scott, é difícil determinar a porcentagem das pessoas de cor na insurreição. Muitos negros capturados pelos espanhóis foram imediatamente mortos e, se escravos, devolvidos a seus antigos senhores e nunca foram submetidos a julgamento formal.⁴² Guerra y Sánchez informa que nos distritos rurais de Santiago de Cuba (Jutinicú, Palma Soriano, Enramada e

árvores e matas ou como equivalente a campo (DE LA PEZUELA, *Diccionario Geográfico...*, cit., v. 1, p. 215). Os escravos fugidos e os rebeldes se ocultavam nos montes.

³⁷ KNIGHT, *Slave society in Cuba...*, cit., p. 165; VER *La tierra del mambí*.

³⁸ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 73. Para Ramiro Guerra y Sánchez, “a maioria das forças orientais eram de cor, procedentes muitos de seus homens da escravidão” (*Guerra de los 10 años...*, cit., p. 374).

³⁹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 81.

⁴⁰ KNIGHT, *Slave Society in Cuba...*, cit., p. 168.

⁴¹ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 Años...*, cit., t. I, p. 28; CANO, *La participación de los esclavos*, p. 268.

⁴² SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 72.

Yaguas) camponeses brancos e negros e mulatos livres se levantaram em massa logo após o começo da insurreição.⁴³

Em Santiago de Cuba, já ao espoucar da revolução, em 1868, vários livres de cor foram presos e acusados de colaborar, direta ou indiretamente, com os revoltosos. O livre de cor Felipe Limonta foi preso no final de novembro de 1868 porque se encontrava em uma venda de comestíveis da Rua Santo Tomás, número 122, fazendo grandes esforços e aconselhando aos de sua classe, os livres de cor José, Hilário e Julian Portuondo, Juan Veranes e Wenceslao Puente, para que voltassem ao campo de onde vieram fugindo dos insurretos, dizendo-lhes que “nada lhes resultaria pois que mais bem lhes conviria”. Para a autoridade policial, estas palavras, “assim como esse decidido interesse nos momentos por que atravessamos, não podem menos que oferecer uma convicção de que Limonta se ocupa em recrutar os de sua classe”. Limonta, de profissão lavrador, possuía uma *estancia* no distrito de Enramadas e declarou que viera à cidade para, entre outras coisas, comprar víveres para sua família. O proprietário do armazém declarou que ele esteve no estabelecimento “persuadindo a vários indivíduos do campo refugiados nesta Cidade que voltassem a suas *estancias* porque os insurretos não faziam dano a ninguém”.⁴⁴

Ainda no final de 1868, o pardo livre José Rosa Guerra foi preso na Cadeia Real acusado de haver protegido a entrada dos insurretos no distrito de El Caney. Testemunhas afirmaram que, quando os rebeldes entraram no distrito, José Rosa “os havia acompanhado voluntariamente às casas da vila dizendo-lhes as casas onde havia armas e cavalos”⁴⁵. Já o pardo livre Antonio Abad Pantoja, trabalhador rural, residente em Palma Soriano, foi preso no dia 23 de outubro, acusado de seduzir vários escravos da fazenda de Don Rafael de Las Cuebas, dentre eles, o escravo José de la Cruz. Pantoja admitiu conhecer o escravo José de La Cruz porque este o havia despachado algumas vezes em que fora comprar açúcar no engenho *Fray Juan* e, além disso, havia trabalhado no engenho

⁴³ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 Años...*, cit., t. I, p. 27, 30.

⁴⁴ ANC, CM, maço 126, doc. 4, *En averiguación del parte que tomó con los insurrectos el moreno libre Felipe Limonta, vecino de esta Cidade y de estado casado*, Santiago de Cuba, 29/11/1868.

⁴⁵ ANC, CM, maço 126, doc. 8, *Criminal contra el pardo libre José Rosa Guerra por sospechas de mantener comunicaciones con los insurrectos*, Santiago de Cuba, 18/12/1868. Os exemplos de José Rosa Guerra, Antonio Abad Pantoja e Domingos Reyes são também citados por Howard (*Changing history...*, cit., p. 114).

carregando madeira por jornal, cerca de dois meses antes da prisão; aí deve ter ocorrido o contato com o escravo José de La Cruz. Os mesmos mecanismos que aproximaram livres e escravos na conspiração de El Cobre de 1867 funcionavam agora no recrutamento para a insurreição anticolonial. O proprietário do engenho acreditava que os escravos haviam seguido o livre Pantoja e informou que José de la Cruz e este costumavam se reunir, principalmente aos domingos.⁴⁶

Nos meses posteriores ao início da insurreição, a Real Cadeia de Santiago de Cuba ficou bastante movimentada, com pessoas sendo presas e, dias depois, liberadas. Não foi pequena a presença da gente de cor. A ausência nas *vegas*, a fuga de grupos de Voluntários⁴⁷, o não portar licenças e cédulas pessoais eram comportamentos considerados suspeitos e justificavam a maioria das prisões.⁴⁸ O livre de cor José Isabel Martínez, lavrador e morador de Jutinicú, se dirigia a uma *estancia* onde ajudava no corte de madeira quando, ao passar em frente a um quartel, foi preso pela primeira vez. Segundo uma testemunha, Martínez, junto com outros, entrava e saía do distrito incitando gente a acompanhá-lo. A testemunha insistiu, ainda, que não lhe tinha bom conceito porque ele “sempre se encontra de um ponto a outro e é amigo do jogo e de mais vícios e sem

⁴⁶ ANC, CM, maço 126, doc. 9, *Criminal contra el pardo Antonio Abad Pantoja acusado de haver seducido el negro José de la Cruz*, Santiago de Cuba, 18/12/1868.

⁴⁷ Com a escassez das forças regulares, os espanhóis contavam com Corpos de Voluntários; com a guerra, o Capitão Geral criou novos Corpos de Voluntários, destinados a combater os insurretos (GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., v. 1, p. 187).

⁴⁸ Em 23 de outubro de 1868, o pardo livre Domingo Reyes, *veguero*, morador de Palma Soriano, foi preso por ordem do Capitão do distrito de Palma Soriano, sob acusação de estar em convivência com os insurretos. Ao ser citado pelo Tenente do *cuarton* para fazer o serviço de rondas, Domingos contestou que não podia sair de casa porque tinha uma filha pequena gravemente enferma e um problema na perna direita. Novamente citado, se apresentou à Capitania, armado com sua escopeta e facão, mas foi preso mesmo assim. A Comissão Militar concluiu que não havia mérito para presumir legalmente a convivência de Reyes com os insurretos, ordenando que se lhe pusesse em liberdade em 11 de novembro de 1868. ANC, Comissão Militar, maço 126, doc. 7, *Sumaria en averiguación de la conducta y circunstancias de la conducta del pardo libre Domingo Reyes (á) Francés, vecino del partido de Palma Soriano por sospechas de connivencia con las partidas de sublevados contra el gobierno*, Santiago de Cuba, 27/10/1868.

ocupação”⁴⁹. Na guerra, a circulação dos livres de cor assim como a mobilidade dos escravos se tornou alvo de mais controle e vigilância por parte das autoridades coloniais.⁵⁰

Muitos livres de cor estavam presentes desde o primeiro momento da insurreição. Em 1868, no primeiro *Ayuntamiento* livre constituído na jurisdição de Bayamo participavam dois homens de cor, Manuel Muñoz e José García. Este fórum, no dia em que se constituiu, na sessão de 28 de outubro de 1868, “dirigiu uma mensagem a Céspedes pedindo a abolição da escravidão”⁵¹. O Exército Libertador, formado pelos contingentes rebeldes, desde o seu início, foi multirracial. O negro Guillermo Moncada, que seria um dos principais líderes de cor da luta anticolonial, era carpinteiro em Santiago de Cuba e se incorporou à guerra como soldado em novembro de 1868.⁵² Muitos outros livres de cor de Santiago parecem ter seguido o mesmo caminho. Em março de 1869, em uma lista de soldados que, liderados pelo livre de cor Antonio Maceo, invadiram e queimaram várias fazendas, menos de 8% eram brancos.⁵³ No confronto entre insurretos e Voluntários na Vila de El Cobre, foram feitos prisioneiros de guerra cinco brancos, sete pardos livres, três negros livres, quatro negros escravos e quatro asiáticos.⁵⁴

O próprio Antonio Maceo, que havia lido biografias de Toussaint L’Overture, se incorporou à guerra logo no início.⁵⁵ Sua participação na conspiração, inclusive, pode ter começado antes.⁵⁶ Diversos historiadores têm ressaltado o papel das lojas maçônicas na insurreição, argumentando que estas, no Oriente, tinham se tornado centros de rebelião em

⁴⁹ ANC, CM, maço 126, doc. 30, *Criminal contra el moreno libre José Isabel por sospechas de participación en la insurrección*, Santiago de Cuba, 06/12/1868.

⁵⁰ Na guerra, acentuou-se ainda mais a precariedade da liberdade dos livres de cor em Cuba. Um viajante norte-americano relata que em cada estação da estrada de ferro, surgiam dois soldados da guarda civil, que recorriam todos os vagões em busca de pessoas suspeitas e “obrigavam aos chineses e a gente de cor que mostrassem suas cédulas”, e que várias vezes prendiam a alguns deles por irregularidades nos seus papéis (O’KELLY, *La tierra del Mambí...*, cit., p. 84).

⁵¹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 48.

⁵² FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 57.

⁵³ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 55.

⁵⁴ ANC, CM, maço 126, doc. 13, *Criminal contra D. Carlos Lateray e otros, todos prisioneros de la guerra en la acción de la villa del Cobre el día 21 de Noviembre*, Santiago de Cuba.

⁵⁵ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 58. Alguns homens de cor tiveram conhecimento dos preparativos da guerra e viram-na como oportunidade para lutar por suas próprias reivindicações (GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., t. I, p. 31).

⁵⁶ Maceo participou da conspiração desde as primeiras semanas de 1868, segundo Franco (*Antonio Maceo...*, cit., p. 41).

1868.⁵⁷ Lojas maçônicas podiam ser encontradas em Havana, Bayamo, Bayamo, Manzanillo, Camaguey, Holguín, Las Tunas e Santiago de Cuba.⁵⁸ Ao que tudo indica, antes da insurreição, já havia a presença de negros e mulatos na Maçonaria. Em 1864, Antonio Maceo participava, junto com comerciantes, industriais e profissionais, de um círculo de inteligência em Santiago de Cuba: a Loja Oriente. Posteriormente, as autoridades espanholas consideraram-nos como líderes da rebelião naquela cidade.⁵⁹ O fato é que, no final de 1869, após um ano do começo da guerra, calcula-se que, pelo menos, 12.000 pardos e negros faziam parte das forças rebeldes.⁶⁰

O perfil dos livres de cor incorporados à insurreição anticolonial é muito parecido com o dos acusados da conspiração de El Cobre, do ano anterior: *vegueros*, *estancieros*, arrendatários, carpinteiros, sapateiros, trabalhadores por jornal etc., que se moviam entre a cidade e os distritos rurais e trabalhavam, muitas vezes, ao lado dos escravos nos engenhos da região. Não por acaso, na lista dos participantes e colaboradores da insurreição, havia alguns livres de cor implicados na conspiração de El Cobre de 1867; um deles era o negro livre Antonio Boza, músico e sapateiro, que serviu à insurreição quando as forças rebeldes ocuparam a Vila de El Cobre e desempenhou a função de mestre encarregado da oficina de sapataria.⁶¹ As oficinas de sapataria fabricavam sapatos para as tropas e nelas chegaram a trabalhar até trinta operários.⁶²

Ao que parece, o mesmo negro livre, José Castillo, que também participara da conspiração de El Cobre, foi enviado preso, em 1869, para a cidade de Santiago de Cuba por cumplicidade na insurreição anticolonial onde serviu “com nota de ser dos mais

⁵⁷ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 39.

⁵⁸ Voltaremos ao tema da maçonaria no capítulo 5. HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 101-102. FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. I, p. 39.

⁵⁹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 31; HOWARD, *Changing History...*, cit., p. 102.

⁶⁰ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 109.

⁶¹ Na composição do Exército Libertador, quase todas as profissões, “ofícios e artes” estavam representados; entre estas, se destacavam os sapateiros e os carpinteiros (SARMIENTO RAMÍREZ, Ismael. *El Ingenio del Mambí*. Santiago de Cuba: Oriente, 2008, t. II, p. 216). Quando as autoridades espanholas retomaram a vila, Boza se apresentou e desde então continuava observando boa conduta. AHPSC, GP, maço 734, doc. 37, *Relación de los individuos del partido del Cobre que tomaron parte directa en la insurrección, formada con arreglo al prescrito en la circular del Gobierno Civil con fecha de 8 de Julio de 1869*, Vila de El Cobre, 22/07/1869.

⁶² SARMIENTO RAMÍREZ, *El Ingenio del Mambí...*, cit., t. II, p. 219.

contrários ao Governo”⁶³. Limbano, escravo do engenho *Santa Rita*, que havia fugido durante a conspiração de El Cobre, fugiu, novamente, com outros companheiros, agora, para se incorporar à insurreição.⁶⁴ A guerra de independência, que seria conhecida posteriormente como Guerra de Dez Anos, veio ao encontro das aspirações de muitos livres de cor (e escravos) de Santiago de Cuba e isto talvez explique a participação de negros e mulatos desde os primeiros dias de combate.⁶⁵

A Grande Guerra de Cuba se notabilizou pela criação de um exército multirracial. Aline Helg tem demonstrado como, no interior do Exército Libertador, operavam as clivagens raciais.⁶⁶ Como visto na Introdução deste trabalho, em 1876, Antonio Maceo escreveu uma carta ao Presidente da República em armas, Tomás Estrada Palma, denunciando um grupo de insurretos brancos que se recusavam a servir sob suas ordens por ser da classe de cor e que difundiam que a sua pretensão era fazer da luta anticolonial uma guerra de raças. Na carta, afirmou seu pertencimento à classe de cor e atribuiu à insurreição a tarefa de construir uma República sem hierarquias baseadas na cor. Não há, neste documento, nenhuma referência a raça ou raça de cor. Maceo, que era considerado mulato por muitos contemporâneos, acionou a categoria classe de cor sem fazer distinção entre negros e mulatos, o que revela como a primeira guerra permitiu a aproximação entre os dois grupos para uma ação política comum.⁶⁷

Maceo, então, apontava que “as percepções de identidade racial e atributos raciais continuavam a determinar os modos em que os residentes da ilha respondiam à insurreição”⁶⁸. A filiação dos negros e mulatos ao exército muitas vezes também respondeu ao critério racial. Não por acaso muitos deles se identificaram com o líder de cor Antonio Maceo, que era o principal chamariz para o recrutamento de negros e mulatos na região

⁶³ Posteriormente, José Castillo obteve indulto e voltou à Vila de El Cobre, onde continuava tendo boa conduta, ocupado em seu trabalho. AHPSC, GP, maço 734, doc. 37, *Relación de los individuos del partido del Cobre...*, Vila de El Cobre, 22/07/1869.

⁶⁴ AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 42, *Ofício do Governo ao Chefe de Polícia da Província*, Santiago de Cuba, 02/09/1880. O escravo Limbano, que havia participado da conspiração de El Cobre de 1867, enfim, conseguiu conquistar a sua liberdade.

⁶⁵ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 43; CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit.

⁶⁶ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit.

⁶⁷ PICHARDO VIÑALS, *Documentos para la historia de Cuba...*, cit., p. 394-397.

⁶⁸ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 59.

oriental. Durante a guerra, junto aos esforços, iniciativas e movimentações inter-raciais, estava se construindo, também, a mobilização política por linha racial.

4.3 PÓS-GUERRA: FUGA E RESISTÊNCIA

Em fevereiro de 1878, selou-se o Pacto de Zanjón encerrando a guerra que havia durado dez anos.⁶⁹ Os insurretos saíam dela sem a independência e sem a resolução da questão servil. Nas discussões que encaminharam o acordo, o “problema negro” foi discutido longamente.⁷⁰ O Pacto de Zanjón libertou apenas os escravos que lutaram contra a Espanha. Alguns escravos do engenho *Santa Rita*, de propriedade de *Don Calixto* e *Don Octaviano Duany*, se incorporaram à guerra do lado dos rebeldes e foram beneficiados pelo Pacto de Zanjón, conquistando finalmente a liberdade.⁷¹ Este dispositivo acabou por se constituir em um maior incentivo para os escravos agirem em aberta rebelião ou se aliarem a insurgentes potenciais.⁷² Como afirmou um parlamentar,

[...] se ele [o escravo] sabe o que passou com outros; se ao mesmo tempo há excitações exteriores; se há quem lhe fale ao ouvido, e é natural que pensemos que isso existe, e lhe recorde a diferença entre a sua situação, a situação em que está, bom, leal, que talvez tenha sido arrastado pelos insurretos e depois voltou à fazenda de seu senhor a se apresentar, e a situação de outro que esteve em armas, que foi rebelde; se tudo isso se diz a uns e a outros e a muitos e a todos, que espera que façam?⁷³

O discurso do parlamentar era apenas a constatação de que o acordo de saída da guerra não significara paz, ordem e tranquilidade na região oriental. Na província de

⁶⁹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 128. A comissão camagueyana aceitou a proposta de paz dos espanhóis (FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 63).

⁷⁰ ROBERT, *Slavery and freedom...*, cit., p. 196.

⁷¹ A libertação de escravos rebeldes prevista pelo Pacto de Zanjón não prejudicou os proprietários que não se envolveram na insurreição. Os partidários da Espanha (ou os que se mantiveram neutros) tiveram direito à indenização pelos cativos libertados, como foi o caso de *Don Calixto* e *Don Octaviano Duany*, cujos escravos Vicente, Victor, Limbano, Leonardo, Domingo e Marcelino foram considerados livres (AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 42, *Ofício do Governo ao Chefe de Polícia da Província*, Santiago de Cuba, 02/09/1880).

⁷² FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 71.

⁷³ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 36.

Santiago de Cuba, a insatisfação de muitos escravos quanto à não resolução da escravidão resultou em fugas de diversas fazendas.⁷⁴ O Governador havia autorizado a busca dos escravos fugidos pela polícia. Em telegrama enviado pelo Comandante Geral Luis Daban ao Chefe da 2ª Zona de Engenhos a Songo, em 10 de agosto de 1878, ordenava-se que das forças de guerrilha fossem organizadas colunas de 8 a 10 homens para perseguir escravos fugidos.⁷⁵

As autoridades militares receberam ordens para visitar as fazendas que tivessem escravos e fazê-los compreender o dever que tinham de serem obedientes a seus donos e trabalhar aonde estes lhes destinassem, informando-lhes que seria severamente castigado, na frente dos seus companheiros, o cativo que tentasse fugir para o campo evadindo-se do

⁷⁴ No dia 31 de julho de 1878, fugiram do engenho *Sabanilla* dois escravos alugados do engenho Victoria; no dia 1º de agosto, fugiram mais oito (dos quais, três eram alugados). (AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 25, *Parte del administrador del ingenio Sabanilla al Comandante Militar em Diligencias instruidas en averiguación de las causas de la huida de varios esclavos del ingenio Sabanilla, de propiedad de Dn. Santiago Vicenti*, Alto de Songo, 31/07/1878; maço 566, doc. 25, *Declaración de José Mazó, administrador del ingenio Sabanilla, em Diligencias instruidas en averiguación...*, Alto de Songo, 31/07/1878). No início de agosto de 1878, mais doze escravos, dentre eles três mulheres, fugiram do engenho *Sabanilla*; para o administrador, os escravos haviam combinado se reunir com outros fugidos anteriormente da fazenda, que permaneciam nas proximidades, seduzindo a escravaria para que fugisse. (Maço 567, doc. 13, *Ofício do Comandante Militar de Alto de Songo ao Governador Político do Departamento Oriental*, 06/08/1878). Destes, o escravo Eduardo, que estava alugado na fazenda, foi imediatamente capturado por um vizinho (Maço 567, doc. 3, *Ofício do Comandante Militar de Algo de Songo ao Governador Político do Departamento Oriental*, Alto de Songo, 08/08/1878). Do engenho San José, em Palma Soriano, fugiram duas escravas *coartadas* (Maço 566, doc. 37, *Ofício do Comandante Militar de Palma Soriano ao Governador Civil do Departamento*, Palma Soriano, 15/06/1878). O administrador do engenho *S. Sebastián*, no dia dois de agosto de 1878, comunicou ao Comandante de armas que tendo ido a Santiago de Cuba encontrou todos os escravos fugidos do engenho que eram alugados nas casas dos seus respectivos donos. Todos apresentavam algum tipo de enfermidade e se dispuseram a voltar ao engenho assim que estivessem sãos. Os escravos que pertenciam à fazenda, no entanto, não haviam aparecido ainda e continuavam fugidos; dos alugados, só a escrava Henriqueta continuava escondida junto aos da fazenda. (Maço 567, doc. 3, *Ofício do Comandante Militar de Alto de Songo ao Governador Político do Departamento Oriental*, Alto de Songo, agosto/1878).

⁷⁵ AGI, Diversos 7, *Telegrama do Comandante Geral Luis Daban ao Chefe da 2ª Zona de Engenhos a Songo em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba, desde 9 de Junio de 1878 al 22 de Junio de 1879, siendo Comandante General el Excmo. Sr. Mariscal de Campo Don Luis Daban y Ramirez de Arellano*, Santiago de Cuba, Seção Tipográfica do Estado Maior, 1881, p. 5, 10/08/1878.

poder do senhor.⁷⁶ Em seguida, o Comandante Dabán recomendou, ainda, que se dissesse aos escravos que todo aquele que se sublevasse, que não obedecesse ao *mayoral* e incitasse outros escravos a se rebelar seria submetido a um conselho de guerra verbal e fuzilado na presença dos companheiros.⁷⁷ O tom e a urgência das ordens das autoridades coloniais são indícios da inquietação existente nas fazendas.

Era preocupação das autoridades que os cativos que haviam participado na guerra não “contaminassem” as escravarias que permaneceram nas fazendas. O escravo Panfilo Ulloa obteve a carta de manumissão sem estar compreendido em nenhuma das disposições: não tinha serviços prestados ao governo e não se encontrava na insurreição antes de 10 de fevereiro de 1878. No entanto, foi beneficiado com a liberdade porque as autoridades consideravam os “gravíssimos inconvenientes que estavam produzindo nas escravarias a volta a elas de homens que por muito tempo vinham desfrutando de uma liberdade ilimitada”, como era o caso de Panfilo, que havia permanecido no campo insurreto durante cerca de três anos.⁷⁸ Antes do final da guerra, a volta de ex-cativos que haviam se engajado no exército dos insurgentes às fazendas em que haviam trabalhado como escravos já era considerada inconveniente.⁷⁹ Em 1876, o Comandante Geral do Exército Espanhol, Arsenio Martínez Campos, chamava a atenção para os riscos de enviar escravos insurgentes de volta a seus senhores, porque eles introduziriam nas escravarias mais “sementes de discórdia e mais anseios por emancipação”.⁸⁰

A situação dos senhores da região oriental era muito delicada: qualquer atitude podia agitar os escravos. Se a volta às fazendas de cativos que haviam lutado na guerra

⁷⁶ AGI, Diversos 7, *Circular expedida por Luis Daban dirigida às autoridades militares da sua Comandância Geral em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 7-8, Santiago de Cuba, 09/08/1879.

⁷⁷ AGI, Diversos 7, *Telegrama do Comandante Geral Luis Daban dirigido às autoridades militares desta Comandância Geral em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 8, Santiago de Cuba, 10/08/1879 (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 128).

⁷⁸ O Governo Geral resolveu que como Panfilo estava no gozo da sua liberdade, não podia voltar à escravidão e resolveu que o seu dono, *Don Pedro Sollet*, que não havia tomado parte na insurreição e ainda havia sofrido enormes prejuízos com a destruição de suas fazendas pelo inimigo, deveria ser indenizado com o valor correspondente ao escravo. AHPSC, GP, *Escravidão*, maço 567, doc. 8, Baracoa, 1º/02/1879.

⁷⁹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 75.

⁸⁰ Citado por SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 126.

podia ser perigosa, o exemplo dos que haviam adquirido liberdade também apresentava riscos. O proprietário do engenho San Idelfonso moveu uma ação contra a escrava Marcelina, que havia fugido da propriedade, em Guantánamo, onde estava alugada, e “andava com cédula de pessoa livre” no distrito de Jutinicú, onde havia estabelecido residência em uma *vega* ou estância. Segundo a escrava, quando estava trabalhando no campo com outros companheiros do engenho se apresentou um grupo de insurretos que a obrigou (e a seis outros escravos) a segui-los e, por isto, foi expedida a sua carta de liberdade e a cédula de livre assim como as dos outros seis escravos que a acompanhavam. Marcelina esteve com os insurretos durante mais de um ano e foi beneficiada pelo Pacto de Zanjón, mas seu dono não se conformava e alegava que esta conduta era “um verdadeiro escândalo pelo funestíssimo exemplo que dá a seus companheiros que se mantêm sem embargo em perfeita subordinação”⁸¹.

No imediato pós-guerra, quando ainda pairavam incertezas sobre o destino da escravidão, forças militares foram deslocadas para garantir a disciplina do trabalho dos escravos nas fazendas. Os chefes de brigadas deveriam visitar as fazendas prevenindo os donos ou administradores e os comandantes dos destacamentos que não permitissem que os escravos usassem outras armas a não ser o facão de trabalho. Os cativos receberiam os facões a cada manhã, na hora em que se iniciavam os trabalhos do campo, e quando se retirassem do trabalho, os facões tinham de ser entregues no forte; os “facões de meia cinta e qualquer outra arma que tenham” deveriam ser recolhidos definitivamente. Todas as armas de fogo da fazenda e de propriedade particular que seus donos não quisessem depositar nos parques de artilharia deveriam ser entregues nos fortes.⁸² O Capitão Geral ordenou ao Comandante Geral que a metade das forças desnecessárias nas vilas e toda, na

⁸¹ AHPSC, GP, Escravidão, maço 566, doc. 19, Santiago de Cuba, 18/11/1878.

⁸² AGI, Diversos 7, *Telegrama expedido por Luis Daban dirigido aos chefes de brigada da sua Comandância Geral em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 8-9, Santiago de Cuba, 11/08/1879 (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 128). Há motivos para a preocupação com o acesso dos escravos às armas e com possíveis sublevações. Em Holguín, outra jurisdição da região oriental, no dia 26 de julho de 1878, fugiram cerca de 15 escravos de Gibara, com armas e munições que roubaram de uma lancha ancorada na baía e que estavam a cargo de um oficial de artilharia. Em uma emboscada um escravo foi morto, doze se apresentaram com todas as armas e munições e o restante foi posteriormente capturado. AGI, *Ofício dirigido desde Huguín pelo Chefe da 3ª Brigada ao Comandante Geral Luis Daban em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 6-7, 03/08/1878.

capital, deveriam ser distribuídas pelos engenhos e que, caso algum escravo se sublevasse, um conselho de guerra deveria ser formado e o cativo deveria ser fuzilado na presença das escravarias.⁸³

O pós-guerra trouxe ainda outro problema para os proprietários: a resistência ao trabalho pelos livres de cor. Ao defender a extinção dos *mamarrachos* (semelhante a grupos fantasiados ou mascarados) nas festas de São João e São Pedro, no ano de 1879, um dos *concejales* (espécie de conselheiro, vereador) argumentou que era “geral o grito dos proprietários em grande escala a respeito da resistência passiva a se ocupar por ajuste ou empreitada, nem a jornal dos trabalhos agrícolas por alto que seja o preço que se lhes ofereça”⁸⁴. A resistência passiva e o descontentamento dos trabalhadores por jornal seriam, posteriormente, tema dos debates parlamentares sobre a emancipação.⁸⁵

A resistência ao trabalho também foi a atitude entre os escravos que não foram beneficiados com a liberdade. Segundo o Comandante Geral Luis Daban, na região oriental, “as escravarias continuam fazendo resistência passiva ao trabalho e se negam a obedecer a seus senhores e *mayorales*. Querem sua liberdade como os *convenidos*” – escravos que haviam recebido carta de liberdade por terem lutado ao lado dos insurretos na Guerra de Independência.⁸⁶ O Comandante solicitava autorização ao Capitão Geral para impor castigos aos escravos fugidos e persegui-los como malfeitores.⁸⁷

⁸³ O capitão advertia ainda que esse expediente deveria ser utilizado em raro caso e como exemplo para os demais; que não se devia abusar. AGI, Diversos 7, *Telegrama dirigido pelo Capitão Geral ao Comandante Geral em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 9, Santiago de Cuba, 10/08/1879.

⁸⁴ AHPSC, GM, maço 263, doc. 12, *Expediente instruido por el concejal Francisco Mancebo proponiendo que se prohiban las diversiones de máscaras ou mamarrachos*, Santiago de Cuba, 05/05/1879.

⁸⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 37.

⁸⁶ Estima-se que o artigo 3º do Pacto de Zanjón, que emancipava os colonos asiáticos e os escravos que haviam combatido do lado insurreto, libertou cerca de 16.000 indivíduos; para os que lutaram do lado espanhol, estima-se 658 libertados. Segundo Balboa Navarro, a cifra de 16.000 indicada por Carlos M. Trelles, *Biblioteca Histórica Cubana*, Dorrbecker, 1926, vol. 3, La Habana, p. 553, deve ser tomada com reserva (*Los brazos necesarios...*, cit., p. 73-74).

⁸⁷ AGI, Diversos 7, *Telegrama do Comandante Geral Luis Daban ao Excmo. Sr. Capitão Geral em Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 6, 10/08/1878. Também citado por SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 128; e FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 73.

Paralelamente às iniciativas dos escravos, livres de cor e antigos insurretos continuavam conspirando contra o poder colonial. O Comandante Militar de Santiago de Cuba, Camilo Polavieja, se queixava, em 1879, de que “comitês separatistas” nas cidades, diariamente enviavam escravos e homens livres para os *montes*.⁸⁸ Em março de 1879, já havia rumores de que uma nova conspiração estava se gestando, no Departamento Oriental, sob a influência do livre de cor Flor Crombet. Neste momento, importantes líderes da Guerra de Dez Anos viviam fora de Cuba e o Comandante Geral afirmou ter tomado conhecimento de uma vasta conspiração dirigida desde o estrangeiro por Antonio Maceo e Calixto Garcia, que tinham como agentes principais, no Departamento Oriental, Flor Crombet e Martínez Freire. Segundo o Comandante,

[...] para conseguir mover as massas, se fundavam principalmente na abolição da escravidão, trabalhando com este objetivo as escravarias das fazendas e a classe de cor que nesta cidade se dedicam a diferentes serviços, na insaciabilidade de alguns *convenidos* que se crêem com todos os direitos e nenhum dever e traduzindo nossas bondades por debilidade.⁸⁹

O plano dos conspiradores era atacar, das seis às sete da tarde, simultaneamente, os quartéis, parques, hospital e a comandância geral, com o objetivo de tomar armas e munições, o presídio e a cadeia, para libertar os presos, e o comércio, para roubar recursos e dinheiro “para se lançar ao campo e arrastar consigo as negradas” e desafetos à causa espanhola, acendendo de novo a guerra civil no departamento. Em 13 de março de 1879, Flor Crombet e o deputado provincial José Antonio Aguilera, dentre outros, foram presos e embarcados, devendo seguir para Porto-Rico de onde continuariam para a península.⁹⁰

⁸⁸ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 262.

⁸⁹ AGI, Diversos 7, *Ofício do Comandante Geral Luis Daban dirigido ao Capitão Geral em Situación Política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 11-12, Santiago de Cuba, 12/03/1879.

⁹⁰ O Comandante Geral acreditava que com essa prisão estava abortado o movimento que se pretendia iniciar em Santiago de Cuba. AGI, Diversos 7, *Ofício do Comandante Geral Luis Daban dirigido ao Capitão Geral em Situación Política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 16-17, Santiago de Cuba, 14/03/1879. Sobre este episódio, ver, também: FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 179.

Apesar de o Comandante Geral acreditar ter debelado o movimento com as prisões, o desaparecimento, no dia anterior, de doze escravos, alguns com armas e munições, o fez desconfiar que logo as lideranças que haviam sido presas seriam substituídas⁹¹ e, mais uma vez, chamou a atenção para a necessidade de exercer grande vigilância sobre os escravos⁹², apontando a sua participação nas agitações políticas das lutas anticoloniais. Nos meses seguintes, este clima de agitação escrava, tensões, conspirações e conflitos anticoloniais se amplificaria na região oriental. Neste pé estava a jurisdição de Santiago de Cuba quando recomeçou, em Madri, o debate acerca do futuro da escravidão.

4.4 A GUERRA PEQUENA

Após o Pacto de Zanjón, passou a ter vigência em Cuba o mesmo sistema político da Espanha e a Colônia adquiriu o status de Província espanhola. Assim, direitos civis como o voto individual e secreto e a liberdade de imprensa foram estendidos à Ilha. Foram fundados dois partidos: o Partido Liberal, posteriormente, Liberal Autonomista, e o Partido União Constitucional.⁹³ Deputados e senadores podiam então ser eleitos pela Colônia.⁹⁴ Em abril/maio de 1879, foram realizadas eleições. Os eleitos para as Cortes espanholas decidiriam o futuro da escravidão na Ilha, mas os negros e mulatos estavam “praticamente excluídos do jogo político”.⁹⁵

A exigência de uma determinada renda anual excluía a imensa maioria da população do direito de voto. Para ser eleitor, exigia-se o pagamento de 25 pesos (125

⁹¹ AGI, Diversos 7, *Ofício do Comandante Geral Luis Daban dirigido ao Capitão Geral em Situación Política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 17-21, Santiago de Cuba, 17/03/1879.

⁹² AGI, Diversos 7, *Telegrama do Comandante Geral Luis Daban ao Chefe da meia Brigada de Songo Capitão Geral em Situación Política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba...*, p. 23, Santiago de Cuba, 18/03/1879.

⁹³ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 256; ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. Política y elecciones. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), n. 104, abr./jun. 1999. p. 245-287, p. 248.

⁹⁴ Dois senadores seriam eleitos por cada província e 24 deputados por toda a ilha (GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., t. 2, p. 385).

⁹⁵ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 258.

pesetas), critério que, em Cuba, reduzia bastante o número de votantes. Nas eleições de 1879, em uma população de cerca de 1.400.000, tiveram direito a votar apenas 31.592 habitantes. Em tese, não havia restrições raciais, mas, nas listas de eleitores deste período, menos de 1% eram negros⁹⁶ e dentre os 58 candidatos que concorreram ao pleito pela província de Santiago de Cuba não havia ninguém de cor.⁹⁷ Foram eleitos os brancos *Don José Antonio Saco Cisneros*, com 456 votos; *Don Bernardo Portuondo Barceló*, 405 votos; *Don Santiago Vinent y Gola*, com 373; e *Don Antonio Daban y Ramirez de Arellano*, com 368 votos.⁹⁸ Estes deputados representariam a Província nos debates sobre a emancipação: assim, os negros e mulatos de Santiago de Cuba (e de toda a Ilha) estavam alijados das decisões acerca da escravidão em Cuba.

Antes disso, ainda no ano de 1878, o General Antonio Maceo e o Comandante do Exército Espanhol em Cuba, Martínez Campos, se encontraram em Baraguá. O episódio ficou conhecido como Protesto de Baraguá. Neste encontro, Maceo insistiu em que ele e seus homens só deporiam as armas se a Espanha garantisse a liberdade de todos os escravos de Cuba e, como Martínez Campos rejeitou esta proposta, Maceo reivindicou a abolição completa e imediata da escravidão e informou que, apesar do Pacto de Zanjón, a guerra continuaria até que a Espanha concordasse com o fim legal da escravidão.⁹⁹ Os livres de cor Antonio Maceo, Flor Crombet, José Maceo e Guillermo Moncada (unidos aos brancos Vicente García e Juan Rius Rivera) rechaçaram o Pacto de Zanjón e convocaram os orientais a continuarem a guerra contra a escravidão e contra a Espanha com o fim de “formar uma nova república assimilada a nossas irmãs de Santo Domingo y Haiti”.¹⁰⁰

⁹⁶ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 258-259. ROLDAN DE MONTAUD, *Política y elecciones...*, cit., p. 245-287, 249. Algumas listas de eleitores da província de Santiago de Cuba foram publicadas no jornal *La Bandera Española*; consultei apenas duas, a do Distrito Municipal de Mayari e da cidade de Santiago de Cuba, Distrito Sul – todos os votantes eram brancos. BNJM, *La Bandera Española*, 27/04/1879, 22/04/1879.

⁹⁷ BNJM, “Resumo do escrutínio geral praticado para a proclamação dos quatro Deputados às Cortes que devem se eleger pela província de Santiago de Cuba”, publicado em *La Badera Española*, 04/05/1879.

⁹⁸ BNJM, *La Bandera Española*, 04/05/1879.

⁹⁹ Antonio Maceo, agora na condição de major general e no comando da Primeira Divisão do exército cubano no Oriente, rejeitou o Pacto de Zanjón e, junto a outros líderes e soldados da região oriental decidiu continuar a guerra (FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 63-66).

¹⁰⁰ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 66.

Em agosto de 1879, o governo espanhol instituiu uma comissão em Madri para apresentar às Cortes relatórios sobre as reformas propostas para Cuba quanto às relações comerciais, tarifas alfandegárias, impostos e a questão social.¹⁰¹ Neste mesmo mês, uma nova guerra teve início em Cuba. Um pouco antes de se começar a discutir os rumos da escravidão na metrópole, livres de cor protagonizavam, ao lado de alguns antigos rebeldes brancos, outra insurreição contra a Espanha, na região oriental, e colocavam como ordem do dia a abolição da escravidão. A liderança política da guerra, desta vez, estava a cargo do branco Calixto Garcia e do livre de cor Antonio Maceo, que estavam fora da Ilha. A chamada Guerra Pequena, iniciada em 24 de agosto de 1879, em Porto-Príncipe, e no dia 26, em Santiago de Cuba, evidenciava, mais uma vez, que a luta contra a escravidão podia mobilizar negros e mulatos livres. Como afirmou um parlamentar, os negros que haviam se sublevado no Departamento Oriental haviam sido os livres.¹⁰²

El Cobre e Palma Soriano, palcos da conspiração de 1867, com forte presença de livres de cor, estavam entre as áreas mais ativas durante a Guerra Pequena.¹⁰³ Lá, negros e mulatos livres, desde a década de 1860, já estavam se associando aos escravos e aliando a luta contra a escravidão à luta pela igualdade. O caráter antiescravista desta nova insurreição e a projeção de generais de cor como lideranças políticas na guerra alimentou o “medo do negro”, ao mesmo tempo em que estimulou milhares de livres de cor e escravos a participarem da luta anticolonial. Nesta nova insurreição, era notória a maior presença da “gente de cor”. Além disso, Maceo falava aos escravos, estimulava-os a deixar as plantações e a lutar por sua liberdade.¹⁰⁴ Segundo Scott:

[...] pelo menos um historiador sustentou que os rebeldes não foram de fato recrutados entre os escravos. Porém as questões de raça e de classe estavam inextricavelmente ligadas. Declarar abolição e recrutar entre as classes mais baixas era mobilizar negros; atacar plantações era ameaçar a

¹⁰¹ A comissão incluía proprietários cubanos. (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 131).

¹⁰² AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 48. Sobre a Guerra Pequena, ver FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 276-304; FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 70-92; IBARRA, Jorge. *Ideología Mambisa*. Havana: Instituto del Libro, 1967, p. 127-147.

¹⁰³ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 105.

¹⁰⁴ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 70, 83.

escravidão. A guerra não era, porém, como os espanhóis afirmavam, uma guerra de negros contra brancos.¹⁰⁵

Estudos têm demonstrado que muitos cativos da região oriental tomaram parte na Guerra Pequena. Ada Ferrer informa que escravos fugiam das plantações em números sem precedentes e muitos se ligavam à nova rebelião contra a Espanha.¹⁰⁶ Scott chama atenção de que um velho temor das autoridades coloniais estava se concretizando: escravos desertando em massa das fazendas.¹⁰⁷ Segundo a autoridade colonial Camilo Polavieja, quase oitocentos escravos haviam abandonado as fazendas e se ligado aos rebeldes em apenas dois meses de rebelião.¹⁰⁸ Quando o líder Guillermo Moncada se rendeu, em junho de 1880, entre os seus 370 seguidores, 168 eram escravos fugidos.¹⁰⁹

As “ações de líderes de cor sugeriam que diferenças às vezes existiam entre os objetivos e motivações dos líderes insurgentes”¹¹⁰. O antiescravismo e antirracismo era mais central para o livre de cor Antonio Maceo que para o branco Calixto García, que falava mais em termos de liberdade do domínio espanhol sem levantar a questão da liberdade dos escravos.¹¹¹ Maceo sempre atribuiu à emancipação e à igualdade racial a mesma importância dada à independência política.¹¹² Apesar de defender a criação de clubes multirraciais para a luta pela independência e pela igualdade racial, fora muitas vezes acusado de tentar estabelecer uma ditadura negra em Cuba.¹¹³

Apesar de não ter sido uma guerra racial como os espanhóis tentaram caracterizar, a Guerra Pequena, ao pôr ênfase na luta contra a escravidão, projetar lideranças negras e mulatas e não hesitar em trazer o escravo para o palco da insurreição, contribuiu para o fortalecimento da identidade racial que se estava formando entre a gente

¹⁰⁵ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 129.

¹⁰⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 72.

¹⁰⁷ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 130. Scott cita Telegrama do governador geral ao ministro de Ultramar, 11/09/1879, AHN, Ultramar, maço 4882, tomo 3, exp. 76.

¹⁰⁸ Citado por FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 74.

¹⁰⁹ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 85.

¹¹⁰ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 83.

¹¹¹ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 83.

¹¹² FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 84.

¹¹³ Para evitar que a Guerra Pequena fosse confundida com uma “guerra de raças”, Calixto García teria impedido que Maceo liderasse uma expedição e tomasse o comando do Oriente (HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 66-67).

de cor. Esta nova insurreição se apresentava “mais negra” que a Guerra de Dez Anos.¹¹⁴ Veteranos brancos criticavam-na publicamente, enquanto escravos e ex-escravos a abraçavam e negros e mulatos assumiam os mais importantes postos militares. Os principais líderes militares da insurreição na Ilha eram os livres de cor José Maceo e Guillermo Moncada. O líder de cor mais renomado, Antonio Maceo, estava na Jamaica onde organizou os preparativos da nova guerra, mas foi impedido de voltar à Ilha como líder do exército rebelde para não reforçar os argumentos dos espanhóis de que esta era uma guerra racial.¹¹⁵

É importante dizer que a atribuição de um caráter racial ao movimento não era privilégio das autoridades espanholas. Líderes brancos do novo movimento apresentaram, algumas vezes, a mesma ambiguidade e muitos líderes políticos do movimento separatista, mesmo fora do teatro da guerra, também manipularam o medo racial, talvez porque partilhassem as mesmas ideias, talvez para se legitimarem como líderes responsáveis e guardiães da civilização.¹¹⁶ Alguns questionaram a presença dos negros no movimento, outros externaram preocupação quanto ao predomínio de negros e outros ainda associaram o controle negro do movimento nacionalista a uma Cuba africana, bárbara, selvagem.¹¹⁷

Como apontou Ada Ferrer, nesta guerra, estavam em disputa o lugar e o papel dos escravos e dos negros livres na construção de Cuba independente, mas, também, o exercício do poder político pelos negros.¹¹⁸ A Guerra Pequena foi, portanto, um momento privilegiado não só porque expôs a profunda polarização racial em que estava mergulhada a sociedade cubana, como também por ter se constituído um importante capítulo na formação da identidade da “raça de cor”.

¹¹⁴ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 77. Ada Ferrer chama a atenção de que a composição racial não diferia da guerra anterior: os quatro membros do governo eram homens brancos, apesar da liderança do exército ser significativamente negra e mulata, embora Maceo tenha ocupado a segunda posição no comando (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 67).

¹¹⁵ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 77, 82-83; IBARRA, *Ideologia mambisa...*, cit., p. 140-145.

¹¹⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 80-81; FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 284.

¹¹⁷ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 82.

¹¹⁸ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 72-74.

4.4.1 Acionando a Identidade Racial

Uma medida tomada pelo Governador Geral da Ilha, em meio à Guerra Pequena, provocou uma reação imediata dos emigrados de cor. Ramón Blanco reeditou um decreto proibindo a entrada em Cuba de “gente de cor” procedente de qualquer porto estrangeiro.¹¹⁹ O objetivo era impedir que os insurretos de cor emigrados que viviam nas ilhas do Caribe (Jamaica, Haiti, Santo Domingo) retornassem para Cuba e fortalecessem a nova insurreição. Para responder a esta medida, os emigrados em Kingston, Jamaica, redigiram um documento intitulado *Los negros y mulatos cubanos residentes en Jamaica, ante la America Independiente*.¹²⁰

[...] Tamanha disposição é o ultimato de guerra que se faz à raça a que pertencemos e nos obriga a que interrompamos as hostilidades e a chamar em nossas fileiras aos homens de cor de todas as partes para denunciar este ato frente ao mundo civilizado. [...]

Este decreto, sem exemplo nos anais da legislação, considerando a nossos irmãos brancos incapazes de romper os laços do colonialismo e de sustentar o sublime princípio que levamos em nossos corações, faz uma exclusão deles. [...]

Saiba o poder arbitrário que dispõe com tanta estupidez, que ao assinar tais artigos, não fez mais do que nos honrar com suas ordens e repetir as afirmações de nossa consciência; porque os homens que descendemos da raça africana em Cuba, não temos nada que buscar à sombra da bandeira de Castela, a não ser as correntes da servidão e o desprezo pelas cores da nossa pele.[...]

Somos de Cuba e estamos e estaremos com todos os que se agrupem à sombra de sua bandeira. Mas não estamos nem estaremos, nem são nossos irmãos, os que, ainda que nascidos em seu solo desafortunado, peçam o ostracismo de nossa raça e não mirem como seu o ensinamento tremulado às margens do Yara. [...]¹²¹

¹¹⁹ Em 9 de outubro de 1879, em meio à Guerra Pequena, o Capitão Geral de Cuba, Ramón Blanco, publicou um decreto proibindo a entrada de indivíduos de cor na ilha (FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 194).

¹²⁰ AGI, Diversos 7, *Los negros y mulatos cubanos residentes en Jamaica, ante la America Independiente, con motivo del Bando del General Blanco, prohibiendo la entrada de los hombres de color en la isla de Cuba, procedentes de pueblos extranjeros*, Kingston, 26/10/1879, fl. 511.

¹²¹ AGI, Diversos 7, *Los negros y mulatos cubanos residentes en Jamaica...*, Kingston, 26/10/1879, fl. 511.

Para José Luciano Franco, este manifesto era uma resposta à “propaganda racista que circulava entre os próprios cubanos refugiados naquela colônia inglesa e, ao mesmo tempo, uma rotunda e diáfana postura ante os problemas comuns que confrontavam as massas cubanas – negras e brancas” sob o regime escravista e o governo colonial.¹²² O manifesto pôs em debate o papel dos livres de cor nas insurreições nacionalistas. O texto foi lançado no momento em que o Capitão Geral da Ilha, Ramón Blanco, e o Comandante Militar do Departamento Oriental, Camilo Polavieja, levavam a cabo “uma terrível perseguição” contra os livres de cor, fazendo com que centenas deles emigrassem para todos os pontos do Caribe.¹²³

Este documento é importante porque nele os insurretos de cor se apresentam como grupo, afirmam o seu protagonismo específico no movimento pela independência nacional e emerge o tenso movimento de formação da identidade a partir da noção de raça. Primeiro, já no título, os signatários se definem como “negros e mulatos cubanos residentes na Jamaica” e, ao final, assinam “os cubanos de cor”. Entre o título e a assinatura, desaparece a clivagem da cor e emergem referências ao pertencimento nacional e racial. Para os signatários do manifesto, a proibição da entrada dos homens de cor em Cuba era “um ultimato de guerra que se faz à raça a que pertencemos”. Aqui, as diferenças entre negros e mulatos eram diminuídas e todos eram chamados a se pensarem em termos raciais. Por isto, dirigiam-se à “América Independente” e exortavam “os homens de cor de todas as partes” a denunciar este feito diante do “mundo civilizado”.

O que primeiro chama a atenção no documento é a autoidentificação destes insurretos como descendentes da raça africana: “porque os homens que descendemos da raça africana em Cuba não temos nada a buscar à sombra da bandeira” espanhola, a não ser as correntes da escravidão e o “desprezo pelas cores da nossa pele”. A referência à África dilui as clivagens da cor. Apesar do termo “cores”, propositadamente no plural, negros e mulatos têm uma origem em comum, que é a descendência do território africano. Por isto apontavam que os temores em relação aos emigrados de cor derivavam “do mais profundo ódio a quanto de Africano descendemos” e criticavam Antonio Saco, crioulo, branco,

¹²² FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 190.

¹²³ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 190.

intelectual, cubano renomado “que sentiu asfixiante a atmosfera de Cuba pelo crescido número de africanos”¹²⁴.

No manifesto, emerge outro fator de unificação de negros e mulatos: estavam “excluídos da vida regular das sociedades civilizadas”; não podiam aspirar a cargos públicos; a sociedade, a religião e até a maçonaria – “templo da fraternidade universal” – erigiam para eles, em Cuba, “muros inacessíveis”, graças ao domínio colonial. Com a vitória sobre a Espanha, brilharia “para todos o sol da justiça e os direitos individuais”. Os signatários advertiam que a reivindicação de direitos era feita por princípio e não “pela raça”, mas salientavam que reivindicavam direitos políticos para todos os que, em função da cor, estavam à margem, “fora da lei”, sendo apenas “máquinas de trabalho”.

Em uma habilidosa jogada política, atribuíam o preconceito racial aos espanhóis e não aos brancos de uma forma geral. Aliás, no documento, os emigrados de cor faziam referência aos “nossos irmãos brancos”, parceiros na luta anticolonial¹²⁵. Não que os insurretos de cor não tivessem consciência de que muitos brancos cubanos nacionalistas guardavam seus próprios preconceitos raciais. Como vimos, Antônio Maceo, durante a Guerra Grande, sentiu de perto as tensões raciais no interior do Exército multirracial, mas era preciso, neste momento, esvaziar o discurso espanhol de que a nova rebelião era uma guerra racial, discurso este que visava tentar unificar todos os espanhóis e crioulos brancos contra os de cor. Por isto diziam: apesar de todos os sofrimentos, nunca haviam tentado promover em Cuba uma “guerra de castas”, ainda que assim tivesse exigido a sua triste situação. E afirmavam: “somos de Cuba e são nossos irmãos” todos os que, nascidos na Ilha, amem o princípio de sua soberania. Estava claro para estes emigrados cubanos que a tarefa de libertação de Cuba do jugo colonial era assumida por cubanos, negros e brancos, juntos, em uma empreitada inter-racial. Ao mesmo tempo, diziam: os que pediam “o

¹²⁴ A crítica dos livres de cor a Antonio Saco aparece em outro documento discutido no Capítulo 5. Nas Cortes de 1837, na discussão sobre o papel que os livres de cor deviam ter na vida política, José Antonio Saco concordou que os negros deveriam contar no censo eleitoral que determinaria o número de deputados, mas não podiam ser eleitos nem eleitores. TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit., p. 66. Em 09/02/1880, Guillermo Moncada, líder de cor da Guerra Pequena, ao criticar a tática dos espanhóis de caracterizar o conflito como guerra racial, referiu-se à “raça cubana”. Para Ferrer, Moncada aceitou a definição de raça como nação; e, para ele, a nação era branca e não-branca, negra e não negra (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 87).

¹²⁵ Voltaremos ao significado do uso da palavra “irmão” no Capítulo 5.

ostracismo de nossa raça”, mesmo sendo cubanos, não podiam ser considerados como irmãos.

Para Ada Ferrer, os cubanos de cor – livres e escravos – crescentemente extraíam do discurso do nacionalismo suas próprias reivindicações de cidadania cubana.¹²⁶ Mas eles foram além: não se reivindicaram apenas cubanos, mas, sim, cubanos de cor, construindo, concomitantemente, as identidades nacional e racial; afirmavam a nacionalidade reforçando a identidade racial. Já nestas duas primeiras guerras, por dentro do nacionalismo, os cubanos de cor construíam a identidade racial. Ao mesmo tempo, fora do teatro da guerra, alguns negros e mulatos reivindicavam igualdade e unidade entre todos os negros e mulatos e tomavam iniciativas conjuntas como a organização de sociedades de ajuda mútua e a publicação de periódicos direcionados à classe de cor (alguns, à raça de cor). Percebe-se, então, um processo cada vez maior de formação de uma identidade racial em Cuba, quando o mosaico de cores passou a operar ao lado de categorias raciais mais amplas.

Em fins de 1870, durante os conflitos anticoloniais e o encaminhamento da emancipação gradual, raça, cada vez mais, passou a ser acionada para dar significado aos conflitos e às lutas políticas na colônia, superpondo-se à categorização fragmentada da cor. O termo raça foi posto em movimento para explicar as relações sociais, os conflitos, as ações políticas e, também, funcionou como *leitmotiv* para a construção de identidades sociais.¹²⁷ Raça estava, então, sendo mobilizada também pelos “de baixo”, para operar na construção de novas identidades, e contribuindo para “diluir diferenças de classe, gênero, cultura e cor entre os negros e mulatos cubanos” e, às vezes, permitiu que os negros se mobilizassem em grandes números.¹²⁸ A expressão “raça de cor”, que havia sido imposta

¹²⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 42.

¹²⁷ Segundo Helg, a identidade racial foi acionada em Cuba por líderes negros e mulatos para “mobilizar os cubanos com ascendência africana para a ação coletiva, tanto em organizações específicas como no papel de participantes nas lutas mais amplas de todos os cubanos”. Por isso, mais à frente, em 1892, Juan Gualberto Gomez, um dos principais responsáveis por organizar na ilha o *Directorio Central de la Raza de Color*, definiria a “raça de cor” como composta de “negros e mulatos, iguais sob todos os conceitos, filhos do mesmo tronco, irmanados pelas comuns afrontas e as comuns desgraças” (*Lo que nos corresponde...*, cit., p. 19, 54).

¹²⁸ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 19.

inicialmente pelos espanhóis, no pós-Guerra Grande, estava sendo ressignificada e mobilizada politicamente pelos de cor com o objetivo de unir negros e mulatos, africanos e crioulos, livres e escravos.¹²⁹ No entanto, isto não significou o apagamento das diferenças existentes entre pardos e negros. A expressão “raça de cor” começava a operar como uma espécie de “guarda-chuva” que abrigava os não brancos, mas não excluía as identidades de pardo, *moreno*, negro, “francês” e mulato, que continuavam sendo acionadas cotidianamente.¹³⁰ A formação da “raça de cor” exigiu uma permanente e tensa negociação entre pardos e morenos e a reivindicação de um passado e origem comum: a África.

No manifesto assinado pelos insurretos de cor, a autoidentificação como “homens de cor”, pertencentes a uma mesma raça e descendentes da “raça africana”, em Cuba, revela como os indivíduos acionavam e mobilizavam a categoria raça para fins políticos. Esta identidade racial, no caso de Cuba, se forjou em paralelo à construção da identidade nacional. Junto ao nascimento da nacionalidade cubana, erigiu-se a “raça de cor”, como parte da nação, mas com aspirações, demandas e formas de organização próprias. Por isto, os signatários do documento afirmavam “somos cubanos”, mas rechaçavam qualquer acordo com aqueles que, mesmo tendo nascido em Cuba, se opunham a sua liberdade. No mesmo ano em que a Sociedade Antropológica de Cuba dava a definição de cubano como “homem branco nascido em Cuba”¹³¹, negros e mulatos se reivindicavam cubanos descendentes da raça africana. Esta identidade se forjava fundada no compromisso do grupo, ou melhor, da raça, com a abolição da escravidão. Os emigrados

¹²⁹ HELG, Aline. Race and black mobilization in colonial and early independent Cuba: a comparative perspective. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, Winter, 1997, p. 53-74.

¹³⁰ Atuavam ainda as identidades de nações africanas: carabalís, congos, mandingas reuniam-se, organizavam *cabildos*, formavam sociedades de ajuda mútua e alimentavam uma intensa rede de solidariedade baseada na identidade de nação. Segundo Helg, no final do século XIX e início do XX, “a identificação étnica não desapareceu por completo, mas foi cedendo o passo à identificação de classe e às vezes à de cor”. Ainda segundo a autora, na década de 1890, sociedades separadas para negros e mulatos continuavam existindo em Santiago de Cuba. Mas na imprensa negra, a maioria referia-se à gente de ascendência africana como “a raça de cor, o povo de cor, homens de cor, negros ou negros cubanos”. Quando se tratava de um indivíduo, especificavam se era pardo ou *moreno*, quanto aos africanos, se eram lucumí ou congo (*Lo que nos corresponde...*, cit., p. 41, 55).

¹³¹ MORENO FRAGINALS, *Cuba/España, España/Cuba...*, cit., p. 224.

de cor interpretaram a proibição de seu retorno a Cuba como uma tentativa do governo colonial de destruir as “sementes da emancipação dos escravos”.

O texto de um haitiano desafeto da insurreição cubana e aliado do governo espanhol, correspondente, no Haiti, do jornal *St. Thomas Tidende*, publicado em janeiro de 1880, em Santo Tomas, colônia da Dinamarca, ajuda a entender como os emigrados de cor cubanos mobilizavam a identidade racial e a luta contra a escravidão para conquistar simpatizantes para a insurreição cubana.

Desde a primeira insurreição, os agentes cubanos no Haiti não cessaram, para nos arrastar em uma política favorável a suas tendências, de fazer brilhar a nossos olhos o comovido espetáculo dos cubanos libertando aos cubanos. Alguns espíritos céticos e maliciosos evidentemente tratavam em vão de nos colocar em guarda contra essa miragem da libertação de nossos irmãos; pretendiam que os negros e os homens de cor não tinham nada que esperar se não da Espanha mesma; recusava-se a acreditar neles. Ontem, todavia, entre aqueles que saudavam com um entusiasmo tão sincero quanto ingenuamente a ressurreição de Maceo, muitos viam nele o libertador de nossa raça. A dúvida é ainda permitida depois do despacho que se acaba de ler? A abolição da escravidão nos tira o único motivo de simpatia que nós pudéssemos ter pela insurreição cubana, como retira logicamente desta insurreição todo o direito de contar com o concurso dos negros e homens de cor de Cuba.¹³²

O despacho a que se refere o haitiano, enviado de Madri e publicado no periódico *La Bandera Española*, de Santiago de Cuba, informava que o Senado Espanhol havia votado, com imensa maioria, o projeto de emancipação escrava e que apenas os senadores cubanos se opuseram ao projeto.¹³³ Antes de falar da lei de emancipação aprovada no Senado, voltemos aos debates da comissão formada em Madri.

¹³² Maceo estava em Santo Tomás quando a nota foi publicada. Após conseguir fugir ileso de uma tentativa de assassinato no Haiti, orquestrada por espanhóis e haitianos aliados destes, foi obrigado a desembarcar em Santo Tomás, à espera de um barco que o conduzisse a Puerto Plata. FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 197.

¹³³ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 197-198.

4.4.2 Raça e Debates Parlamentares sobre a Emancipação

Em Madri, a comissão formada para propor projetos de reformas para Cuba às Cortes espanholas realizou sua primeira sessão em 25 de setembro de 1879.¹³⁴ Compunham-na Senadores, Deputados e “pessoas que têm grandes interesses na ilha de Cuba”.¹³⁵ Houve um caloroso debate sobre a escravidão.¹³⁶ Apesar da resistência de alguns parlamentares, que argumentavam que o problema da escravidão já estava resolvido com a Lei Moret (que, em 1870, instituiu a liberdade do ventre escravo e dos sexagenários)¹³⁷, havia a percepção de que uma lei para resolver definitivamente o problema da escravidão em Cuba era inevitável.¹³⁸ Uma subcomissão foi formada com o objetivo de estudar e informar acerca da questão social (a escravidão).

A província oriental estava bastante representada nesta subcomissão. De cinco membros, três foram eleitos por Santiago de Cuba: os deputados Santiago Vinent e Bernardo Portuondo y Barceló e o senador José Bueno y Blanco¹³⁹; participavam ainda da subcomissão o deputado Francisco de los Santos Guzmán, por Havana, e J. Manuel Sanchez Bustamante, por Pinar del Rio. O objetivo da subcomissão era apresentar um projeto sobre a questão social, no entanto, não houve acordo entre os cinco parlamentares e quatro projetos foram remetidos à Comissão.

¹³⁴ A comissão incluía proprietários cubanos (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 131).

¹³⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 31.

¹³⁶ A partir de agosto de 1879 começou a funcionar em Madri uma comissão com o objetivo de informar ao governo sobre os projetos de lei que seriam apresentados às Cortes relativos às reformas de Cuba. AHN, Ultramar, maço 4883, Tomo 5, *Documentos de la Comisión...*, p. 1.

¹³⁷ A lei conhecida como Lei Moret pode ser lida na íntegra em: TORRES-CUEVAS, Eduardo. *Historia de la masonería cubana: seis ensayos*. Havana: Imagen Contemporanea, 2004, p. 226-246 (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 79-99); e BALBOA NAVARRO, *La protesta rural en Cuba...*, cit., p. 25.

¹³⁸ Para Alejandro de La Fuente, o Regulamento de Escravos aprovado em 1842 já seria uma resposta às incertezas com o futuro da escravidão (*Esclavitud...*, cit., p. 150). Já em 1873, ainda durante a grande guerra, a abolição em Porto Rico indicava para os proprietários cubanos a proximidade do fim da escravidão. Neste mesmo ano, um grupo de fazendeiros enviou à Espanha uma proposta de abolição gradual que previa 10 anos para a extinção total da escravidão, mas que entraria em vigor apenas ao fim da guerra de independência (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 125).

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.senado.es/cgi-bin/BRSCGI?CMD=VERDOC&BASE=HISE&DOCN=000000446>>. Acesso em: set. 2012.

A maioria da subcomissão, formada por membros do Partido União Constitucional, apresentou o projeto mais conservador.¹⁴⁰ Neste projeto, pretendia-se seguir o *modus operandi* da Lei Moret (que libertou o ventre escravo e os sexagenários) e previa-se a emancipação gradual por idade.¹⁴¹ Assim, em 17 de setembro de 1880, seriam libertados os escravos que tivessem completado 55 anos; sempre no mesmo dia e mês de 1882, os que tivessem 45 anos; em 1884, os com 40 anos; em 1886, os com 35; em 1888, os com 30; em 1890, seriam declarados livres todos os que ainda estivessem na escravidão. Dez anos era o prazo previsto para a extinção total da escravidão. Não haveria indenização, mas o governo deveria “por todos os meios que estejam ao seu alcance” favorecer a imigração de trabalhadores para a Ilha de Cuba.¹⁴² Este era o programa do Partido União Constitucional, que elegeu a maioria dos deputados pela ilha de Cuba e que representava os interesses dos fazendeiros e proprietários de escravos, sobretudo da região ocidental. Mas a questão da escravidão era muito espinhosa e logo surgiram cisões entre os membros do Partido. Uma primeira divisão surgiu entre os fazendeiros cubanos.

O senador José Bueno y Blanco, também do Partido União Constitucional, fazendeiro, tinha propriedades em Santiago de Cuba. Apresentou e assinou, sozinho, dois projetos de emancipação gradual. No primeiro, previa um programa de coartação gradual

¹⁴⁰ Formavam esta subcomissão Francisco de los Santos Guzmán, J. Manuel Sanchez Bustamante e Santiago Vinent y Gola, todos deputados do Partido União Constitucional; Vinent y Gola havia sido eleito por Santiago de Cuba.

¹⁴¹ Os parlamentares reivindicavam que o projeto era a continuidade da Lei Moret que, no artigo 21, previa que quando fossem admitidos parlamentares de Cuba nas Cortes, o governo apresentaria um projeto de emancipação indenizada para os cativos que não haviam sido beneficiados pela Moret. (ORTIZ, *Los negros esclavos...*, cit., p. 455). Para o Partido União Constitucional, a questão social deveria ser resolvida de acordo com a Lei Moret, com as modificações necessárias às novas condições de Cuba (FONER, *A history of Cuba...*, cit., v. II, p. 277); CORWIN, *Spain and the Abolition...*, p. 305.

¹⁴² AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 3. Santiago Vinent era um grande proprietário de escravos (ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. Los partidos políticos y la polémica tras la paz del Zanjón. In: SOLANO PEREZ, Francisco de Paula; GUIMERÁ RAVINA, Agustín (Coord.). *Esclavitud & Derechos Humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*, Actas del Coloquio Internacional sobre Abolición de la Esclavitud. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 499-515). A política de imigração branca em Cuba, desde meados do século XIX, contribuía para o crescimento demográfico da Ilha e “constituiu uma alternativa ao modelo escravista quando este começou a manifestar suas primeiras fissuras” (NARANJO OROVÍO, Consuelo; GARCÍA GONZÁLEZ, Armando. *Racismo e inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madrid: Doces Calles, 1996, p. 21).

que mantinha o servo, durante sete anos, sujeito ao senhor. Receoso de que este projeto não atendesse às expectativas dos escravos da província de Santiago de Cuba, depois das promessas e contratos feitos pelos fazendeiros, apresentou um segundo projeto. Neste, propunha que se desse liberdade aos escravos, em quatro anos, com a condição de trabalharem para os senhores por três anos mais; neste íterim, os cativos receberiam salários de 3, 4 e 5 pesos, de acordo com o sexo e a idade. O único castigo previsto era a retenção do salário para os escravos que faltassem ao trabalho. Em verdade, Bueno y Blanco propunha para a ilha a extensão do acordo que já havia feito com seus próprios escravos.¹⁴³ O Senador pedia, ainda, medidas que regulassem o trabalho e corrigissem e perseguissem os vadios. Na região oriental, segundo o parlamentar, o trabalho agrícola estava paralisado e faltavam trabalhadores.¹⁴⁴ Por fim, o Senador pedia que se ditassem medidas que “ofereçam garantias ao agricultor, devolva a confiança a seus contristados ânimos e não afunde mais o antagonismo de raças” que todos deviam estar interessados em evitar.¹⁴⁵

Outro deputado eleito por Santiago de Cuba apresentou o projeto mais radical. Bernardo Portuondo y Barceló, do Partido Liberal, formulou um projeto de abolição imediata e simultânea, em contraposição à proposta de emancipação gradual. Os libertos teriam obrigação apenas de contratar trabalho: com os antigos donos, outras pessoas ou o Estado.¹⁴⁶ O parlamentar estava impressionado com os últimos acontecimentos na região oriental. Para ele, a abolição imediata seria a única solução para a “tranquilidade pública e para evitar a guerra e os conflitos”.¹⁴⁷ Portuondo y Barceló atuava de acordo com as instruções do seu Partido. O Partido Liberal de Santiago de Cuba conseguiu eleger dois deputados para as Cortes; em toda a ilha, elegeu sete. A melhor performance dos liberais se deu na região mais afetada pela guerra.¹⁴⁸ Após o pleito, o Comitê Liberal de Santiago de Cuba festejou a vitória e publicou uma carta, no jornal *La Bandera Española*, informando

¹⁴³ ROLDÁN DE MONTAUD, *Los partidos políticos...*, cit., p. 509.

¹⁴⁴ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 5.

¹⁴⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 5.

¹⁴⁶ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 6.

¹⁴⁷ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 41.

¹⁴⁸ ROLDÁN DE MONTAUD, *Política y elecciones...*, cit., p. 251-252; CORWIN, *Spain and the Abolition*, p. 297.

as aspirações dos eleitores; entre elas constava a “abolição imediata da escravidão”. O Comitê acreditava que, com a abolição, afastariam da província “uma causa de contínua inquietação e perene mal-estar prejudicial ao desenvolvimento da nossa riqueza”. Suplicava aos deputados eleitos pela província que fossem “inexoráveis” na defesa da abolição, pois se tratava de “afastar um perigo iminente” e vaticinava que qualquer solução que não abolisse o nome escravo representaria um risco que levaria à “perda de Cuba para a Espanha e para a civilização”.¹⁴⁹

Estima-se que a região oriental, após a guerra de 1878, possuía aproximadamente 10 mil cativos, número pequeno comparado aos 184 mil da região ocidental.¹⁵⁰ Os proprietários de escravos do Oriente, já em 1879, sabiam que não tinham garantias e não podiam contar “com a força e autoridade necessárias para o funcionamento tranquilo da escravidão”. Com a Guerra Pequena, a escravidão na região oriental já “estava quase morta”.¹⁵¹ Além disso, os campos se encontravam despovoados e sem cultivo; “os braceiros e trabalhadores [havia] desaparecido e não voltaram a seus sítios”; os fazendeiros trabalhavam sem alento; o comércio estava prostrado; as poucas indústrias estavam mortas. Os campos tinham sido abandonados, a exploração dos engenhos de açúcar se fazia cada vez mais embaraçosa aos proprietários, as fazendas de gado eram assediadas por “gatunos inimigos”...¹⁵²

Por isso, apesar das divisões partidárias e ideológicas, as avaliações políticas do conservador Bueno y Blanco se aproximavam muito das expostas pelo liberal Portuondo y Barceló, defensor da abolição imediata. Ambos sabiam que negros e mulatos de Santiago de Cuba, alijados do processo eleitoral que definira os representantes que iriam decidir nas Cortes o futuro da escravidão, protagonizavam uma nova guerra anticolonial empunhando

¹⁴⁹ BNJM, *La Bandera Española*, 23/05/1879. Pelo programa do Partido Liberal, os escravos deveriam ser emancipados e nenhum negro deveria ser mais admitido em Cuba (FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 276). Segundo Corwin, os liberais autonomistas acreditavam que a prolongação da escravidão serviria apenas para que Cuba continuasse dependente da Espanha e para adiar reformas econômicas (CORWIN, *Spain and the Abolition*, p. 297).

¹⁵⁰ ROLDÁN DE MONTAUD, *Los partidos políticos...*, cit., p. 509.

¹⁵¹ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 76.

¹⁵² AHPSC, GP, maço 387, doc. 44, *Expediente formado por consecuencia de haver presentado el Diputado Colas en la sesión de 13 de Enero una solicitud dirigida al Gobernador General en solicitud de exención de contribuciones*, Santiago de Cuba, 28/02/1880.

como bandeira a abolição completa e incondicional. Sabiam das fugas em massa dos engenhos e da “impaciência” quanto à solução do problema servil na região.¹⁵³ Na província, alguns senhores tiveram que negociar salários com os escravos após a Guerra de Dez Anos para garantir a permanência deles nas fazendas.¹⁵⁴ Segundo o senador Bueno y Blanco, a maioria dos proprietários do Departamento Oriental, frente ao caos, já havia prometido aos escravos o prazo de quatro anos para a liberdade e só este expediente fez com que estes permanecessem tranquilos nas fazendas ou retornassem depois de tê-las abandonado. Muitos estavam, também, concedendo aos escravos terrenos de suas fazendas com a esperança de que ali permanecessem com suas famílias, mesmo quando adquirissem a liberdade.¹⁵⁵ Ambos concordavam que, na região oriental, uma saída conservadora como a proposta pela subcomissão, que previa dez anos para a extinção total da escravidão, só acirraria os ânimos, alimentaria os conflitos e precipitaria uma guerra racial.

Um quinto projeto foi formulado por dois deputados que não se sentiram contemplados por nenhuma das propostas da Subcomissão. E aqui se apresentava mais uma cisão no interior do Partido União Constitucional, através do discurso do espanhol Miguel Martínez Campos que, contrariando os correligionários cubanos, afirmou que não desejava resolver o tema de modo tão conservador.¹⁵⁶ Este projeto previa a abolição imediata da escravidão e a sua substituição pelo patronato, a título de indenização aos donos. O patronato, ao obrigar o ex-escravo a trabalhar para o ex-senhor, a jornal fixo, supriria a “falta de braços” e daria tempo aos proprietários para a reorganização da produção. O projeto previa a extinção gradual do patronato por idades, em um prazo máximo de seis anos, e direitos políticos aos ex-escravos, após três anos da emancipação.¹⁵⁷

Outro espanhol, Luis Prendergast, senador por Santiago de Cuba, do Partido Liberal, se recusou a votar em todos os projetos e argumentou que não era possível que o

¹⁵³ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 35-40.

¹⁵⁴ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 128-131; FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 75.

¹⁵⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 4-5; SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 130.

¹⁵⁶ Subscrevem este projeto os deputados Julio Apezteguia y Tarafa, cubano, eleito por Santa Clara, e Miguel Martínez Campos, espanhol, eleito por Matanzas (AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 7-10, 58).

¹⁵⁷ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 7-10.

parlamento espanhol sustentasse diante da Europa a escravidão – uma instituição que já estava condenada. Cancio Villamil, espanhol, também se absteve de votar. Ambos concordavam que se devia abolir, imediatamente, a escravidão, mas garantir um termo médio entre a condição de escravo e livre, para dar tempo ao proprietário de organizar o trabalho livre.¹⁵⁸

A apresentação dos projetos ensejou calorosos debates na Comissão. A maioria dos parlamentares se opunha à abolição imediata e simultânea, defendendo que a liberdade não fosse outorgada a todos os escravos de uma só vez e sim, individualmente.¹⁵⁹ Alguns opositores argumentavam que, no Haiti, Jamaica e Estados Unidos, a abolição imediata resultou na ruína da produção e do comércio e na guerra civil e de raças.¹⁶⁰ A eficácia da estratégia de emancipação gradual era ilustrada pelas experiências do Brasil, com a Lei do Ventre Livre, de 1871, e de Cuba, com a Lei Moret, de 1870, que não tiveram diminuídas suas riquezas nem sofreram as “terríveis convulsões” consequentes dos antagonismos raciais.¹⁶¹ Para alguns parlamentares, inclusive Portuondo y Barceló, o modelo de abolição a ser seguido era o que se estava implementando no Brasil, onde, em “plena paz”, sem outro estímulo que o “sentimento humanitário”, com o mais profundo respeito pela propriedade e livre das lutas armadas, o Governo solucionava, desde o gabinete, o problema da escravidão “com toda calma e com toda tranqüilidade” e evitava a eclosão de conflitos raciais.¹⁶² Este não era o caso de Cuba: a província oriental já estava em guerra.

¹⁵⁸ AHN (Madrid), Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 56-60.

¹⁵⁹ AHN (Madrid), Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 3; para um breve resumo sobre as discussões na subcomissão, ver CORWIN, *Spain and the Abolition*, pp. 300-301.

¹⁶⁰ A Jamaica foi evocada contra a proposta de patronato para demonstrar que o resultado do estado de aprendizagem dos libertos foi a “degola dos brancos, a violação das brancas e a destruição das propriedades”. Lá, segundo os parlamentares, teria havido a luta de raças quando a que acabava de ser escrava percebeu que, sendo livre, não possuía direitos como tal (AHN (Madrid), Ultramar, Leg. 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 2, 33-58).

¹⁶¹ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 3.

¹⁶² AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 2-3, 35. Um deputado, ao comparar a Lei do Ventre Livre do Brasil e a Lei Moret, criticou a opinião pública no Brasil que não fazia nada em relação à escravidão: “cem anos pode viver o escravo naquele império sem que lhe alcance o benefício da redenção” (AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 44).

Nos debates, a referência à raça e aos iminentes conflitos raciais foi recorrente. O discurso racista também estava presente e “argumentos” como “preguiça das raças inferiores”, recusa ao trabalho pelos recém-libertados e a “inferioridade do negro” em relação ao branco foram usados contra a proposta de abolição imediata.¹⁶³

O que conhece a raça negra dentro da zona tórrida sabe perfeitamente que o negro carece de todos os estímulos que determinam no homem branco a necessidade de trabalhar. Não tem nem necessidades presentes, nem aspirações futuras; lhe basta com o que suas mãos alcançam da árvore ou com o que arrancam do solo; com isso vive e se acaso produz é exclusivamente para seu consumo. [...] Que o negro, como é tão estreito o círculo de suas ideias, tem arraigadas fundamentalmente duas; a direta e a contrária, de escravidão e de liberdade. Por escravidão entende a obrigação de trabalhar, e por liberdade a não obrigação de trabalhar.¹⁶⁴

A imagem do Haiti foi, mais uma vez, acionada, com o significado de guerra racial. No Haiti, a abolição imediata, sem a correspondente igualdade de direitos políticos, teria produzido a guerra de raças e a ruína do país. Este exemplo funcionou como um poderoso argumento contra a abolição imediata porque se ajustava às imagens que circulavam há quase um século para produzir o medo do negro em Cuba. Assim, discursos como o de que “a matança dos brancos teria sido a primeira consequência da abolição imediata” e de que depois “veio a ruína do país, veio a extinção da raça branca, veio a absorção da raça branca pela raça negra” ajudaram a isolar a proposta de abolição imediata.¹⁶⁵

Mas nenhum tema serviu mais aos parlamentares contra a abolição imediata do que a recente história dos Estados Unidos e a Guerra de Secessão. Catorze anos separavam o final da “sangrenta guerra” norte-americana do debate parlamentar sobre o fim da escravidão em Cuba. A abolição da escravidão nos Estados Unidos, em meio à Guerra

¹⁶³ Nas discussões que resultaram na aprovação da lei, como afirma Rebecca Scott, “até os proponentes da lei invocavam os perigos de uma volta ao “barbarismo” se a abolição não fosse realizada gradualmente” e “um racismo flagrante emergia das intervenções” de um representante cubano que recorreu à “ciência antropológica” para argumentar sobre as diferenças entre negros e brancos (*Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 135). AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 33, 48.

¹⁶⁴ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 47.

¹⁶⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 44, 58.

Civil, libertou quatro milhões de negros de uma só vez. Após a emancipação, no período chamado Reconstrução Negra ou Reconstrução Radical, os ex-escravos tiveram acesso a direitos políticos integrais e exerceram uma “parcela efetiva do poder”. O sufrágio negro permitiu o acesso a cargos públicos locais: neste período, era possível ver negros exercendo cargos de policial, xerife e prefeito. Além disto, negros conseguiram adquirir terra.¹⁶⁶ A experiência de Reconstrução que permitiu aos negros do Sul desfrutar direitos políticos e ocupar espaços importantes no legislativo e no judiciário, para alguns parlamentares cubanos, era o exemplo de “predomínio da raça negra sobre a branca” que Cuba deveria evitar.

A partir de 1875, no entanto, os negros norte-americanos vivenciariam uma crescente perda de direitos: a perda do direito do voto, a exoneração de policiais e xerifes negros, o confisco de armas dos negros etc.; 1876 foi o último ano da Reconstrução nos Estados Unidos.¹⁶⁷ Para um parlamentar de Cuba, somente depois de catorze anos é que os Estados Unidos estavam entrando em um período de “normalidade”, depois de “haver passado por imensos infortúnios [...], depois de haver sofrido a raça branca o governo da raça negra, o mando, o predomínio da raça negra”, coisa que, segundo afirma, não queria suportar.¹⁶⁸ O parlamentar considerava estado de “normalidade” a chamada Redenção, que significou o retrocesso na conquista dos direitos civis e políticos dos negros norte-americanos e a derrota do projeto de Reconstrução.

Para alguns parlamentares, qualquer projeto de emancipação deveria vir acompanhado de medidas que organizassem e regulamentassem o trabalho, corrigissem e perseguissem os vadios e protegessem a propriedade; de meios coercitivos, que assegurassem o trabalho dos emancipados em favor dos ex-senhores; de leis que obrigassem os ex-escravos e que punissem a vadiagem. Um parlamentar chegou a pedir que fossem dadas faculdades às autoridades para a deportação de todos os homens de cor que

¹⁶⁶ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro; Brasília: Paz e Terra; CNPq, 1988, p. 74, 83, 93, 104, 119, 145. Sobre a Reconstrução, ver FONER, *Nada além da liberdade...*, e SCOTT, *Grados de libertad...*, cit.

¹⁶⁷ FONER, *Nada além da liberdade...*, cit., p. 113, 125.

¹⁶⁸ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 47.

perturbassem a ordem para Fernando Pó (possessão espanhola na África), sem a necessidade de procedimento judicial.¹⁶⁹

Os deputados Apezteguia e Martínez Campos consideraram que não eram necessárias medidas coercitivas para assegurar o trabalho dos ex-escravos em benefício dos antigos senhores – bastava, para isto, a aplicação do Código Penal. É que, em 1879, o Código Penal espanhol (promulgado em 1870) havia sido estendido à ilha de Cuba com algumas modificações referentes à escravidão e às diferenciações raciais. Assim, entre outras coisas, em Cuba se incluiu no Código Penal como circunstância agravante ser o ofensor negro e o ofendido branco, segundo a natureza do delito e o juízo dos tribunais.¹⁷⁰ O artigo 10, por exemplo, afirmava que qualquer negro que cometesse um crime envolvendo um branco sob qualquer circunstância agravante enfrentaria a execução.¹⁷¹

O debate sobre a emancipação em Cuba evidencia que, além do controle da força de trabalho e da garantia da produção, os representantes cubanos estavam preocupados com a manutenção das hierarquias raciais e resistiam a estender aos negros e mulatos cubanos direitos civis e políticos. Não por acaso, no projeto aprovado pela maioria da Comissão não constava nenhuma referência aos direitos civis e políticos dos negros. O mais eloquente defensor deste projeto advogou a separação entre emancipação e direitos políticos. Para ele, liberdade civil “nada tem a ver com os direitos políticos e com seu exercício”. E lembrava que não saber ler e escrever e não pagar determinada contribuição eram limitações de direitos que atingiam tanto ao branco quanto ao negro.¹⁷²

Acontece que negros e mulatos estavam em guerra na província de Santiago de Cuba não só contra a escravidão, mas, também, por igualdade e direitos políticos, como o documento dos emigrados de cor ilustra bem. Existia uma expectativa geral acerca da lei que emergiria sobre a escravidão após a Guerra de Dez Anos e os negros e mulatos livres de Santiago de Cuba nutriam as suas próprias expectativas. Afinal, a experiência de uma década de guerra e a formação multirracial do Exército Libertador, com a ascensão de

¹⁶⁹ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 4-6, 57.

¹⁷⁰ ORTIZ, *Los negros esclavos...*, cit., p. 352.

¹⁷¹ No final da década de 1880, o Diretório Central da Raça de Cor focou a luta contra isso (HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 187; ORTIZ, *Los negros esclavos...*, cit., p. 352.

¹⁷² AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 46.

lideranças negras e mulatas no período imediatamente anterior ao debate sobre a abolição, além de pôr em questão a legitimidade da escravidão, havia começado a questionar as hierarquias raciais.

Havia apenas um consenso na Comissão: a iminência de uma guerra racial. Conservadores e liberais, escravistas e abolicionistas, proprietários de escravos e militares, representantes da região ocidental e da oriental afirmavam que uma resolução equivocada da questão servil levaria aos antagonismos e conflitos raciais. E aqui emerge a sua percepção sobre a agência dos livres de cor na luta contra a escravidão. Para um parlamentar, ainda que se aprovasse a abolição imediata, muitos livres de cor não se conformariam com ela.¹⁷³

Emancipado, homem livre de direito, e que de fato é escravo; emancipado é o que tem produzido perturbações em todas as fazendas em que tem estado; o que no momento em que se lhe fez justiça abandonou o trabalho e procurou perturbar de todas as maneiras a ordem; o que vivia irritado contra a iniquidade social de que era vítima.¹⁷⁴

Segundo o deputado Portuondo y Barceló, os adversários do seu projeto que alegavam que a abolição imediata causaria grandes perturbações na ordem social, temiam não apenas ao negro escravo, e “sim ao negro escravo reunido com o livre para pretender fazer uma questão comum de raça”.¹⁷⁵ Na época dos debates sobre a abolição, estima-se que existiam em Cuba 200 mil escravos. Além disso, a Ilha possuía, naquele momento, cerca de 1.300.000 habitantes e, somando-se os escravos, cerca de 500 mil “homens de cor”.¹⁷⁶

Na Comissão, onde, com presença significativa, os cubanos conseguiram dar o tom da discussão, o projeto aprovado, com 16 votos contra 6 e 2 abstenções, foi o mais conservador: somente em 1890 haveria a extinção total da escravidão. No entanto, como afirma Philip Foner, os cubanos não tinham influência significativa nas Cortes. E, mesmo

¹⁷³ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 54-55.

¹⁷⁴ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 55.

¹⁷⁵ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 56, 41.

¹⁷⁶ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 7, 44, 46. Segundo Aline Helg, a “gente de cor” totalizava 528.798 correspondente a 32% da população (*Lo que nos corresponde...*, cit., p. 30).

com vários deputados cubanos votando contra¹⁷⁷, o projeto de Patronato que, na Comissão foi derrotado por 22 votos a 2, com algumas alterações, foi aprovado pelas Cortes espanholas e, em 13 de fevereiro de 1880, se transformaria em lei.

* * *

Em 13 de fevereiro de 1880, foi abolida a escravidão em Cuba; em seu lugar, passou a vigorar o Patronato. Segundo Alejandro de La Fuente, a Lei do Patronato foi uma tentativa de regular e retardar o fim inevitável da escravidão.¹⁷⁸ As ideias antiescravistas na Espanha, a Guerra de Dez Anos e a ação dos escravos foram elementos que atuaram como pressão para a solução da escravidão.¹⁷⁹ Para José Luciano Franco, a lei não tinha outro objetivo que evitar que os escravos negassem sua “formidável contribuição ao levantamento insurrecional de 26 de agosto em Santiago de Cuba”, apaziguando os clamores abolicionistas de Cuba e da América.¹⁸⁰ Como vimos nos debates parlamentares sobre a emancipação, a lei respondia à mobilização política dos livres de cor, protagonistas da Guerra Pequena, que aliavam à luta anticolonial a defesa intransigente da abolição.

A Lei do Patronato aboliu o termo escravidão. Os ex-escravos, agora chamados de patrocinados, permaneceriam sob o patronato dos seus antigos senhores por um prazo de, no máximo, oito anos. A lei previa a extinção do patronato para 1888, já que, a partir de 1884, os patronos estavam obrigados a liberar anualmente uma quarta parte dos patrocinados por ordem de idade. Os ex-senhores, agora patronos, deveriam retribuir o trabalho dos patrocinados, ao qual tinham direito, com uma remuneração mensal de 3 pesos. Os patronos deveriam manter os patrocinados, vesti-los e assisti-los em suas

¹⁷⁷ Foner e Corwin informam que vários deputados cubanos votaram contra porque a lei não garantiu concessões econômicas (FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 290, 293); segundo Corwin, os cubanos exigiam que, com a abolição da escravidão, a metrópole deveria declarar o livre comércio e negociar acordos vantajosos com os Estados Unidos para que os produtos cubanos tivessem condições de competir no mercado norte-americano (CORWIN, *Spain and the Abolition*, p. 297, 305).

¹⁷⁸ DE LA FUENTE, *Esclavitud...*, cit., p. 151. A lei que instituiu o Patronato em Cuba pode ser lida em TORRES-CUEVAS, Eduardo; REYES FERNÁNDEZ, Eusebio. *Esclavitud y sociedad: notas e documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1986, p. 247-268; para um estudo sobre a instituição do Patronato, ver: SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., cap. VI, e COOPER; HOLT; SCOTT, *Além da escravidão...*, cit., p. 169.

¹⁷⁹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 125.

¹⁸⁰ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 198.

enfermidades, assim como oferecer, aos menores de vinte anos, ensino primário e educação necessária para o exercício de um ofício ou ocupação útil.¹⁸¹

Para Scott, não houve, com a Lei do Patronato, alteração nas relações jurídicas básicas da escravidão. Permaneceu o direito dos senhores ao trabalho do ex-escravo, a possibilidade de venda e doação testamentária, “faculdades coercitivas e disciplinares” (que seriam ainda previstas pelo Regulamento) e a diminuição dos pagamentos mensais como punição a mau procedimento ou falta ao trabalho. Por outro lado, os patronos deviam cumprir as obrigações e não podiam mais separar famílias.¹⁸² Como afirma Rebecca Scott, o Patronato foi uma instituição ambígua, que representou, ao mesmo tempo, “transformação e ausência de transformação”, ruptura e continuidade da condição escrava.¹⁸³

4.4.3 Desfecho

Alguns meses após a aprovação do Patronato, em junho de 1880, a Guerra Pequena chegou ao fim. A lei de emancipação já havia retirado muito do poder de atração da insurreição. A “repressão impiedosa de rebeldes e civis sem distinção, aliada à presença de 19.000 soldados extras no exército espanhol, entre outros fatores, contribuiu para a derrota da sublevação.¹⁸⁴ Pesou, ainda, para o fracasso da Guerra Pequena, a manipulação do medo da guerra racial. Como informa Ada Ferrer, o Comandante Militar de Santiago de Cuba, Camilo Polavieja, ao negociar a rendição de um dos líderes insurgentes brancos, impôs como condição para o perdão espanhol que ele e outros líderes assinassem uma declaração afirmando que sua rendição fora motivada pelas pretensões do livre de cor Guillermo Moncada de fazer em Santiago de Cuba uma guerra de raças. Além disso, Polavieja sabia que a chegada do branco Calixto García para liderar a Guerra Pequena

¹⁸¹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 141-155, e ORTIZ, *Los negros esclavos...*, cit., p. 351-355, 466-487.

¹⁸² SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 142.

¹⁸³ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 151-152.

¹⁸⁴ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 129.

ameaçaria a imagem construída pelos espanhóis de que se tratava de uma guerra racial. Por isto, nas negociações com os livres de cor José Maceo e Guillermo Moncada, Polavieja omitiu a notícia da chegada de García. Em 1º de junho de 1880, Maceo e Moncada, os dois maiores líderes negros da insurreição se renderam, sem saber da chegada do líder insurreto branco Calixto García à ilha. Sem José Maceo e Moncada, a expedição de Calixto García falhou e ele se rendeu, em 3 de agosto de 1880. Para Ferrer, a Guerra Pequena fracassou porque os espanhóis conseguiram fazê-la parecer uma guerra de raças, ou seja, seus esforços para dividir a insurreição usando a questão da raça foram bem-sucedidos.¹⁸⁵

Com a derrota dos insurgentes e a rendição ao exército espanhol, as lideranças, em sua maior parte de cor, tiveram que buscar exílio nos Estados Unidos ou no Caribe.¹⁸⁶ Em 1880, a crítica, o ativismo e a mobilização dos de cor contra o Patronato e o domínio colonial enfrentariam uma violenta repressão e ganhariam uma dimensão transnacional. Entender a repressão às atividades políticas dos negros e a politização da questão racial na região oriental é o tema do Capítulo 5.

¹⁸⁵ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 78-79, 83.

¹⁸⁶ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 66; e IBARRA, Jorge. Comentarios acerca de “Mitos de ‘democracia racial’: Cuba, 1900-1912”. In: MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando; SCOTT, Rebecca; GARCÍA MARTÍNEZ, Orlando F. (Coord.). *Espacios, silencios y los sentidos de la libertad: Cuba entre 1878 y 1912*. La Habana: Ediciones Unión, 2001, p. 332-345.

5 PATRONATO E CONSPIRAÇÃO EM SANTIAGO DE CUBA (1880-1881)

No dia 6 de março de 1881, Rosa Mendibur enviou um pedido ao Ministério de Ultramar solicitando que ficasse sem efeito a deportação do seu marido, o *moreno* livre Leandro Mesa, que havia sido preso em 7 de dezembro de 1880 e remetido a Fernando Pó, no Golfo da Guiné, suspeito de haver tomado parte em assunto político.¹ Junto com ele, sob a mesma acusação, foram presos e deportados mais de duzentos livres de cor.

Leandro Mesa teria participado de uma conspiração da gente de cor que foi desbaratada em dezembro de 1880 na cidade de Santiago de Cuba e nas zonas de El Cobre, El Caney, Yaguas, Songo e Palma Soriano. Segundo informações obtidas pelo Comandante Militar de Santiago de Cuba, a conspiração estava sendo gestada, também, nas jurisdições de Guantánamo e Sagua. Ao que parece, uma insurreição estava prestes a estourar.² O “centro diretivo” estaria na cidade de Santiago de Cuba e agentes estariam espalhados em várias localidades.³

A sublevação começaria de uma forma espetacular.

Em uma função que os negros organizaram no teatro com motivo da abertura de um *Casino*, para a qual deveriam ser convidadas todas as autoridades, pretendia-se, uma vez iniciada a representação, fechar as válvulas de saída do gásômetro, deixando a cidade sem luz, atacando as

¹ Quando foi preso, Leandro Mesa era cabo primeiro da seção de cavalaria do Corpo de Voluntários de Santiago de Cuba. AHN, AP, maço 76, doc. 40, *Copia de una instancia de Rosa Mendibur de Mesa, solicitando al Ministro de Ultramar que quede sin efecto el extrañamiento a Fernando Poo de su esposo Leandro Mesa, preso por causa politica*, Santiago de Cuba, 06/03/1881.

² AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color descubierta en Santiago de Cuba el 10 de Diciembre de 1880, siendo Comandante General de la Provincia el Excmo. Sr. Teniente General Don Camilo Polavieja y Castillo*, Santiago de Cuba, Sección Tipográfica del Estado Mayor, 1880, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 5-6.

³ Havia notícias que agentes da conspiração atuavam em Palma Soriano, San Luis, Songo, Guantánamo e Sagua de Tánamo. AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 8.

autoridades dentro do teatro ao mesmo tempo em que começava do lado de fora o movimento.⁴

Um empregado da fábrica de gás era o responsável por fechar a válvula e deixar a população às escuras.⁵ O jornal *La Epoca* noticiou:

A ‘Liga Antilhana’ projetava estabelecer em fins do corrente um centro de instrução e recreio, inaugurando este acontecimento com um concerto no teatro, para o qual deviam ser convidadas todas as autoridades e pessoas visíveis da população. Uma vez ocupadas as localidades, e no momento mesmo de começar o espetáculo, os conjurados, convenientemente dispostos, haviam de desenvolver seu plano, começando por fechar a válvula de saída do gasômetro, para sumir a cidade em densa escuridão. Seu intento era assassinar primeiro as autoridades, cair em seguida sobre a raça branca, que odeiam até o extermínio, e lançar-se depois ao campo, liderados por Antonio Maceo, Máximo Gómez e outros caudilhos cujo desembarque esperavam antes de empreender o movimento.⁶

El Cobre, mais uma vez, era apontado como um dos distritos em que os livres de cor estavam envolvidos na conspiração. Houve denúncia de que lá, nas proximidades do cafezal *Aurora*, ocorriam reuniões suspeitas.⁷ De acordo com o francês *Don* Ernesto Gautier Dufaix, foram encontrados indícios de que reuniões com muita gente estavam acontecendo em um local próximo à sua fazenda. Para o fazendeiro, estes encontros podiam não ser coisa de muita importância, mas podiam também ser “muito e questão de cuidado”, e neste caso, opinava o doutor, se tratava da questão nova, “a liga negra das Antilhas, tendo ramificações”.⁸

O Governador da Província recebeu uma carta informando que, em uma serralheria situada na Rua Enramadas, havia um grande depósito de armas e munições e que seus donos haviam vendido grande quantidade de facões não só a comerciantes, como

⁴ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 11.

⁵ Domingo Solorzando era o empregado da fábrica de gás responsável pela ação (AGI, Diversos 8, *Notas*, s/d, fls. 48).

⁶ AGI, Diversos 8, *La Época*, 15/12/1880.

⁷ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 9.

⁸ AGI, Diversos 8, *Carta de Dn. Ernesto DuDefair ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, 23/11/1880, fls. 392, 396.

também a particulares; que não havia muito “receberam uma grande fatura desse artigo e munições e que depositaram em sua casa e dali tem saído sem conhecimento da autoridade.”⁹ O facão, instrumento de trabalho dos que se dedicavam à lavoura, livres e escravos, foi uma arma muito utilizada pelos insurretos nas guerras anticoloniais.¹⁰ O seu uso foi tão difundido entre os rebeldes que foi considerado a “espada do soldado cubano”.¹¹

Concomitantemente, notícias semelhantes chegavam da jurisdição de Guantánamo¹²: agentes secretos informavam que lá também se conspirava e que o movimento só esperava a chegada de Maceo para começar.¹³ O Ministro da Espanha nos Estados Unidos, por sua vez, anunciou desembarques próximos de gente de cor nas imediações de Santiago de Cuba.¹⁴ Segundo o Ministro, os emigrados cubanos começavam, de novo, a se animar maquinando planos atentatórios à tranquilidade da ilha; conforme dados recebidos de um agente, o insurreto Salvador Rosado pretendia desembarcar nas imediações de Santiago de Cuba acompanhado de sete negros.¹⁵ Para todos os efeitos, o movimento começaria com a chegada de Antonio Maceo à província. Maceo estava na Jamaica e se comunicava regularmente com moradores de Santiago de Cuba.¹⁶

Neste período, mudanças significativas estavam ocorrendo em Cuba. A Guerra Pequena acabara meses antes e ainda pairava sobre a Ilha o temor de uma nova insurreição anticolonial. Muitos cubanos que haviam participado das guerras de independência estavam

⁹ AGI, Diversos 8, *Carta anônima*, fl. 60.

¹⁰ SARMIENTO RAMÍREZ, *El Ingenio del Mambí...*, cit., t. II, p. 79-92.

¹¹ SARMIENTO RAMÍREZ, *El Ingenio del Mambí...*, cit., p. 83.

¹² AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 10.

¹³ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 10.

¹⁴ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 10.

¹⁵ AGI, Diversos 8, *Ofício do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Havana, 02/12/1880, p. 21-22. Em 1º de dezembro, o Capitão Geral enviou a Polavieja um telegrama informando que Salvador Rosado tentava vir de Cayo-Hueso com sete negros e desembarcar próximo a Santiago de Cuba (AGI, Diversos 8, *Telegrama do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Havana, 1º/12/1880, p. 23).

¹⁶ Os irmãos Miguel Chacon e Manuel Chacon se encontravam em Cauto, perto de Palma Soriano, e um parente destes se encontrava em Moron - estes três eram apontados como responsáveis pela comunicação com Maceo em Jamaica (AGI, Diversos 8, *Notas*, s/d, fl. 26).

espalhados pelas ilhas do Caribe – Haiti, Jamaica, Santo Tomás –, além de nos Estados Unidos. Alguns, insatisfeitos com o Pacto de Zanjón e com o desfecho da Guerra Pequena, continuavam trabalhando no exterior pela independência da ilha.

Na região oriental, negros e mulatos tiveram participação decisiva nas contendas independentistas e muitos livres de cor, fora e dentro da ilha, esperavam o momento apropriado para recomeçar a luta. A escravidão fora formalmente abolida em fevereiro de 1880 e em seu lugar vigorava o Patronato. Neste período, segundo uma autoridade colonial, “a gente de cor não se ocupava mais que de comentar a lei de Abolição, que lhes está fazendo muito mal efeito”.¹⁷ Nesta época, a Ilha estava dividida em seis províncias.¹⁸ As jurisdições de Santiago de Cuba e Guantánamo agora faziam parte da província de Santiago de Cuba. Era Comandante Militar e Governador da província de Santiago de Cuba o espanhol Camilo Polavieja.¹⁹



Figura 4 – Mapa de Cuba com divisão provincial

Fonte: SCOTT, *Emancipação escrava...*, p. 24.

¹⁷ AGI, Diversos 9-B, *Correspondência do Comandante do Regimento de Nápoles ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, 19/05/1880.

¹⁸ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 49. As províncias eram: Pinar del Río, Havana, Matanzas, Santa Clara, Puerto-Príncipe e Cuba (Santiago de Cuba).

¹⁹ Polavieja foi Comandante Militar da Província de Santiago de Cuba de junho de 1879 a dezembro de 1881 (BALBOA NAVARRO, *La protesta rural en Cuba...*, cit., p. 97). Em 1878, uma nova reforma pôs fim aos Departamentos e a área correspondente à região oriental passará a se chamar província de Santiago de Cuba.

5.1 PATROCINADOS, LIBERTOS E LIVRES DE COR: O PERFIL DOS SUSPEITOS

Como visto no Capítulo 4, Santiago de Cuba foi palco de duas guerras anticoloniais, que recrutaram para suas fileiras, sob a bandeira antiescravista, milhares de negros e alçaram alguns deles à condição de generais e líderes políticos, sobretudo na última insurreição. Em meio à Guerra Pequena, fora aprovada a lei que abolia a escravidão. O Patronato²⁰, entre outras medidas, instituía o pagamento de salários aos patrocinados e previa o ano de 1888 como data limite para o fim da escravidão.

A população cativa da província de Santiago de Cuba era relativamente pequena, se comparada à da região ocidental. Em 1877, um pouco antes do final da Guerra de Dez Anos, foram computados, para a província de Santiago de Cuba, 13.061 escravos, enquanto, para Matanzas, foram registrados 70.849 e, para Santa Clara, 42.049.²¹ Este número diminuiu ainda mais com o Pacto de Zanjón, acordo entre a Espanha e o Exército Libertador que libertava os ex-escravos que participaram do lado rebelde na insurreição. Apesar disso, havia temores sobre o impacto que a Lei do Patronato teria sobre a gente de cor de Santiago de Cuba que, após a reforma, incluía também Guantánamo, outra região com grande quantidade de livres de cor entre as suas jurisdições. O tema da escravidão era caro à região.

Assim que o Regulamento do Patronato foi aprovado, em maio de 1880, o Comandante Militar Camilo Polavieja, seguindo instruções do Governo Geral, enviou circular reservada aos *Alcaldes Corregidores* (espécie de prefeito) da província de Santiago de Cuba, informando as “regras de conduta” em relação à nova lei. O documento alertava que qualquer perturbação da ordem que houvesse “em uma fazenda ou em uma agrupação de patrocinados poderia acaso transcender às imediatas, caindo em descrédito a nova ordem de coisas com relação ao trabalho”, por isto os patronos deveriam ser informados que teriam de cumprir com as obrigações previstas pela nova lei.²² Após duas guerras e a

²⁰ Ver Capítulo 3.

²¹ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba*, cit., p. 201.

²² AGI, Diversos 9-B, *Circular reservada de Camilo Polavieja aos Alcaldes Corregidores da Província informando como se deve agir com a nova lei do patronato*, Santiago de Cuba, Maio de 1880.

aprovação da última lei de emancipação gradual, as relações entre patrono e patrocinado estavam sob a vigilância das autoridades coloniais.²³

O patrocinado deveria ser informado dos benefícios da lei e de que o governo zelaria para que fossem cumpridos os dispositivos do Regulamento, “mas que castigará com toda severidade qualquer ato de insubordinação da ordem pública”. Além disto, as autoridades subalternas deveriam impedir a entrada sem motivo justificado nas fazendas e em todo lugar em que existissem núcleos de patrocinados de “pessoas que pudessem concitar o ânimo destes [patrocinados] contra esta reforma em sua condição social e inculcar-lhes ideias perturbadoras”.²⁴ No imediato pós-guerra, a região estava cheia de insurretos insatisfeitos com o desfecho das lutas independentistas e atentos a qualquer manifestação de sentimento anticolonial para reiniciar os conflitos. Temia-se, sobretudo, a influência dos livres de cor sobre os patrocinados e suas incursões nas fazendas com o objetivo de organizar mais sublevações.

Ao mesmo tempo, o Comandante Militar Polavieja atuava no sentido de tentar evitar discussões acerca do Patronato e da abolição nos espaços públicos. Os *Alcaldes Corregidores* deveriam proibir que nos periódicos aparecessem críticas desfavoráveis à lei e ao regulamento.²⁵ O Governador Geral da Ilha determinou que a censura suprimisse dos discursos pronunciados no Parlamento aquilo que pudesse “perturbar ou refrescar a lembrança de sentimentos e paixões” que haviam sido a origem das guerras e que se recomendasse aos diretores da imprensa da província de Santiago de Cuba, como fora feito em Havana, que aplaudissem o “espírito e caráter da promulgada Lei sobre abolição da escravidão”. Polavieja, “compreendendo que o estado da Ilha e, em especial, da província não consentia tais publicações sem comprometer seu sossego e talvez fossem um obstáculo p[ar]a a pronta e principiada pacificação deste território”, dispôs que “todos os periódicos

²³ Sobre a resistência dos proprietários cubanos às tentativas metropolitanas de limitar o poder senhorial na vigência da escravidão, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²⁴ AGI, Diversos 9-B, *Circular reservada do Comandante Geral Camilo Polavieja aos Alcaldes Corregidores da Província*, Santiago de Cuba, Maio de 1880.

²⁵ AGI, Diversos 9-B, *Circular reservada do Comandante Geral Camilo Polavieja aos Alcaldes Corregidores da Província*, Santiago de Cuba, Maio de 1880.

que passassem pelas oficinas de Correio fossem entregues antes de sua circulação aos respectivos censores, qualquer que fosse sua procedência e cor política que ostentassem”. Um oficial dos que estavam agregados à divisão do Comandante Geral foi encarregado da censura sob suas ordens imediatas.²⁶

Os conflitos no interior das grandes propriedades ganharam especial atenção. O Estado colonial chamava para si a responsabilidade de garantir o trabalho ordeiro e disciplinado nas fazendas. No engenho Montesano, em Guantánamo, vários patrocinados fugiram e houve queixas de que se fornecia pouca comida aos trabalhadores. Polavieja ordenou que a autoridade colonial vigiasse para que fosse dada alimentação adequada aos patrocinados e, no caso do administrador descumprir esta ordem, que a autoridade tomasse uma providência²⁷. Além disto, o Comandante Militar estabeleceu o castigo a ser aplicado aos patrocinados: os fugidos deveriam trabalhar no horário da sesta por um mês e com *grillete* (ferros), justificando ser “necessário que haja muita disciplina nas escravarias das fazendas e esta se obtém fazendo justiça a uns e a outros e sentando a mão a todo o que falte ao que a lei impõe.”²⁸

Apesar dos esforços de Polavieja, conflitos e “desordens” protagonizados por patrocinados continuavam a ocorrer. Segundo Balboa Navarro, diversas fugas e incêndios ocorreram nos canaviais de Cuba no início da década de 1880. Provocar incêndios nas plantações foi uma das formas de resistência adotadas pelos escravos, pelos insurretos e, posteriormente, pelos patrocinados.²⁹ Rebecca Scott revela que havia notícias de que, nos campos de Cuba, escravos ateavam incêndios nos canaviais e vaticinavam: “sem liberdade, não há cana”³⁰. Em Guantánamo, o ponto conhecido por Jamaica era o “centro da riqueza” e o *Alcalde Corregidor* chegou a solicitar ao Comandante Militar da Província que lá o

²⁶ AGI, Diversos 7, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Governador Geral da Ilha*, Santiago de Cuba, 09/03/1880.

²⁷ A gestão dos escravos em Cuba foi marcada pela defesa da soberania doméstica. Antes do Patronato, as tentativas da Espanha de interferir, através de regulamentos sobre o governo dos escravos, na administração dos cativos no interior das plantações foram por vezes frustradas em razão da resistência dos senhores em permitir qualquer tipo de intervenção (BIVAR MARQUESE, *Feitores do corpo...*, cit., p. 207).

²⁸ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda*, Santiago de Cuba, 20/11/1880, fl. 480.

²⁹ BALBOA NAVARRO, *La protesta rural en Cuba...*, cit., p. 30, 42-43.

³⁰ Citado por SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 131.

telégrafo ficasse aberto à noite. O solicitante justificou o pedido alegando que era necessário manter o telégrafo funcionando “pelo bom desejo de não ter que lamentar grandes incêndios” nas fazendas, os quais, ainda que fossem por descuido, se atribuíam a insurretos ou gente de mal viver, “o que faz mal efeito nos mesmos nem sempre sossegados”³¹.

Em Guantánamo, incêndios foram verificados na fazenda *S. Miguel*; o *Alcalde Corregidor* acreditava que “a origem seja mal querer dos mesmos patrocinados da fazenda, unidos a certo descuido ao fumar”³². Houve um incêndio na casa de bagaço do engenho *S. Carlos*³³, outro na linha férrea e mais outro na fazenda *Soledad*. O do engenho *S. Miguel* não foi casual, foi “por vingança de algum patrocinado da mesma fazenda por o terem obrigado a carregar bagaço até hora mais tarde que de costume”; os outros, sim, foram casuais.³⁴ Em um incêndio nos canaviais, as suspeitas recaíram em um patrocinado da fazenda que teria ateado fogo na plantação para se vingar da queixa que fizeram do seu irmão, Zapata.³⁵ O *moreno* Zapata era um ex-escravo que trazia alterada a jurisdição “porque se crê seja o autor de muitos roubos de animais e sementes” e que havia sido remetido para a cidade de Santiago de Cuba.³⁶

A ambiguidade do Patronato e os limites da emancipação gradual em uma região com grande mobilização da gente de cor contra a escravidão eram fatores que contribuíam para o fomento de novas conspirações.

[...] provado até a evidência aquele novo perigo se acentua pela desvantajosa situação dos negros patrocinados, que real e verdadeiramente só mudaram de nome com a última lei sobre a matéria, por não se haver adoçado em nada sua posição de escravos, prevejo que infundidas neles

³¹ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 31/01/1881, fl. 439.

³² AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 11/04/1881, fl. 426.

³³ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 28/01/1881, fl. 436.

³⁴ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Capitão Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 28/01/1881, fl. 436.

³⁵ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Capitão Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 31/01/1881, fl. 439.

³⁶ Zapata não foi para Santiago na condição de preso (AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Capitão Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 21/01/1881, fl. 437).

estranhas esperanças, pelos descontentes ou seus congêneres livres de cor, estamos expostos a combater outra vez e mais fortemente por razão de raça.³⁷

A associação entre patrocinados, livres de cor e insurreição era frequente na região oriental. Polavieja acreditava que, ainda que a maior parte da “gente sensata” do país não estivesse predisposta a participar de uma nova guerra, havia, sem embargo, um grande número de indivíduos que se levantariam em armas à primeira notícia que tivessem da chegada de Antonio Maceo à ilha e “se por desgraça isto suceda seria muito possível que arrastassem consigo a classe de cor residente no campo e em particular aos patrocinados.”³⁸

De fato, no início da década de 1880, há indícios de ter havido participação de alguns patrocinados em atividades conspirativas. Um dos presos em Guantánamo foi “o negro Pablo”, com quem foram encontradas seis cápsulas ocultas no Hospital de Caridade.³⁹ Pablo era patrocinado de Juan Perez Tamayo e trabalhava como cozinheiro do Hospital de Caridade e, segundo informantes, estava “em trato com outros quatro ou seis para ir ao *monte*”; havia ainda outros comprometidos.⁴⁰ Junto aos informes sobre as atitudes suspeitas da gente de cor, chegavam pedidos de destacamentos pelos donos dos cafezais que se queixavam de que “seus *mayorales* viam libertos da primeira guerra tratando de levantar as negradas, oferecendo-lhes que muito em breve viria quem lhes daria a liberdade”⁴¹. Os “libertos da primeira guerra” eram também chamados *convenidos*. O termo *convenido*, utilizado de forma geral para os insurretos da Guerra de Dez Anos perdoados pela Espanha, incluía ex-escravos que conquistaram a liberdade através do Pacto de

³⁷ Polavieja acreditava que só uma constante vigilância no interior, que só se poderia conseguir com um exército de ocupação, exerceria o controle necessário sobre os patrocinados (AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 23/10/1880, p. 101).

³⁸ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral de Cuba*, Santiago de Cuba, 23/02/1881, fl. 188.

³⁹ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880.

⁴⁰ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880, fl. 455; *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 06/12/1880, fl. 451.

⁴¹ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja dirigido Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 10.

Zanjón.⁴² O artigo 3º do Pacto de Zanjón emancipava os colonos asiáticos e os escravos que haviam combatido do lado insurreto: estima-se que este artigo libertou cerca de 16.000 indivíduos⁴³; boa parte deles vivia na região oriental. Os agentes secretos que investigavam os participantes da conspiração em Guantánamo acreditavam que saberiam com segurança quando ocorresse a chegada de Maceo por meio de vários *convenidos*.⁴⁴ Na Guerra Pequena, os *convenidos* já haviam colaborado com os líderes insurgentes de cor.⁴⁵

Em Guantánamo, um *moreno* livre, chamado Poché, também foi preso e algumas pessoas consideradas confiáveis pelas autoridades coloniais intercederam junto ao *Alcalde Corregidor* Moraleda alegando sua inocência: algum inimigo oculto o teria denunciado. Moraleda, por sua vez, transmitiu o testemunho a favor de Poché ao Comandante Militar da Província, Polavieja, que foi irredutível, pois tinha informações de que ele era o responsável por “levantar o vale”. Poché trabalhava como encarregado das obras de carpintaria de seis engenhos da região e circulava de um ponto a outro sem ter um ponto fixo; não dormia em sua casa mais que uma vez por semana.⁴⁶ Polavieja já havia percebido os serviços que Poché, um livre de cor, em contato com muitos patrocinados e trabalhadores de diversas fazendas, com livre circulação, poderia prestar a um projeto de sublevação.

Seis indivíduos foram presos em Yaguas porque “tratavam de sublevar escravos em cafezais”⁴⁷. Um bilhete anônimo de 8 de dezembro de 1880 denunciava as atividades de um recrutador e fazedor de vestidos, que trabalhava na Rua do Gayo e mandava correspondência e aviso quando subia alguma tropa ao *monte*. O acusado teria no povoado “uma quadrilha de escravos para mandá-los ao campo inimigo e incendiar alguns povoados de casario”.⁴⁸ Em Palmas, o principal agente da conspiração era o liberto Manuel Vaillant,

⁴² Sobre *convenidos*, ver: FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 73; também nota 51 do Capítulo 4.

⁴³ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 16; ROBERT, *Slavery and freedom...*, cit., p. 193.

⁴⁴ AGI, Diversos, 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Camilo Polavieja*, 06/12/1880, fl. 449.

⁴⁵ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 73.

⁴⁶ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880, fl. 455.

⁴⁷ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Chefe da Brigada de Songo Salvador Ayuso ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Songo, 10/12/1880, fl. 511.

⁴⁸ AGI, Diversos 8, *Carta anônima dirigida ao Brigadeiro Ayuso*, 08/12/1880, fls. 20, 24.

acusado de presidir reuniões clandestinas em Dos Caminos.⁴⁹ Segundo uma relação detalhada dos suspeitos, Vaillant era um negro *veguero* morador de Yarayabo.⁵⁰

O destino de muitos ex-escravos na jurisdição de Santiago de Cuba era tornar-se *veguero* (cultivador de tabaco), como os livres de cor. Como na conspiração de El Cobre de 1867, os *vegueros* aparecem novamente envolvidos, com posição destacada nas atividades conspirativas. Outro liberto acusado de participar da conspiração foi Victor Duany. O chefe da zona de Santiago de Cuba informou que o branco Modesto Ruiz, *mayoral* de *Bergoña*, protegia cinco malfeitores que atuavam com Victor Duany, “negro de péssimos antecedentes”, também protegido por estancieiros da região que haviam participado das duas últimas guerras. Segundo as denúncias, Modesto Ruiz era o depositário de armas e munições que lhe proporcionavam um funcionário do Hospital e os Bombeiros.⁵¹

Como na conspiração de El Cobre de 1867, escravos/patrocinados, libertos e livres de cor, negros e mulatos, foram apontados como agentes de conspiração. O perfil socioeconômico dos implicados nas duas conspirações é muito parecido. Entre os acusados de 1880, havia *vegueros*, arrendatários, carpinteiros, açougueiros, trabalhadores do campo, trabalhadores por jornal empregados em engenhos, no corte de cana e madeira. Foram acusados, também, um cozinheiro, um escravo que trabalhava em uma padaria etc. Entre os presos, estavam o pardo Francisco Zamora, morador de Santiago de Cuba, que trabalhava em uma *caballería* de terra que havia arrendado na fazenda *San José*, de propriedade de *Dona Agustina Legrin*⁵²; o *moreno* Napoles, de apelido Baracoa, que morava na Rua S. Mateo, em companhia de sua mãe. Este participou da Guerra Grande e capitulou; na Guerra Pequena, foi dos mais “furibundos”, e marchou ao campo com Guillermon Moncada. No dia 12 de novembro de 1880, foi visto disparando tiros no mercado com um pardo

⁴⁹ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 9.

⁵⁰ AGI, Diversos 8, *Relação detalhada dos suspeitos*, s/d, fl. 40.

⁵¹ Brancos, como o *mayoral* Modesto Ruiz (não consta na lista dos deportados), também foram acusados de participar da conspiração. Ver discussão abaixo. AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja dirigido ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 9.

⁵² AGI, Diversos-8, *Nota sobre el moreno Francisco Zamora*, Santiago de Cuba, 11/11/1880, fl. 04.

desconhecido e outros de seu grupo.⁵³ Outro suspeito era Guillermo Perez, que trabalhava no engenho *S. Juan* no corte de cana e madeira.⁵⁴ Os *morenos* Francisco Nápoles e Marcos Medrano, presos e deportados, eram açougueiros.⁵⁵ Pedro Rodriguez, que deveria ser preso em Santiago de Cuba, também era de ofício açougueiro.⁵⁶ Um escravo chamado Salvador, trabalhava em uma padaria.⁵⁷ Segundo os informes que chegavam a Polavieja, os conspiradores contariam ainda com os bombeiros armados e com um funcionário do Hospital Militar para se apoderar das armas dos soldados.⁵⁸

A ordem para a prisão dos suspeitos foi dada no dia 6 de dezembro à noite e, na madrugada do dia 7, começaram as prisões. Dezenas de suspeitos foram presos e a maioria esmagadora era de cor; a maior parte dos presos já tinha participado das duas insurreições anteriores.⁵⁹ Segundo Polavieja, desde que chegara dos Estados Unidos, estava seguindo “passo a passo” uma conspiração que pensava levar a gente de cor que pertencia à Liga Antilhana e era dirigida da Jamaica por Antonio Maceo. A chegada de Maceo era esperada para fins de dezembro ou início de janeiro. Como a situação estava prestes a romper e em vista da possibilidade dos conspiradores se lançarem ao *monte*, Polavieja resolveu agir e em uma mesma noite prendeu os que faziam parte da direção e “os que dela dependiam”⁶⁰. Foram presos e conduzidos à fragata *Almansa* cerca de 212 indivíduos, todos da classe de

⁵³ AGI, Diversos-8, *Nota do Chefe de Polícia ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Santiago de Cuba, 13/11/1880, fl. 8.

⁵⁴ Guillermo Perez não consta na lista dos deportados. AGI, Diversos-8, *Relação e nota do Chefe de Polícia ao Comandante Militar Camilo Polavieja*, Santiago de Cuba, s/d, fl. 46.

⁵⁵ AGI, Diversos-8, *Relação e nota do Chefe de Polícia ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Santiago de Cuba, 18/10/1880, fls. 48; *Relação detalhada dos suspeitos*, Cuba, 13/11/1880, fl. 54.

⁵⁶ AGI, Diversos-8, *Prisões que devem se efetuar em Santiago de Cuba*, Santiago de Cuba, s/d, fl. 55.

⁵⁷ AGI, Diversos-8, *Relação detalhada*, Santiago de Cuba, s/d, fl. 52.

⁵⁸ AGI, Diversos-8, *Relação detalhada*, Santiago de Cuba, s/d, fl. 53.

⁵⁹ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 10, 12-13.

⁶⁰ AGI, Diversos, *Carta do Governador do Departamento Oriental Camilo Polavieja ao Consul da Espanha no Haiti Dn. Manuel Garrido*, Santiago de Cuba, 17/12/1880.

cor, em sua maioria insurretos indultados várias vezes, assim como o Comitê Diretivo.⁶¹ Foram ordenadas 265 prisões.⁶²

O perfil dos suspeitos e dos presos por conspiração de 1880 não diferia muito dos processados na conspiração de 1867, mas havia uma grande diferença: a sociedade cubana, neste momento, passava por um intenso processo de politização e existiam agora também novos espaços para a discussão política da “gente de cor”, como os *casinos* cujos membros foram os principais alvos da repressão.

5.2 OS CASINOS E A CONSPIRAÇÃO

Os *casinos* organizados pela gente de cor em Santiago de Cuba foram acusados de estar no centro da conspiração de 1880 e seus membros foram o alvo privilegiado da repressão. Segundo Howard, em 1880-81, havia poucas sociedades de cor em Santiago de Cuba, que funcionavam com poucos recursos, em geral como centros de recreação, e não representavam ameaça para o poder colonial.⁶³ No entanto, de acordo com um exilado na Espanha, nas prisões efetuadas no início de dezembro, haviam sido recolhidas em Santiago de Cuba cerca de cinquenta pessoas de cor, “artesãos e gente laboriosa, apreciada por todos”, mas, por este motivo, “consideradas influentes por seus perseguidores. Os de Stgo. de Cuba eram, principalmente, membros do *Casino Popular*”⁶⁴. Lucas Mesa, apontado como um personagem central e principal articulador da conspiração, ao que parece, era presidente do *Casino Popular* e muitos dos presos eram sócios do mesmo *casino*.⁶⁵ Um dos

⁶¹ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 6.

⁶² HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 68.

⁶³ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 150-151. Em 1880-1881, o governo geral recebeu dos governadores provinciais relatórios sobre a situação das sociedades de ajuda mútua e serviços que ofereciam.

⁶⁴ ANC, Adquisiciones, maço 22, doc. 1586, *Carta de Benigno Gener a Juan Gualberto Gómez*, Cádiz, 10/01/1881.

⁶⁵ ANC, Adquisiciones, maço 22, doc. 1586, *Carta de Benigno Gener a Juan Gualberto Gómez*, Cádiz, 04/01/1881.

suspeitos, Justo Espeque, era responsável por preparar e servir as bebidas nos dias de reunião do *Casino Pompadour*, em Songo, e foi preso no dia 7 de dezembro de 1880.⁶⁶

Como afirma Maria Del Carmen Barcia, após a Guerra de Dez Anos, construiu-se uma aparência democrática em Cuba e surgiram diversas associações e corporações, sobretudo na década de 1880. Neste período, espanhóis, cubanos, chineses, gente de cor e brancos, a partir de seus grupos de interesse, se organizaram em corporações econômicas, associações esportivas, artísticas, políticas ou profissionais. Muitas destas sociedades eram marcadas pelo caráter racial.⁶⁷

A partir de 1878, houve o reaparecimento de sociedades de ajuda mútua e a formação de novas associações da gente de cor.⁶⁸ Em meio às reformas que aconteciam em Cuba, como a criação de partidos políticos e o direito de representação de cubanos nas Cortes, a Espanha exigiu que os *cabildos* e confrarias fossem transformados em sociedades de instrução e recreio, como as sociedades brancas existentes.⁶⁹ Assim, durante o Patronato, as antigas associações mudaram o nome de *cabildo* para sociedade, mas muitas funcionaram como os *cabildos*, fornecendo os mesmos serviços.⁷⁰ Neste período, embora os *cabildos* não tenham deixado de existir, as sociedades de auxílio mútuo passaram a ser a forma de associação predominante entre os negros⁷¹. Educação, recreação e bem-estar social eram as preocupações destas novas sociedades; algumas apresentavam forte conotação política.⁷² Os *casinos*, “associações de homens de mesmas ideias ou classe”, funcionavam como lugar de reunião e diversão, recreio e como clube.⁷³ Antes da Guerra, a

⁶⁶ AGI, Diversos 8, *Tradução do telegrama cifrado n. 32 do Brigadeiro Ayuso*, Songo, 05/12/1880, fls. 9; *Carta de Manuel Asensio ao Tenente Geral*, 07/12/1880, fl. 15.

⁶⁷ BARCIA, Maria Del Carmen. *Una sociedad en crisis: La Habana a finales del siglo XIX*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000, p. 2, 75, 80, 87, 96, 131.

⁶⁸ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 142. Durante o Patronato, o nome mudou de *cabildo* para sociedade; muitas delas funcionaram como os *cabildos*, fornecendo os mesmos serviços (HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 134-135).

⁶⁹ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 49.

⁷⁰ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 134-135.

⁷¹ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 270.

⁷² SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 271.

⁷³ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 15.

participação em *casinos* estava restrita a espanhóis e crioulos brancos; após a contenda, se estendeu aos membros da população de cor.⁷⁴

Em 1879, negros e pardos da cidade de Santiago de Cuba fundaram o *Casino de Santiago de Cuba*.⁷⁵ Membros do *Casino Popular* de Santiago de Cuba organizaram, em junho de 1879, uma função no dia de corpus. Segundo a descrição de um observador, às 10:00h, foi servido um suculento café da manhã com uma variedade de manjares; depois de alguns momentos de descanso, harmônicas danças foram executadas ao som da orquestra de Lino Boza; às quinze, a comissão encarregada da festa convidou a todos para que passassem a se refrescar em outro espaço, onde encontraram uma mesa esplêndida com doces, cerveja, licores... Continuou o baile e, no intermédio da penúltima dança, o Sr. Renjifo leu uma carta publicada no número 2 do periódico *La Fraternidad*, em Havana, dedicada às mulheres de cor em Cuba.

Na década de 1880, junto à formação de novas sociedades, houve uma proliferação de revistas e jornais escritos por negros e mulatos e direcionados à raça de cor⁷⁶: o jornal *La Fraternidad* foi fundado em abril de 1879 pelo periodista Juan Gualberto Gómez⁷⁷; o periódico, que se intitulava *Diario general para la defensa de la raza de color en Cuba*, se tornou um importante instrumento contra a discriminação racial: em suas páginas se liam denúncias de discriminações sofridas por negros e mulatos, cartas de pessoas de cor que contavam seus infortúnios e experiências e petições ao governo para que pusesse fim à separação de negros e brancos em parques, restaurantes, empregos, centros de instrução etc.⁷⁸ Um dos objetivos da imprensa negra, neste período, era promover uma

⁷⁴ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 16.

⁷⁵ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 62.

⁷⁶ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 271.

⁷⁷ Juan Gualberto Gómez, filho de escravos, tornou-se um importante intelectual, fundou diversas Associações de Instrução e Recreio para pardos e *morenos* e militou contra a escravidão, a discriminação racial e o domínio espanhol em Cuba. Em 1887, fundará o *Directorio Central de la Raza de Color* (HEVIA LANIER, Oilda. *Reflexionando en torno al 98: Juan Gualberto Gómez y la raza de color de Cuba (1878-1898)*. In: INSTITUTO DE HISTORIA DE CUBA, La Habana, p. 2).

⁷⁸ HEVIA LANIER, *Reflexionando en torno al 98...*, cit.

imagem da mulher de cor equiparando-a à branca, desfazendo os estereótipos raciais.⁷⁹ A leitura no *casino* de um artigo dedicado às mulheres de cor respondia a este anseio.

O ritual do *Casino* de Santiago de Cuba revela a importância e o alcance destes jornais. A leitura coletiva permitia o acesso ao conteúdo aos iletrados, que era a maioria da população de cor. Várias sociedades publicavam periódicos; este foi um tempo de florescimento da imprensa negra em Cuba.⁸⁰ Os periódicos e revistas permitiram aos grupos populares divulgar possibilidades de ação, publicizar os seus problemas e reclamar direitos; as sociedades negras e mestiças, além de apontar os caminhos legais contra a discriminação racial, indicavam as vias de ascensão social, sobretudo através da educação.⁸¹

As novas sociedades de ajuda mútua eram diferentes dos *cabildos* da primeira metade do século: enquanto os *cabildos* enfatizavam os costumes e a herança africana dos seus membros, as novas sociedades advogavam a integração completa na vida cubana.⁸² União e fraternidade, integração e instrução eram objetivos de muitas destas associações. Howard ressalta que, no pós-guerra, havia uma tendência entre a população de cor, sobretudo crioulos, a “se dissociar de organizações dos seus pais africanos a fim de estabelecer outros grupos que facilitarão sua integração na sociedade colonial”.⁸³

Alguns *casinos* se tornaram importantes espaços de discussão política. Dois acusados da conspiração de 1880 tinham feito parte dos Corpos de Voluntários nas duas guerras anticoloniais e prestaram serviços de informação importantes aos espanhóis. Após a Guerra de Dez Anos, afastaram-se do primeiro *Casino*, porque não gostaram da atitude do presidente Juan Renaud, “pois os discursos ali pronunciados por alguns homens brancos (hoje deportados) lhes faziam suspeitar tendências políticas”. Quando eclodiu a Guerra

⁷⁹ HEVIA LANIER, *Reflexionando en torno al 98...*, cit.

⁸⁰ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 67.

⁸¹ BARCIA, Maria del Carmen. La sociabilidad de las capas populares en la conformación de una sociedad moderna. Cuba (1880-1930). In: CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO DE LA CULTURA CUBANA JUAN MARINELLO; University of Michigan. Program in Latin American and Caribbean Studies. *Historia y memoria: sociedad, cultura y vida cotidiana en Cuba, 1878-1917*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2003, p. 265-280.

⁸² HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 133.

⁸³ HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 152.

Pequena, em agosto de 1879, suas suspeitas foram confirmadas. Estes informaram, também, que quando foi formado o *Casino dos Morenos*, várias reuniões foram celebradas com a correspondente autorização e, em algumas delas, estiveram presentes *Don Juan Bernardo Bravo*, *Don Manuel de Jesus Perez* e outro estranho à localidade que pronunciavam discursos que eram “puramente democráticos e portanto alarmantes”⁸⁴. A gente de cor, muitas vezes em aliança com brancos, utilizava os *casinos* para se organizar e mobilizar politicamente e estes passaram a representar espaços de debate político da classe de cor. Segundo Polavieja, “as sociedades de recreação instituídas por pessoas de cor conspiravam dia e noite”.⁸⁵

Os *casinos* eram vistos pelas autoridades coloniais como perigosos espaços de discussões políticas da classe de cor. Segundo Howard, “em razão da ameaça representada pelos *cabildos* no passado, na última metade do século XIX, as sociedades de ajuda mútua tornaram-se mais estreitamente vigiadas, supervisionadas e monitoradas”⁸⁶. As sociedades deviam solicitar permissão para funcionamento às autoridades coloniais que era dada pelo Governo Civil da Província.⁸⁷

No final de 1878, vários artesãos de Guantánamo solicitaram autorização para instalar uma Sociedade Instrutiva e Recreativa denominada *Casino Popular de Artesanos*.⁸⁸ O caráter do *casino* era a associação por ofício; os sócios eram, “na sua generalidade”, artesãos.⁸⁹ Não havia, aparentemente, corte racial. O *Alcalde Corregidor* de Guantánamo, em setembro de 1879, solicitou do Governador Civil da província o cancelamento da autorização para o funcionamento do *Casino Popular* alegando que não considerava conveniente, dadas as excepcionais circunstâncias por que atravessava a província e, em especial, a jurisdição, a continuação da Sociedade pois “todos ou a maior parte dos indivíduos que compõem a dita Sociedade são de cor, e que no Regulamento desta não há

⁸⁴ AGI, Diversos 8, *Nota*, s/d, fl. 58.

⁸⁵ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 272.

⁸⁶ HOWARD, *Changing History...*, cit., p. 97.

⁸⁷ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 65.

⁸⁸ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 04/11/1878.

⁸⁹ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 04/11/1878.

nenhum artigo que proíba as discussões políticas”⁹⁰. Ao que parece, todos os 168 indivíduos listados como membros do *casino* eram de cor. Nenhum nome foi precedido pelo pronome *Don*, designativo da cor branca; na relação dos sócios, também não havia distinção entre negros e mulatos. A direção do *casino*, por sua vez, era composta só por pardos.⁹¹ O Governador Civil da Província informou não ser possível, devido a razões políticas, cancelar a autorização para o funcionamento do *Casino* e solicitou informações sobre a conduta e antecedentes de cada membro da Junta Diretiva da Sociedade.⁹²

Um dos membros do Conselho Diretivo do *Casino* era Patrocínio Salondrí. Apesar de não haver provas de sua participação nas guerras anticoloniais, ele era amigo dos revoltosos e, acreditava-se, não “mira bem aos de cor branca”. O vice-secretário Luis Portes já havia sido preso por suspeita de inconfidência em 1875. O Diretor Silvestre Minot “passou por enfermo aos Estados Unidos depois de haver estado comissionado pela Meia Brigada para reduzir revoltosos no campo nos sucessos atuais”; era de público domínio que, em sua casa, havia reuniões de revoltosos. A Junta Diretiva do *casino* possuía nove membros e 1/3 deles tinha ou teve alguma conexão com atividades políticas ligadas à insurreição.⁹³ Estava em curso um intenso processo de politização da gente de cor.

O Governo, então, adicionou ao Regulamento o seguinte texto: “ficando proibidas em absoluto, tanto nas ditas Juntas como fora delas, as discussões sobre assuntos políticos”⁹⁴. A adição ao Regulamento de um artigo proibindo todo debate político público

⁹⁰ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Correspondência do Alcalde Corregidor de Guantánamo ao Governador Civil da Província em Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 27/09/1879.

⁹¹ ANC, GG, maço 2655, doc. 2, *Relación conceptuada de los individuos pardos que componen la Directiva del “Casino Popular de Artesanos” de Guantánamo*, Guantánamo, 28/10/1878.

⁹² AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Correspondência do Alcalde Corregidor de Guantánamo ao Governador Civil da Província em Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 27/09/1879.

⁹³ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Relación conceptuada de los individuos pardos que componen la Directiva del “Casino Popular de Artesanos” de Guantánamo em Cassino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 16/10/1879.

⁹⁴ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Relación conceptuada de los individuos pardos que componen la Directiva del “Casino Popular de Artesanos” de Guantánamo em Cassino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 16/10/1879.

ou privado entre os sócios dentro do *Casino* não era um procedimento excepcional.⁹⁵ O Governador Civil da Província tinha a prerrogativa de sugerir alterações nos Regulamentos das Sociedades e, além disto, para cada atividade da Sociedade, como já dito, era necessária uma autorização e, em cada reunião, devia estar presente um representante do governo colonial.⁹⁶ Aqui operava a lógica da suspeição sobre as organizações negras e a tentativa de evitar, a todo custo, atividades políticas da gente de cor.

A maçonaria, que chegou em Santiago de Cuba no início do século XIX através dos migrantes franceses procedentes da ex-colônia francesa de Santo Domingo, também era alvo de suspeitas.⁹⁷ Como visto no Capítulo 4, em 1868, as lojas maçônicas do Oriente tinham se tornado centros de rebelião e desempenharam um importante papel nas lutas independentistas.⁹⁸ Uma rede nacional de lojas maçônicas foi criada a partir do Grande Oriente de Cuba e as Antilhas, fundada em Santiago de Cuba em 1862; nestas lojas se gestou a guerra de 1868 e foi iniciada grande parte dos que começaram o movimento pela independência.⁹⁹ Sua origem foi marcada por um sentido patriótico e de reforma social.¹⁰⁰ Diferentemente da maçonaria de Colón, também de Santiago de Cuba, que não admitia ninguém que não fosse considerado branco, o Grande Oriente de Cuba e as Antilhas criticava a “tendência elitista da maçonaria norte-americana” e declarava seu caráter “racionalista, iluminista, liberal, democrático, anticlerical, solidário internacionalmente, defensor do ensino não religioso, deísta e, sobretudo, patriota”. Seu lema era o ideário francês de Liberdade, Igualdade, Fraternidade.¹⁰¹

⁹⁵ AHPSC, Governo Provincial, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Correspondência do Alcalde Corregidor de Guantánamo ao Governador Civil da Província em Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 27/09/1879.

⁹⁶ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 65-66.

⁹⁷ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 74. A migração dos franceses que fugiram do Haiti após a revolução foi responsável pelas primeiras lojas maçônicas em Cuba (TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 40).

⁹⁸ Lojas maçônicas em Bayamo, Manzanillo, Holguín e Santiago de Cuba. HOWARD, *Changing History...*, cit., p. 101-102; ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 73.

⁹⁹ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 60, 84-130.

¹⁰⁰ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 57-58.

¹⁰¹ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 57, 59-60, 111.

Antonio Maceo foi iniciado em uma destas lojas, antes do início da guerra de 1868, pelo seu padrinho branco Manuel Ascencio.¹⁰² O discurso das lojas do Grande Oriente deve ter exercido um forte poder de atração para os negros, pois esta se propunha a ser uma organização secreta que reunisse todos os opositores do regime colonial predispostos a construir “uma sociedade nova de homens livres”. Este setor da maçonaria fazia a condenação e o ataque direto à escravidão, defendia que o “trabalho deve ser inteiramente livre” e afirmava que todos os homens são livres e iguais e que o homem forja o seu próprio destino, não Deus.¹⁰³

Apesar da dissolução do Grande Oriente e as Antilhas, logo no começo da guerra de independência (em 1868)¹⁰⁴, as autoridades coloniais acreditavam que vários dos presos de 1880 pertenciam a esta loja maçônica.¹⁰⁵ A conversa de dois negros que combinavam se encontrar à noite na *logia de occidente* também colocou a Loja Maçônica do Ocidente sob vigilância e suspeição.¹⁰⁶ Polavieja foi informado de que estavam ocorrendo reuniões maçônicas cujo programa era a união de todos contra a Espanha, sendo um dos fundamentos principais a “igualdade de condições de cor”; o centro e o chefe estavam em Nova Iorque e pretendiam estabelecer uma loja em cada povoado.¹⁰⁷ No pós-Guerra Grande, há notícias de vários negros e mulatos fazendo parte de lojas maçônicas.¹⁰⁸ Alguns maçons de cor, segundo Montejo Arrechea, também participavam como membros de sociedades de instrução e recreio.¹⁰⁹

¹⁰² TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 93.

¹⁰³ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 92, 112, 114.

¹⁰⁴ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 124.

¹⁰⁵ No ano de 1877, o *maestro* recrutou vários *artesãos* para participar da maçonaria *El Oriente de Cuba e as Antillas* (AGI, Diversos 8, *Nota*, s/d, fl. 58).

¹⁰⁶ AGI, Diversos 8, *Volante*, s/d, fl. 14.

¹⁰⁷ O agente espanhol informou que um *yankee* que residia em Havana e que havia participado de uma das sessões de homens, disse ter visto cavaleiros sentados entre negros e mulatos fraternizando. Segundo o mesmo agente, “essa enfermidade se cura à força de paus” (*Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja Capitão Geral remetendo carta de agente secreto datada de 10/12/1880 em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 21/12/1880, p. 44-48).

¹⁰⁸ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 75.

¹⁰⁹ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 73-80. Uma carta enviada por Polavieja para Moraleda foi extraviada e Moraleda suspeitava que algum oficial ou escrevente do município a tivesse extraviado. Suas suspeitas se fundavam no fato de que todos eles eram

No caso das supostas conspirações da gente de cor do final de 1880 e início de 1881, os *casinos* estavam no centro das suspeitas. Segundo um artigo publicado no jornal *La Epoca* por alguém que se disse testemunha dos eventos que iria narrar, no Departamento Oriental, a raça de cor vinha há algum tempo apresentando “certo antagonismo”. A classe negra teria se separado ostensivamente do núcleo formado pelos mulatos, empunhado a bandeira da Liga Antilhana e se aproximado do partido conservador. Mas tudo não teria passado de dissimulação.

Como era necessário que esse ardil simulasse todos os atributos de uma franca espontaneidade, começou por criar *Casinos* e centros de reunião, cuidando sempre de nomear sócios honorários aos peninsulares mais caracterizados, e notavelmente aos que exerciam autoridade ou figuravam com postos de importância na esfera oficial. [...] O elemento mulato, menos robusto em número e coesão, procedeu de um modo contrário estabelecendo suas bancas ao lado dos naturais do país e determinando suas tendências em certo sentido. [...] Assim as coisas, uma e outra agrupação começaram a desenvolver sua política com a engenhosa consigna de se hostilizar na forma para imprimir mais unidade e força a seu centro de ação [...]¹¹⁰

A essa altura, negros e mulatos, embora em muitos espaços separados e sem abrir mão do atributo da cor, já vinham, em alguns momentos, acionando uma identidade racial mais ampla, agrupando-se em torno da raça de cor. Posteriormente, já no final de década de 1880, apesar de existirem sociedades que recrutavam exclusivamente pardos ou negros, a maioria das associações defendia a união de negros e mulatos na raça de cor e utilizavam nomes como *La Armonía*, *La Unión*, *La Concordia* ou *La Fraternidad* para expressar a unidade entre negros e mulatos e a integração destes na sociedade cubana em geral.¹¹¹ Esta política incomodava, profundamente, as elites crioulas e as autoridades coloniais. Os espanhóis temiam que a aproximação entre negros e mulatos fortalecesse o movimento independentista.¹¹²

maçons. AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 31/01/1881, fl. 439.

¹¹⁰ AGI, Diversos, *La Epoca*, 15/12/1880.

¹¹¹ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 41.

¹¹² ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 62. SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 271.

No final da década de 1870 e início de 1880, os *casinos* estavam se tornando importantes espaços de formação de identidade racial e de superação das clivagens de cor.¹¹³ Um discurso pronunciado na reunião do *Casino Popular* de Santiago de Cuba, em junho de 1879, revela os esforços de seus membros para fazer do *casino* um espaço de integração entre negros e mulatos, todos pertencentes à mesma raça:

Continuemos, marchemos adiante em nosso propósito; amalgamemos aquilo que tão mal se dividiu; a cada um toca colocar a pedra para edificar a elevada torre; não como a de Babel, a que não se pôde dar fim pela confusão de línguas entre seus operários; e sim aquela em cujo cume se há de colocar o farol luminoso com suas radiantes centelhas para que dissipe as trevas e difunda luz por todos os espaços em que desgraçadamente pousa a ignorância. – Já é tempo de nos despojarmos dessa vã preocupação, que até agora vinha separando o irmão da irmã, a mãe do filho e aos parentes e amigos entre si. Rasguemos esse véu tenebroso, que dá margem a essas dissidências contínuas em nossa sociedade, que significam ignorância e egoísmo, que é a origem dos males que nos assediam constantemente. [...] E vós, caros amigos, que compondes a mais seleta e entusiasta juventude da minha raça, lhes recomendo muito encarecidamente que contribua por todos os meios que estejam a vosso alcance em chamar ao seio de nossa sociedade e instruir aos que jazem nas trevas e ávidos de mesquinhas e velhas preocupações: enfim, senhores, minhas maiores aspirações se reduzem unicamente a que ‘União e Fraternidade’ seja um pensamento; que do ideal passe de fato à realidade [...].¹¹⁴

Apesar dos esforços de unidade da raça de cor, as diferenças entre pardos e negros subsistiam. Cerca de um ano depois, uma divergência levou à divisão deste *casino* em duas sociedades. O motivo da cisão foi a realização de um baile para o qual os negros não foram convidados.¹¹⁵ As autoridades coloniais intervieram diretamente no caso, amplificando as tensões e investindo no aprofundamento do conflito.¹¹⁶ Apesar desta experiência malograda, neste período, “muitas das novas Associações de Instrução e Recreio rejeitavam publicamente a distinção pardo/*moreno*, e se consideravam

¹¹³ Já em 1837, segundo Montejo Arrechea, a Confraria do Rosario admitia pardos e *morenos*, em uma tentativa de agrupar pardos e negros em uma mesma corporação, mas esta prática era, na época, proibida (*Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 25).

¹¹⁴ BNJM, *La Bandera Española*, 18/06/1879.

¹¹⁵ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 271.

¹¹⁶ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 62.

representantes de uma mais ampla classe de cor”¹¹⁷. Estava em curso a formação da identidade racial que, no futuro, daria lugar à criação de um Diretório Central das Sociedades da Raça de Cor.¹¹⁸

5.3 POLÍTICA, RAÇA E REPRESSÃO

Há dúvidas se, de fato, existiu uma conspiração em Santiago de Cuba em 1880, mas a participação de negros em atividades conspirativas era evidente. As suspeitas do governo colonial sobre os livres de cor se fundavam em uma longa história de participação destes em conspirações. Em Santiago de Cuba e Guantánamo, áreas em que a população de cor tinha um peso demográfico maior, toda atividade política dos negros e mulatos se tornou motivo de suspeição.¹¹⁹

Há pistas que indicam o protagonismo e a presença dos negros de Santiago de Cuba nas atividades políticas e conspirativas no início da década de 1880. Houve denúncia de que, em uma casa imediata ao *paseo de la Concha*, houve uma reunião de negros para tratar de novos levantamentos, com previsão de voltarem a se reunir em três ou quatro dias.¹²⁰ Em Sagua, havia notícias de que, no dia de Natal, se reuniriam “todos os ind[ivíduo]s de cor de maus antecedentes com objeto de cear reunidos”¹²¹. As atividades dos livres de cor eram seguidas de perto pelo Comandante Militar Camilo Polavieja.

Polavieja contava com uma extensa rede de informantes e agentes secretos que atuavam dentro e fora de Cuba e mantinha contatos regulares com os cônsules espanhóis nos Estados Unidos, Haiti e Santo Tomás. Entre seus métodos, destacam-se a interceptação de correspondência dos insurretos e a “contratação” de agentes duplos que fingiam

¹¹⁷ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 272.

¹¹⁸ O Diretório Central da Sociedade da Raça de Cor foi criado em 1887 (ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 9, 81-92).

¹¹⁹ Para Howard, as suspeitas sobre os cabildos também se explicavam pelo papel que estes haviam desempenhado em conspirações anteriores e pela presença demográfica dos negros na ilha (*Changing History...*, cit., p. 83).

¹²⁰ AGI, Diversos 8, *Carta de D. José G. Aldave ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, s/d, fl. 65.

¹²¹ AGI, Diversos 8, *Carta de De Dn. Pedro Pin ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Mayari, 31/12/1880, fl. 494.

conspirar com os rebeldes para se inteirar de todas as movimentações.¹²² Polavieja comandava a província de Santiago de Cuba desde junho de 1879 e se considerava o responsável por derrotar a Guerra Pequena que, como vimos, foi marcada por grande presença da população de cor. No começo da carreira, entre 1859-1860, Polavieja servira na Guerra entre Espanha e Marrocos sob ordens de outro espanhol, Leopoldo O'Donnell, que, em 1844, foi responsável pela maior repressão desencadeada contra escravos e livres de cor na ilha (*La Escalera*).¹²³ As histórias de conspirações e sublevações dos negros lhe eram bem conhecidas. Além disso, ele estava presente no Protesto de Baraguá, quando Maceo e outros líderes de cor se recusaram a aceitar o Pacto de Zanjón e informaram que continuariam as hostilidades contra a Espanha.¹²⁴

Meses antes das prisões, Polavieja já havia manifestado a sua preocupação com a gente de cor. Segundo ele, o espírito da gente de cor, no Departamento Oriental, com raras exceções, não inspirava grande confiança: “estes homens sonham com uma ideia tenaz que jamais se lhes havia ocorrido até que a insurreição veio a dar-lhe corpo e vida”. A Guerra de Dez Anos permitiu à classe de cor ocupar espaços que antes lhes eram vedados. Além da presença no exército e da projeção de lideranças negras e mulatas, durante a insurreição, nas cidades ocupadas pelos rebeldes (Bayamo e Jiguaní, por exemplo) homens de cor foram indicados para ocupar postos municipais. Como afirma Ada Ferrer, a “rebelião deu forma concreta à ideia de igualdade racial”.¹²⁵ Esta é a “ideia tenaz” da “gente de cor” a que se refere Polavieja: o questionamento às hierarquias raciais. Por isto, segundo o militar, naquele momento, os espanhóis teriam de recorrer novamente às armas se se deixasse crescer a “ideia que alimentam os negros, como questão de raça”.¹²⁶

O que o Comandante Militar queria dizer com “questão de raça”? A raça de cor de Santiago de Cuba era percebida pelas autoridades coloniais como a responsável por

¹²² Citado por FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., v. I, p. 13.

¹²³ A atuação de Polavieja nas Filipinas, anos depois, pode ser lida em: ANDERSON, Benedict Richard O' Gorman. *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. London; New York: Verso, 2005, p. 160-164.

¹²⁴ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Guerra de los 10 años...*, cit., t. 2. p. 368.

¹²⁵ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 37.

¹²⁶ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 13/10/1880, p. 100.

imprimir nos conflitos anticoloniais em Cuba um tom racial. No início de 1881, em Cienfuegos, a escravaria do engenho *Carolina* composta por mais ou menos 200 indivíduos se amotinou ao grito de “Morrão os brancos!” Segundo o Governador Geral Ramón Blanco, havia “motivos para crer que a atitude da referida escravaria foi promovida por sugestões de negros de Santiago de Cuba, partidários de Maceo”, já que havia notícias da presença de agentes secretos dos conspiradores de Santiago de Cuba naquela jurisdição e porque “tomaram por pretexto [da rebelião] o ódio de raça, sentimento que afortunadamente rara vez se manifestou entre os negros das escravarias”¹²⁷.

Por outro lado, a interpretação dos conflitos pelo viés racial não era comportamento exclusivo de algumas autoridades coloniais; estava presente também em membros da classe de cor engajados na luta contra o domínio espanhol. Em um episódio na Jamaica, partidários de Maceo que lá residiam se reuniram, no dia 9, em um dos clubes frequentados por haitianos “e depois de algumas bebidas, saíram em grupos pelas ruas gritando desafortadamente que logo iriam a Cuba e não deixariam uma só cabeça de branco”. Vários deles foram contidos pelos companheiros menos ébrios e levados às suas casas. Segundo informações obtidas pelo Cônsul Espanhol na Jamaica, Maceo teria “desaprovado tão desnecessário alarde; não por virtude senão porque em realidade disse que isso só contribui a comprometer sua causa”¹²⁸.

Em uma carta anônima endereçada a um traidor branco da conspiração, um pardo dizia que: “se toda nossa gente fosse como eu, que não posso ver a nenhum branco, já toda Cuba seria nossa”. O receptor da carta, além de receber vários insultos e ofensas a si e a sua família, foi acusado de ser usurpador e explorador da gente de cor e foi comparado a Antonio Saco, que, segundo o autor da carta, queria vantagens para os “branquinhos” e nenhum direito para os negros.¹²⁹ A missiva, assinada por um “artesão e admirador de Maceo”, que se definia como “pardinho”, revela outra faceta das tensões raciais do lado insurreto e uma percepção diferente do projeto de fraternidade sem alusão à raça que se

¹²⁷ AHN, Governo, maço 4801, *Revista Decenal Ramón Blanco*, Havana, 15/05/1881.

¹²⁸ AGI, Diversos 8, *Carta do Cônsul da Espanha em Kinsgton ao Governador de Santiago de Cuba Camilo Polavieja*, Kinsgton, 14/04/1881, fl. 653.

¹²⁹ AHN, Ultramar, Governo, maço 4801, *Carta a Manuel Arango*, 05/05/1882. Para Saco, a nacionalidade cubana era “formada pela raça branca, que só se eleva a pouco mais de 400.000 indivíduos” (CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 133).

pretendia construir.¹³⁰ Em outra carta, também assinada por “um artesão e admirador de Maceo”, se dizia que “a gente de cor é a única que pode fazer a independência de Cuba” e que “a nova guerra será casa de negros e mulatos”¹³¹. Entre as evidências das atividades conspirativas de 1880, constava que, no dia 2, pela noite, o negro Andrés Ciria disse no armazém do povoado ao atendente branco: “Não está longe o dia em que os negros se comam aos brancos”¹³².

O escrivão de Santiago de Cuba, Pedro Secundino Silva, foi averiguado e acusado pelo Cônsul espanhol no Haiti de estar em relações com os insurretos tanto do Haiti quanto da *manígua* (territórios rebeldes em Cuba) e foi considerado sumamente perigoso; os termos que usava eram “dos mais indecorosos e terríveis referindo-se a todo que é espanhol”. Em uma carta dirigida a um mulato, o escrivão teria dito: “Nós devemos fazer todos os sacrifícios para redimir nossos irmãos africanos, pois por nossas veias corre o mesmo sangue”¹³³.

O tratamento de irmão entre os insurretos não era novidade; foi forjado na Guerra de Dez Anos e na formação do exército multirracial. Ao proclamar seu compromisso com o ideal de uma cidadania inclusiva, alguns rebeldes afirmaram: “Todos os homens são nossos irmãos, seja qual for a cor da sua pele, seja qual for a sua raça.”¹³⁴ Além disto, o tratamento de irmão fazia parte do repertório da maçonaria, à qual, como vimos, vários líderes independentistas pertenciam, e foi usado durante todo o processo conspirativo da Grande Guerra.¹³⁵ Um dos juramentos da maçonaria Grande Oriente incluía: “Juro e prometo defender o bem público, tomar aos oprimidos por irmãos e os

¹³⁰ AHN, Ultramar, Governo, maço 4801, *Carta a Manuel Arango*, 05/05/1882.

¹³¹ AHN, Ultramar, Governo, maço 4801, *Carta de “um artesano y admirador de Maceo” a Manuel Arango, traïdor da conspiração*, Haiti, 10/05/1882.

¹³² AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral ao Capitão geral remetendo carta de agente secreto datada de 10/12/1880 em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 21/12/1880, p. 45-48.

¹³³ AGI, Diversos 8, *Carta do Cônsul da Espanha no Haiti ao Governador da Província de Santiago de Cuba*, Porto Príncipe, 11/03/1880, fl. 142.

¹³⁴ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 38. Manuel Quesada, um General em Porto Príncipe parecia também referir-se aos negros como irmãos carnais (FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., cap. 1, nota 86).

¹³⁵ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 96.

opressores por inimigos...”¹³⁶ Um dos indícios que chamou a atenção das autoridades coloniais em 1880 é que a gente de cor começou “a se chamar uns aos outros irmãos; distintivo de guerra que usaram a vez passada”¹³⁷. Em uma carta assinada por J. Castillo está escrito: “minhas gratas saudações a todos os irmãos que estão nessa”¹³⁸.

O interessante é que o Cônsul Espanhol no Haiti, ao comentar a carta de Pedro Secundino Silva se disse confuso, pois, conforme suas palavras, “não lhe parece possível que um escrivão seja negro ou mulato”¹³⁹. Secundino Silva devia ser do tipo pardo bem claro que, em algumas situações, lograva “passar por branco”. Em uma relação de pessoas que tomaram parte nas primeira e segunda insurreições de Cuba, Pedro Secundino foi descrito como branco e teve seu nome precedido pelo pronome *Don*, designativo da cor branca.¹⁴⁰ Mas, na carta a um mulato, Secundino Silva reafirmou seu compromisso de redimir os “irmãos africanos”, pois por suas veias corria o mesmo sangue.

A ideia de fraternidade, aqui, ganha novos significados: refere-se ao compartilhamento de uma origem comum, a se perceber como filhos do mesmo tronco. Uma carta de Mayol endereçada a Lucas Mesa começa com *querido h.* (de *hermano*, irmão) e termina com: “muito cuidado e que Deus proteja nosso propósito para o bem da nossa raça”¹⁴¹. O princípio da fraternidade, presente entre os rebeldes da Guerra de Dez Anos, parecia, agora, estar sendo ressignificado, incorporando o elemento racial. Ao lado da construção de um sentimento de fraternidade que unia brancos e negros contra o domínio colonial, formava-se, paralelamente, a aproximação de negros e mulatos e a identidade da “raça de cor”.

As prisões de dezembro de 1880 atingiram, indistintamente, negros e mulatos. Segundo as autoridades coloniais, os dois grupos estavam agindo juntos na conspiração. Como vimos no início deste capítulo, para as autoridades coloniais, negros e mulatos

¹³⁶ Citado por TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 121-122.

¹³⁷ AGI, Diversos 8, *Nota de D. Manuel Asensio*, s/d, fl. 56.

¹³⁸ AGI, Diversos 8, *Carta de J. Castillo dirigida a Pablo Mallol*, Santiago de Cuba, dez. de 1880, fl. 179.

¹³⁹ AGI, Diversos 8, *Carta do Cônsul da Espanha no Haiti ao Governador da Província de Santiago de Cuba*, Porto Príncipe, 11/03/1880, fl. 142.

¹⁴⁰ AGI, Diversos, *Antecedentes de pessoas que tomaram parte nas insurreições primeira e segunda da ilha de Cuba*, fl. 436.

¹⁴¹ AGI, Diversos 8, *Carta de Mayol dirigida a Lucas Mesa*, Jamaica, 13/12/1880, fl. 168.

estariam simulando distanciamento, mas esta separação, no entanto, era aparente, porque a união entre eles sempre teria existido.¹⁴² Esta unidade, soava muito natural em 1880, mas nem sempre fora assim. Treze anos antes, Manuel Betancourt, negro, líder da conspiração de El Cobre de 1867, provocara estranheza ao se dirigir a um pardo como se fosse de sua classe¹⁴³. Foi no curso das guerras anticoloniais, sobretudo da Guerra Pequena, que as clivagens entre negros e mulatos se tornaram mais frágeis, permitindo a mobilização política em torno da “raça de cor”¹⁴⁴. Em paralelo à organização de frentes inter-raciais na luta independentista, forjava-se a construção de uma nova identidade racial dos não-brancos e a crescente autoidentificação de pardos e negros como raça de cor.

5.3.1 A Liga Antilhana

Para justificar mais de duzentas prisões de livres de cor, o Comandante Militar Camilo Polavieja recorreu ao velho argumento da ameaça de guerra racial, difundindo a ideia de que a raça de cor se preparava para se levantar em uma guerra de raças contra os brancos, na chegada de Maceo à província. Antonio Maceo estaria à frente do movimento, dando a este “o caráter de guerra de raça com objetivo de chamar a si a boa e honrada população de cor, que tem sido e segue sendo leal”¹⁴⁵. As autoridades coloniais usaram imagens raciais e o discurso da guerra racial para questionar a insurreição nacionalista.¹⁴⁶ Polavieja era um político hábil em manipular o medo do “perigo negro” para tentar esvaziar as conspirações anticoloniais e garantir o domínio espanhol em Cuba. Como já alertou Aline Helg, este estadista expressa bem a política espanhola de estimular o temor dos

¹⁴² AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 7.

¹⁴³ Ver Capítulo 3.

¹⁴⁴ Para Ada Ferrer, uma poderosa retórica antirracista floresceu durante a Guerra de Dez Anos e se tornou mais dominante entre 1880, com a instituição do Patronato, e a terceira guerra, que começou em 1895 (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 3).

¹⁴⁵ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja dirigido desde Cuba ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 6.

¹⁴⁶ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 49.

negros.¹⁴⁷ Recorria-se, assim, mais uma vez, à velha tática espanhola de caracterizar os movimentos anticoloniais como tentativas de guerra racial.¹⁴⁸

Polavieja foi informado de que brancos conspiravam ao lado dos negros e mulatos. Um informante que enviava notícias de Kingston, Jamaica, lhe escreveu afirmando:

Como já hoje é necessário ocupar-se da Ilha de um modo tal que as gentes de cor não possam em nenhum tempo ameaçar os brancos, me apresso a participar a V.E. como ainda o mulato Maceo quer perturbar a Ilha, o que não logrará porque aqui os brancos o seguimos passo a passo. Para essa saiu daqui um Colás na passada viagem, que era o secretário de Maceo, levou papéis dele com a ideia de atrair alguns de cor; muito estranho que um pícaro branco se ocupe em favor dos mulatos contra os da sua cor. [...] Maceo se crê um Bolívar e há oferecido àqueles por sua cooperação os primeiros postos em seu governo, que com o favor de Deus, a união de brancos peninsulares e insulares e as medidas de progresso e bom governo, nada em nunca logrará. [...] Colás [...] é partidário dos de cor porque quer vingar o enforcamento de seu pai. [...] Lhe dou o fio, Senhor General, tenha cuidado, daqui a Porto Príncipe, Haiti, estão trabalhando os de cor, e alguns brancos os ajudam.¹⁴⁹

Polavieja admitiu que existiam brancos na conspiração, mas decidiu não atingi-los. O Comandante Militar sabia que existiam duas grandes questões em jogo: a luta contra o domínio colonial espanhol, que mobilizava muitos brancos, e o problema não completamente sanado com o Patronato, a escravidão ou, como se chamava em Cuba, na época, a questão social, ao que Polavieja atribuía a mobilização dos livres de cor. Por isto considerava altamente político que a maioria dos brancos não visse, nas conspirações de 1880, “a independência, e sim a questão social” e que se afastassem, pelo menos na

¹⁴⁷ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 68, 67. FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit.

¹⁴⁸ FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 93-94. O argumento de que a guerra de independência se convertera em uma guerra de raças foi largamente utilizado pelos espanhóis e serviu também como justificativa para os projetos de imigração branca (BALBOA NAVARRO, *Los brazos necesarios...*, cit., p. 31).

¹⁴⁹ AGI, Diversos 8, *Carta de Fidencio Cisneros ao Comandante Geral de Santiago de Cuba*, Kingston, 16/03/1881, fl. 205.

província de Santiago de Cuba, “do elemento de cor, único apto para sofrer as penalidades da guerra”¹⁵⁰.

Alguns dos brancos suspeitos de participarem da conspiração pareciam manter estreitas relações com a gente de cor. *Don* José Bril se tornou suspeito e estava sendo vigiado porque foi visto convidando a gente de cor¹⁵¹; *Don* Gustavo, escrevente da chefatura de polícia municipal, ao que parece, de Guantánamo, era considerado “mal, malíssimo” e “íntimo do *concej*al de cor e seus amigos”; dizia-se que *Don* Juan Bernardo Bravo, acusado de propagandista e falso, andava “metido entre os negros”¹⁵²; *Don* Bienvenido Espinal e *Don* Juan Dominguez Sola que, junto com os brancos *Don* Manuel Jesus Perez, *Don* Juan Bernardo Prado e um chamado Acosta (estranho à localidade), falaram na reunião de *morenos* que deu lugar à instalação do novo *Casino* e eram vistos como “alentadores” de negros.¹⁵³

Polavieja, inicialmente, não quis publicizar que o movimento de 1880 era organizado apenas pelos livres de cor nem demonstrar a menor desconfiança em relação aos bombeiros porque “seria fatal o fazer ver à numerosíssima classe de cor que a considerávamos à frente, ou desconfiávamos dela, para demonstrar o contrário e semear entre eles mais e mais a discórdia”; habilmente, orquestrou para que “oficiais e guerrilheiros do país, em sua maioria de cor”, efetuassem as prisões.¹⁵⁴

Muitos negros fizeram parte das guerrilhas, tropas formadas por cubanos que lutaram a favor da Espanha contra as forças independentistas.¹⁵⁵ A política adotada pelo

¹⁵⁰ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 11. Ver também: FERRER, *Insurgent Cuba...*, cit., p. 94. Como afirma Ada Ferrer, talvez nenhuma autoridade colonial tenha sido mais hábil nesta tarefa do que o Governador Provincial de Santiago de Cuba, Camilo Polavieja, que “interpretou a insurreição como guerra de raças e fez de tudo ao seu alcance para fazer a rebelião imitar a sua interpretação”. Polavieja usou a estratégia de afastar os elementos brancos da insurreição para que esta se reduzisse aos elementos de cor (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 78).

¹⁵¹ AGI, Diversos 8, *Nota de Manuel Asensio*, s/d, fl. 56.

¹⁵² AGI, Diversos 8, *Notas*, s/d, fl. 54. *Concej*al seria uma espécie de vereador, conselheiro.

¹⁵³ AGI, Diversos 8, *Notas*, fls. 1-67, fl. 48.

¹⁵⁴ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 11-12.

¹⁵⁵ FERMOSELLE, Rafael. *Política y color en Cuba: la guerrita de 1912*. Montevideo, Uruguay: Geminis, 1974, p. 13; BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 143, 154, 174-175. Os

governador Polavieja foi tomar medidas que atingiam diretamente a população de cor, sem, contudo, deixar isto explícito. Assim, ordenou a reorganização do Corpo de Bombeiros, que começou por entregar as armas e munições, oficiou aos Chefes do Corpo de Voluntários e Guerrilhas, proibindo o ingresso de “gente de cor” nos batalhões enquanto durasse a reorganização dos Bombeiros, sob pretexto de que se tirava gente àquele Corpo.¹⁵⁶ Logo após as prisões, em 11 de dezembro de 1880, sugeriu que o Capitão Geral ditasse uma medida que evitasse a entrada de emigrados da classe de cor na cidade de Santiago de Cuba, pois muitos estariam entrando na cidade através de vapores que vinham de Havana, Cienfuegos e de Porto Rico - o General considerava esta entrada inconveniente.¹⁵⁷ Nesta época, vários emigrados cubanos, brancos e não brancos, conspiravam, a partir de outras ilhas do Caribe, contra o jugo colonial espanhol e a ênfase de Polavieja sobre o perigo do retorno dos emigrados de cor se devia à projeção e liderança política que Antonio Maceo estava conquistando no Caribe e à sua capacidade de influenciar os livres de cor da região oriental.

Segundo informes recebidos por Polavieja, Maceo estava em Kingston, Jamaica, “conspirando hoje com vários emigrados haitianos aqui residentes com o objetivo de derrocar o presidente Salomón”¹⁵⁸. Durante a Guerra Pequena, em setembro de 1879, viajara para Porto-Príncipe, Haiti, com o objetivo de angariar recursos e conseguir colaboração da emigração cubana lá residente e do governo haitiano, nesta época, simpático à causa cubana. Fora bem recebido pelo General haitiano José Lamothe, que estava lhe prestando auxílio para a organização de uma nova expedição a Cuba. No mês seguinte, no entanto, ascendeu ao governo do Haiti, Lysius Salomón, aliado dos espanhóis, que começou a perseguir haitianos liberais.¹⁵⁹ Com a ajuda de emigrados cubanos e haitianos

guerrilheiros podiam ser armados pelas autoridades ou com dinheiro dos fazendeiros (BALBOA NAVARRO, *La protesta rural...*, cit., p. 70).

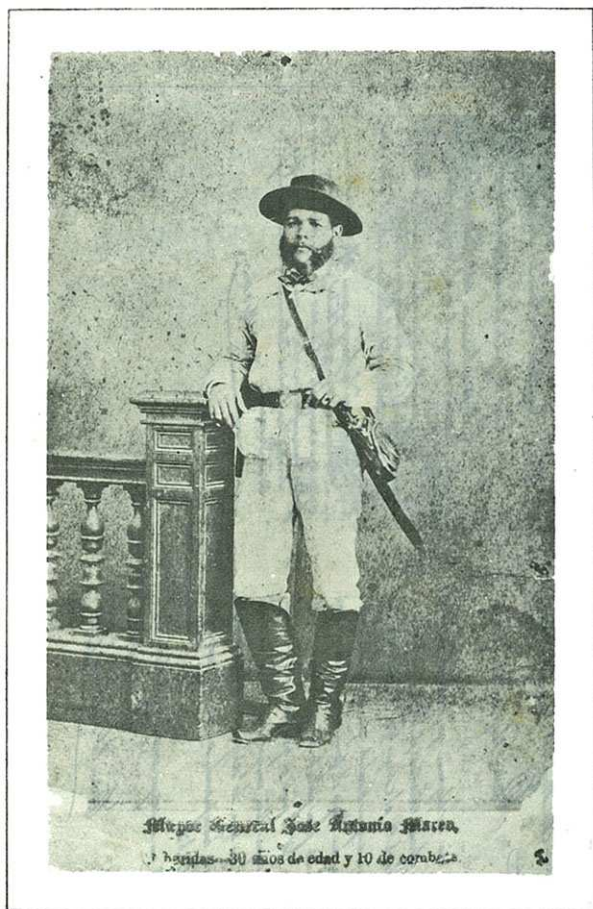
¹⁵⁶ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, Sección Tipográfica del Estado Mayor, 1880, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 12.

¹⁵⁷ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral ao Sr. Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 11/12/1880, p. 26.

¹⁵⁸ AGI, Diversos 8, *Correspondência do Consul da Espanha em Kingston para o Comandante Geral Camilo Polavieja*, Kingston, 25/03/1881, fl. 653.

¹⁵⁹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 190-191.

amigos, Maceo fugiu do Haiti, após uma tentativa de assassinato orquestrada pelo Capitão Geral de Cuba, Ramón Blanco, e pelo Cônsul Espanhol no Haiti, Antonio Fierro, e voltou à Jamaica.¹⁶⁰ Lá, o contato com haitianos perseguidos por Salomón foi intenso.



Maceo en Jamaica, 1878.



Maceo en Jamaica, 1879.

Figuras 5 e 6 – Maceo na Jamaica (1878/1879)

Fonte: Franco, *Antonio Maceo...*, t. 1, p. 159.

Segundo as autoridades espanholas, o propósito de Maceo, ao prestar seu apoio aos haitianos, se baseava na esperança de que estes, uma vez no poder, lhe prestassem ajuda e cooperação na luta contra a Espanha. Intimamente ligado ao partido haitiano do qual era chefe o pretendente ao poder, Boyer Bazalais, que lhe ofereceu apoio quando conseguisse

¹⁶⁰ ESCALONA DELFINO, José Antonio. Maceo en Haití, Haití en Maceo. In: PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga; ESCALONA CHÁDEZ, Israel; FERNÁNDEZ CARCASSÉS, Manuel (Coord.). *Aproximaciones a los Maceo*. Santiago de Cuba: Oriente, 2005, p. 134-155, 144-145.

chegar ao poder¹⁶¹, paralelamente Maceo mantinha estreitos e regulares contatos com seus partidários de Santiago de Cuba e enviava instruções secretas a seus aliados na província, alentando-os: “não esmoreçam em manter latente entre os de sua raça a ideia de que em breve ele em pessoa marchará a pôr-se à frente de um formidável movimento que não poderá ter como resultado mais do que o triunfo de suas armas”¹⁶². A comunicação de Maceo com insurretos de Santiago de Cuba era facilitada pelas constantes chegadas de barcos vindos de outras Antilhas e através do “comércio de frutos” pelo qual os conspiradores facilmente podiam enviar emissários e ainda introduzir armas em pequenas expedições”¹⁶³.

Camilo Polavieja associou, insistentemente, as atividades conspirativas em Santiago de Cuba à Liga Antilhana, que tencionava “preparar para [a] guerra de raças”. A Liga, na região oriental, estaria “recrutando seus adeptos sobretudo entre os procedentes da *manígua* [território rebelde]”, ou seja, entre os que haviam lutado nas guerras anteriores; e não deixavam de entrar nela “gentes de cor que haviam sido leais há até pouco tempo”.¹⁶⁴

Nos meses que antecederam a descoberta da conspiração de 1880, o Comandante Militar havia recebido diversos informes de que a Liga Antilhana estava fazendo um grande número de adeptos entre a gente de cor da província de Santiago de Cuba.¹⁶⁵ Uma carta, assinada por Lucas Mesa, informava que haviam formado a Liga em Santiago de Cuba e que esta se compunha dele, Manuel Ramirez, Narciso Justí, José del C. Barquet, como agente, Bernabé Castillo, Pedro Mancebo, Telesforo Dominguez, Juan Ferrer, Juan Garbay. Em Guantánamo, Domingo Peña; Manuel Vaillant, por Yarayabo. Lucas Mesa justifica que, com a pressa com que escreveu, esqueceu-se de nomear alguns nomes da raça de cor que pertenciam à escravidão e alguns brancos e concluiu: “dia 10

¹⁶¹ AGI, Diversos 8, *Correspondência do Cônsul Espanhol em Kingston para o Comandante Geral Camilo Polavieja*, Kingston, 14/04/1881, fl. 655.

¹⁶² AGI, Diversos 8, *Correspondência do Cônsul da Espanha em Kingston para o Comandante Geral Camilo Polavieja*, Kingston, 25/03/1881, fl. 653.

¹⁶³ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., t. II, p. 13.

¹⁶⁴ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda*, Guantánamo, 20/11/1880, fl. 479.

¹⁶⁵ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 8.

última hora tivemos a agradável notícia que os Bombeiros estão a maior parte deles conosco dispostos a começar, todos são de nossa cor”¹⁶⁶.

Em 1878, meses após o Protesto de Baraguá, Antonio Maceo, que vivia exilado na Jamaica, formou, em companhia de Gregorio Luperón e Ramón Ementerio Betances, a Liga Antilhana.¹⁶⁷ Para José Luciano Franco, Ramón E. Betances e Gregorio Luperón, opositores incansáveis da escravidão e dos regimes coloniais na segunda metade do século XIX personificavam o sentimento progressista e democrático dos países do Caribe.¹⁶⁸ Poucos estudos existem sobre a Liga Antilhana; quase nada se conhece sobre a extensão das suas operações ou de sua antecessora, a Liga das Antilhas, fundada quatro anos antes, por Betances, em Paris.¹⁶⁹ Este tipo de organização vivia sob constante vigilância e seus membros, em geral, trabalharam a maior do tempo na clandestinidade e não deixaram muitos registros de suas ações.¹⁷⁰ A Liga era uma organização secreta que tinha entre os seus objetivos a independência completa e a confederação das ilhas caribenhas.¹⁷¹

Segundo informações de agentes e cônsules espanhóis que estavam fora da Ilha, o programa da Liga Antilhana seria o predomínio da raça de cor nas Antilhas. Um agente secreto que havia estudado em Paris informou que estudantes do Haiti diziam que o “porvir forçoso era para eles, os de cor, as Antilhas e à raça branca o continente americano”. A Liga teria centro em todas as Antilhas e todos os governos estavam em alerta; o Centro estaria em Puerto-Plata, Santo Domingo. A aproximação de Antonio Maceo dos emigrados haitianos na Jamaica só aumentava a suspeição das autoridades coloniais. Em Cuba, as

¹⁶⁶ Também havia brancos, como *Don Modesto*, Duany y Cabrera e o Sr. Robert que ofereceu sua fazenda ao lado do porto para desembarcar os que viessem incógnitos. *Don José Fonte*, empregado em uma oficina militar, se dispôs a informar sobre os movimentos da milícia do governo. Com exceção de Narciso Justos e Manuel Vaillant, todos os negros e mulatos apontados como pertencentes à Liga Antilhana em Santiago de Cuba foram presos e deportados a Fernando Pó. Na lista dos deportados constam os brancos *Don Hilario Duany*, *Don Manuel Cabrera* (AGI, Diversos 8, *Carta de Lucas Mesa*, Santiago de Cuba, 09/11/1880, fl. [ilegível]).

¹⁶⁷ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 248. Segundo um viajante norte-americano, no início da Guerra de Dez Anos, os ingleses haviam proposto aos insurretos formar uma Confederação das Antilhas (O’KELLY, *La tierra del Mambí...*, cit., p. 211).

¹⁶⁸ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 201.

¹⁶⁹ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 246-248.

¹⁷⁰ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 242.

¹⁷¹ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 248.

notícias davam conta de que Maceo havia fundado a Liga Antilhana, uma “organização feita pela raça de cor”¹⁷². Por que foi possível este tipo de interpretação?

Ramón Ementerio Betances, fundador da Liga junto com Maceo, nascido em Porto Rico, em 1827, tinha uma extensa trajetória de luta contra a escravidão e a opressão colonial. Abolicionista, participou da Revolução de 1848, que aboliu a escravidão nas colônias francesas, e da luta de restauração da independência dominicana em 1863-1865.¹⁷³ Na Guerra de Restauração, em Santo Domingo (República Dominicana), quando a Espanha foi derrotada, a maioria dos insurgentes também era de cor.¹⁷⁴ Em 1866, quando foi fundada a Sociedade Republicana de Cuba e Porto-Rico em Nova Iorque, Betances estava presente. Como citado no Capítulo 2, a Sociedade defendia a liberdade das Antilhas espanholas e a “liberdade absoluta de todos os seus habitantes sem distinção de raça ou cor”¹⁷⁵.

Na década de 1870, antes de voltar e se estabelecer em Paris, Betances se movia, constantemente, entre Santo Tomás, Haiti, República Dominicana, Venezuela e Nova Iorque, seguido de perto por agentes e espiões a serviço da Espanha. Ele acreditava que as ilhas caribenhas, com diferentes colonizadores e insignificantes militarmente, não sobreviveriam, a não ser juntas, em uma federação das Antilhas.¹⁷⁶ Mas há algo pouco explorado na sua biografia que talvez ajude a entender a sua aproximação com Maceo: Betances era mulato e, como Maceo, maçom.¹⁷⁷ Em uma reunião, em 1870, na Grande Loja Maçônica de Porto-Príncipe (Haiti), Betances teria dito: “As Antilhas deveriam pertencer

¹⁷² LEYVA Y AGUILERA, Herminio C. *La guerra chiquita: el movimiento insurreccional de 1879 en la provincia de Santiago de Cuba*. Havana: La Universal, 1893, p. 16.

¹⁷³ ANDERSON, *Under three flags...*, cit., p. 184-185.

¹⁷⁴ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 243.

¹⁷⁵ KNIGHT, *Slave Society in Cuba...*, cit., p. 151; CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 102-103. A informação de que Betances participou da fundação da Sociedade Republicana de Cuba e Porto-Rico foi extraída de Buscaglia-Salgado (*Undoing Empire...*, cit., p. 246), que informa que esta foi fundada em dezembro de 1865.

¹⁷⁶ No futuro, Betances se tornaria uma espécie de decano da comunidade latina em Paris e foi indicado, oficialmente, como agente diplomático da Revolução Cubana em Paris, em 1896 (ANDERSON, *Under three flags...*, cit., p. 185-186).

¹⁷⁷ TORRES-CUEVAS, *Historia de la masonería cubana...*, cit., p. 76.

aos filhos das Antilhas”.¹⁷⁸ Em uma carta à irmã, escreveu: “somos *prietuzcos*, e não negamos isso”¹⁷⁹.

Gregorio Luperón, outro fundador da Liga, nasceu na República Dominicana e também era mulato.¹⁸⁰ Em 1879, após uma revolução popular, o General Gregorio Luperón chegou a ocupar a presidência da República Dominicana.¹⁸¹ Em sua homenagem, em 1888, foi escrito o seguinte texto, que revela um pouco de como se posicionava em relação à questão racial:

O governo que nos domina... deveria começar a pensar seriamente sobre o destino reservado pela Providência para os negros e mulatos da América. De agora em diante, este destino é manifesto, dado o presente número desta raça; e eu acredito que a ilha de Santo Domingo é chamada a ser o núcleo, o modelo desta glorificação [...] ¹⁸²

Em uma interpretação muito próxima de Camilo Polavieja, Buscaglia-Salgado acredita que, em fins da década de 1870, havia um “projeto mulato para a confederação antilhana” que se tornou, rapidamente, uma causa perdida.¹⁸³ O projeto foi recebido com suspeição por parte de alguns crioulos brancos, que viram na iniciativa uma ameaça ao seu projeto de fundação de estados nacionais; para eles, a Liga Antilhana representava um plano de dominação e governo negro no Caribe.¹⁸⁴ Buscaglia-Salgado chama atenção de que, no Protesto de Baraguá, quando rejeitou o Pacto de Zanjón, acordo de saída da Guerra de Dez Anos orquestrado por espanhóis e crioulos brancos, Maceo convocou seus seguidores a continuarem na guerra para fazer de Cuba “uma nova república assimilada a nossas irmãs de Santo Domingo e Haiti”. A ideia de uma “república assimilada” foi

¹⁷⁸ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 246.

¹⁷⁹ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 247 e nota 11.

¹⁸⁰ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 247.

¹⁸¹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 201-203.

¹⁸² Homenagem a Gregorio Luperón, 1888, citado por: BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 245.

¹⁸³ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 222, 252.

¹⁸⁴ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 248.

também interpretada pelos nacionalistas crioulos como um projeto de governo dos negros no Caribe.¹⁸⁵ Isso talvez ajude a entender um pouco a “histeria” dos espanhóis.

Mas o que nos interessa aqui não é saber se havia ou não um projeto de dominação negra no Caribe e sim porque a proximidade entre Maceo, Betances e Luperón e suas movimentações políticas pela independência foram interpretadas assim. Maceo, apesar de ser um árduo defensor das alianças inter-raciais no processo de independência de Cuba, soube se mover entre as identidades cambiantes de negro e cubano e acionou sua identidade racial para se legitimar enquanto líder da luta contra a escravidão em Cuba: ele defendia que a tarefa de libertar os negros de Cuba da escravidão era dos “homens de cor”, não dos crioulos ou independentistas em geral. Em uma carta ao General haitiano José Lamothe, escreveu:

Esses escravos, General, cansados do açoite e das correntes, e demasiado frágeis para rompê-los por si sós, estendem a vista ao seu redor e ao ver-nos a nós homens de cor que tivemos a fortuna de não nascer na escravidão ou de haver nos liberado dela, nos pedem nosso auxílio. Nosso dever é concedê-lo; negá-lo seria um crime.¹⁸⁶

No exílio, Maceo estreitou laços com líderes do Caribe através de uma intensa troca de correspondências. Como Betances havia feito anos antes, viajou por Santo Domingo, Haiti, Santo Tomás e Estados Unidos, sempre acompanhado de perto por agentes a serviço da Espanha e participou de *meetings* e reuniões contra o domínio colonial. Dirigia-se a brancos e negros insurretos emigrados nas Antilhas e nos Estados Unidos. Neste primeiro momento, mobilizou e se valeu da identidade racial para se credenciar e forjar alianças com negros e mulatos caribenhos contra os espanhóis e a escravidão.

As conexões entre Maceo e dominicanos, porto-riquenhos, haitianos e orientais de Cuba, negros e mulatos, materializavam um antigo temor dos espanhóis: a articulação de uma conspiração negra transnacional e revelavam que, além das lutas travadas contra o domínio colonial, negros e mulatos, sob o signo da raça de cor, construía solidariedades e

¹⁸⁵ BUSCAGLIA-SALGADO, *Undoing empire...*, cit., p. 248.

¹⁸⁶ RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. Tengo Fe en la grandeza de nuestra patria; Antonio Maceo y la Guerra Chiquita. *Bohemia*, n. 49, dic. 1979 apud DUHARTE JIMÉNEZ, *Dos aproximaciones a la historia de Cuba...*, cit., p. 68.

apostavam na organização e mobilização a partir da identidade racial para além das fronteiras nacionais. Diferentemente de 1867, quando a tentativa de unir negros e mulatos era ainda incipiente e o mote da conspiração se limitava ao lema “morte aos brancos”, o ativismo negro lançava mão de um vocabulário político que incluía nacionalismo, igualdade, fraternidade, aliança inter-racial e identidade racial transnacional. Os negros de Santiago de Cuba foram punidos também por isto.

5.3.2 A Pena: deportação para Fernando Pó

Em dezembro de 1880, cerca de 200 membros da população de cor foram presos e deportados para Fernando Pó, no Golfo da Guiné, acusados de conspiração. Na relação dos 265 deportados, 63 foram classificados como pardos e 177 como *morenos*.¹⁸⁷ As *morenas* Clotilde Caballero e Gertrudis Rizo foram as únicas mulheres deportadas. Esteban Montejo afirma que as mulheres não eram enviadas para Fernando Pó: “essas ilhas eram de homens e nada mais”¹⁸⁸. Em 1880, Santiago de Cuba, assim como Las Villas, permanecia em estado de sítio em função da recém-terminada Guerra Pequena¹⁸⁹, assim, para a prisão e deportação dos acusados, não foi feito nenhum processo judicial: toda a operação ocorreu através de procedimento administrativo.

Segundo Polavieja, os documentos cifrados não teriam força legal e os agentes e informantes, por temor a represálias, não diriam nada nos tribunais. O Comandante Militar argumentava, ainda, que, se a investigação fosse instaurada, os outros comprometidos, temendo ser denunciados por seus cúmplices, se lançariam ao campo formando bandos, o que não ocorria no caso do procedimento governativo sem mais averiguações.¹⁹⁰ Polavieja não quis submeter os implicados na conspiração a procedimento

¹⁸⁷ AGI, Diverso 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 17/12/1880, p. 29-39.

¹⁸⁸ BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 88.

¹⁸⁹ O estado de guerra só foi levantado em 28 de junho de 1881 (ANC, AP, maço 75, doc. 19, *Expediente promovido para promulgar la Ley del Orden Pública en la Provincia de Santiago de Cuba*, Havana, 19/09/1879).

¹⁹⁰ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 13.

judicial afirmando que a conspiração era de natureza tão vasta e de tais consequências que faria “muito mau efeito” aos habitantes do Departamento que os envolvidos fossem apenas deportados para a Ilha de Pinos.¹⁹¹

Na ilha de Pinos, um estabelecimento com o título Protetorado de Trabalho funcionava como espaço “de correção de vadios e gente de mal viver” e a Junta de Repressão à Vadiagem, junto com o Governo Geral, podia enviar para ali quantos indivíduos assim considerassem. Ali, os considerados vadios se ocupavam “acomodando-se com os particulares e agricultores, ou bem fazendo tijolos, telhas, ladrilhos e carvão para o mesmo estabelecimento”. A transferência para a ilha de Pinos podia ser feita apenas como medida administrativa, sem necessidade de procedimento judicial.¹⁹² Rebecca Scott informa que o Protetorado de Trabalho funcionou nas décadas de 1870 e 1880 e que “os internos aparentemente processavam tabaco e faziam tijolos, bem como executavam trabalho agrícola”¹⁹³. Logo após a aprovação do Patronato e a repressão às supostas conspirações da gente de cor, no início de 1881, foram conduzidos, pelo menos, 320 indivíduos considerados vadios para a ilha de Pinos.¹⁹⁴

Na parte oriental da ilha, os processos de vadiagem podiam conter um elemento político. O exemplo de Máximo Gamboa, que havia participado da insurreição independentista, citado por Rebecca Scott, é emblemático: mulato, dividia com o irmão a propriedade de uma pequena fazenda onde plantava café; foi acusado de má conduta e de ser “amigo de bebida” e, em 1880, foi condenado por vadiagem. Para Scott, pode-se supor que “sua prática política anterior foi o principal fator” para a condenação.¹⁹⁵

A associação entre raça de cor, vadiagem e participação em atividades conspirativas foi recorrente no discurso das autoridades coloniais. Uma alternativa pensada

¹⁹¹ Inquirido pelo Capitão Geral Ramon Blanco sobre submeter os implicados a procedimento judicial para que eles fossem julgados pela lei, Polavieja respondeu opinando que não considerava conveniente. Tal medida só levantaria muitas desconfianças e faria muitos defetos. Sugeriu, então, que fossem enviados à Espanha (AGI, Diversos 8, *Telegrama dirigido ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 12/12/1880, p. 23-24).

¹⁹² AHN, Governo, maço 4801, *Revista Decenal*, Havana, 25/10/1882.

¹⁹³ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 223.

¹⁹⁴ AHN, Governo, maço 4801, *Revista Decenal de Ramón Blanco*, Havana, 15/03/1881. BALBOA NAVARRO, *Los brazos necesarios...*, cit., p. 187.

¹⁹⁵ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 225.

para forçar “vadios” e “gente de mal viver” a trabalhar era encaminhá-los para as brigadas de trabalho. Ao solicitar autorização para a formação de brigadas de trabalho, Polavieja, mais uma vez, argumentou sobre a necessidade de controle sobre a gente de cor:

Os habitantes desta comarca são em sua maioria de cor e está demonstrado que esta raça leva a indolência até à prostração da atividade. Temos pois que o desenvolvimento da riqueza lhes deve um concurso débil ou quase nulo, enquanto o sossego público vive em constante inquietação, crendo-lhes sempre matéria disposta para alterar-lhe.¹⁹⁶

A atividade política da raça de cor incomodava profundamente Polavieja, que era defensor de castigos draconianos para negros e mulatos insurgentes, e advogou pelo desterro perpétuo para os líderes negros da Guerra Pequena.¹⁹⁷ Na conspiração de 1880, desde o início, Polavieja defendeu a deportação dos conspiradores e a sua expulsão definitiva da Ilha:

é preciso e indispensável que todo elemento perturbador e ambicioso, que já não pode voltar a ser o que foi antes das duas passadas guerras, [...] saia de uma vez desta ilha com todas as suas famílias e com os desterrados da passada campanha vão com recursos suficientes povoar as Marianas, onde sem nome e sem influência, não terão mais remédio que trabalhar [...].¹⁹⁸

As ilhas Marianas, no Oceano Pacífico, entretanto, não seriam o destino dos conspiradores; a opção escolhida pelas autoridades coloniais foi a ilha de Fernando Pó. Este não era um trajeto novo: anos antes, na manhã de 14 de agosto de 1866, dezenas de indivíduos negros e brancos haviam sido embarcados para lá. Naquele momento, ainda não havia ocorrido a Guerra de Independência e o argumento do então Governador Superior Civil de Cuba, Francisco Lersundi, para a deportação, foi a alta taxa de criminalidade na Ilha, sobretudo de roubos e homicídios. Os deportados eram considerados “indivíduos que

¹⁹⁶ AGI, Diversos 8, *Reforma da divisão municipal em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 20/03/1880, p. 188.

¹⁹⁷ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 68.

¹⁹⁸ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 10/12/1880, p. 14.

entregues à vadiagem exerciam toda classe de vandalismo”, apesar de já haverem sido condenados pelos tribunais e sofrido prisões.¹⁹⁹

Em 1880, a situação era diferente. No pós-guerra, construiu-se uma aparência democrática em Cuba. Após a Guerra dos Dez Anos, a Constituição Espanhola de 1876 passou a vigorar em Cuba, permitindo a organização de partidos políticos, a eleição de representantes cubanos para as Cortes, igualando em direitos espanhóis e cubanos não escravos na condição de súditos espanhóis.²⁰⁰ Para evitar complicações nas Cortes, o governo metropolitano havia dado instruções terminantes ao Capitão Geral de Cuba proibindo o envio de presos à península. Segundo as últimas instruções do governo, não era possível desterrar os suspeitos para fora da Ilha, de modo que os presos na fragata *Almansa* deveriam ser conduzidos à ilha de Pinos.²⁰¹ O Capitão Geral da Ilha, Ramón Blanco, ordenou então que Polavieja comunicasse os delitos de inconfidência aos tribunais, para que os acusados sofressem todo o rigor da lei.²⁰²

Ramón Blanco tinha a “reputação de ser um homem flexível”²⁰³, enquanto Polavieja, “partidário de manter a ordem mediante a força das armas”²⁰⁴, representava a política mais dura do Estado colonial. Na época das prisões, Polavieja era um jovem aspirante que disputava com Ramón Blanco não só o melhor método de pacificação de Cuba, como também concorria por glórias e postos na administração colonial.²⁰⁵ Ao final, a política de deportação sem procedimento judicial defendida por Polavieja foi

¹⁹⁹ ANC, AP, maço 227, doc. 20, *Gazeta de La Habana – Periodico Oficial del Gobierno*, Havana, 15/08/1866. Estes não eram presos por causa política. Eram apenas indesejáveis.

²⁰⁰ ARRECHEA, *Sociedades negras en Cuba...*, cit., p. 47-49.

²⁰¹ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 11/12/1880, p. 24.

²⁰² AGI, Diversos 8, *Telegrama do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Havana, 13/12/1880, p. 25. Polavieja se recusou a seguir a orientação do Capitão Geral da ilha.

²⁰³ ANDERSON, *Under three flags...*, cit., p. 148.

²⁰⁴ BALBOA NAVARRO, *La protesta rural...*, cit., p. 107.

²⁰⁵ Polavieja almejava o cargo de Capitão Geral e ficou profundamente incomodado porque Ramón Blanco assumiu em Cuba e na imprensa internacional a responsabilidade pela vitória da operação.

implementada: por acordo do Conselho de Ministros, o Governo resolveu que os presos da conspiração da gente de cor fossem deportados para Fernando Pó, na África.²⁰⁶

O episódio, aparentemente, nada tem a ver com o Patronato. No entanto, os debates sobre o fim da escravidão em Cuba, que geraram o projeto de emancipação gradual através do Patronato, já previam, para a gente de cor, este tipo de punição. Na verdade, antes mesmo destes episódios, durante os debates da comissão responsável por discutir a questão social em Cuba e propor um projeto de emancipação, um dos parlamentares preconizou a política implementada por Polavieja em Santiago de Cuba. Para Cancio Villaamil, era

[...] necessário que na lei de vadiagem se dê faculdades amplíssimas às Autoridades da Ilha para que possam deportar do país todo elemento perturbador, de qualquer gênero que seja; e que se estabeleça uma comunicação com Fernando Pó para que todos os homens de cor que tentem perturbar ou que perturbem de uma ou outra maneira a ordem pública, sem necessidade de trâmite algum, sem necessidade de Tribunais, sem necessidade de sentença nem de expediente prévio, possam ser embarcados, enviando-os imediatamente a um ponto onde sua atividade e descontento não tenha perigo algum para a sociedade em que vivem.²⁰⁷

Fernando Pó não foi uma escolha arbitrária. Possessão espanhola na África, parecia o lugar ideal para o envio de negros, livres e libertos, indesejados, que ameaçavam a “paz e a ordem” na colônia. Em resposta a uma consulta do Cônsul da Espanha em Kingston sobre o regresso a Cuba dos numerosos emigrados da raça de cor que desejassem abandonar a Jamaica, Polavieja respondeu que este grupo era composto por

[...] gente de cor que tem feito esta guerra de raça e de extermínio que de maneira alguma devem voltar a esta Antilha, e sim mantê-los em nossas possessões de África, pois com haver conseguido retirar daqui as principais cabeças e mais fortes defensores de seus criminosos desígnios, únicos quiçá capazes de manter com as armas a guerra, persuadido de que retendo-lhes aonde se acham, será o único modo de que a paz se consolide

²⁰⁶ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Havana, 14/12/1880, p. 26-27; AGI, Diversos, *Carta do Governador do Departamento Oriental Camilo Polavieja ao Consul da Espanha no Haiti Dn. Manuel Garrido*, Santiago de Cuba, 17/12/1880.

²⁰⁷ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión...*, p. 57

e em algum tempo, ainda que assim o queiram, seja impossível provocar novas revoluções.²⁰⁸

Entre os emigrados de cor, inclusive alguns enviados para Fernando Pó, constavam mais de quinhentos nomes, entre homens, mulheres e crianças. Por outro lado, os brancos emigrados considerados perigosos – pessoas ilustradas, em geral de carreira, que participaram da primeira guerra e vinham desde então conspirando contra o poder colonial – deveriam permanecer bem vigiados na península, não na África, com liberdade para ganhar sua subsistência. Como afirma Helg, Polavieja apostava numa “política de perdão seletiva encaminhada a aumentar as tensões raciais”²⁰⁹.

Segundo Polavieja, os emigrados de cor não deveriam voltar a Cuba porque uma série de “feitos e observações vieram a demonstrar que o caráter dessa raça” não era acessível às condições necessárias para o indulto. Para ele,

[...] a abdicação de um erro político supõe quando menos perfeita consciência de seu alcance; e se isto está vedado à massa inconsciente de todas as agrupações militantes, – que seja dito de passo só se movem a impulsos da idolatria pessoal ou do fanatismo cego, – é evidente que estará [vedada] ainda mais a essas raças abjetas, cujo nível intelectual não há logrado ainda elevar-se sobre a esfera do instinto.²¹⁰

Para Reid, as autoridades coloniais apostavam na diminuição da população de livres de cor na ilha, sobretudo os suspeitos e acusados de participar de conspirações. Dos 435 banidos da ilha, na repressão *La Escalera*, em 1844, 433 eram livres de cor. Ceuta, também possessão espanhola na África, se tornou o destino comum para prisioneiros condenados à prisão no além-mar.²¹¹ Durante a repressão *La Escalera*, em 1844, o Capitão

²⁰⁸ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 14/02/1881, p. 68-90.

²⁰⁹ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 69.

²¹⁰ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 13/11/1880, p. 142-143.

²¹¹ REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 87-88. Antes de *La Escalera*, Francisco Dionisio Vives, Capitão Geral que governou Cuba de 1823 a 1832, advogava que, na impossibilidade da expulsão de toda a classe de cor livre da ilha, era recomendável que os criminosos de cor fossem sentenciados a prisões espanholas na África, assim o seu retorno a Cuba seria improvável (PAQUETTE, *Sugar is made with blood...*, cit., p. 105).

Geral da Ilha e a Comissão Militar concluíram que a melhor forma de enfraquecer as atividades insurrecionais e conspirativas era a “lenta, sucessiva, prudente e calculada expulsão de negros e mulatos”²¹². Em 1845, um plano de emigração de livres de cor foi orquestrado por O’Donnel. A ideia consistia no embarque de livres de cor para Fernando Pó e Annobón, possessões espanholas no Golfo da Guiné, onde trabalhariam na produção agrícola ou como artesãos especializados. O plano fracassou.²¹³ Mas, neste mesmo ano, houve um decreto real autorizando 70 ou 80 livres de cor, provavelmente vítimas das perseguições de O’Donnell, a deixar Cuba em direção à África.²¹⁴

Outros projetos de retorno dos ex-escravos à África existiram. Em 1864, José Antonio Saco propunha:

1º Que qualquer indivíduo da raça africana, homem ou mulher, livre ou escravo, que saísse de Cuba por qualquer motivo jamais pudesse voltar a ela. 2º Que todo delinquente de raça africana livre que não fosse condenado à morte purgasse sua pena não em Cuba, e sim nos presídios de Espanha e África e acaso com mais proveito em Fernando Pó [...] 3º Que sendo a vadiagem a escola fatal que engendra tantos ladrões e assassinos, se fizesse um censo exato da gente livre de cor, e que todo aquele que não comprovasse ter meios de subsistência, procedentes de renda própria ou de algum ofício ou profissão conhecidos, fosse enviado como vadio e prejudicial, já à Península, no exército ou em outras ocupações, já a Fernando Pó, cuja imediação às bocas do Níger lhe prepara um vantajoso porvir.²¹⁵

Em 1869, o Ministro de Ultramar comentou os rumores de que a emigração de livres de cor para Serra Leoa estava sendo considerada em Havana e Porto-Rico.²¹⁶ Durante

²¹² REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 144.

²¹³ REID, *Negotiating a slave regime...*, cit., p. 156.

²¹⁴ DESCHAMPS CHAPEAUX; PÉREZ DE LA RIVA, *Contribución a la historia de la gente...*, cit., p. 187, nota 7. MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 36, nota 66.

²¹⁵ CEPERO BONILLA, *Azúcar y abolición...*, cit., p. 133-134; TARDIEU, *Morir o dominar...*, cit.

²¹⁶ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 36, nota 66. Na legislação de abolição gradual de 1870, a possibilidade de retorno voluntário à África estava prevista, mas não parece ter sido “empreendida sistematicamente”. Para Rebecca Scott, o governo colonial tinha pouco interesse em investir em empreendimentos deste tipo e os fazendeiros, por sua vez, não pareciam desejar a partida de possíveis trabalhadores (SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 253). Por outro lado, em meio à discussão do Patronato, fazendeiros brancos defendiam projetos de imigração de trabalhadores negros livres da África, “adaptados ao

os preparativos da Guerra Pequena, as autoridades coloniais fizeram várias prisões, “particularmente” de negros suspeitos de serem simpáticos à nova rebelião. Só em Santiago de Cuba, 350 negros foram presos e embarcados para Havana onde esperariam por navios para transportá-los à penitenciária de Ceuta.²¹⁷

Um episódio, no desfecho da Guerra Pequena, ilustra o caráter racial da punição do Estado colonial: em 1º de junho de 1880, os generais Guillermo Moncada e José Maceo, o brigadeiro Rafael Maceo e o coronel Quintín Banderas, todos de cor, fizeram o acordo de capitulação, mediado pelos cônsules da França e da Inglaterra em Guantánamo, sob a condição de serem enviados ao estrangeiro.²¹⁸ O então Comandante Geral de Guantánamo ofereceu-lhes um almoço de despedida no engenho *Montesano* (o mesmo acusado de não dar comida aos patrocinados) e embarcou os irmãos Maceo, os Moncada e cerca de 76 pessoas, incluindo mulheres e crianças, em um barco mercante, no dia 4 de junho. Pouco depois de terem embarcado, já em alto mar, uma embarcação espanhola “deteve o barco e sacou à força a todos os cubanos capitulados para conduzi-los como prisioneiros a distintos presídios da África”²¹⁹. O exilado Benigno Gener se refere às diferenças de tratamento em relação aos deportados brancos e de cor:

Durante a viagem, atendendo a pedido de Calixto ao Comandante, Belisario Peralta passou à parte do barquito, à popa, a que foram destinados Calixto e seus companheiros; e Guillermo Moncada passou à popa e convés, sem comunicação com Calixto e demais; mas havia aí toldo que mitigava o calor do sol. Os demais fizeram a viagem como segue: os brancos, a minoria, no *deck* da proa – os de cor no convés, em grupo, de sol e sereno, e à chuva que também caiu. [...] ²²⁰

clima”. Antes disso, foram feitos alguns contratos entre o governo de Havana e autoridades britânicas para o emprego de negros britânicos em Cuba, mas o Capitão Geral Ramón Blanco, temendo que entre estes houvesse revolucionários, evocou o decreto de 1843 proibindo a importação de negros britânicos (CORWIN, *Spain and the Abolition...*, p. 303-304).

²¹⁷ FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 283.

²¹⁸ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 207.

²¹⁹ FRANCO, *Antonio Maceo...*, cit., p. 207; FONER, *A history of Cuba...*, cit., p. 286.

²²⁰ ANC, Adquisiciones, maço 22, doc. 1586, *Carta de Benigno Gener a Juan Gualberto Gómez*, Cádiz, 03/10/1880.

A viagem para Fernando Pó foi, às vezes, descrita como uma descida aos infernos. César García del Pino, autor de *Diario de un deportado a Fernando Poo en 1869: viaje de Fernando Poo a Mahon en el vapor San Antonio*, informa que os deportados para lá estavam destinados à “morte mais horrível, entre sofrimentos multiplicados pelos maus tratos e torturas dos seus custódios”, condenados a uma morte “lenta e dolorosa”²²¹. O Bispo de Havana, em outro episódio, ao suplicar ao Presidente do Governo Provincial, General Serrano, que destinasse aos condenados à deportação outro ponto de desterro, afirmou: “ninguém neste país ignora, Excmo. Sr., que o ir deportado a Fernando Pó é o mesmo que caminhar para o cemitério”²²². Fernando Pó era considerada insalubre, “com climas mortíferos”²²³.

Esteban Montejo, ex-escravo que se tornou célebre a partir da publicação de Miguel Barnet de *Biografía de un cimarrón*, em sua narrativa, menciona que: “Polavieja fez outros horrores. *Remachó negros por millar*. [...] Uma vez lhe deu por mandar negros à ilha de Fernando Pó. Aquilo era um castigo forte, porque essa ilha era deserta. Era uma ilha de crocodilos e tubarões. Aí soltaram os negros e não podiam sair”²²⁴.

Na madrugada do dia 15 de dezembro, a fragata *Almansa* saiu de Santiago de Cuba em direção a Cayo Piedra, em Cárdenas, conduzindo 265 presos que, daí, seguiriam para Fernando Pó em uma fragata mercante.²²⁵ A deportação para Fernando Pó, como punição exemplar, infundiria temor aos conspiradores da região oriental, obrigando-os a “permanecer[em] tranqüilos para não correr[em] a mesma sorte”.²²⁶ Para um exilado na Espanha, as notícias de Santiago de Cuba

²²¹ O autor do diário é Rafael del Pino y Díaz, que foi condenado à morte e, ao pagar 3000, teve a pena comutada à deportação a Fernando Pó (DEL PINO, César García. *Diario de un deportado a Fernando Poo en 1869: viaje de Fernando Poo a Mahon en el vapor San Antonio*. RBNJM, (Jan-Apr) 1969. p. 59-60, 64).

²²² DEL PINO, *Diario de un deportado...*, cit., p. 65.

²²³ AHN, Ultramar, maço 4883, *Documentos de la Comisión*, p. 58.

²²⁴ BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 88.

²²⁵ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 15/12/1880, p. 29.

²²⁶ AGI, Diversos 8, *Carta do Capitão Geral da Ilha ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Havana, s/d, fl. 382.

[...] não poderiam ser mais tristes. Se diz que não foi nada de importância e q[ue] a paz se consolidou. Quer dizer que foi sufocada ao nascer uma conspiração – e q[ue] os meios pa[ra] fazê-lo consolidaram a paz. Esses meios, no dizer geral, foram uma carnificina imediata de negros, que se crê mais considerável q[ue] as que tiveram lugar repetidas vezes no ano passado – e a horrível transportação a Fernando Pó, sorte infinitamente mais dura dos restantes titulados conspiradores.²²⁷

A violência da operação pode ser percebida em pequenos fragmentos das correspondências trocadas entre as autoridades coloniais. O Comandante Militar de Guantánamo informou que foram presos vinte e quatro homens e que os Calderines, Bambúas, Barrientos faleceram.²²⁸ Já um dos responsáveis pelas prisões em Guantánamo informou que os indivíduos presos à disposição de Polavieja marchavam no vapor do dia, não sendo incluídos entre eles alguns nomes “porque ao prendê-los a resistência que opuseram obrigou aos comissionados a fazer fogo, ocasionando-lhes a morte”²²⁹. A ordem de Polavieja para a prisão dos Duverges também revela a violência da repressão: “que não se escapem os Duverges, prendam-se vivos ou mortos, é mais conveniente que sejam mortos”²³⁰. O chefe da Brigada de Songo informou a Polavieja, no dia 22 de dezembro, que: “à noite passou a melhor vida um dos irmãos Baracoa que foi preso no monte da Luz antes de ontem por forças daquele destacamento”, encontrando-se este em companhia de seu irmão, que conseguiu escapar.²³¹ Os irmãos Baracoa haviam conseguido fugir das prisões efetuadas no dia 7 de dezembro e estavam sendo perseguidos desde então. Segundo Esteban Montejo, “quando os negros começaram a se sublevar contra a Espanha, os

²²⁷ ANC, Adquisiciones, maço 22, doc. 1586, *Carta de Benigno Gener a Juan Gualberto Gómez*, Cádiz, 26/01/1881.

²²⁸ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda no dia 7/12/1880 em Conspiración de la Raza de Color...*, Santiago de Cuba, 07/12/1880, p. 51.

²²⁹ AGI, Diversos, 8, *Correspondência do Coronel Chefe das Esquadras de Guantánamo Dn. Santos Perez ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880, fl. 415.

²³⁰ AGI, Diversos, 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantanamo*, Santiago de Cuba, 06/12/1880, fl. 453. Miguel Durvege foi preso e deportado para Fernando Pó; seu irmão, Arcil Durvege, conseguiu fugir e posteriormente fez um acordo e conseguiu sua deportação para Nova Iorque (AGI, Diversos, 8, *Carta do Comandante Militar de Guantanamo ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880, fl. 454).

²³¹ AGI, Diversos 8, *Carta do Chefe de Brigada de Songo Salvador Ayuso ao Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda e a Camilo Polavieja*, Songo, 22/12/1880, fl. 513.

capitães [de distrito] gostaram. Um negro revolucionário não podia existir. A esse lhe davam morte em seguida. Todavia se era branco, bom...”²³²

Entre os exilados, as notícias também davam conta da arbitrariedade e da violência da operação:

Suponho que suas cartas lhe informem do que ocorreu na província de [Santiago] de Cuba. Se confirma a notícia que aqui se publicou de que os deportados navegavam para Fernando Pó. Aqui se diz que os 280 (e não 272 como a princípio se publicou), mas parece que não são tantos. Ouça V. o que dizem curtas: [...] ‘Temos na baía (Matanzas) a Almansa com uns 170 ou 180 negros de Stgo. de Cuba que dizem vão a Fdo. Pó. Se assegura que antes de entrar no porto se fuzilarão uns quantos: em Santiago tem sido maior a carnificina: parece que os negros de Kindelán em um cafezal se levantaram mais cedo do que costumavam e daí dizem nasceu a coisa e começaram as prisões na cidade; eu de seguro nada sei porque aqui é difícil dar com o certo – lá sabem Vs. algo mais que nós ainda que duvido muito que se diga o que aconteceu – que havia sido pouca coisa, dizem – e que irão a Fernando Pó em uma barca – os pobres! Poucos chegarão’. Outra de 25 de dez[embr]o de Havana: ‘Depois de publicado o bando de suspensão (em Vila Clara) do Estado de Sítio, houve desgraçadamente em Cuba um movimento iniciado dizem por um Maceo. O resultado foi algumas vítimas mais e no envio de 200 presos a Fernando Pó – todos de cor – e que os temerosos ou envolvidos se haviam marchado ao campo.’²³³ Nova luta.

No início de 1881, novas denúncias sobre ações e uma nova suposta conspiração dos exilados e suas conexões em Santiago de Cuba deram lugar a mais prisões e deportações. Notícias de que no vapor francês haviam chegado várias cartas de Antonio Maceo para residentes na cidade de Santiago e sua jurisdição, “excitando-lhes para que levantem de novo os ânimos” e se preparem para sua chegada que seria em breve, deixaram em alerta as autoridades coloniais.²³⁴ Rumores de que em vários pontos da jurisdição de Guantánamo havia homens preparados para marchar ao campo, surpreendendo os destacamentos e apoderando-se de suas armas, levaram à prisão quinze dos principais

²³² BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 110.

²³³ ANC, Adquisiciones, maço 22, doc. 1586, *Carta de Benigno Gener a Juan Gualberto Gómez*, Cádiz, 10/01/1881.

²³⁴ AGI, Diversos 8, *Ofício do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Capitão Geral*, Santiago de Cuba, 23/02/1881, fl. 188.

acusados.²³⁵ Uma correspondência antes enviada pelo Ministro da Espanha em Washington havia alimentado ainda mais os temores: “por aqui nada de interesse – estes revolucionários sempre forjando planos, mas por agora reduzidos à impotência. Sem embargo sei que enviam muita dinamite a Cuba e já dei conta ao Gen[era]l Blanco do destino que pensam em dá-la, incendiar quanto possam”²³⁶.

Ocorreram, então, novas deportações de gente de cor para Fernando Pó sob a mesma acusação de conspiração. Também esta operação foi marcada pela violência. Um expediente foi formado para apurar as feridas impostas ao *moreno* Francisco Botilla pelo coronel *Don Santos*, que o mandou prender para deportá-lo da ilha como inconveniente. Em decorrência das feridas, Francisco faleceu e, segundo *Moraleda*, “por conseguinte é assunto terminado, pois ninguém há de ocupar-se dele”²³⁷.

Em 3 de março de 1881, o Comandante Geral de Cuba autorizava a *Camilo Polavieja* a deportação de 15 indivíduos à ilha de Pinos, para que, juntos aos 66 indivíduos enviados para lá anteriormente, fossem deportados para Fernando Pó, todos implicados na conspiração abortada da gente de cor.²³⁸ *Polavieja* se regozijou por, mais uma vez, ter tido “a sorte de sufocar em Guantánamo outra nova rebelião da gente de cor” e concluiu: “são incansáveis, mas vamos ver se eu sou mais que eles”²³⁹.

²³⁵ AGI, Diversos 8, *Telegrama dirigido do Comandante Geral Camilo Polavieja Capitão Geral em Conspiración de la Raza de Color...*, 1880, Santiago de Cuba, 26/02/1880, p. 55; *Ofício do Capitão Geral ao Governador da Província de Santiago de Cuba Camilo Polavieja*, Havana, 03/03/1881, fl. 197.

²³⁶ AGI, Diversos 8, *Carta do Ministro da Espanha em Washington D. Felipe Mendez Vigo ao Comandante Geral*, Washington, 05/01/1880, fl. 667.

²³⁷ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 11/04/1881, fl. 424.

²³⁸ AGI, Diversos 8, *Telegrama do Capitão Geral ao Comandante Geral Camilo Polavieja em Conspiración de la Raza de Color...*, Havana, 03/03/1881, p. 58-59.

²³⁹ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Ministro da Espanha em Washington D. Felipe Mendez Vigo*, Santiago de Cuba, 05/03/1881, fl. 680.

5.3.3 Sobre os Objetivos da Operação

A repressão às atividades conspirativas da gente de cor de 1880-81 “pode ter servido simplesmente como pretexto para a deportação de líderes negros e mulatos proeminentes”²⁴⁰. Muitos viram na operação o objetivo de fazer uma “limpeza geral” para deportar do país os que um dia “estiveram em armas”, política que Polavieja havia começado desde junho.²⁴¹ Dias depois de efetuadas as prisões em Santiago e Guantánamo, o chefe da brigada de Mayari-Abajo informou que deu ordens ao chefe da zona de Sagua para que “prendesse a todos os que fossem desafetos a nossa causa e de maus antecedentes”²⁴². De fato, muitos dos presos haviam colaborado com os insurretos ou participado das guerras anticoloniais. Alguns participavam do *Casino*, outros eram suspeitos de ser maçons e vários, como Francisco Napoles, eram procedentes do campo insurreto.²⁴³ De Mayari, foram enviados para Polavieja, cerca de 23 presos, “todos eles homens maus e por todos conceitos inconvenientes”²⁴⁴.

Mas não foi só isso. As medidas repressivas contra a população de cor, imediatamente após a aprovação do Patronato, tinham uma dupla função. Após tantos anos de guerra e da aprovação do Patronato, milhares de negros recém-saídos da escravidão passavam a viver na condição de livres. A ação contra os negros deveria impedir não só a ação política contra o domínio espanhol, mas qualquer comportamento considerado indesejado e atentatório à ordem colonial. Deveria, também, garantir a dedicação ao trabalho, dos egressos da escravidão. Por isso, a intenção de Polavieja era fazer uma “limpeza” no Departamento Oriental. Além da repressão às atividades políticas dos negros, no centro da sua política estava a perseguição aos considerados vadios, desocupados e ladrões. Não por acaso, foi preciso explicar a moradores de Guantánamo que a ação não

²⁴⁰ SCOTT, *Emancipação escrava...*, cit., p. 272.

²⁴¹ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 10/12/1880, fl. 454.

²⁴² AGI Diversos 8, *Carta do Brigadeiro Chefe da Brigada de Mayari-Abajo Dn. Pedro Pin ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Mayari, 31/12/1880, fl. 494.

²⁴³ AGI, Diversos 8, *Antecedentes de pessoas que tomaram parte nas insurreições primeira e segunda da ilha de Cuba*, fl. 456.

²⁴⁴ AGI, Diversos 8, *Correspondencia particular Dn. Pedro Pin Brigadeiro Chefe da Brigada de Mayari-Abajo, Carta de Dn. Pedro Pin a Camilo Polavieja*, Mayari, 20/12/1880, fl. 497.

fora apenas uma “recolhida de vadios” e sim uma estratégia para evitar um movimento insurrecional da classe de cor.²⁴⁵

O Comandante Militar em Guantánamo, responsável por investigar e prender os conspiradores na região, cerca de dez dias antes das prisões, em 29 de novembro de 1880, informou a Polavieja que, apesar das diligências, até aquele momento detivera apenas “vadios, ladrões e gente viciosa”²⁴⁶. No entanto, dez dias depois, na lista de presos de Guantánamo, constavam vários indivíduos. Chama a atenção também que na correspondência desta autoridade colonial a Camilo Polavieja constem várias informações sobre roubo de cana e ações de bandidos e ladrões na região. Lá, a Guarda Civil, em poucos dias, havia conduzido várias pessoas ao *Alcalde*, sob diversas acusações: não possuíam documentos, portavam facões e escopetas de caça; roubavam bananas... No ponto conhecido como Jamaica, o Comandante e *Alcalde* diz ter se inteirado de que ocorriam novidades de guerra de raças, passes de animais falsos, queixas de fazendeiros etc.²⁴⁷

Uma preocupação das autoridades coloniais, no pós-guerra, era desarmar a população. Em Guantánamo, junto à ordem para as prisões, Polavieja ressaltou que não se podia esquecer de Burenes e que lá deveria “cair também na rede todos os que estejam armados”²⁴⁸. O recolhimento das armas cumpria vários objetivos: evitar levantes armados, inibir a ação de bandos que viviam de assaltos às fazendas e aos transeuntes e coibir a prática da caça de animais. O *Alcalde Corregidor* de Guantánamo soube que, na costa, alguns estavam “matando reses a tiros” e pediu permissão para percorrer o lugar e recolher as armas.²⁴⁹ Em algumas *estancias*, foram encontradas armas de fogo usadas em geral para a caça: foram todas recolhidas.²⁵⁰ Em Burenes, haveriam 10 ou 11 homens estancieiros

²⁴⁵ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda*, Guantánamo, 17/12/1880.

²⁴⁶ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 29/11/1880, fl. 486.

²⁴⁷ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 29/11/1880, fl. 486.

²⁴⁸ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar José Moraleda*, Santiago de Cuba, 1º/12/1880, fl. 442.

²⁴⁹ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 18/03/1881, fl. 422-423.

²⁵⁰ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Camilo Polavieja*, Guantánamo, 28/03/1881, fl. 423.

“que têm armas, as quais escondem e usam quando se reúnem para roubar”²⁵¹. Moraleda apreendeu cerca de 40 armas de fogo, sem contar as dos Voluntários e outros tantos facções.²⁵²

Polavieja recomendava “mão forte nos ladrões”²⁵³. Porte de armas e facções, roubo de canas, de banana, caça de animais, práticas corriqueiras durante a guerra e toleradas na escravidão, passavam a ser punidas agora com a prisão.²⁵⁴ Em carta encaminhada a Moraleda, Polavieja advogava que eram “necessários castigos fortes até que se percam tantos hábitos de banditismo filhos de onze anos de guerra e de tanta vadiagem”²⁵⁵. O *Alcalde* de Guantánamo se queixava de que, apesar das prisões de dezembro de 1880, em março de 1881, ainda havia em Guantánamo “alguns vadios, que vivem do roubo” e da caça, espreitando para cometer atos ilícitos.²⁵⁶ Estes seriam alvo das prisões efetuadas em 1881. Como informou Esteban Montejo: “a Fernando Pó mandavam ladrões, *chulos*, ladrões de gado e rebeldes” e completa dizendo que levavam todos que possuíssem tatuagem, entendida como sinal de rebeldia contra o governo espanhol.²⁵⁷

Na década de 1880, as tensões giravam em torno da disciplinarização da força de trabalho no pós-emancipação, mas, também, em torno do exercício do poder político pelos negros. “Raça”, então, estava sendo acionada para traduzir os conflitos em torno do domínio colonial, do controle sobre os trabalhadores e da definição de direitos na sociedade pós-emancipação. Ao mesmo tempo, estava operando na construção de identidades sociais e se tornando uma eficaz estratégia de mobilização política de negros e mulatos.

²⁵¹ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantanamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Santiago de Cuba, 20/11/1880, fl. 482.

²⁵² AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 21/01/1881, fl. 47.

²⁵³ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantanamo José Moraleda*, Santiago de Cuba, 20/11/1880, fl. 480.

²⁵⁴ Moraleda enviou vários informes a Polavieja sobre a prisão de ladrões. No dia 02 de dezembro, Moraleda prendeu um ladrão roubando canas, a quem vigiava já há três dias (AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 03/12/1880, fl. 447).

²⁵⁵ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Geral Camilo Polavieja ao Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda*, Guantánamo, 20/11/1880, fl. 479.

²⁵⁶ AGI, Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda ao Comandante Geral Camilo Polavieja*, Guantánamo, 20/03/1881, fl. 420.

²⁵⁷ BARNET, *Biografía de un cimarrón...*, cit., p. 88.

A repressão orquestrada por Polavieja na região oriental, dirigida à raça de cor em particular, conseguiu silenciar, momentaneamente, os movimentos contra o domínio espanhol e as críticas ao Patronato na região. Após a repressão, ainda no ano de 1881, o Governador Geral de Cuba, Ramón Blanco, informava que a lei do Patronato estava sendo implementada com sucesso e que mesmo o *New York Sun* admitira que “a harmonia reinava entre patrono e patrocinado”.

Somente em meados da década de 1880, quando os exilados começaram a retornar, de forma gradual, para Cuba, o movimento independentista voltaria a se movimentar na ilha.²⁵⁸ A repressão de 1880 silenciou por alguns anos a ação política de negros e mulatos nesta região, ao mesmo tempo em que, junto a outras medidas, garantiu o controle da população de cor durante o processo de emancipação. Em 1890, Polavieja assumiu o comando da Ilha.²⁵⁹ Constavam no seu currículo a bem sucedida repressão contra as conspirações da gente de cor e a “pacificação” da região oriental.

²⁵⁸ CORWIN, *Spain and the Abolition...*, p. 307. HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 69. Segundo Ada Ferrer, além desta, conspirações anticoloniais foram descobertas nos anos de 1884, 1885, 1890 e 1893 (*Insurgent Cuba...*, cit., p. 930).

²⁵⁹ Camilo Polavieja assumiu o governo da ilha em 24/08/1890. Para um estudo sobre a sua gestão, ver: BALBOA NAVARRO, *La protesta rural...*, cit., p. 107-117.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1888, um negro chamado Emilio Leopoldo Moreno entrou no café *La Venus*, em Santiago de Cuba. O proprietário do café, o espanhol Cristobal Bass, proibiu os funcionários de servi-lo e disse: “Meu café não é de negros, e sim de brancos, e não é digno nem tampouco correto que os indivíduos de cor sejam servidos por pessoas brancas”¹. Este episódio não tem nada de extraordinário: muitos bares, restaurantes e cafés se recusavam a receber pessoas de cor em Cuba. No entanto, este tipo de comportamento não era mais considerado natural. Àquela altura, não havia mais escravidão na Ilha. O Patronato, instituído pela última lei de emancipação gradual, havia sido abolido.

Anos antes, a região de Santiago de Cuba fora palco de duas guerras contra o domínio colonial espanhol. A Guerra de Dez Anos (1868-1878) propiciou a formação de um exército multirracial e, entre outras façanhas, instituiu o casamento civil cujo único impedimento era o vínculo familiar, quando a metrópole ainda proibia o casamento inter-racial. A segunda insurreição, conhecida como Guerra Pequena (1879-1880), durou poucos meses e foi marcada pela liderança política e militar de negros e mulatos da região, como Antonio Maceo. As duas guerras forçaram a Espanha a encaminhar a emancipação (Lei Moret, 1870; Lei do Patronato, 1880).

Entre as décadas de 1860 e 1880, a sociedade cubana passou por um intenso processo de politização da questão racial. No final da década de 1870, mudanças importantes estavam ocorrendo em relação às hierarquias raciais: em 1878, um decreto real espanhol autorizou jovens negros a frequentarem as escolas secundárias, as escolas profissionais e a universidade.² Em 1879, o Governador Geral de Cuba emitiu circular informando que os municípios deviam promover a educação dos meninos negros.³ Em janeiro de 1881, um decreto garantiu o direito de liberdade de casamento entre as raças.⁴ No ano de 1887, foi criado o Diretório Central da Raça de Cor, que reunia associações e

¹ ARRECHEA, *Sociedades negras em Cuba...*, cit., p. 89.

² HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 49. SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 274.

³ HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 50.

⁴ MARTINEZ-ALIER, *Marriage, class and colour...*, cit., p. 40.

sociedades organizadas pela gente de cor da ilha e tinha entre seus objetivos lutar contra as discriminações raciais. Acionando uma estratégia que se tornou corrente na luta antirracista na Ilha, Emilio Leopoldo Moreno recorreu aos tribunais.⁵

O complexo processo de abolição gradual em Cuba coincidiu com um período de conspirações e conflitos anticoloniais, que foi marcado pela agudização das tensões raciais e, ao mesmo tempo, de construção de alianças inter-raciais. Neste contexto, a projeção de lideranças negras e mulatas na luta contra a escravidão, contra o domínio colonial e as barreiras raciais abriu caminhos para a mobilização a partir da identidade racial. O envolvimento nas guerras e conspirações anticoloniais, a imprensa negra, as críticas ao Patronato, a denúncia da discriminação racial e as reivindicações de direitos e cidadania fizeram dos negros os protagonistas da luta pela igualdade racial na década de 1880, que buscaram superar as tensões existentes entre negros e mulatos, abrigando-se sob a raça de cor.

Apesar do ativismo negro, as barreiras raciais continuavam a existir. Os termos *Don* e *Doña* continuavam a ser usados nos documentos oficiais para designar a cor branca.⁶ Persistiam, ainda, as diferenciações raciais no Código Penal contra as quais o Diretório Central da Raça de Cor iria se insurgir. O jornal *La Fraternidad*, em 1889, criticava o governo por não cumprir a decisão que permitia aos negros frequentarem escolas secundárias e universidade. Em Santiago de Cuba, segundo um ativista de cor, em 1889, “era ainda uma novidade que a Junta Provincial de Santiago de Cuba tivesse decretado que

⁵ O tribunal de Santiago de Cuba decidiu em favor do proprietário do café, argumentando que ele não tinha cometido nenhum crime. A *Audiencia* de Santiago de Cuba confirmou a decisão do tribunal. Insatisfeito com a decisão dos tribunais locais, Moreno recorreu ao Tribunal Supremo de Justiça, em Madrid, que, em outubro de 1889, anulou a decisão dos dois corpos judiciais de Santiago de Cuba. HOWARD, *Changing history...*, cit., p. 186; HELG, *Lo que nos corresponde...*, cit., p. 52.

⁶ Helg relata que o título *Don* e *Doña* continuavam sendo usados mesmo depois da abolição, “prática que simbolizava a negação da cidadania plena aos negros e mulatos cubanos” e que só seria estendido aos negros e mulatos nos documentos oficiais a partir de 1893, graças a uma demanda do Diretório Central da Raça de Cor (*Lo que nos corresponde...*, cit., p. 32, 52). Rebecca Scott informa que em algumas regiões, “a opinião pública de brancos” zombava de tal pretensão (*Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 274).

crianças negras podiam frequentar escolas municipais”⁷. Portanto, este foi, ao mesmo tempo, um período de mudança e de resistência à mudança.⁸

Em 1892, o Diretório Central da Raça de Cor de Cuba realizou, em Havana, uma grande Assembleia de Delegados de Sociedades da Raça de Cor, que contou com representantes de sociedades negras de toda a ilha. Várias sociedades de Santiago de Cuba – *El Casino*, *El Alcázar Antillano*, *El Cocuyé*, *El Club Oriente*, *El Gremio de Tabaqueros* e a *Sociedad el Progreso* – aderiram à Assembleia; algumas enviaram delegados.⁹ Os representantes deveriam apresentar memórias sobre a situação da gente de cor em cada jurisdição.

O representante do *Club de Oriente* e do *Alcázar Antillano*, de Santiago de Cuba, denunciou como as barreiras raciais, apesar das leis, impediam a mobilidade social da raça de cor. No setor da educação, os poucos e mal atendidos estabelecimentos subvencionados pelo município não negavam a entrada dos meninos negros, mas se mostrava “certo escrúpulo que produz resultado semelhante à negativa”. Ainda existiam livros distintos para o registro de batismo, casamento e enterro de negros e brancos separadamente. Quanto às ocupações, homens de cor continuavam dominando o setor de artes e ofícios enquanto os peninsulares dominavam o comércio e os brancos insulares, as ciências, as artes, a literatura. Para o ativista,

As necessidades geralmente sentidas pela raça de cor da Ilha de Cuba desgraçadamente são muitas; e portanto, muitas são também suas aspirações, para em cheio penetrar a ordem social tal como deve ser; para viver a vida dos verdadeiros cidadãos, e para apagar ou fazer desaparecer as degradantes diferenças que a mantêm separada do resto da população, de seus irmãos, os brancos, sofrendo por conseguinte, como parte mais débil, as consequências de uma guerra de castas; mas estas muitas

⁷ SCOTT, *Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 274, citando *La Fraternidad*, 21/02/1889.

⁸ Como afirma Rebecca Scott, “um padrão contínuo de concessão oficial seguido por não cumprimento deu o tom da luta pela integração em Cuba” (*Emancipação escrava em Cuba...*, cit., p. 274).

⁹ ANC, Adquisiciones, Maço 74, doc. *Listas de sociedades adheridas a la Asamblea de Delegados de la raza de color, celebrada en la Habana en 1892*, Havana, julho de 1892; Maço 74, doc. 4302, *Credenciales presentadas por los Delegados de las sociedades de la raza de color que tomaron participación en la Asamblea celebrada en la Habana en 1892*, Havana, julho de 1892.

necessidades e suas consequências, não devem ser motivo suficiente para que os que na escravidão e na miséria a mergulharam, possam, no dia da redenção, diminuir seus direitos ao homem redimido, nem pretender sequer separá-lo da sociedade formada por Cubanos.¹⁰

No vocabulário político dos ativistas da luta antirracista, a afirmação do pertencimento à raça de cor, junto ao sentimento de identidade nacional, foi o que permitiu a reivindicação de direitos, de cidadania, de igualdade e de fraternidade inter-racial.

¹⁰ ANC, Adquisiciones, maço 74, doc. 4303, *Memorias presentadas a la Asamblea de Delegados de Sociedades de la raza de color, celebrada en la Habana em 1892*, Havana, 24/07/1892.

FONTES

Arquivo Histórico Nacional (Madri)

Ultramar

Governo (maços 4801, 4883)

Documentos de la Comisión creada por Real Decreto de 15 de Agosto de 1879 para informar al Gobierno acerca de los proyectos de ley que habrán de someterse á las Córtes sobre reformas en la isla de Cuba publicados en la Gaceta de Madrid de 13 de Noviembre de 1879. Madri: Imprenta Nacional, 1879.

Arquivo Geral de Índias, Sevilha

Seção de Diversos

Diversos, 7

Situación política del Departamento Oriental de la Isla de Cuba, desde 9 de Junio de 1878 al 22 de Junio de 1879, siendo Comandante General el Excmo. Sr. Mariscal de Campo Don Luis Daban y Ramirez de Arellano, Santiago de Cuba, Seção Tipográfica do Estado Maior, 1881.

Antecedentes de personas que han tomado parte en las insurrecciones primera y segunda de la isla de Cuba, com resumen histórico y resultancia que aparece contra los acusados por los sucesos de 26 de agosto de 1879.

Comunicaciones reservadas mediadas com el Gobierno General. 1879-1880.

Diversos, 8

Conspiración de la Raza de Color descubierta en Santiago de Cuba el excelentísimo señor teniente general Don Camilo Polavieja, Santiago de Cuba, 1880 (impreso).

Notas sobre el movimiento insurreccional de la raza de color fracasado en Cuba en diciembre de 1880.

Noticias comunicadas al capitán general de Cuba de las actividades de Antonio Maceo, averiguadas por el agente José Frodak. Octubre-noviembre 1881.

Asunto Maceo.1879-1880. Correspondencia del titulado mayor general insurrecto Antonio Maceo. Cartas cifradas y su clave.

Varias comunicaciones sobre planes de conspiraciones. 1880-1881.

Correspondencia dirigida a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881. Correspondencia particular de D. Ramón Blanco, Capitán general de la islã.

Correspondencia dirigida a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881. Mapas y planos, Sto. Domingo, 902. Ernesto Du Defair, médico y hacendado. Croquis.

Correspondencia dirigida a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881, por: Santos Pérez coronel jefe de las escuadras de Guantánamo.

Correspondencia dirigida a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881, por: José Moraleda, comandante militar y alcalde corregidor de Guantánamo.

Correspondencia dirigida a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881, por: Pedro Pin, brigadier jefe de la brigada de Mayarí-Abajo.

Correspondencia enviada a Polavieja sobre la raza de color 1880-1881, por: Salvador Ayuso, jefe de la brigada de Songo.

Correspondencia enviada por los cónsules de España. Port au Prince, Haití, mayo 1880 - mayo 1881.

Correspondencia enviada por los cónsules de España. San Thomas. Febrero - mayo 1880.

Correspondencia enviada por los cónsules de España. Kingston, Jamaica. Diciembre 1881 – abril – 1881.

Correspondencia enviada por los consules de España. Ministro de España em Washington.

Diversos, 9-B

Circular reservada de Camilo Polavieja aos Alcaldes Corregidores da Província informando como se deve agir com a nova lei do patronato, Maio de 1880.

Correspondência do Comandante do Regimento de Nápoles ao Comandante Geral Camilo Polavieja.

Archivo Nacional de Cuba, Havana

Aquisições (maços 22, 74)

Assuntos Políticos (maços 54, 55, 75, 76, 226, 227)

Audiencia de Santiago de Cuba (maços 14, 46)

Comissão Militar (maço 124, 125, 126)

Conselho de Administração (maço 76)

Governo Geral (maços 344, 2655)

Miscelânea de Expedientes (maço 3598)

Arquivo Histórico Provincial de Santiago de Cuba

Fundos

Protocolos Notariais

Escribanía de El Cobre (Livros 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201)

Escribanía Soler y Regueiferos (Livros 619)

Governo Municipal

Livro 263, 486.

Governo Provincial do Oriente

Censos de População (maço 293)

Contribuições (maço 387)

Delitos Comuns (maço 425)

Escravidão (560, 561, 562, 564, 566, 567)

Governo Provincial (695)

Guerra de 68 (maço 734)

Levantes (48)

Polícia (maços 1806, 1807)

Sociedades Recreio (maço 2655)

Sociedades Mutualistas (maço 2577)

Juizado de 1ª Instancia

Cadeias (maço 232)

Demandas (maço 329)

Registro Civil (maço 485, 486)

Testamentos (maço 700)

Biblioteca Pública Elvira Cape (Santiago de Cuba)

Periódicos:

El Redactor

Biblioteca Nacional José Martí

Periódicos:

La Bandera Española

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDERSON, Benedict Richard O' Gorman. *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. London; New York: Verso, 2005.

ARRECHEA, Carmen V. Montejo. *Sociedades negras en Cuba, 1878-1960*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

BALBOA NAVARRO, Imilcy. *La protesta rural en Cuba: resistencia cotidiana, bandolerismo y revolución (1878-1902)*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

BALBOA NAVARRO, Imilcy. *Los brazos necesarios: inmigración, colonización y trabajo libre en Cuba, 1878-1898*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia: Fundación Instituto Historia Social, 2000.

BARCIA, Maria del Carmen. La sociabilidad de las capas populares en la conformación de una sociedad moderna. Cuba (1880-1930). In: CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO DE LA CULTURA CUBANA JUAN MARINELLO; University of Michigan. Program in Latin American and Caribbean Studies. *Historia y memória: sociedad, cultura y vida cotidiana en Cuba, 1878-1917*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2003. p. 265-280.

BARCIA, Maria del Carmen. *Una sociedad en crisis: La Habana a finales del siglo XIX*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.

BARCÍA PAZ, Manuel. *Con el látigo de la ira*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.

BARNET, Miguel. *Biografía de un cimarrón*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 2006.

BIVAR MARQUESE, Rafael de. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BLACKBURN, Robin. O emancipacionismo revolucionário e o nascimento do Haiti. In: _____. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 179-284.

BUSCAGLIA-SALGADO, José F. *Undoing empire: race and nation in the mulatto Caribbean*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Tradução Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARPENTIER, Alejo. *La música en Cuba*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 2004.

CEPERO BONILLA, Raúl. *Azúcar y abolición*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales/Instituto Cubano del Libro, 1971.

CHALHOUB, Sidney. Costumes Senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (Org.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CHALHOUB, Sidney *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CORWIN, Arthur F. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin, University of Texas Press, 1967.

COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Ed.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 153-175. (Coleção Olhares).

CRUZ RÍOS, Laura. *Flujos inmigratorios franceses a Santiago de Cuba (1800-1868)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2006.

DE LA FUENTE, Alejandro. Esclavitud, 1510-1886. In: NARANJO, Consuelo Orovio (Coord.). *Historia de Cuba*. Madrid: CSIC/Ediciones Doce Calles, S. L., 2009. p. 129-151.

DE LA FUENTE, Alejandro. La esclavitud, la ley y la reclamación de derechos en Cuba: repensando el debate de Tannenbaum. *Debates y perspectivas*, Madri, n. 4, p. 37-68, 2004.

DE LA PEZUELA, Jacobo. *Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba*. Madrid: Impr. del establecimiento de Mellado, 1863.

DEL PINO, César García. *Diario de un deportado a Fernando Poo en 1869: viaje de Fernando Poo a Mahon en el vapor San Antonio*. RBNJM (Jan-Apr) 1969.

DESCHAMPS CHAPEAUX, Pedro; PEREZ DE LA RIVA, Juan. *Contribución a la historia de la gente sin historia*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

DUHARTE JIMÉNEZ, Rafael. *Dos aproximaciones a la historia de Cuba*. Santiago de Cuba: Casa del Caribe/Imprenta de la Dirección Provincial de Cultura de Santiago de Cuba, 1984.

DUHARTE JIMÉNEZ, Rafael. *El negro en la sociedad colonial*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1988.

ESCALONA DELFINO, José Antonio. Maceo en Haití, Haití en Maceo. In: PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga; ESCALONA CHÁDEZ, Israel; FERNÁNDEZ CARCASSÉS, Manuel (Coord.). *Aproximaciones a los Maceo*. Santiago de Cuba: Oriente, 2005.

FERRER, Ada. Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad, y esclavitud. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, M. Dolores; NARANJO OROVÍO, Consuelo; FERRER, Ada; GARCIA RODRIGUEZ, Gloria; OPATRNÝ, Josef. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 179-232.

FERRER, Ada. *Insurgent Cuba: race, nation and revolution, 1868-1898*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro; Brasília: Paz e Terra; CNPq, 1988.

FONER, Philip S. *A History of Cuba and its relations with The United States*. Vol. II. Nova Iorque: International Publishers, 1963.

FRANCO, José Luciano. *Antonio Maceo: apuntes para una historia de su vida*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. *La esclavitud desde la esclavitud*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. *Conspiraciones y revueltas: la actividad política de los negros en Cuba, 1790-1845*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003.

GARCÍA RODRIGUEZ, Gloria. La Resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, M. Dolores; NARANJO OROVÍO, Consuelo; FERRER, Ada; GARCIA RODRIGUEZ, Gloria; OPATRNÝ, Josef. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 276-320.

GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GOODMAN, Walter. *Un artista en Cuba*. Havana: Consejo Nacional de Cultura; Empresa Consolidada de Artes Gráficas, 1965.

GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *Guerra de los 10 años*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales; Instituto Cubano del Libro, 1972. 2 t.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, n. 30, p. 247-269, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HAZARD, Samuel. *Cuba a pluma y lápiz*. Havana: Cultural, 1928. Tomo III.

HELG, Aline. *Lo que nos corresponde: la lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba – 1886-1912*. Havana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2000.

HELG, Aline. Race and black mobilization in colonial and early independent Cuba: a comparative perspective. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, Winter, 1997. p. 53-74. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/482901>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

HEVIA LANIER, Oilda. Otra contribución a la historia de los negros sin historia. *Debates Americanos*, n. 4, p. 87-88, jul./dic. 1997.

HEVIA LANIER, Oilda. Reflexionando en torno al 98. Juan Gualberto Gómez y la raza de color de Cuba (1878-1898). In: INSTITUTO DE HISTORIA DE CUBA, La Habana, p. 2. www.ihc.cu/oil.htm.

HOLT, Thomas C. A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca, *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 123-126.

HOWARD, Philip A. *Changing history: afro-cuban cabildos and societies of color in the Nineteenth Century*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1998.

IBARRA, Jorge. *Ideología Mambisa*. Havana: Instituto del Libro, 1967.

JAMES, Cyril L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

KIPLE, Kenneth F. *Blacks in Colonial Cuba – 1774-1899*. Gainesville: University Presses of Florida, 1976.

KLEIN, Herbert. *Slavery in the Americas: a comparative study of Virginia and Cuba*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

KNIGHT, Franklin W. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

LEYVA Y AGUILERA, Herminio C. *La guerra chiquita: el movimiento insurreccional de 1879 en la provincia de Santiago de Cuba*. Havana: La Universal, 1893.

MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, class and colour in Nineteenth-Century Cuba*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1974.

MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles; PERERA DÍAZ, Aisnara. *Familias, agregados y esclavos: los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861)*. p. 36, 48, 82. No prelo.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *O Engenho*. São Paulo: Hucitec, 1989. v. II.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba/España, España/Cuba: historia común*. Barcelona: Critica, 2002.

NARANJO OROVÍO, Consuelo; GARCÍA GONZÁLEZ, Armando. *Racismo e inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madrid: Doces Calles, 1996.

NARANJO OROVÍO, Consuelo. La cuestión racial durante la transición al trabajo libre en Cuba (1860-1890). In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.). *Azúcar y esclavitud en el Caribe: en el final del trabajo forzado*. México-España: FCE, 2002. p. 308-330.

O'KELLY, James J. *La tierra del mambi*. Havana: Instituto del Libro, 1968.

ORTIZ, Fernando. *Los negros esclavos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

PAQUETTE, Robert L. *Sugar is made with blood: the conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*. Middletown: Connecticut Wesleyan University Press, 1988.

PAZ SÁNCHEZ, Manuel da; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, José; LÓPEZ NOVEGIL, Nelson. *El bandolerismo en Cuba: presencia canaria y protesta rural (1800-1933)*. Tenerife: Taller de Historia, 1993. Tomo I.

PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. Yo, el notario: sobre el poder de la escritura. *Del Caribe*, Santiago de Cuba, n. 46, p. 82-97, 2005.

PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. *El Cabildo Carabalí Viví* (no prelo).

PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. *Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos: apuntes sobre la manumisión en Cuba*. Santiago de Cuba: Oriente, 2009.

PÉREZ DE LA RIVA, Juan. *El barracón y otros ensayos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

PICHARDO VIÑALS, Hortensia. *Documentos para la historia de Cuba*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 1973, T. I.

PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. *Entre esclavos y libres de Cuba Colonial*. Santiago de Cuba: Oriente, 2003.

PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. *La Virgen de La Caridad del Cobre: símbolo de cubanía*. Santiago de Cuba: Oriente, 2008.

PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. Ascendencia paterna de Antonio Maceo. *Del Caribe*, Santiago de Cuba, n. 35, p. 88-94, 2001.

PORTUONDO ZÚÑIGA, Olga. *Santiago de Cuba: desde sua fundação até a guerra dos dez anos*. Santiago de Cuba: Oriente, 1996.

REID, Michele Bernita. *Negotiating a slave regime: free people of color in Cuba, 1844-1868*. Tese (Doutorado) – University of Texas, 2004.

REIS, João José. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 15-39, dez./fev. 1995-96.

ROBERT, Karen. Slavery and freedom in the Ten Years' War, Cuba, 1868-1878. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 13, n. 3, p. 181-200, Dec. 1992.

ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. Los partidos políticos y la polemica trás la paz del Zanjón. In: SOLANO PEREZ, Francisco de Paula; GUIMERÁ RAVINA, Agustín (Coord.). *Esclavitud & Derechos Humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX* (Actas del Coloquio Internacional sobre Abolición de la Esclavitud). Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. p. 499-515.

ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. Política y elecciones. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), n. 104, abr./jun. 1999. p. 245-287.

SARMIENTO RAMÍREZ, Ismael. *El Ingenio del Mambí*. Santiago de Cuba: Oriente, 2008. T. II.

SCOTT, Rebecca J. Reclamando la mula de Gregoria Quesada: el significado de la libertad en los valles del Arimao y del Caunao, Cienfuegos, Cuba (1880-1899). In: MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando; SCOTT, Rebecca J.; GARCÍA MARTÍNEZ, Orlando F. (Coord.). *Espacios, silencios y los sentidos de la libertad: Cuba entre 1878 y 1912*. La Habana: Unión, 2001. p. 23-52.

SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SLENES, Robert W. Brazil. In: PAQUETTE, Robert L.; SMITH, Mark M. *Slavery in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

TARDIEU, Jean-Pierre. *Morir o dominar: en torno al reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866)*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert Verlag, 2003.

TORRES-CUEVAS, Eduardo. *Historia de la masonería cubana: seis ensayos*. Havana: Imagen Contemporanea, 2004.

TORRES-CUEVAS, Eduardo; REYES FERNÁNDEZ, Eusebio. *Esclavitud y sociedad: notas e documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. Havana: Editorial de Ciências Sociais, 1986.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

ZEUSKE, Michael; GARCÍA MARTÍNEZ, Orlando. Estado, notarios y esclavos en Cuba: aspectos de una genealogía legal de la ciudadanía en sociedades esclavistas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 22 abr. 2008. Disponible em: <<http://nuevomundo.revues.org/15842#text>>. Acesso em: 25 jun. 2012.